

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

ROSENERY PIMENTEL DO NASCIMENTO

**ANÍSIO TEIXEIRA E O SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES
PARA O DEBATE SOBRE AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL**

**VITÓRIA/ES
2012**

ROSENERY PIMENTEL DO NASCIMENTO

**ANÍSIO TEIXEIRA E O SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES
PARA O DEBATE SOBRE AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL**

Linha de Pesquisa: História, Sociedade, Cultura e Políticas Educacionais

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), como requisito parcial de avaliação para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Gilda Cardoso de Araujo

**VITÓRIA/ES
2012**

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

Nascimento, Rosenery Pimentel do, 1977-
N244a Anísio Teixeira e o sistema nacional de educação :
contribuições para o debate sobre as políticas educacionais no
Brasil / Rosenery Pimentel do Nascimento. – 2012.
209 f. : il.

Orientadora: Gilda Cardoso de Araujo.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade
Federal do Espírito Santo, Centro de Educação.

1. Teixeira, Anísio, 1900-1971. 2. Educação - Brasil. 3.
Educação e Estado. I. Araujo, Gilda Cardoso de, 1967-. II.
Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Educação. III.
Título.

CDU: 37

ROSENERY PIMENTEL DO NASCIMENTO

ANÍSIO TEIXEIRA E O SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES PARA O DEBATE SOBRE AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação na área de concentração História, Sociedade, Cultura e Políticas Educacionais.

Aprovada em: 28 de setembro de 2012.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Gilda Cardoso de Araujo
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientadora

Prof.^a Dr.^a Juçara Luzia Leite
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof.^a Dr.^a Márcia Ângela da Silva Aguiar
Universidade Federal de Pernambuco

*A todos educadores que acreditam,
persistem e insistem na consolidação de
uma educação de qualidade e que fazem da
esperança o seu horizonte, na crença da
mudança de cada dia.*

AGRADECIMENTOS

A realização desta dissertação de mestrado é parte da colaboração de muitos. É com imenso prazer que compartilho e agradeço a todos aqueles que, de alguma forma e à sua maneira, contribuíram para a realização deste trabalho. Assim, quero expressar o meu mais profundo reconhecimento:

A Deus por me fortalecer e por ter me dado sabedoria e paciência para lidar com as adversidades.

Aos meus pais pelas aulas da vida, por terem me ensinado a ter coragem, a persistir com afinco e responsabilidade naquilo que se almeja.

Ao meu irmão pelo apoio com as leituras do meu trabalho, pela serenidade e cuidado comigo nos momentos mais difíceis.

À minha cunhada Anelise e aos meus sobrinhos André e Isabela que sempre conseguiam me trazer a alegria e a leveza mesmo nos momentos de maior cansaço.

Ao meu esposo, Bruno, por todo seu carinho, parceria e respeito, por sua capacidade de tornar sempre as coisas mais simples do que pareciam ser.

À família que agreguei em meu percurso, Bianka, Hildo, Lucas e Sônia, pelo respeito, carinho e pela possibilidade de poder contar com eles e partilhar todos os momentos deste trabalho.

À Tia Maria por cuidar da minha casa pelo cuidado em organizar meus livros sem tirar nenhuma marcação.

À Turma 24 pela convivência pelos diálogos e pelos bons momentos que vivemos nesse percurso de estudo.

Aos professores do PPGE pelas inquietudes e aprendizados provocados ao longo desse período do curso.

Às professoras Dr^a. Juçara Luzia Leite e Dr^a. Regina Helena Silva Simões pelas valiosas contribuições com o meu trabalho, por fazerem parte de minha banca e por eu ter tido a oportunidade de partilhar de suas aulas, que muito me instigaram a pensar a história da educação de outra forma.

À professora Dr^a. Márcia Ângela da Silva Aguiar por ter aceitado o convite de participar da banca de defesa.

À Alina pelo profissionalismo e dedicação nas correções ortográficas e normas da ABNT realizadas no meu trabalho.

À equipe da FGV responsável pelo arquivo CPDOC pela atenção e agilidade no envio do material para a pesquisa.

À Margarida Capezzuto pelo incentivo e colaboração nas leituras do meu trabalho, pela atenção e carinho a mim dispensados.

À professora Sara pelo apoio com as aulas de inglês, pela torcida nesse percurso.

Às diretoras Marilene Coutinho e Adriana Meireles pelo reconhecimento e flexibilização dos meus horários para a realização da dissertação.

À Aldáires Souto e Marcelo Lima pelas trocas acadêmicas e pela solicitude com os empréstimos de materiais para a leitura.

Às amigas Ana Moscon e Maria Aparecida pela parceria, pelo caminho de estudo trilhado para o mestrado e por todos os momentos em que fui acolhida com boas risadas e ombros bem largos, que tornaram mais suave a caminhada.

À minha orientadora, Gilda Cardoso de Araujo, pela confiança, pelo privilégio de ter sido sua aluna, de ter recebido suas orientações e aulas que me instigaram a mergulhar nas leituras e me incentivaram a realizar esta pesquisa, concretizada com seu apoio, atenção, transparência e amizade.

Enfim... quero deixar a todos que, embora não nomeados, fizeram de alguma forma parte desta história, o meu muito obrigada!

Deve-se partir para a vida como para uma aventura. Se tivesse de aconselhar uma atitude única, aconselharíamos a atitude esportiva. Cada um dos momentos da vida é um jogo com o futuro. Quanto mais armado para a luta, melhor. Vitória e derrota, todas têm, porém, a sua parte de prazer. Mais do que isso. O verdadeiro prazer está na luta. Se bem-sucedida, a luta de amanhã será mais interessante. Se a sorte não for favorável, a experiência valeu os momentos vividos, ensinou coisas novas e a expectativa de melhor êxito estará sempre acessa no coração dos homens. O insucesso não os abate, porque contam com eles entre as possibilidades esperadas. Se não existisse, as vitórias perderiam o melhor do seu sabor.

ANÍSIO TEIXEIRA

RESUMO

Trata-se de uma pesquisa teórica, que traz como ponto de partida a investigação da concepção de Sistema Nacional de Educação nas obras de Anísio Teixeira, situando essa discussão no cenário histórico e político da educação brasileira. O recorte escolhido visa a compreender as bases e os argumentos com os quais Anísio Teixeira defendia a organização nacional da educação. Identifica em que medida os argumentos produzidos circulavam e ainda circulam em meio aos debates e tensões que se estabelecem na discussão em torno da constituição de um Sistema Nacional de Educação, colocando em evidência as contribuições do educador no campo das políticas educacionais. Para tanto, esta pesquisa utiliza a análise documental e bibliográfica de 12 obras de Anísio Teixeira com base em três grandes categorias: qualidade e quantidade; público e privado; centralização e descentralização. Nesse percurso, a produção e ação de Anísio Teixeira marcaram o direcionamento de políticas públicas para a educação, o que fez com que algumas dessas diretrizes e princípios estivessem presentes em nossa organização atual. Suas ideias proporcionaram e proporcionam a atuação em um campo permanente de ação, afirmando a contemporaneidade de suas obras como um instrumento de luta para a consolidação de um projeto nacional de educação que se move ainda hoje em um terreno de imprecisões e disputas. Nas considerações finais, destaca que, em suas obras, Anísio Teixeira definiu os desafios para a organização da educação nacional, como um problema político, financeiro e profissional. Desse modo, a percepção de Anísio Teixeira identifica, para a atualidade, a necessidade de aprimoramento do modelo federativo brasileiro para a consolidação de um Sistema Nacional de Educação.

Palavras-chave: Anísio Teixeira. Sistema Nacional de Educação. Políticas educacionais.

ABSTRACT

This is a theoretical research which aims, as a starting point, for the analysis of the concept of Sistema Nacional de Educação (National System of Education) in the works of Anísio Teixeira, placing this discussion in the historical and political scene of the Brazilian education. The main concern was to understand which basis and which arguments supported his defense of the national organization of education. It identifies up to which extent the arguments circulated, and still circulate amid the debates and tensions that are established in the discussion around the constitution of a National System of Education, highlighting the educator's contribution in the field of the educational policies. For such purpose, this research uses the documental and bibliographic analysis of 12 works by Anísio Teixeira based on three great axis or category: quality and quantity; public and private; centralization and decentralization. Along this path, the production and action of Anísio Teixeira marked the course of the public policies for education that account for the presence of some of these directions and principles in our current organization. The ideas worked, and still work, in a permanent field of action, which sustains the contemporaneity of the works as an instrument to fight for the consolidation of a national project for education which is still moving in a place of imprecision and disputes. In the final considerations, the ideas highlighted that the works of Anísio Teixeira defined the challenges for the organization of a national education as a political, financial, and professional problem. This way, this perception identifies the current need for the improvement of the Brazilian federative model in order to consolidate a National System of Education.

Key-words: Anísio Teixeira. National System of Education. Educational policies.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Foto do arquivo pessoal de Anísio Teixeira ministrando uma palestra.....	58
Figura 2 – Homenagem realizada aos diretores de Instrução Pública na ocasião da III Conferência Nacional de Educação.....	63
Figura 3 – Anísio Teixeira - Sessão de recebimento do diploma de conselheiro vitalício da Associação Brasileira de Educação.....	64
Figura 4 – Viagem de Anísio Teixeira aos países da Europa em 1925	66
Figura 5 – Fachada do Instituto de Educação: aspectos externos.....	157
Figura 6 – Fachada do Instituto de Educação: aspectos internos.....	157
Figura 7 – Parte inicial da publicação da entrevista de Anísio Teixeira à Revista “O Cruzeiro”	165

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Trabalhos apresentados na Anped de 2000 a 2010.....	37
Quadro 2 – Artigos publicados na revista eletrônica de periódicos SCIELO.....	40
Quadro 3 – Relação das obras de Anísio Teixeira.....	76
Quadro 4 – Apresentação das obras de Anísio Teixeira.....	77

LISTA DE SIGLAS

ABE – Associação Brasileira de Educação

ANPED – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

BIREME/OPAS/OMS – Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Pessoal de Nível Superior

CBPE – Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais

CEDES – Centro de Estudos Educação & Sociedade

CF – Constituição Federal

CFE – Conselho Federal de Educação

CNE – Conselho Nacional de Educação

CONAE – Conferência Nacional de Educação

CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

CRPE – Centro Regional de Pesquisas Educacionais

DASP – Departamento de Administração dos Serviços Públicos

DNSP – Departamento Nacional de Saúde Pública

DSP – Departamento dos Serviços Estaduais e Municipais

EBAP – Escola Brasileira de Administração Pública

EDUFORUM – Fórum de Coordenadores dos Programas em Educação

EUA – Estados Unidos da América

FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental

IESAE/FGV – Instituto Superior de Estudos Avançados em Educação da Fundação Getúlio Vargas

INEP – Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MEC – Ministério da Educação e Cultura

PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação Básica

PNE – Plano Nacional de Educação

PPGE – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo

SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso e Ciência

SCIELO – Scientific Electronic Library Online

SME – Sistema Municipal de Educação

SMFE – Serviço de Matrícula e Frequência Escolar

SNE – Sistema Nacional de Educação

UDF – Universidade do Distrito Federal

UFES – Universidade Federal do Espírito Santo

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UNB – Universidade Nacional de Brasília

UNESCO – Organização Educacional Científica e Cultural das Nações Unidas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 ANÍSIO TEIXEIRA E O SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO: DELIMITANDO O PROBLEMA DE PESQUISA	27
2.1 O SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO E A PRODUÇÃO ACADÊMICA.....	27
2.1.1 O Sistema de Educação: um olhar histórico	29
2.1.2 O Sistema de Educação no contexto das políticas atuais	31
2.1.3 Anísio Teixeira e a educação no Brasil	32
2.2 PENSAMENTO E EDUCAÇÃO BRASILEIRA: PERSPECTIVAS DAS POSIÇÕES DE ANÍSIO TEIXEIRA E OS DILEMAS PARA A CONSTITUIÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO.....	36
2.2.1 O Sistema em questão: múltiplos enfoques	39
2.3 CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA: O SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO COMO UM LEGADO EDUCACIONAL EM DEBATE.....	43
2.4 ANÍSIO TEIXEIRA E O SISTEMA EDUCACIONAL.....	52
2.4.1 Por que Anísio Teixeira?	61
2.4.2 Anísio Teixeira e a Educação: decisões e escolhas	65
2.5 PERCURSOS INVESTIGATIVOS.....	72
2.5.1 O campo de análise	74
3 ANÍSIO TEIXEIRA: CONTRIBUIÇÕES PARA O PENSAMENTO EDUCACIONAL BRASILEIRO E PARA A ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NACIONAL	89
3.1 ANÍSIO TEIXEIRA E A SUAS OBRAS: PENSAMENTO E EDUCAÇÃO NO BRASIL	90
3.2 SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO NO BRASIL: LIMITES E TENSÕES HISTÓRICAS.....	104
3.2.1 Qualidade e quantidade na educação	105
3.2.2 O público e privado na educação	115
3.2.2.1 O sentido público da educação a partir de Anísio Teixeira	120

3.2.2.2 Anísio Teixeira e o Manifesto dos Bispos Gaúchos: limites, posições e oposições entre o público e o privado	122
3.2.3 A centralização e descentralização educacional no contexto brasileiro	128
4 CONSTITUIÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NACIONAL: ARGUMENTOS E PROPOSTAS EM ANÍSIO TEIXEIRA.....	143
5 CIRCULAÇÃO E APROPRIAÇÃO DO PENSAMENTO DE ANÍSIO TEIXEIRA QUANTO À CONSTITUIÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO.....	154
5.1 ANÍSIO TEIXEIRA E A OBRA EDUCACIONAL.....	160
5.1.1 Anísio Teixeira e o Plano Nacional de Educação de 1962.....	163
5.1.2 Anísio Teixeira e o papel do ensino superior.....	167
6 O SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM ANÍSIO TEIXEIRA E A ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NACIONAL: O QUE FIZEMOS NÓS?.....	172
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	182
REFERÊNCIAS.....	188
FONTES.....	188
REFERÊNCIAS.....	190
ANEXOS.....	203
Anexo A – Cessão de Direitos de Uso de Documentos – 30 de ago. de 2011.....	204
Anexo B – Cessão de Direitos de Uso de Documentos – 22 de set. de 2011.....	206
Anexo C – Cessão de Direitos de Uso de Documentos – 29 de jun. de 2012.....	208

1 INTRODUÇÃO

A discussão em torno dos Sistemas Nacionais de Educação (SNE) ganhou relevância à medida que os Estados Nacionais se constituíam, incluindo no contexto mundial um amplo processo de transformação nas relações sociais, políticas, econômicas e na visão de homem e de sociedade, de maneira que, em cada sociedade, a consolidação dos Estados Nacionais se deu por processos diferenciados de acordo com a sua realidade histórica. Esse processo foi influenciado pelo “Renascimento, Revolução Francesa, Iluminismo, Reforma Protestante, Revolução Industrial, Política Econômica Mercantilista” (POMER, 1994, p.19).

Desse modo, considerando os diferentes contextos e momentos históricos na formação dos Estados-nação, observamos que os processos de organização da educação não se estabeleceram de forma isolada, mas criaram um círculo de interação em que os processos se diferenciaram na intensidade com a qual se manifestaram em cada localidade, que certamente trouxe objetivos e organizações distintos para o contexto educacional. De acordo com Luzuriaga (1959), com a consolidação dos Estados Nacionais, o debate em torno da constituição dos Sistemas Educacionais ganhou destaque central, cujo objetivo era criar uma escola estatal para todos.

É interessante observar que a estrutura dos sistemas educativos se articula a um processo eminentemente político, com a organização de alianças para a definição de um tipo de “cidadão”, impondo a necessidade de civilizar a sociedade, mediante as transformações que ocorriam no mundo em frente à nova ordem econômica mundial, culminando na emergência do Estado democrático e na organização da escola primária de ensino obrigatório, com a necessária expansão dos direitos sociais e políticos da classe trabalhadora.

Essa lógica culminou numa campanha pela sistematização da educação, fortalecida pelos países que alçaram desenvolvimento e influenciou as novas Repúblicas que estavam buscando condições para o alcance do desenvolvimento, o que colocou em destaque peculiaridades significativas no processo de organização dos Estados

Nacionais e dos Sistemas Educativos.

Assim, o século XIX ficou conhecido como o “século da educação” conforme as palavras de Anísio Teixeira ao analisar a evolução dos Sistemas Escolares na Europa. O autor identificou questões relevantes desse processo para a compreensão da organização do Sistema Educacional Brasileiro:

Somente no século dezenove o Estado entrou a interferir, maciçamente, na educação escolar. E, a princípio, apenas para criar uma escola diversa das existentes, destinada a ministrar um mínimo de educação, considerado necessário para a vida em comum, democrática e dinâmica, da emergente civilização industrial. Tal escola, ou seja, a escola primária, que logo se faz compulsória, não tem os objetivos da educação escolar tradicional. A que sempre existira, antes de o Estado se fazer educador, e que visava manter o alto status social do grupo dominante. A nova escola popular visa, tão somente, e nunca é demais repetir dar a todos aquele treino mínimo, considerado indispensável para a vida (TEIXEIRA, 1962, p. 12).

É importante considerar que o papel desempenhado pelo Estado educador assumiu várias faces e fases no Brasil, sendo, inclusive, ponto de dissenso por grupos políticos que não concordavam com essa intervenção. Com isso, de acordo com Saviani (2007, p. 168), as dificuldades para a constituição do SNE no Brasil se apresentaram no plano das condições materiais e nos aspectos representados pela mentalidade pedagógica, com forte influência sobre os fins e os meios para o alcance da organização nacional da educação.

Nesse sentido, o Brasil constituiu sua organização educacional em tempos diferenciados de desenvolvimento, se comparado com a Europa, identificando condições distintas na construção desse processo.

As sociedades europeias haviam atingido um grau de desenvolvimento industrial compatível com a crise de superprodução que por sua vez trouxe a luta de classes, rompendo com a unidade nacional [...]. Sob tais condições, o ensino obrigatório para todos visava propagar as virtudes do cidadão, objetivando **restabelecer** a unidade nacional rompida. O sufrágio universal, a escola pública, [...] significavam a extensão dos direitos sociais e políticos à classe trabalhadora como forma de administrar as contradições que a época explicitara. [...] no Brasil o papel atribuído à educação escolar era **criar** uma unidade nacional em torno da qual cada indivíduo, que havia abandonado sua natureza pródiga ou com seu senhor, fosse mobilizado a trabalhar mais em nome do progresso da nação. Como o Brasil apenas havia criado as condições para o desenvolvimento, mas não o próprio desenvolvimento, acreditava-se na escola para formar a alma nacional que levaria ao grau de modernização alcançado nos países centrais (SCHELBAUER, 1998, p.136-1937).

Cabe ressaltar que, no Brasil, esse processo apresentou-se sob muitas contradições, configurando um cenário que inaugurava a independência nacional de (1822) e a coexistência de um regime escravocrata que perdurou até 1888, numa base centralizada pelas decisões do Governo Central. Com isso, a educação e a constituição da escola pública vão afirmar os interesses da elite que pretendia civilizar a população negra e pobre para que pudesse ser inserida na sociedade (VEIGA, 2007).

Observamos, nesse contexto, um deslocamento da escola como meio para assegurar os aspectos econômicos e políticos, que identificavam a concepção de um SNE, associado à expressão de um espírito nacional ligado aos processos de modernização. Essa discussão nos permite compreender que:

O teor das preocupações estava vinculado à consolidação do novo regime político que, acreditava-se levaria a efeito, conjuntamente com a nova organização do trabalho, o projeto modernizador da sociedade brasileira. [...] todavia [...] o Brasil não cria, nesse momento, seu sistema nacional de educação (SCHELBAUER, 1998, p.136).

Dessa forma, na interpretação de Anísio Teixeira (1976, p. 24), o movimento efetivado no País foi contrário ao que emergiu nos países desenvolvidos.

Nós, pelo contrário, expandimos tudo que era, na Europa, resultado de anacronismo ou de errôneas teorias psicológicas, levando os nossos sistemas escolares ao incrível paradoxo de se transformarem em uma numerosa congêrie de escolas de ensino para o lazer, em uma civilização predominantemente de trabalho e produção (TEIXEIRA, 1962, p. 10).

O autor destacou, em suas análises, a concepção mística ou mágica da escola, pela qual toda e qualquer educação tem valor absoluto e, por conseguinte, é útil e deve ser encorajada por todos os modos, tendo a educação escolar como processo de passar, de qualquer forma, automaticamente, ao nível da classe média e ao exercício de ocupações leves ou de serviço e não de produção. Desse modo:

A contradição entre estas novas necessidades educativas e o velho conceito místico e absoluto da escola-bem-em-si-mesma, juntamente com a expectativa de automática ascensão social pela escola que antes analisamos, deve ajudar-nos a identificar a gravidade da falsa expansão educacional brasileira (TEIXEIRA, 1962, p. 11).

Assim, as dificuldades estruturais, conceituais e ideológicas que configuram o debate pela idealização de um projeto nacional de educação, decorrem de imprecisões, acirradas pelas desigualdades econômicas e sociais, bem como de empreendimentos periféricos quanto aos recursos técnicos e financeiros e às tradições históricas que separavam a educação dos ricos e dos pobres.

Nesse percurso, o debate em torno da organização de um SNE no Brasil, que se iniciou no final do Império e ganhou mais vigor a partir da República (1889), teve como principal desafio a erradicação do analfabetismo e a universalização do ensino primário, tarefa essa que não obteve sucesso e se faz presente como dilema ainda não superado, pois conforme Cury (2010, p. 20), “[...] o desafio de um sistema único de educação se radica na própria superação da desigualdade, o que não nos impede da consecução de normas comuns, além de normas específicas, afirmadas no ordenamento jurídico atual”.

Sendo assim, afirmar um Sistema de Educação é reconhecer a necessidade de uma estrutura jurídico-política que amplie as possibilidades do Estado para a educação e vise ao alcance da oferta educativa, que assegure uma educação de qualidade e não seja reduzida “[...] como bem qualquer, mercadoria vendável no mercado” (CURY, 2009, p. 735).

De acordo com Saviani (2008) a tentativa mais próxima da constituição de um Sistema Orgânico de Educação se deu com a implantação dos grupos escolares na reforma de Instrução Pública de São Paulo entre 1890 e 1896. Essa reforma alcançou todos os níveis de ensino, instituiu o Conselho Superior de Instrução Pública, a Diretoria-Geral e a Inspeção de Distrito, em que buscou destacar aspectos quanto à organização escolar na forma dos grupos escolares, à definição de diretrizes pedagógicas curriculares, contendo uma organização administrativa e pedagógica que contemplava elementos para a organização da educação na forma de sistema. Contudo essa reforma não se consolidou plenamente. Influenciada por modelos políticos e interesses econômicos representados pela oligarquia cafeeira, fragmentou a organização educacional pretendida.

Desse modo, uma das questões elucidadas por Anísio Teixeira nos revela o campo de duplicidade vivido pelo Brasil entre o real e o oficial em diferentes momentos de

nossa história e que tiveram forte influência em nossa organização educacional.

Enquanto fomos Colônia, tal duplicidade seria explicável, à luz de proveitos que daí advinham para o prestígio do nativo, perante a sociedade metropolitana e colonizadora, a independência não nos curou, porém do velho vício. Continuamos a ser, com a autonomia, nação de dupla personalidade, a oficial e a real [...]. Com a abolição e a República, entramos porém em período de mudanças sociais, [...] e tem início a expansão do sistema escolar [...]. Tivemos, pois, expansão, mas a imobilidade social, [...] ou seja, retirando qualquer atrativo ao sistema popular de educação, destinado a manter cada um dentro de seu *status social* (TEIXEIRA, 1976, p. 267-272).

As considerações abordadas colaboram para pensar a educação brasileira em um contexto ampliado que envolve aspectos locais e globais, compreendendo que o entendimento da concepção de sistema, fundamentado em Anísio Teixeira, revela, em suas interpretações, antecedentes históricos, políticos e sociais que, tomados em estudo, poderão contribuir para suscitar novas questões compreendendo a necessária atenção ao tema.

Esse movimento anuncia a necessidade de refletir sobre os rumos da educação brasileira, com a devida atenção para as formulações colocadas, na busca de obter clareza sobre quais diretrizes defendemos e quais direções estamos definindo para a educação brasileira, uma vez que toda política se configura num campo ténue de tensões, interesses, num processo intenso de correlações de forças, expresso de modo dinâmico e plural, caracterizando um ciclo constante de formulações políticas na implementação das políticas educacionais.

Corroboramos o pensamento de Ball (2006, p. 26) ao afirmar que “[...] as políticas normalmente não nos dizem o que fazer, elas criam circunstâncias nas quais o espectro de opções disponíveis sobre o que fazer é reduzido ou modificado ou nas quais metas particulares ou efeitos são estabelecidos”.

Diante dessas questões, apresentamos, como foco central da pesquisa, o SNE. Para isso, definimos a necessidade de trazer para este estudo uma discussão que pudesse revelar as bases conceituais do SNE no cenário histórico e político da educação brasileira.

Dessa necessidade surgiu a ideia de tomar, como ponto de partida, as concepções

lançadas por Anísio Teixeira sobre o SNE. Indicamos, como título principal para esta pesquisa de dissertação: *Anísio Teixeira e o Sistema Nacional de Educação: contribuições para o debate sobre as políticas educacionais no Brasil*.

Focamos no trabalho a análise das 12 obras de Anísio Teixeira. Acreditamos que essa escolha representa a possibilidade de compreensão dos contornos estabelecidos ao longo da história da educação brasileira revelada na trajetória vivida por Anísio Teixeira e apresentada em seus livros em um período que passa pelos anos de 1920 até 1970, marcado por um processo de mudanças importantes na organização da educação, na defesa pela *publicização* do ensino, na quebra de paradigmas educacionais, na definição do papel da escola, no ideal de homem e sociedade e da própria organização do Estado brasileiro.

Esse percurso histórico é refletido em nossos dias num movimento de rupturas e permanências, o que nos oportuniza a reflexão e nos permite estabelecer uma ponte entre as suas formulações e as relações que nos desafiam na atualidade, compreendendo que:

Há presentes incendiados de fermento intelectual e presentes estagnados e inertes. É que nos primeiros o passado está vivo no presente e nos abre o futuro. Nos outros, depreciamos o presente e quedamos inertes na adoração do passado. Toda verdadeira crise humana é uma crise de compreensão do presente, neste sentido de ponto de interseção entre o passado vivo e o futuro que vai nascer [...]. Cabe-nos nada mais, nada menos, do que vencer a crise de compreensão bem mais complexa em que se debate a sociedade em desenvolvimento. Tornar o presente compreensível a despeito de suas contradições (TEIXEIRA, 1999, p. 447-460).

Nesse movimento, esta pesquisa nasce de uma inquietude que nos move para o permanente exercício de deslocar o nosso olhar e dar visibilidade a outras possíveis direções, aguçando um espírito de desconfiança para as respostas prontas, indagando as nossas “certezas”, de maneira que as nossas interrogações constituam o desejo de conhecer e criar sentido ético, político e social no fazer da pesquisa/pesquisador.

O recorte escolhido para a pesquisa vem com a necessidade de reconhecer a relação e aproximação de Anísio Teixeira com a temática e a sua relevância teórica e política na constituição do pensamento educacional brasileiro. Observada a

importância de suas contribuições, podemos tomar como exemplo um dos escritos de Lourenço Filho, no artigo *Imagem do pensador*, produção que compõe o livro: *Anísio Teixeira e ação* em que vários autores comemoram o sexagésimo aniversário de Anísio Teixeira. Lourenço Filho expressa sua admiração pelo educador e define sua imagem como a do pensador que assume uma posição filosófica preocupada em problematizar a realidade, finalizando seu texto com a singela homenagem:

Ao completar sessenta anos [...]. Anísio realiza o milagre de ser assim um impenitente otimista, apanágio dos homens tocados da graça de compreender, projetar e construir, sem que esmoreçam a confiança na força construtora do pensamento. Tais predicados é que fazem de certos homens grandes figuras morais, isto é, personalidades sem as quais não seriam exatamente os mesmos o seu meio e o seu tempo, se deles estivesse estado ausente e não exatamente os mesmos não só na hora que com eles passe, mas o futuro (LOURENÇO FILHO, 1960, p.166).

Esse relato permite refletir quanto aos sentidos e significados atribuídos à obra do educador Anísio Teixeira refletida na atitude de um homem preocupado em pensar os problemas da realidade. Desse modo a proposta de análise de suas formulações, a partir de suas obras, revela-nos a possibilidade de obter um campo fértil para produzir novos sentidos com relação à questão do SNE discutida e destacada em suas produções.

Assim, podemos criar uma lente de aumento em frente às definições que sustentam as teorias com relação ao Sistema de Educação, vendo nesta pesquisa, um indicativo para a descoberta de pistas para a superação do que Orlandi (1969) denomina como “flutuações pedagógicas”, quando retrata os modismos e tendências metodológicas, sinalizando o enfoque necessário ao espírito crítico em assumir a teoria em sua práxis, de modo reflexivo e inventivo.

Nesse percurso, torna-se relevante colocar em análise a temática, a partir dos contornos, contextos políticos, sociais, econômicos que permeiam o movimento dinâmico da história de maneira marcante e presente, corroborando as ideias traduzidas por Schelbauer (1998), que afirma que a organização de um SNE no Brasil permaneceu no campo das “ideias que não se realizam”. Tendo em vista as relações do Estado com a educação e mesmo com o advento da República, não conseguimos superar essa lacuna e consolidar a construção de um projeto que atendesse às necessidades educativas da sociedade, anunciando a distância que

alargou o Brasil dos “valores proclamados e os valores reais”, na organização da educação nacional. E isso nos revela a riqueza deste estudo e as possibilidades de ampliação da nossa análise diante do tema.

Sendo assim, esta pesquisa pretende partir de uma perspectiva histórica e política, tendo como principal objetivo analisar as concepções de SNE nas obras de Anísio Teixeira. Nossa intenção é sair do lugar comum e pautar essa discussão num exercício reflexivo das configurações e contornos que se estabeleceram no contexto educacional e nas concepções que estiveram presentes no pensamento de Anísio Teixeira com relação ao Sistema de Educação no Brasil.

Para conduzir o desenvolvimento da pesquisa, definimos, como objetivos específicos, a necessidade de:

- a) investigar a concepção de SNE, no pensamento de Anísio Teixeira por compreender a importância desse educador como referência para a compreensão da organização da educação brasileira;
- b) compreender com base em quais argumentos Anísio Teixeira defendia a importância da organização sistemática do contexto educacional brasileiro;
- c) identificar como os argumentos produzidos por Anísio Teixeira em suas obras circulavam e circulam nos debates travados acerca da constituição de um SNE no Brasil;
- d) discutir a importância da produção de Anísio Teixeira quanto às contribuições de suas obras para a problematização de políticas voltadas para a instituição de um SNE no Brasil.

A estrutura do trabalho foi organizada em cinco capítulos. O primeiro trata da definição da temática e da contextualização do problema, com destaque para os enfoques dados à questão do Sistema e à aproximação de Anísio Teixeira com a discussão. Neste capítulo nos apropriamos do debate da produção acadêmica, para compor as discussões elencadas na pesquisa, tendo em vista as motivações que elas apontaram para a realização deste estudo.

No segundo capítulo, buscamos enfatizar as concepções de Anísio Teixeira com relação à organização da educação nacional, tomando como ponto de análise as tensões que envolvem as políticas educacionais, quanto às relações estabelecidas entre: centralização e descentralização, quantidade e qualidade e público e privado. Nesse debate, destacamos como essas tensões se apresentaram nas obras de Anísio Teixeira e revelaram um campo de disputa, impondo verdadeiros impasses e obstáculos para a constituição de um SNE.

Nesse sentido, após identificação dos desafios situados no contexto educacional brasileiro, pelo grupo de tensões que compõe as políticas educacionais, buscamos, no terceiro capítulo, nos aproximar dos argumentos produzidos por Anísio Teixeira em relação à organização de um Sistema Educacional, ressaltando como essa ideia foi defendida.

No quarto capítulo, buscamos identificar de que maneira a sua obra circulava no debate sobre educação brasileira. Trabalhamos com a apresentação de alguns instrumentos utilizados por Anísio Teixeira que evidenciaram a circulação de ideias e posições no contexto educacional, identificada na forma direta que estabelecia nas suas produções, bem como na permanência de sua posição quanto à constituição de um Sistema Democrático de Educação.

Com isso, observamos que, ao longo de sua ação, vamos montando o quebra-cabeça, pontuando elementos concretos para a organização de um SNE que não foi concretizado à sua época, mas contribuiu com a sua atuação na implementação de reformas e nos debates em torno das políticas educacionais para o pensamento educacional brasileiro, tornando as suas inquietações e posições questões atuais com relação à universalização da escola pública, à promoção de uma educação de qualidade, à afirmação do princípio de liberdade e democracia, entre outros aspectos que compunham a sua visão de educação.

Assim, a produção e ação projetada por Anísio Teixeira marcou o direcionamento de políticas públicas para a educação, o que fez com que algumas dessas diretrizes e princípios estivessem presentes na organização atual das políticas educacionais no Brasil. Desse modo, suas ideias proporcionaram e proporcionam atuações em um campo permanente de ação, afirmando a contemporaneidade de Anísio Teixeira

como um instrumento de luta para a consolidação de um projeto nacional de educação que se move, ainda, em um terreno de impasses e disputas.

Por fim, no quinto capítulo, focamos nosso olhar para as bases que compõem a educação brasileira. Destacamos a atuação de Anísio Teixeira nesse debate político da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1961, estabelecendo uma ponte para a configuração atual. Identificamos o percurso construído e quais apropriações temos feito para a consolidação de um SNE.

Nossas considerações finais indicam que as obras de Anísio Teixeira nos revelam uma questão central para a organização da educação nacional, traduzida por ele como um problema profissional, político e financeiro. Dessa maneira, compreendemos o necessário aprimoramento do modelo federativo brasileiro para que possamos criar condições para a constituição de um SNE.

Cabe ressaltar que o trabalho não pretende realizar uma discussão polarizada entre o certo e errado, mas compor um estudo que possa dialogar com as bases teóricas, de modo a problematizar as lacunas, as brechas, compreendendo o necessário aprofundamento teórico para a concepção de SNE, a partir das ideias de um clássico, que parece ter sempre algo a nos dizer, a direcionar nosso olhar para onde não foi sinalizado, realizar o exercício da crítica sem vilipendiar os significados, os sentidos, a relevância e as contribuições já existentes para o tema em análise.

Dessa forma, faz-se necessário compor novas paisagens no cenário educacional, em que a leitura de Anísio Teixeira seja fonte de investigação e não apenas uma referência ou lembrança, mas que aponte a necessidade de realizar a crítica interna e externa, a fim de elaborar reflexões a partir do seu pensamento e das raízes deixadas, constituindo-se, decerto, nossa trilha, para análise do estudo do SNE, a compreensão de que sua leitura:

[...] permanece atual e responde às necessidades contemporâneas. Toda concepção educacional de Anísio continua válida e constitui-se em princípios absolutamente atemporais e básicos para a efetivação de um processo coerente as exigências sociais (ASSMAR, 2001, p. 99).

Contudo, sabemos da necessidade de estabelecer algumas delimitações no âmbito da análise, haja vista as limitações cronológicas que requerem tempo para a

produção de uma dissertação. Por isso, assumiremos aqui o desafio de buscar o aprofundamento necessário que requer essa temática, suscitando novas aspirações, constituindo indicativos para que este não seja um estudo com um fim em si mesmo, mas que possa anunciar sua continuidade e necessária evidência no campo que permeia a história das políticas educacionais em nosso País.

2 ANÍSIO TEIXEIRA E O SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO: DELIMITANDO O PROBLEMA DE PESQUISA

2.1 O SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO E A PRODUÇÃO ACADÊMICA

Para uma maior compreensão da temática, sentimos necessidade de buscar, a partir dos estudos já realizados, pistas para o aprofundamento da pesquisa, que pretende analisar a concepção de SNE em Anísio Teixeira (1900-1971). Tomamos como ponto de partida os estudos que se aproximam e se relacionam com o enfoque deste trabalho, a fim de realizar um mapeamento sobre a produção acadêmica que tangencia a nossa questão de investigação.

Iniciamos nossa busca na Plataforma de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes),¹ recorrendo às produções acadêmicas destacadas entre o ano de 1987 a 2010. Foi possível observar que nenhum trabalho aborda o Sistema Educacional sob o ponto de vista de sua concepção ou relaciona a temática ao pensamento de Anísio Teixeira, mas constatamos que as produções em torno do Sistema de Educação aparecem de maneira muito diversa, o que nos aponta, nesta leitura preliminar, a necessidade de aprofundar este estudo, uma vez que as próprias pesquisas situam temáticas que perpassam a organização educacional, tomada como se esse Sistema já estivesse sido configurado.

Sendo assim, identificamos nas dissertações e teses dois grupos de abordagem a respeito do tema. Um primeiro grupo de pesquisas que discutem o Sistema de

¹ “A Coordenação Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- atual (CAPES), foi criada em 11 de julho de 1951, pelo Decreto nº 29.741, com o objetivo de assegurar a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficiente para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visam ao desenvolvimento do país. Vale ressaltar que Anísio Spínola Teixeira foi designado Secretário-Geral da fundação, no período de (1952-1964), desempenhando importantes ações, implantou o Programa Universitário, estimulou atividades de intercâmbio e cooperação entre instituições, concessão de bolsas de estudos e apoio a eventos de natureza científica. No ano de de 1964 em virtude da acensão do golpe militar, Anísio deixa o seu cargo e uma nova diretoria assume a CAPES. Atualmente, o papel da CAPES, foca na expansão e consolidação da pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) em todos os Estados da Federação” (PORTAL DA CAPES- HISTÓRIA E MISSÃO, 2010).

Educação e que não fazem relação com Anísio Teixeira, subdividindo-se em pesquisas que enfatizam aspectos do ponto de vista histórico e que discutem a constituição do Sistema Educacional no Brasil, registrando as distinções estabelecidas no Período Colonial, no Império e na República, e outras pesquisas que voltam suas análises no Sistema Educacional a partir do contexto das políticas educacionais, com foco na organização e gestão, concentrando ênfase nos Sistemas Municipais de Ensino (SME). Compreendemos que esses estudos assumem forte relação com o debate em meados dos anos de 1990, em torno da municipalização do ensino, com a influência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/96 (LDB) que regulamentou a criação dos (SMEs) e com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef), instituído pela Emenda Constitucional nº 14/96 e pela Lei nº 9.424/96, pondo em discussão a redistribuição dos recursos e das competências entre Estados e municípios.

Nessa organização, em um segundo grupo, temos pesquisas que enfocam a figura de Anísio Teixeira, relacionada com a escola pública e os aspectos que compõem a sua organização, visualizados em momentos que marcaram sua vida pública e as influências filosóficas do pensamento norte-americano fundamentado por John Dewey. Não localizamos nas abordagens a discussão ou relação em torno da constituição do SNE.

Nesse sentido, é interessante perceber que os trabalhos que retratam Anísio Teixeira aprofundam muito mais os aspectos filosóficos em análises de momentos específicos de sua trajetória. Existe pouca articulação do seu pensamento com a construção de um Projeto Nacional de Educação e uma análise mais aprofundada da sua influência política no pensamento educacional brasileiro.

Para a exposição do levantamento realizado, partiremos dos trabalhos que trazem como tema a discussão do Sistema de Educação a partir de uma abordagem histórica. Em seguida, os estudos que abordam o Sistema no contexto de sua gestão, bem como a análise dessa organização. Por último, as pesquisas que trazem a figura de Anísio Teixeira e que relacionam aspectos pertinentes à educação brasileira. Vale ressaltar que o levantamento desses estudos nos possibilita uma compreensão mais ampla e um maior aprofundamento da temática proposta para

esta pesquisa.

2.1.1 O Sistema de Educação: um olhar histórico

O debate sobre a constituição de um SNE no Brasil é, sem dúvida, um debate histórico, articulado à própria configuração do País em seus diversos períodos, somada às transformações dos aspectos políticos, econômicos e das reconfigurações nas relações sociais de cada momento. Nessa direção, podemos situar Francisco Carlos A. Albuquerque (1992) que desenvolveu um estudo buscando analisar como se encarou historicamente, na formação social brasileira, a implantação do Sistema de Instrução Pública. Albuquerque (1992), tomando como base o pensamento pedagógico de Dermeval Saviani e Miguel Arroyo, apresenta um estudo preliminar das posições teórico-ideológicas desses autores, como subsídio para explicar e analisar um painel lógico, histórico e conceitual da Instrução Pública, notadamente para o caso brasileiro. Suas análises ressaltam, a partir das posições desses autores, as aproximações e distanciamentos com relação ao papel da escola pública e à organização do Sistema de Instrução Pública no Brasil, pondo em destaque as lacunas em torno da organização da educação no País.

Nesse viés da história, Rita de Cassia Andrade (1993) aborda aspectos relacionados com a ideologia e a educação no Brasil, construindo uma análise da organização e estrutura educacional no Brasil Colônia, no Império e na República, quando se identifica o estabelecimento e a fixação da estrutura política e econômica na sedimentação do poder metropolitano e a cooptação de modelos estrangeiros, afirmando um caráter de dependência no Brasil. Os pontos retratados neste estudo tomam o desenvolvimento educacional no País com ênfase nos aspectos ideológicos e na influência do poder metropolitano. Sendo assim, tornam-se importante a compreensão desses períodos históricos e a análise das especificidades de cada contexto, para a identificação das rupturas e permanências que constituem o processo educacional brasileiro, de modo que seja possível partir dessa compreensão para identificar em que momento histórico a discussão em torno da organização do SNE está situada e quais influências dos contextos do Brasil

Colônia e Império estão imbricadas nesse debate.

Na busca por aprofundar o debate com relação aos aspectos que mobilizaram a sociedade e a educação em fins do século XIX e início do século XX, a dissertação de Analete Regina Schelbauer (1997), com o título *Ideias que não se realizam: o debate sobre a educação do povo no Brasil de 1870 a 1914*, buscou analisar as discussões educacionais em meio à transição do trabalho escravo para o trabalho livre e a composição do debate educacional no momento de transição da Monarquia para a República, evidenciando as inflexões quanto às finalidades educacionais, à formação da cidadania e à organização dos Sistemas Educacionais de Ensino.

Schelbauer (1997) destaca a campanha universal pela democratização do ensino, que teve como resultado, nos países mais desenvolvidos economicamente, a criação da escola básica e obrigatória com a organização dos seus sistemas nacionais de educação, focando, em suas análises, as motivações e mobilizações a favor de uma educação para todos. Esses aspectos evidenciam como as discussões, com relação à construção de um projeto nacional de educação, ganham força no final do século XIX, diante das transformações políticas e das expectativas de um novo regime político. Nesse sentido, o estudo mostra a necessidade de problematizar as transformações ocorridas quanto à organização do Estado brasileiro e ao debate em torno da constituição do SNE.

Para aprofundar o processo de escolarização como fenômeno histórico e problematizar as ideias e orientações nacionalizantes e racionalizantes, a tese de Cecília Hanna Mate (1998) discute o projeto de Educação Nacional, destacando como o sistema de ensino adquiriu configuração nacional no Brasil dos anos 30, produzindo um modelo de escola para São Paulo. A autora traz a circulação dessas ideias nas revistas “Escola Nova”, “Educação” e em exemplares publicados pela Diretoria de Instrução Pública. Assim, considera que a vinculação desse discurso de racionalidade se revelou como imposição de um projeto padronizador de educação.

Ricardo José Lima Bezerra (2001) foca em seu estudo a formação do Sistema de Educação durante a Primeira República (1889-1930) no Brasil e em Pernambuco, investigando a legislação criada e os impactos provocados no Sistema Educacional desse período.

Observamos que esse conjunto de pesquisas, em sua maioria, aborda recortes de determinados períodos da história para realizar as análises sobre a organização educacional, tendo como foco as relações vivenciadas nesse contexto, a influência da difusão dos modelos educacionais e os impactos provocados na estrutura educacional dentro de cada período investigado. É interessante ressaltar que os estudos localizados apresentam uma análise histórica da educação brasileira, mas não evidenciam o SNE como foco central de investigação. Nesse sentido, nosso interesse quanto à questão do SNE se mostra oportuno, haja vista a necessidade de maior articulação da história com as problematizações do nosso presente para que possamos ampliar as lentes de análise e produzir novos elementos de discussão.

2.1.2 O Sistema de Educação no contexto das políticas atuais

Os trabalhos que serão destacados sinalizam uma direção mais vinculada ao contexto das políticas atuais e colocam em evidência estudos relacionados com a reorganização das políticas educacionais, as formas de gestão e modelos governamentais que são estabelecidos na organização dos Sistemas de Ensino, com ênfase para o SME. Dentre os estudos realizados, temos o trabalho de José Marcelino de Rezende Pinto (1989), que aborda os impactos da municipalização do ensino, sobre a perspectiva do financiamento público, e apresenta alternativas para uma gestão democrática dos Sistemas de Ensino que busque equidade na aplicação desses recursos.

Dessa forma, considera que o modelo de desenvolvimento econômico brasileiro é de natureza concentradora, tanto do ponto de vista da distribuição de renda entre as classes sociais e as regiões, dificultando a consolidação de uma gestão eficiente para a distribuição dos recursos. Assim, destaca a importância do Estado para compensar essas desigualdades e acredita que o controle popular, via conselhos, pode ser um aliado no acompanhamento da aplicação e gestão dos recursos

públicos.

A partir desse percurso de análise do processo de municipalização, destacamos a pesquisa de Silvia Cristina de Souza (2005) que aponta a trajetória da municipalização no Estado de São Paulo, analisando a experiência de municipalização e criação de Sistemas de Ensino dos municípios de Catanduva, Lins e Mauá. A autora busca, a partir da análise desses três municípios, compreender como se deu o processo de organização dos SMEs.

Nesse contexto dos Sistemas Municipais, encontramos estudos que revelam as dificuldades dos municípios em assumir sua autonomia e independência em relação aos Sistemas Estaduais de Ensino. Sob esse prisma, Rute Couto Abreu (2006) desenvolve um estudo de caso numa cidade mineira, investigando a organização educacional do município que optou por não criar seu Sistema de Ensino. Constata uma política pautada no patrimonialismo estatal, criando um imobilismo e passividade, por parte dos dirigentes municipais, em promover maiores avanços e ações voltados para os processos de socialização do poder, democratização de espaços públicos e para o processo de autonomia municipal.

Na via do processo de institucionalização do SME, Vanilson Oliveira Paz (2009) analisa a criação do Sistema Municipal de Ananindeua no Estado do Pará. Acompanha os processos instituídos pela criação da lei até a formulação da política educacional. Suas considerações apontam que essa organização foi uma escolha política que deu visibilidade aos problemas locais, identificando a necessidade de incluir novas formas de gestão das instâncias públicas.

Esses estudos abordam os aspectos referentes ao processo de municipalização, com foco de análise para a implementação dessa política, os desafios, impactos e perspectivas que se colocam em frente a esse debate.

2.1.3 Anísio Teixeira e a educação no Brasil

Apresentaremos neste grupo os estudos que destacam a figura de Anísio Teixeira e fazem relação com a educação brasileira. É importante ressaltar que localizamos trabalhos que focam aspectos relativos às concepções em torno dos modelos de educação, de escola e a definição de políticas numa abordagem mais filosófica do seu pensamento e outras pesquisas que falam da atuação de Anísio Teixeira e da influência norte-americana, baseadas em John Dewey, com ênfase nos aspectos de sua vida e obra como educador no Brasil.

Dos trabalhos relativos às formulações teóricas do pensamento de Anísio Teixeira, identificamos o trabalho de Luis Carlos Barreira (1989), que analisa as concepções dependentistas e desenvolvimentistas expressas nas formulações teóricas de Anísio Teixeira sobre o papel da educação escolar no processo de reconstrução da educação brasileira a partir dos anos de 1930, com foco na década de 1950. O autor associa as bases de sustentação do projeto educacional no Brasil às relações de poder, articuladas ao desenvolvimento do capitalismo em âmbito nacional e mundial, o que permitiu à burguesia negociar a escola pública com seus interesses. Em suas conclusões, afirma que o projeto de desenvolvimento econômico, associado ao capital estrangeiro, prescindia do modelo de escola pública formulado por Anísio Teixeira. Desse modo, considera que a burguesia se utilizou das formulações de Anísio Teixeira para articular a sua dominação, transformando a educação num espaço privilegiado de construção de sua hegemonia.

Também na perspectiva dos conceitos e concepções em torno da educação, Vera Lúcia Marques Leite (1990) busca compreender o conceito de escola única, em Anísio Teixeira, no período de 1924 a 1935, apresentando definições de como Anísio Teixeira compreendia a escola, constatando que ele partia da negação da escola única firmada pelos princípios franceses de uniformização, tendo como consequência a realização de uma obra que representa uma nova direção nas preocupações pedagógicas brasileiras. Sandra Regina Soares (1995) direciona sua pesquisa sobre a questão da não universalização da escola pública no Brasil, enfatizando a Região Nordeste. A autora parte do resgate das proposições defendidas por Anísio Teixeira, quanto à estrutura e à gestão do Sistema

Educacional, apontadas na década de 1940, problematizando o porquê de essas proposições não terem sido efetivadas no Brasil, especialmente no Nordeste.

Nesse percurso de investigação, podemos destacar o estudo de Aparecida Favoreto (1998) que discute qual é a concepção de progresso que constituiu o projeto de reforma educacional elaborado por Anísio Teixeira durante a década de 1930 no Brasil, tendo como pressuposto que a ideia de progresso e modernidade está relacionada com a estrutura socioeconômica de cada época. Procura demonstrar que o debate educacional em 1930 ia além de querer ensinar o indivíduo a ler e escrever. Busca, nas obras de Anísio Teixeira e de outros autores de sua época, mostrar que, em conjunto com essa proposta, visava-se a formar o homem com espírito nacional. A autora considera que o debate educacional produzido por Anísio Teixeira nos anos 30 revela a relação interdependente entre sociedade e educação, e a natureza dos ideais, das necessidades educacionais presentes naquele momento, identificando que, mais do que uma luta entre "proletariado" e "burguesia", tratava-se de uma luta travada entre "atraso" e "modernidade".

Dentre essas perspectivas de análise do pensamento de Anísio Teixeira, a tese de Solon Santana Fonte (2005) integra esse conjunto de trabalhos que examina o papel do intelectual na cultura e os influxos iluministas com os quais se inspira como educador. O estudo registra o contexto do Brasil de 1920 a 1960 e suas transformações, destacando como o pensamento e a ação de Anísio Teixeira viabilizaram seu projeto de reforma da educação no País, entendido como premissa do esclarecimento de seu povo e de sua modernização econômica e sociocultural.

Com relação aos estudos que enfatizam, como ponto central de análise, a figura do intelectual Anísio Teixeira em momentos variados de sua trajetória pública, temos a tese de Zilda Clarice Rosa Nunes (1991), que desenvolve a análise da bibliografia de Anísio Teixeira no período de 1900 a 1935. A autora destaca a opção de Anísio Teixeira pela educação, analisa a construção de sua identidade e faz uma leitura da reforma de Instrução Pública no Distrito Federal entre 1931 e 1935, considerando que o foco sobre o sujeito singular permitiu a descoberta do sujeito coletivo, em meio a um movimento de intervenção modernizadora.

Ainda, com enfoque biográfico, temos a dissertação de Antônio Roberto dos Santos

(1999) que analisa a vida e a obra do educador Anísio Teixeira, enfatizando sua luta pela democratização do ensino e da sociedade. O autor registra a sua apropriação das contribuições do liberalismo e do socialismo, considerando a significativa representatividade de Anísio Teixeira para a educação brasileira. Contudo destaca que Anísio Teixeira se antecipou a uma postura comum entre os intelectuais da atualidade, na busca de uma via mestra que sintetizasse os avanços do liberalismo e do socialismo.

Para completar esse grupo, localizamos a pesquisa de Anita Adas Gallo (2003) que analisa a trajetória de vida e a articulação de Anísio Teixeira no movimento renovador brasileiro, destacando a influência da filosofia de “deweyana” no Brasil. São discutidos os conceitos de democracia e ciência do pensamento de Anísio Teixeira, sua inserção no movimento renovador desenvolvido durante os anos de 1930 a 1960. Suas ideias são analisadas com base em cinco artigos, publicados nas décadas de 1930 e 1950 pelo Departamento de Educação do Estado de São Paulo, do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep) e pelo Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE). A pesquisa considera que Anísio Teixeira busca romper a dicotomia indivíduo e sociedade, vista como o principal impedimento para a construção de uma sociedade democrática por meio da escola.

Vale ressaltar que, no ano de 2000, foi realizada a comemoração do centenário do nascimento de Anísio Teixeira com ampla divulgação e homenagens entre os principais centros acadêmicos do País, fato que nos leva a observar que as pesquisas que concentraram estudos sobre a vida e obra do educador estão muito próximas desse ano de comemoração ou foram realizadas um pouco após esse evento.

2.2 PENSAMENTO E EDUCAÇÃO BRASILEIRA: PERSPECTIVAS DAS POSIÇÕES DE ANÍSIO TEIXEIRA E OS DILEMAS PARA A CONSTITUIÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Nessa perspectiva, foram analisadas as discussões realizadas nas reuniões anuais

da Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped)². Foram pesquisados os trabalhos dos grupos de História da Educação (GT2) e Políticas Educacionais (GT5), bem como os trabalhos encomendados, correspondentes à 23ª reunião no ano de 2000 até a 33ª reunião de 2010. Vale ressaltar que, para fins de apresentação, os trabalhos foram divididos entre os temas que focam a figura de Anísio Teixeira, expressos nas mais variadas situações do campo educacional, e o trabalho encomendado de Saviani (2008), que traz como abordagem a questão do SNE. Considerando o envolvimento do autor com a temática, queremos destacar alguns aspectos presentes na sua discussão.

No contexto geral das produções localizadas na Anped e que podem trazer contribuições para a pesquisa, podem-se destacar as que integram o quadro a seguir:

² De acordo com Cunha (2008), a Anped surge a partir de um projeto elaborado por um grupo de trabalho formado por docentes-pesquisadores do Rio de Janeiro. Em 1977, foi, então, constituída juridicamente por representantes de 17 programas: 11 de universidades federais, 3 de universidades católicas, 2 de universidades estaduais paulistas e o Instituto Superior de Estudos Avançados em Educação da Fundação Getúlio Vargas (IESAE/FGV), com a ambivalência entre o público e o privado, que caracterizava a Fundação Getúlio Vargas. Dos 17 programas fundadores da Anped, 13 eram de universidades públicas, quase todos situados nas capitais. As exceções eram Santa Maria e Campinas. Seu principal objetivo é buscar a consolidação e o desenvolvimento do ensino de pós-graduação e da pesquisa na área de educação no Brasil, difundindo e alargando a produção acadêmica de todo o País.

QUADRO 1 – TRABALHOS APRESENTADOS NA Anped DE 2000 A 2010

REUNIÃO ANPED	23ª reunião (2000)	28ª reunião (2005)	31ª reunião (2008)	32ª reunião (2009)
TRABALHO ENCOMENDADO	Pedro Angelo Pagni: Anotações sobre a filosofia da educação de Anísio Teixeira		Dermeval Saviani: Sistema Nacional de Educação: conceito, papel histórico e obstáculos para sua construção no Brasil	
GT2 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO		Lúcia Maria da Franca Rocha e Eva Waisros Pereira: Anísio Teixeira e o plano de educação de Brasília		
GT 5 POLÍTICA EDUCACIONAL				Fernando Gouvêa: Anísio Teixeira e os treze ministros: a "estratégia doce" de um "apolítico" (1951-1964)

Fonte: Portal Anped – quadro elaborado pela autora.

Os trabalhos selecionados dão ênfase às posições que caracterizam a figura de Anísio Teixeira com relação ao ambiente político, filosófico e à organização educacional. Realiza-se também o destaque para as discussões, a localização histórica e os desafios para a constituição de um SNE.

É impossível negar a perspectiva filosófica assumida por Anísio Teixeira e a sua preocupação com os fins da educação e com a própria concepção de homem. O trabalho de Pagni (2000) traz, a partir do resgate das comemorações do centenário de Anísio Teixeira, as variadas posições a seu respeito, resgata a pouca atenção dada à sua contribuição no campo da Filosofia da Educação, como intérprete do pragmatismo na reflexão das questões educacionais, cuja marca representou, aqui, no Brasil, o movimento escolanovista, concebido por Anísio Teixeira num constante exercício de revisão das relações entre Filosofia e Educação.

Vale destacar que esse trabalho apresenta as nuances do pensamento de Anísio Teixeira, descrevendo esse movimento a partir da década de 1930, apontando novos posicionamentos e percepções de suas concepções nos anos de 1950. Desse modo, segundo o autor:

Os sinais de mudança das instituições educativas que vinha se observando no Brasil a que se refere Anísio Teixeira seria fruto de todas as iniciativas desenvolvidas pelo movimento escolanovista. Além disso, a 'nova filosofia da sociedade democrática' já vinha sendo propagada por ele desde os anos 1930. Porém, agora, nos anos 1950, Anísio Teixeira parece entender a democracia de um modo menos doutrinário e vanguardista do que aquele que acabou assumindo em 1936. Mais do que isso, Anísio Teixeira acabou questionando esse modelo seguido em parte por ele e por alguns dos Pioneiros da Educação Nova (PAGNI, 2000, p. 29).

Esse trabalho elucida o caráter transitório do pensamento de Anísio Teixeira, ajuda-nos a perceber a sua relação com as bases filosóficas de Dewey e o modo como vai constituindo sua própria visão, com relação aos problemas da educação, do conhecimento, da moral e da democracia. O próprio Anísio Teixeira (2005, p. 374), reconhece que a “[...] filosofia de Dewey é um processo de crítica, na descoberta de elementos e orientações para a vida humana. A filosofia é uma teoria da vida”.

Diante dessas considerações, o trabalho aponta para uma direção importante no pensamento de Anísio Teixeira. Embora não traga uma relação direta com a temática pretendida nesta pesquisa, o enfoque dado nos revela a necessidade de análise desse campo filosófico para a compreensão do seu posicionamento teórico e político no campo da educação.

Os trabalhos de Rocha e Pereira (2005) e Gouvêa (2009) partem de um mesmo período, marcando, na década de 1950, um ponto de referência para suas produções. Rocha e Pereira (2005) propõem uma análise do Plano Educacional de Brasília, sob orientação de Anísio Teixeira no final da década de 1950, período em que era diretor do Inep. Esse estudo nos traz um aprofundamento do que se idealizava como Sistema de Educação para a Capital, viabilizando a sua adequação ao Estado democrático. Nesse sentido, as autoras apontam que a ideia era:

Estruturar um sistema de educação único, democrático, acessível a todos, independentemente da classe social, centrado no indivíduo e no

desenvolvimento de suas potencialidades e sem a velha dicotomia entre formação geral e formação especial, entre formação para o trabalho e formação para o lazer, enfim, entre o útil e o ornamental, que tem caracterizado a educação brasileira ao longo do tempo. Assim, para transformar um sistema de educação discriminatória, de privilégios, em um sistema de educação democrático, igualitário, conforme era a pretensão manifesta de Anísio Teixeira, a instituição escolar teria de ser repensada em seus fundamentos, alterando seus objetivos, a sua organização e os modos de funcionamento (ROCHA; PEREIRA, 2005, p. 7).

Esse trabalho nos auxilia na reflexão das articulações políticas de Anísio Teixeira e na maneira como as direciona para a construção de um Plano de Educação inovador para a Capital do País, idealizado no documento chamado “Plano de Construções Escolares de Brasília”, que apontou como referência a educação comum e obrigatória, destinada a todos, inspirada na experiência do Centro Educacional Carneiro Ribeiro, conhecido como Escola Parque, implantado em Salvador.

As análises realizadas por Gouvêa (2009) retratam um interessante percurso para pensar os lugares ocupados por Anísio Teixeira e a relevância das tramas políticas para a compreensão do seu pensamento. O título provocativo do seu trabalho problematiza e contrapõe-se à denominação dada a Anísio Teixeira como “apolítico” e às indicações de neutralidade do projeto anisiano, desvelando o complexo contexto político da época retratado e detalhado na passagem dos 13 ministros titulares na pasta de Educação e Cultura.

Essa produção nos concede pistas para a orientação da pesquisa no que se refere ao caráter político do período vivido por Anísio Teixeira e chama a atenção para a relevância de não se perder de vista esses contornos e relações.

2.2.1 O Sistema em questão: múltiplos enfoques

Para ampliar o repertório de produções, buscamos, nas publicações divulgadas no portal de periódicos Scielo – Scientific Electronic Library Online (Biblioteca Científica

Eletrônica em Linha),³ outras perspectivas de análise para o tema. No contexto geral dos estudos, identificamos uma considerável produção representada na década de 2000 e que trata de modo variado a questão do Sistema de Educação, identificada no quadro que segue:

QUADRO 2 – ARTIGOS PUBLICADOS NA REVISTA ELETRÔNICA DE PERIÓDICOS SCIELO

AUTOR	TEMA	ANO
Nora Rut Krawczyk e Vera lúcia Vieira	Homogeneidade e heterogeneidade nos sistemas educacionais: Argentina, Brasil, Chile e México	2006
Silke Weber	Relações entre as esferas governamentais na educação e PDE: o que muda?	2008
Carlos Roberto Jamil Cury	Sistema Nacional de Educação: desafios para uma educação igualitária e federativa	2008
Dermeval Saviani	Sistema Nacional de Educação articulado ao Plano Nacional de Educação	2010
Gilda Cardoso de Araujo	Constituição, federação e propostas para o novo Plano Nacional de Educação: análise das propostas de organização nacional da educação brasileira a partir do regime de colaboração	2010

Fonte: Portal SCIELO – quadro elaborado pela autora.

Das referências que podem apresentar relações com o interesse desta pesquisa,

³ O portal Scielo, se constituiu num modelo desenvolvido para atender as necessidades de comunicação científica na América Latina e Caribe, contendo atualmente um total de 948 Periódicos, 25.521 Fascículos, 374.893 Artigos e 7.996.064 Citações. Foi implantado no início do ano de 1997 com um projeto cooperativo entre o Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (BIREME/OPAS/OMS) e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). O portal Scielo Brasil, começou a operar publicamente em 1998 e vem desde então representando um espaço fértil e significativo para a difusão do campo acadêmico e científico, daí a escolha de explorá-lo, com vistas a ampliar o leque de estudos realizados com relação à problemática que envolve o tema sobre o Sistema Nacional de Educação” (SCIELO, 2011).

situamos o artigo de Nora Rut Krawczyk e Vera Lúcia Vieira (2006). O trabalho parte da composição de um estado da arte a partir das 186 produções, divididas entre os países: Brasil (62), Argentina (45), Chile (36) e México (43). O artigo busca analisar os processos de mudanças ocorridos nesses países, tendo como enfoque a década de 1990, destacando o caráter homogêneo e homogeneizador, identificado nas propostas nacionais, na definição das políticas e no contexto das reformas, constatando que:

O conjunto das pesquisas evidencia que as reformas têm um caráter homogêneo e homogeneizador – tanto na compreensão das realidades nacionais quanto em suas propostas, padronizando a política educacional na região. Quando se reflete sobre os aspectos das condições de desenvolvimento particular dos países, entretanto, observa-se que as reformas se processam em sociedades com histórias distintas que, de alguma forma, intervêm na concretização das mudanças, o que lhes conferiria especificidades nacionais. Isso não invalida o fato de que a reforma educacional tenha produzido rupturas institucionais que fragilizam práticas sociais historicamente constituídas (KRAWCZYK; VIEIRA, 2006, p. 675).

Esse estudo nos permite visualizar o contexto internacional na constituição dos Sistemas e de sua organicidade, bem como aprofundar a análise no contexto de reformas educacionais. No entanto, embora o contexto retratado no artigo nos remeta a uma reconfiguração mundial diferente da vivida por Anísio Teixeira, chama-nos a atenção pelo efeitos produzidos pelas reformas educacionais, ponto que será relevante identificar em nossa pesquisa, a partir da trajetória de Anísio Teixeira, inclusive como reformador no Sistema Educacional Brasileiro.

O trabalho produzido por Silke Weber (2008) contribui para o entendimento dos mecanismos que promovem o reordenamento político institucional nas relações constituídas pelas esferas governamentais, entendendo que, a partir do momento em que essas análises são realizadas, podem-se avaliar os desafios e os direcionamentos que estão sendo configurados na constituição do Sistema de Educação.

Nessa linha de análise, Carlos Roberto Jamil Cury (2008) evidencia as barreiras histórico-sociais e jurídico-políticas que explicitam os desafios para a constituição do SNE, enfatizando a barreira jurídico-política que, em sua visão, se insere num campo complexo marcado pelas desigualdades socioeducacionais, permeadas por

dúvidas e escassez de recursos. Enfatiza que a nossa experiência revela um federalismo competitivo que põe em risco o pacto federativo no que tange aos aspectos de cooperação recíproca, o que reserva para esta pesquisa a tarefa de aprofundar as bases conceituais, sem perder de vista os impasses estabelecidos ao longo da história.

Os estudos de Dermeval Saviani (2010) coadunam com a organização da Educação Nacional e os elementos para implementação do Sistema Nacional de Educação, subsidiando também o debate da Conae no que se refere às questões emblemáticas em torno da constituição do SNE. Demarcando os marcos teóricos, legais, históricos, políticos e conceituais que envolvem esse tema, o autor descreve a necessidade de fixar claramente as posições teóricas no reconhecimento do caráter público do SNE. Suas considerações trazem uma reflexão para as “janelas” que se abriram para a constituição do SNE, as oportunidades perdidas e o longo horizonte de esperas que acumulamos para essa tarefa.

Nessa linha de análise, o estudo desenvolvido por Gilda Cardoso de Araujo (2010) apresenta uma contextualização e uma conceituação do regime de colaboração a partir do princípio da subsidiariedade e dos documentos-base da Conae, demonstrando as impertinências apontadas para a consolidação do regime de colaboração. Araujo (2010) busca focar a discussão da inserção do município com autonomia de se constituir sistema e faz a análise das propostas de construção do SNE. Assim, expressa que:

[...] as discussões da CONAE parecem não ter abordado com a necessária profundidade as questões relativas à organização da educação nacional, ao regime de colaboração e à própria constituição de um 'Sistema Nacional e Articulado de Educação', que seria a proposta principal do novo PNE (ARAUJO, 2010, p. 758).

Esse estudo nos chama a atenção para a necessidade de ampliar o debate com relação à aplicação do princípio da subsidiariedade, no que tange à distribuição dos recursos e das competências entre os entes federados, o que, em sua visão, pode potencializar os “[...] graves problemas de descentralização com desestatização e privatização presentes na política educacional” (ARAUJO, 2010, p. 758).

Desse modo, a intenção desse mapeamento se constitui no desafio de conhecer as

produções que vêm sendo elaboradas, a fim de obter pistas para a realização do nosso estudo, na intenção de trilhar por caminhos ainda não percorridos. Compreendemos a responsabilidade do pesquisador com o *corpus* de conhecimento que propõe produzir, a partir dos enunciados que são evidenciados nos estudos e em pesquisas. Buscamos a abertura de novas perspectivas para a composição de novos pontos de partida na arte de produzir conhecimento e fazer pesquisa.

Contudo, diante do debate e da produção acadêmica sobre Sistema de Educação e a relação entre Sistema de Educação e Anísio Teixeira, apresentados pelas teses e dissertações do banco da Capes, nos artigos publicados no portal SCIELO e nos trabalhos apresentados na Anped, relacionados nesta revisão, podemos destacar que:

- a) os debates e estudos se apresentam com enfoques muito variados, retratam muito mais as discussões a partir do contexto das políticas atuais, pois as análises são realizadas de acordo com o ponto de vista da organização e gestão dos Sistemas de Ensino com ênfase maior para o SME;
- b) pouco aprofundamento foi identificado com relação às bases conceituais do Sistema de Educação no Brasil, pois as discussões se concentram nas relações estabelecidas em determinados períodos da história;
- c) faltam estudos que articulem o pensamento de Anísio Teixeira com a questão do Sistema de Educação, e os temas se apresentam num viés biográfico e pontual, focalizado nas diversas posições assumidas por ele. Assim, não observamos uma discussão mais aprofundada da sua relação com a organização do Sistema de Educação.

2.3 CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA: O SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO COMO UM LEGADO EDUCACIONAL EM DEBATE

Nosso problema de pesquisa nasce de algumas motivações que contribuíram para balizar a pesquisa desenvolvida no curso de mestrado na linha História, Sociedade,

Cultura e Políticas Educacionais, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (Ppge).

A questão colocada em torno da organização de um SNE suscita o interesse em trazer novas problematizações à temática, haja vista que, conforme Saviani (2008), a constituição do SNE marcou a história da educação brasileira no século XX e, diante das discussões apresentadas, vemos que o desafio tem perdurado em pleno, século XXI, sem uma definição mais precisa para sua construção.

Um dos pontos de influência para a delimitação desta pesquisa ocorreu ainda no processo de seleção para o mestrado, na leitura da bibliografia básica para a seleção, quando fizemos a leitura do texto de Diana Vidal (2007), com o título *Modernismos, modernidades e educação: facetas de um debate público*, elaborado inicialmente como conferência proferida no Seminário “Pensar a Educação, Pensar o Brasil”, depois publicado como artigo, no qual a autora problematiza o papel dos intelectuais e o debate público da educação, tomando como ponto de partida a análise de três cartas trocadas entre Fernando Azevedo e Anísio Teixeira. Segundo a autora, as cartas pertencem ao Arquivo Fernando Azevedo, do Instituto de Estudos Brasileiros, e foram publicadas no livro de sua organização: *Na batalha da Educação: Correspondências entre Anísio Teixeira e Fernando Azevedo (1929-1971)* (VIDAL, 2000).

Esse material retrata como esses educadores se posicionavam em frente às preocupações com a educação brasileira, evidenciando as disputas estabelecidas nas negociações políticas, os lugares ocupados por esses intelectuais, o que torna aguçado o interesse em Anísio Teixeira e nas múltiplas faces que se apresentavam. Nessas cartas, um ponto que chama a atenção é a forma como Anísio Teixeira se despedia, reconhecendo-se como soldado, o que incitava um “estado” de prontidão para a batalha educacional. Segue um trecho de uma dessas cartas:

S.S. Flandia 18.6.34

Fernando

[...] Sinto que o afrouxar de laços de solidariedade em torno das ideias,

projetos e campanhas comuns, levará a isso. E tudo por quê? Porque, nas idas e vindas do trabalho, alguns afastamentos pessoais se deram, em virtude de características de temperamento que se não podem mudar de uma hora para outra.

Desse afastamento, não poderá decorrer a frieza que vejo estar se estabelecendo no grupo. E V., meu caro Fernando, tem mais que todos a possibilidade de reacender a flama e sobretudo condenar essas atitudes de displicência que destruirão toda obra, que não custou pouco de sacrifício, de esforço e de sofrimento mesmo.

Escrevo de coração para coração. Ando a sentir tudo isso. E quero dar o meu afetuoso e franco alarma. **Conto com V. Para reanimar o entusiasmo e a fé no grupo.** Adeus. Escreva-me.

Todo seu e sempre soldado, Anísio CP.-Cx 32,11(VIDAL, 2007, p. 13, grifo nosso).

Nesse texto, é possível identificar que o contexto que viveram esses educadores marcou fortemente suas posições. Essa carta, por exemplo, antecede um momento de grande mudança, que se deu com a promulgação da Constituição de 1934, em 16 de julho, que deflagrou um ambiente de interesses, de disputas entre católicos e renovadores com relação aos lugares ocupados, o embate político e os valores defendidos para orientar as decisões educacionais, bem como a dispersão e divisão de ideias entre os próprios renovadores. A preocupação de Anísio Teixeira com a fragmentação encontrava em Fernando Azevedo apoio para o avivamento do grupo, observada a influência e a articulação do amigo com a imprensa na época, que foi uma forte aliada para mobilizar e fortalecer o grupo com os ideais renovadores.

Contudo, a apresentação de Anísio Teixeira como “soldado” nos fornece pistas não só para a definição do sujeito Anísio Teixeira e suas posições, mas revela o campo de batalha em que estavam inseridos esses grupos em disputas, provocando nossa compreensão para:

Os lugares que esses intelectuais ocuparam na cena política nacional, nas condições históricas de enunciação dos seus discursos, mas também nas redes de sociabilidade que constantemente reinventaram o jogo do poder e nas frentes que constituíram na eclosão dos debates, nas disputas para a negociação política, na rearticulação das propostas (VIDAL, 2007, p. 121).

Esse percurso torna-se relevante na medida em que nos permite fazer novas

perguntas ao debate político sobre a educação brasileira e as relações constituídas entre Estado e educação nacional. Dessa forma, encontramos, na trajetória feita por Anísio Teixeira, um caminho para levantar análises em torno da concepção de SNE, a partir dos contextos vividos, dos projetos defendidos, das oposições declaradas, das negociações e articulações realizadas.

Outro ponto relevante nesse percurso de formulação foi a leitura do livro *Educação no Brasil* (1969), de Anísio Teixeira, em que o autor aponta aspectos da crise educacional brasileira, sinalizando em sua obra pistas para a organização de um sistema escolar. Desse movimento emergiu a questão central de nossa pesquisa, que traz como indicação para esta dissertação a necessidade de apontar a concepção de Sistema Nacional de Educação no pensamento de Anísio Teixeira.

Nesse sentido, é importante destacar que a História da Educação Brasileira integra uma série de contextos e vem, ao longo dos tempos, constituindo um movimento de rupturas e permanências em torno da concepção do Sistema Nacional de Educação, questão essa que atravessou o final do Império até os dias atuais, não consolidando uma educação para todos, tampouco erradicando o analfabetismo no País. Desse modo, podemos afirmar, com base nas palavras de Anísio Teixeira, em um artigo publicado em 1953, com o título *A crise Educacional brasileira*⁴ que:

Durante toda a monarquia, a expansão do sistema escolar se fez com inacreditável lentidão. A consciência dos padrões europeus era muito viva, para que se pensasse poder abrir escolas como se abrem lojas ou armazéns. Por outro lado, o desenvolvimento do país era tão lento e as condições até a Abolição, de certo modo, tão estáveis, que a nação não se ressentiu demasiadamente da escassez de sua armadura educacional. Com a Abolição e a República, entramos, porém, no período de mudanças sociais, que a escola teria de acompanhar. O modesto equilíbrio dos períodos monárquicos, obtido em grande parte às custas da lentidão do nosso progresso e do número reduzido de escolas, em que se buscava conservar a todo transe os melhores padrões, rompe-se definitivamente, e começamos a expandir o sistema escolar, sem maior reflexão nem prudência (TEIXEIRA, 1999, p. 49).

Nesse contexto, já ficam revelados as rupturas e os impasses postos na época para a consolidação e a organização de um Sistema de Educação, marcando uma trilha de indefinições, imprecisões e omissões, perpetuada até o presente momento, em

⁴ Publicado originalmente na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v.19, n. 50, abr./jun.1953. Reimpressão realizada pela revista Estudos Pedagógicos. Brasília, v. 80, n. 195, p. 310-326, maio/ago, 1999. O artigo preserva as características da publicação original.

que convivemos, ao longo do percurso da história educacional brasileira, com uma educação de privilégios para as elites, secundarizando o projeto de uma educação que se efetivasse para todos. Reforçando as palavras de Serva (1929, p.172), “[...] o mal do Brasil tem sido as elites [...] do que precisa o Brasil é acabar com o sistema de elites e fazer como a América do Norte, o Japão e Alemanha, a Inglaterra, isto é dar competência e saber a todo mundo”. Esse contraste estabelecido com relação à grande parte dos países, principalmente os países da Europa, que conseguiram consolidar os seus sistemas educacionais e difundir a escola pública, ocasionou para o Brasil consequências, pois, segundo Gracindo (2010, p. 54):

Tal opção contribuiu para que a nossa história educacional fosse tributária de políticas públicas, cuja marca tem sido a da exclusão, revelada pelo, ainda, alto índice de analfabetismo, pela pouca escolaridade dos brasileiros, pelo frágil desempenho dos estudantes, pela não universalização da educação básica e não democratização de acesso à educação superior. Tudo isso resultando de uma lógica organizativa fragmentada e desarticulada do projeto educacional do país.

Desse modo, observa-se que este estudo representa uma demanda histórica na qual muitos estudiosos e educadores têm focado pesquisas e análises com variados enfoques sobre a temática, dos quais podemos destacar alguns autores, como Saviani (2008), Cury (2010), Abicalil (2010), Fernandes (1983) e Frago (2007). Sendo assim, retomar as bases formuladas por Anísio Teixeira requer o esforço de tornar vivo o movimento da história, articulando os projetos de definição de sistema de educação que ainda estão em disputa na atualidade.

Cabe observar que a escolha da concepção filosófica e dos princípios políticos para a construção de um SNE terá implicações para a promoção da qualidade da educação e para a superação dos obstáculos históricos, políticos, legais, da educação brasileira.

Nesse processo histórico, podemos registrar alguns enfoques que têm sido difundidos no campo educacional. Dentre as abordagens, podemos citar o pensamento de Cury (2008) e Saviani (2008) que consentem que temos hoje uma organização de educação e não um Sistema Nacional de Educação. No entanto, Cury (2008) destaca uma análise mais jurídico-política, sinalizando os desafios das contingências históricas do pacto federativo e as dificuldades em se estabelecer um

federalismo cooperativo, afirmando:

Um sistema de educação supõe, como definição, uma rede de órgãos, instituições escolares e estabelecimentos – fato; um ordenamento jurídico com leis de educação – norma; uma finalidade comum valor; uma base comum – direito. Esses quatro elementos devem coexistir como conjunto, como conjunto organizado, como conjunto organizado sob um ordenamento, como conjunto organizado sob um ordenamento com finalidade comum (valor), sob a figura de um direito (CURY, 2008, p. 18).

Sendo assim, afirma-se uma perspectiva pautada no direito à cidadania e à educação, com base no que o autor considera um “federalismo autêntico” que busque a redução das desigualdades e promova a consolidação de uma educação mais justa e de qualidade.

Outra definição indicada sobre essa temática é a elaborada por Saviani (2008), que assume uma abordagem mais filosófica, apontando para o sistema como a unidade na diversidade, tornando necessária a articulação de elementos diferentes, afirmando que não pode haver sistema de educação sem educação sistematizada e destacando os seguintes itens para para caracterizar a noção de sistema:

- a) intencionalidade;
- b) unidade;
- c) variedade;
- d) coerência interna;
- e) coerência externa.

Nessa proposição, o sistema assume um caráter dialético, pois o autor considera que é preciso “[...] atuar de modo sistematizado no sistema educacional para que ele continue sendo sistema, do contrário, ele irá se degenerar em estrutura. A formalização da prática conduz a esse risco que, na época atual, está caracterizada no burocratismo” (SAVIANI, 2008, p. 91). Nessa direção, o Sistema requer uma intencionalidade, uma atividade coletiva, que não se resume apenas a um conjunto de unidades escolares ou redes de ensino.

Na composição desse debate, Abicalil (2010), subsidiado pelas posições de Cury (2010) e Saviani (2008), reforça as permanências que estão presentes e que constituem os obstáculos para a organização do SNE e aponta para a necessidade de instrumentos de avaliação para os problemas da política pública, a exemplo do Plano Nacional de Educação (PNE) e do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Chamando a atenção para o conceito de educação que validamos, resgata, em suas análises, a relevância da Conferência Nacional de Educação (Conae) como ativo político importante para a promoção de iniciativas educacionais, afirmando que, “[...] Se, por um lado, o pressuposto inicial deste tema é a ausência, por outro, é a experiência histórica. Daí o desafio. O imperativo da construção se coloca sobre uma complexa realidade de relações no interior de cada um dos termos e entre eles: educação/Estado/sociedade” (ABICALIL, 2010, p. 79). Assim, o autor defende ampliação dos processos de gestão e a afirmação da diversidade como valor, o direito à igualdade como princípio, a unidade como fio condutor (ABICALIL, 2010, p. 98).

Dentre as análises, temos também a direção tomada por Fernandes (1983), que registra, nos seus estudos, a abordagem sistêmica aplicada à educação, contemplando um macrossistema, cumprindo o que lhe foi destinado a partir de dois sistemas: o político e o educacional. O primeiro prevê a orientação dos meios, a definição dos rumos da educação, e o segundo toma os aspectos educacionais e realiza a aplicação dos meios. Os elementos básicos que caracterizam essa abordagem estruturam-se na ideia de (entrada- processo- saída) e são considerados parâmetros essenciais para a configuração do Sistema. Sendo assim:

Ao determinar metas, fases, recursos, condições de execução e prioridades, a estratégia educacional permite à nação organizar-se no sentido de passar à ação, ou seja, fazer funcionar o seu sistema educacional nesta ou naquela direção, fixada pelo sistema político educacional, entendido, também, como uma das posturas do sistema político (FERNANDES, 1983, p. 21).

As ideias apresentadas por Fernandes (1983) referem-se a um modelo de educação característico de uma perspectiva funcionalista, defendida e difundida nas décadas de 1950 e 1960, ganhando destaque no campo das ciências sociais por autores

como Talcott Parsons.⁵

Essa teoria confere a visão de sistema global subdividida em subsistemas interdependentes com o papel da conservação do equilíbrio social, utilizando-se do mercado como mecanismo para manter a ordem a partir de um contínuo ajustamento dos interesses vigentes. Tende a reforçar a lógica de um Estado sistêmico que, segundo Bobbio (1987), assume uma relação entre as instituições políticas e o sistema social, representando, no seu conjunto, relações de demandas e respostas (*imput-output*). Esse modelo sistêmico se identifica com a concepção mecanicista instaurada desde o início da modernidade, carregada por uma permanência histórica em que:

As respostas das instituições políticas são dadas sob a forma de decisões coletivas vinculatórias para toda a sociedade. Por sua vez, estas respostas retroagem sobre a transformação do ambiente social, do qual em consequência ao modo como são dadas as respostas, nascem novas demandas, num processo de mudança contínua que pode ser gradual quando existe correspondência entre as demandas e respostas (BOBBIO, 1987, p. 60).

Nessa relação de Estado focada na visão sistêmica, as respostas nem sempre serão satisfatórias para a garantia e atendimento das reais necessidades da sociedade, tanto do ponto de vista conceitual quanto do ponto de vista prático. Portanto, pensar em um sistema educacional evoca um caráter próprio do fenômeno educativo, afirmando-se de modo integrado, constituindo a educação como direito social, o que torna necessário avaliar esse processo, com cautela, para que a constituição do Sistema Educativo não se efetive de modo reduzido.

Uma outra abordagem que podemos citar está registrada por Frago (2007, p.17) em que, numa perspectiva histórica, faz uma análise dos sistemas educativos na Espanha, associando as culturas escolares e as reformas educativas. Afirma que os “[...] sistemas educativos nacionais implicam a existência de uma rede ou conjunto de instituições educativas de educação formal”. Registra que esse Sistema assume características diferenciadas entre níveis e ciclos, orientadas por agências e agentes

⁵ “Talcott Parsons (1902-1979), Lecionou na Universidade de Harvard, foi considerado um importante sociólogo americano defensor da concepção funcionalista, seu projeto foi elaborar uma teoria geral das ciências sociais, concebia a sociedade como um sistema orgânico, caracterizado pelas funções que cada subsistema desempenha para o equilíbrio social, fazendo que sejam reciprocamente independente para sua harmonia e funcionamento” (CORDOVA, 2007, p. 257-276).

públicos, indicação de seu financiamento, pelo menos parcial, pela administração pública, admissão de professores formados e pagos em sua totalidade ou em partes por fundos públicos “[...] facultam certificados ou credenciais reguladas, em termos de seu valor formal de sua expedição pelos poderes públicos”.

As análises enfatizam um olhar sobre as instituições docentes e as relações que são estabelecidas. As características representam tanto o sistema no âmbito privado, quanto público, embora admita que nem sempre coincidem e que até se contrapõem. Por esse viés, o enfoque dado ao Sistema Nacional é orientado muito mais dentro de sua esfera organizacional, na articulação dos modos como a educação é organizada, do que em seu sentido mais amplo.

Para tanto, é importante destacar que, em meio a tantas abordagens e formulações acerca da constituição de um Sistema Nacional de Educação, vemos a necessidade de aprofundar essa temática retornando aos clássicos, em nosso caso representado pela figura de Anísio Teixeira, visto que exerceu papel influente no cenário da educação brasileira e que muitas de suas ideias estão presentes em nossas formulações educacionais atuais. Sendo assim, apontamos a necessidade de analisar as articulações propostas por Anísio Teixeira em torno da constituição de um sistema de educação, destacando sua trajetória no campo político-educacional, bem como observando as lacunas que ainda se apresentam quanto às apropriações de suas formulações.

Diante dessas questões, nossa intenção é, a partir da concepção apresentada nas formulações de Anísio Teixeira sobre o Sistema de Educação, construir algumas proposições que sinalizem perspectivas mais claras para a consolidação de um SNE, haja vista que, segundo Cury (2011, p. 8), o sentido “nacional” nunca foi fácil para o Brasil, pois, quando a discussão sobre o SNE esteve presente no curso da história “[...] ela foi motivo de intensos debates e polêmicas sempre que o adjetivo nacional aliado ao substantivo sistema entrou em pauta. Seu não acolhimento até a Emenda nº 59/09 se deveu a várias justificativas”. Mesmo com as relevantes modificações provocadas pela Emenda, no capítulo da Educação da Constituição Federal da República de 1988 (CF), não está claro o que se define como um SNE.

2.4 ANÍSIO TEIXEIRA E O SISTEMA EDUCACIONAL

Desde o início de sua trajetória no campo da educação, Anísio Teixeira demonstrou grande interesse pelos sistemas educacionais, captando experiência dos Sistemas Nacionais de Educação da Europa e dos Estados Unidos da América (EUA), pelo qual apresentou maior aproximação e identificação, consolidando sua base teórica em John Dewey,⁶ bem como o seu envolvimento para a construção de um sistema escolar público, expresso na década de 1920. Vale ressaltar que, embora tenha encontrado em Dewey embasamento teórico, Anísio Teixeira estava atento à realidade brasileira, não assumindo a concepção deweyana como mera transplantação.

Segundo Nagle (1976), esse período (1920-1929) assinalou a reorganização da instrução pública nos Estados e Distrito Federal, momento no qual Anísio Teixeira se integra no cenário educacional, em meio às grandes reformas educacionais nos Estados. Seus ideais revelaram a tentativa de provocar mudança por meio da educação, compondo o grupo de uma corrente inovadora de intelectuais de diferentes formações e ocupações a exemplo de Fernando Azevedo e Lourenço Filho. De acordo com Diana Vidal [2006?], na apresentação do vídeo denominado “Educadores brasileiros: Anísio Teixeira, Lourenço Filho e Fernando Azevedo,” podemos evidenciar que:

[...] são essas discussões iniciais que os vão constituir mesmo enquanto reformadores, enquanto políticos da educação [...]. Se a gente pensa esses três educadores o Lourenço Filho, Anísio Teixeira e Fernando Azevedo, durante esse longo período dos anos 20 aos anos 70, acho que o que mais se evidencia como diferença entre os três, pelo menos uma das maneiras de perceber isso é a vertente de pensamento que fazem com que eles cheguem aos ideais da escola nova [...] e isso também explica a maneira como cada um deles vai atuar quando assumem os cargos de direção, enfim como reformadores ou professores, etc.[...] eles olham para essa educação por maneiras diferentes, eles têm perspectivas diferentes de encarar essa mesma questão (VIDAL, EDUCADORES BRASILEIROS:

⁶ “O educador e filósofo americano John Dewey (1859-1952) foi considerado um dos mais importantes filósofos da primeira metade do século XX, defendeu a unidade entre teoria e prática, num ensino centrado no aluno. Seu pensamento era baseado na convicção de que democracia é liberdade. Durante a década de 1890, Dewey passou a orientar-se pelo pragmatismo e formulou uma teoria do conhecimento que questionava os dualismos, destacando a necessidade de comprovar o pensamento por meio da ação. As ideias de John Dewey tiveram grande influência no pensamento educacional brasileiro e teve Anísio Teixeira como principal divulgador de suas ideias, responsável pela tradução de vários de seus livros” (CUNHA, COLEÇÃO GRANDES EDUCADORES JOHN DEWEY. PRODUTORA ATTA, 2001, DVD).

ANÍSIO TEIXEIRA, LOURENÇO FILHO E FERNANDO AZEVEDO.
PRODUTORA ATTA, [2006?], DVD).

Cada um desses educadores teve significativa atuação no campo educacional, e eles se diferenciaram pela vertente de pensamento que assumiram e com que chegaram à Escola Nova. Fernando Azevedo adotou um enfoque sociológico, pois acreditava que o conhecimento sociológico daria condições para reformar a sociedade e considerava que o objetivo da escola era se adaptar às demandas da sociedade. Por outra via, seguiu Lourenço Filho, pois foi influenciado pela Medicina, fez escola normal e se tornou professor de Pedagogia e Psicologia. Compreendia a educação como um fenômeno biológico. Por fim, Anísio Teixeira foi professor de Filosofia da Educação, acreditava na formação do indivíduo para uma sociedade em mudança, defendeu a construção de uma escola democrática como centro de suas preocupações.

Desse modo, a escolha por Anísio Teixeira é motivada por sua instigante atuação no campo educacional, o interesse na compreensão da organização dos sistemas educacionais, as leituras que fez da escola e da organização da educação no Brasil. Demonstrou aguçada capacidade para refletir sobre os problemas educacionais, tomando como defesa a escola pública baseada nos princípios de liberdade e da democracia inerentes ao campo educacional.

Por isso, é importante considerar as bases que fundamentaram o pensamento de Anísio Teixeira, para que possamos compreender a sua atuação política e a maneira como percebia o Sistema Educacional brasileiro. Cabe ressaltar que Anísio Teixeira teve forte atuação no movimento renovador de educação da década de 1930, idealizado pelo “Manifesto dos Pioneiros”, do qual foi um dos signatários, dentre outros educadores que faziam parte desse grupo, como: Lourenço Filho, Afrânio Peixoto, Almeida Júnior, Fernando de Azevedo, Roquete Pinto, Sampaio Dória, Júlio de Mesquita Filho, Raul Bricquet, Delgado de Carvalho, Almeida Júnior, Hermes Lima e Cecília Meireles. O “Manifesto” representou uma carta política, colocando em cena a discussão da escola pública na constituição do Estado, afirmando os princípios da Escola Nova, defendendo a separação entre o Estado e a Igreja, a recusa à escola tradicional, a defesa da educação pública e laica como dever do Estado, abordando aspectos políticos, pedagógicos e filosóficos da educação

brasileira. O documento afirma a dificuldade de se estabelecer no Brasil uma educação nacional, visto que:

Se depois de 43 anos de regime republicano, se der um balanço ao estado atual da educação pública, no Brasil, se verificará que, dissociadas sempre as reformas econômicas e educacionais, que era indispensável entrelaçar e encadear, dirigindo-as no mesmo sentido, todos os nossos esforços, sem unidade de plano e sem espírito de continuidade, não lograram ainda criar um sistema de organização escolar, à altura das necessidades modernas e das necessidades do país. Tudo fragmentado e desarticulado (BRASIL, 2010, p. 33).

Desse modo, o “Manifesto” emerge como proposta política num movimento de reconstrução educacional, visando à efetivação de um plano geral para a educação e assumindo como princípio a escola para todos pela via do Estado. Vale ressaltar, conforme afirmam Vidal (2006) e Saviani (2007), que a difusão dos ideais da Escola Nova presumem uma singularidade no Brasil. Foram apropriados por Lourenço Filho, Fernando Azevedo e Anísio Teixeira em suas reformas educacionais e assumiram uma dimensão política que se consolidou em iniciativas de Estado na organização do Sistema Educacional, ao contrário do que ocorreu em outros países em que as ideias desse movimento escolanovista se deram no âmbito privado e em experiências pontuais.

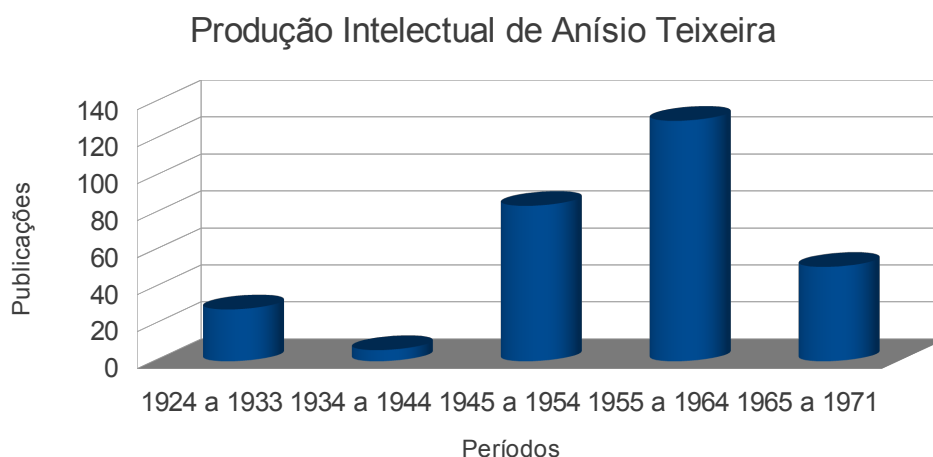
Sendo assim, essa carta ganhou forte representação política, pedagógica e ideológica, de maneira que a leitura do “Manifesto” implica reconhecer o ambiente de disputa que foi estabelecido com o debate educacional nos anos de 1930, num movimento de legitimação de valores para a educação e embates pela definição dos lugares políticos (VIDAL, 2011, p. 463). Diante desses aspectos, é importante observar que o recorte pretendido para esta pesquisa busca pistas na compreensão da conjuntura histórica, com a intenção de identificar, a partir das formulações de Anísio Teixeira, sentidos que possam renovar ou trazer novas problematizações para a questão que se coloca para a organização de um Sistema Nacional de Educação.

Por essa via, Anísio Teixeira constituiu-se educador preocupado com os fins da educação em defesa da escola pública, construiu uma vasta produção entre artigos, discursos proferidos, notas, boletins e escreveu 12 obras, que integrarão o objeto de análise nesta pesquisa.

O recorte feito para esta temática torna-se pertinente pela relevância do papel exercido por Anísio Teixeira e pela sistematização que realizou, atuando em todos os níveis de ensino, construindo análises sobre os problemas educacionais de sua época e as possibilidades para a organização de um sistema educacional democrático.

Para visualizarmos um panorama de sua produção intelectual, localizamos um total 299 publicações, entre artigos, discursos e conferências proferidas ao longo de sua trajetória, sendo importante destacar que 89% dessas produções abordam aspectos que se relacionam com a organização e a reconstrução da educação brasileira em suas diferentes áreas, desde o ensino primário até o ensino superior. Muito mais que aspectos quantitativos, esse fato chama a atenção para o interesse do autor na constituição de um sistema de educação, sinalizando mais uma motivação para o nosso estudo (Gráfico 1).

GRÁFICO 1 – PRODUÇÕES DE ANÍSIO TEIXEIRA EM ARTIGOS, CONFERÊNCIAS, DISCURSOS PROFERIDOS POR ANÍSIO TEIXEIRA



Fonte: Arquivo do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), localizado em: Bibliografias de trabalhos de Anísio Teixeira e na Biblioteca virtual Anísio Teixeira. Gráfico elaborado pela autora.

Cumprir destacar que sua produção apresenta um tom provocativo que cria para o leitor um movimento de inquietude. É uma escrita “viva”, pois suas análises e ponderações falam de experiências vividas e lugares por onde ele mesmo passou, tecendo, em seus textos, as tensões, as perplexidades e esperanças registradas para a construção de uma escola para todos. Certamente o vínculo de Anísio Teixeira com a educação se manifestou com maior vigor após sua primeira viagem

aos EUA, quando, a bordo do “Pan América” com destino a Nova Iorque, registrou, nessa viagem, a possibilidade de renovar sua sede de estudo e conhecimento, enfatizando o quanto poderia aprender e realizar o exercício do desenraizamento de sua terra, abrindo novas perspectivas.

Assim, no percurso de sua viagem, Anísio Teixeira amadurece a certeza de continuar na educação, evidenciada no registro feito na carta enviada a seu pai, Deocleciano Pires Teixeira, em 18 novembro de 1927:

A bordo do Alcântara

nov. 18, 1927.

Papai

No Rio recebi o afetuoso telegrama com que me vieram ao encontro apenas cheguei ao Brasil. Hoje estou a bordo do Alcântara em caminho da Bahia. Infelizmente esta Bahia não é Caetité e eu não posso identificar a chegada do meu estado, com a chegada à Casa.

Demorei-me nos Estados Unidos cerca de seis meses. Durante esse tempo estudei, visitei escolas, fiz boas relações e acredito que aprendi um pouco.

A nomeação com que me surpreendeu o Dr. Calmon no princípio de seu governo, marcou a minha carreira. **E hoje, por gosto e pela orientação que têm os meus estudos, pretendo não me afastar mais do campo da educação onde comecei a minha vida.** São essas as disposições que trago da América e quero crer que o Brasil e a Bahia, apesar de todos os aborrecimentos dos jornais e de todas as flutuações da política, me ajudarão, ou pelo menos não me impedirão esse desejo.

Nenhum trabalho poderia me apaixonar, que fosse mais vasto ou mais necessário do que este. E sobretudo, irredutivelmente idealista como me parece que sou, nenhum outro me será tão querido ao coração e à inteligência.

Dentre as vantagens da minha excursão à América, aponto como uma das principais a renovação desse entusiasmo [...].

Anísio.

Fonte: ARQUIVO CPDOC - DOCUMENTO DO ARQUIVO PESSOAL DE ANÍSIO TEIXEIRA ATC 22.03.06, grifo nosso.

Segundo Freitas (2000), Anísio Teixeira construiu uma história singular, marcada pelo inconformismo quanto à realidade educacional da sua época, revelando-se um educador múltiplo. E é essa multiplicidade que torna expressivo e desafiador o seu pensamento. São relevantes para esta dissertação as problematizações levantadas em torno da constituição de um Sistema Educacional no Brasil, retratando os contornos que se estabeleceram na formulação desse conceito, considerando as tensões que passaram por seu caminho. Observamos que o educador ganhou alguns apoiadores e muitos opositores, principalmente por parte daqueles que defendiam os interesses da Igreja Católica, que estavam em desacordo com os princípios e diretrizes estabelecidos por Anísio Teixeira, marcados pelo contexto da década de 1930, momento de confronto entre católicos e renovadores. Outras resistências que se estabeleceram eram de natureza política, mediadas por interesses em manter as relações de poder e domínio sobre a educação. Como exemplo, podemos citar a Lei Orgânica do Ensino para a Bahia, elaborada por Anísio Teixeira e enviada à Assembleia Legislativa em outubro de 1947, tendo como objetivo garantir maior autonomia ao serviço público, sendo vetada a sua aprovação.⁷ Anísio Teixeira, em sua vida pública, sempre se deparou com algumas “pedras”, como afirma Afrânio Coutinho,⁸ (2007, p. 16) no prefácio do livro “Educação não é privilégio”, pondo em destaque que:

⁷ Anísio Teixeira assumiu o cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia na gestão do então governador Octávio Mangabeira. De acordo com Lima (1978), a Lei Orgânica despertou grandes expectativas para Anísio Teixeira, quanto à reestruturação do ensino baiano. Representava uma revolução de princípios e métodos configurantes de um sistema educativo autônomo. No entanto, o anteprojeto feria a tradição e mentalidade dominante que se mostrava resistente com receio de perder o poder e controle nas decisões relacionadas com a educação.

⁸ Afrânio Coutinho (1911-2000), crítico literário, ensaísta nascido em Salvador, quarto ocupante da cadeira 33 da Academia Brasileira de Letras, em 1995, fundou, na Faculdade de Filosofia do Instituto Lafayette, a cadeira de Teoria e Técnica Literária, primeira iniciativa do gênero no Brasil. Foi amigo e defensor das ideias de Anísio. Esteve em sua defesa posicionado contra o Manifesto dos Bispos, movimento que buscava afastar Anísio Teixeira do cargo de diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Em entrevista dada ao jornal *O Globo*, Rio de Janeiro, em 18 de abril de 1958, Afrânio manifestou sua indignação: “Devemos combater os homens, quando for o caso, no que eles são em verdade, e não nas ideias que lhes desejamos atribuir. Anísio Teixeira tem sido, no Brasil, uma vítima desses processos de mascarar os indivíduos para mais facilmente imolá-los. O seu comunismo é o mesmo de todos os que aspiramos a tirar o Brasil da ignorância e do subdesenvolvimento. Desta vez porém, a consciência do País, pelas suas elites, está alerta para não permitir a ignomínia. Já há muitos anos acostumamos a ver a iniciativa de defesa das causas nobres e justas pertencer aos revolucionários. Ao assumir, como escritor católico e presidente da Associação Brasileira pela Liberdade da Cultura, a iniciativa da defesa daquele insigne pensador e educador brasileiro, dei uma prova de que o pensamento católico possui dinamismo democrático e senso de justiça [...]” (BIBLIOTECA- VIRTUAL ANÍSIO TEIXEIRA, 1958).

Nunca lhe deixaram o caminho livre. Civis, militares e religiosos identificaram-se na tarefa inglória de impedir a sua ação inovadora. Pregaram-lhe nas costas etiquetas mentirosas [...]. Comunista, subversivo, teórico, americanófilo, estrangeirado. Com isso impediram qualquer clarividência e capacidade de visualizar o problema educacional brasileiro. E com isso desperdiçaram uma extraordinária oportunidade de resolvê-lo, melhorá-lo, encaminhá-lo para o bem público, para uma educação para todos, integrada, sem discriminação.

Diante desse contexto, é importante realizar a leitura de Anísio Teixeira, considerando-o um homem dentro de seu tempo. Conforme afirmou Florestan Fernandes, cada momento da vida de Anísio Teixeira esteve marcado por realizações e a sua inserção em espaços de debates importantes, em que buscou introduzir mudanças por meio da educação, convivendo com os embates políticos, ideológicos e todas as contradições que se estabeleceram na sua época.

FIGURA 1 – FOTO DO ARQUIVO PESSOAL DE ANÍSIO TEIXEIRA MINISTRANDO UMA PALESTRA



Fonte: Arquivo CPDOC filmes 181/2/6A-7 localizado no arquivo pessoal de Anísio Teixeira.

Nota: Não conseguimos localizar informações identificando local e data desse registro, mas concebemos a apresentação dessa foto como importante porque nos aproxima um pouco da trajetória realizada por Anísio Teixeira, haja vista que foi reconhecido internacionalmente, pronunciou várias conferências em diversos países asiáticos e americanos, lecionou nas Universidades de Colúmbia e da Califórnia, foi titular da cadeira de Administração Escolar e Educação Comparada da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, marcando forte presença no debate político educacional (ANEXO A).

No cenário educacional, foi notável a participação de Anísio Teixeira nas discussões que pautaram o debate político educacional, observado na Figura 1 em destaque. Dentre vários temas debatidos, Anísio Teixeira trouxe muitas críticas às formas de organização do Sistema de Educação no Brasil. Destacava que a evolução dos sistemas escolares na Europa trouxe influências para as nossas bases, embora não tenha garantido evolução significativa para a nossa organização escolar, uma vez que organizamos nossas escolas segundo o padrão europeu, com base na intensificação da educação de classes, que excluía a participação do povo na escola popular, por meio de um processo de redução das oportunidades educacionais em que a expansão do ensino não representou mobilidade social (TEIXEIRA, 1976).

Assim, na organização dos Sistemas da Educação, tivemos inicialmente, um Sistema dual, em que o objetivo de uma educação para todos era desconsiderado, visto que era dividido em dois Sistemas paralelos e independentes, caracterizando uma educação para a elite, que retratava o próprio dualismo social brasileiro entre os favorecidos e desfavorecidos: ao pobre cabia uma educação primária profissional adequada às suas aptidões. A educação pública era concebida para aqueles que não podiam arcar com o ensino privado, retratado por Anísio Teixeira como um sistema arcaico, “[...] considerando que nenhum sistema de escolas jamais foi criado para subverter a estratificação social reinante” (TEIXEIRA, 2007, p. 59).

Nessa organização, um terceiro sistema se revelava, dividido por classe social, hierarquizado, definido pela barreira do exame admissional, configurando um sistema de ensino para cada classe, reduzindo o ensino primário ao ensino do povo para as classes baixas, o médio estadual para a classe média e o acadêmico superior para a elite (TEIXEIRA, 1967).

A estrutura de um sistema para cada classe veio, na década de 1950, defrontar-se com o sistema único, que visava ao acesso à universidade, alcançado por poucos, a partir de um processo de eliminação ao se tentar passar de um nível para outro, ocasionando um processo seletivo e excludente. Como afirma Anísio Teixeira (1976, p. 306), esse “[...] sistema lembra o do mandarinato chinês, no sentido em que todo o sistema funciona para a produção dessa pequena classe privilegiada”. A esse quadro contrapõe-se Teixeira (1976, p. 272), relatando que: “[...] em todos os países

democráticos, os sistemas escolares tendem assim a constituir um único sistema de educação, para todas as classes [...] isto é, sem classes fechadas, em que todos os cidadãos tenham oportunidades iguais para se educarem”.

Na busca de novas perspectivas, Teixeira (1976), participante ativo nos debates sobre a educação, trouxe considerações sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), nº 4.024/61, apontou uma modesta abertura, com a possibilidade da descentralização do Sistema, ampliação do poder do Estado e novas bases de financiamento educacional. Nessa dinâmica, Anísio Teixeira nos motiva a incessante dúvida diante das questões educacionais, demonstrando forte atuação no processo de reconstrução educacional, indicando a realização das “reformas de base”, reafirmando que: “[...] é sobre a base desse sistema fundamental, comum e popular de educação, que teremos que formar verdadeiras, autênticas elites” (TEIXEIRA, 2005, p. 113). Posicionando-se criticamente sobre a não consolidação de um Sistema Universal de Educação, criticava o anacronismo do sistema, indicando que o sistema escolar brasileiro era um sistema artificial.

Nesse movimento, cabe para este estudo nos aproximarmos das aspirações do educador, considerando que:

Entre o passado de Anísio e o nosso presente há sucessivas camadas de pensamento interpostas e que, de formas diferentes e variadas, acolheram o que pensou, escreveu e concretizou em obras que se apresentam, ainda, à frente do nosso próprio tempo. O Anísio que se torna referência está entre nós no resgate da memória e da história da nossa sociedade e da nossa educação; na generosa militância da cultura e no exercício digno da política; no diálogo da ciência com a arte; em projetos de educação que integrem a cultura e o trabalho; na força que nos move na defesa de que a educação não é privilégio! (NUNES, 2010, p. 59).

Sendo assim, o exercício desta pesquisa requer uma leitura ampliada do sujeito Anísio Teixeira e de suas concepções para relacioná-lo com questões do seu entorno, na busca de dialogar com as interlocuções e com as ideias de Sistema de Educação presentes no seu pensamento. Em um trecho do seu discurso “Autonomia para a Educação”, escrito por Anísio Teixeira, em 1947, ele indaga: “[...] que fizemos nós no Brasil, até hoje, para que essa função de educação se exercesse?” (TEIXEIRA, 2002, p. 35). Estendendo essa questão para a direção do nosso estudo, cabe perguntar o que temos feito hoje em torno da constituição do SNE, quais

rupturas e permanências estão presentes?

2.4.1 Por que Anísio Teixeira?

Como ponto de partida, podemos destacar a trajetória de Anísio Teixeira na composição do cenário da década de 1920 e que foi fortalecida por momentos importantes para o ideal educacional que se constituía. Dentre as questões gerais, podemos identificar a criação da Associação Brasileira de Educadores (ABE)⁹ em 1924, constituindo um espaço de debate em torno das questões educacionais. A ABE foi responsável pela organização, em 1927, da primeira Conferência Nacional de Educação, reunindo grupos e ideais distintos de educação: de um lado, os liberais e, de outro, os católicos, que contestavam a educação laica e a interferência do Estado na educação; já os liberais faziam defesa da educação laica, gratuita e da obrigatoriedade do ensino, como oposição a essas ideias. Alguns anos mais tarde, foi criado o Ministério da Educação e Saúde, em 14 de novembro de 1930, que representou um espaço de disputa de poder entre “católicos” e “liberais”, acirrando a disputa por quem iria assumir o aparelho estatal, ascendendo com força a construção de um ideário pedagógico com base no pensamento escolanovista, expresso pelo marco do “Manifesto dos Pioneiros”, em 1932.

Esse contexto reforçou o movimento das reformas estaduais, que foi inaugurada pela reforma Sampaio Dória, em São Paulo, estabelecida pelo Decreto nº 1.750, de 8 de dezembro de 1920, e revogada em 1925. Emergiu com a tarefa de buscar iniciativas para enfrentar o analfabetismo. No seu intento indicou como alternativa a redução da escolaridade primária: a obrigatoriedade de quatro anos passaria para dois anos. Essas ações defendiam um ensino primário mais aligeirado. Mesmo em meio às críticas feitas à referida reforma, ela teve grande influência para os

⁹ Associação Brasileira de Educação (ABE) foi fundada em 15 de outubro de 1924 por Heitor Lyra da Silva, com sede na cidade do Rio de Janeiro, uma Sociedade Civil, sem finalidade lucrativa, de Utilidade Pública, apartidária, pluralista e membro nato do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, órgão ligado ao Ministério da Justiça, desde 1964. A ABE é uma instituição que tem por finalidade congregar educadores, professores, pessoas físicas e jurídicas interessadas no estudo e no debate de assuntos ligados à Educação e à Cultura (PORTAL ELETRÔNICO DA ABE-BREVE HISTÓRICO, 2011).

princípios republicanos. Nesse movimento, outras reformas ocorreram em que se destacaram:

[...] vários educadores brasileiros, representantes do pensamento escolanovista a exemplo de: Anísio Teixeira (Bahia, 1925); Lourenço Filho (Ceará, 1923), Fernando Azevedo (Distrito Federal, 1928), Carneiro Leão (Pernambuco, 1928), Mario Casassanta e Francisco Campos (Minas Gerais, 1927), incidindo ações sobre a escola primária e a formação de professores (VIEIRA, 2007, p. 83).

Desse conjunto de educadores, faz-se nosso interesse a figura de Anísio Teixeira (1900-1971), que se destacou com sua atuação nas questões educacionais, recebendo muitas homenagens, como exemplo indicado nas Figuras 2 e 3, a partir do momento em que se insere na educação e se interessa pela organização do Sistema Educacional Brasileiro, em frente às questões que se colocavam, quanto ao problema da Instrução Pública articulada ao debate de organizar o Sistema de Ensino, de formar os professores e ampliar o acesso à educação no País. Anísio Teixeira inicia uma longa trajetória no campo educacional se inserindo ativamente nas questões em torno da organização da educação nacional.

FIGURA 2 – HOMENAGEM REALIZADA AOS DIRETORES DE INSTRUÇÃO PÚBLICA NA OCASIÃO DA III CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO



Fonte – CPDOC Arquivo pessoal de Anísio Teixeira.

Nota: Essa homenagem foi promovida pela ABE em 1929, com retratos dos diretores da Instrução Pública, dentre eles, a foto de Anísio Teixeira que integrou a delegação da Bahia na conferência (ANEXO A).

Podemos dizer que a inserção de Anísio Teixeira nessa arena política assumiu sempre destaques importantes. No caso da ABE, por exemplo, ele atuou por mais de 40 anos, filiando-se oficialmente em 1931, “[...] foi sócio honorário, sócio mantenedor, membro da Seção de Ensino Normal, membro titular do Conselho Diretor em vários mandatos, conselheiro vitalício, presidente” (SILVA, 2000, p.12) e teve sua presença efetiva na ABE a partir da III Conferência Nacional de Educação. Em outubro de 1931, assumiu a Diretoria de Instrução Pública do Distrito Federal.

É importante perceber que a trajetória vivida por Anísio Teixeira revela a “[...] travessia de desertos e momentos de ruptura” (NUNES, 2000, p. 155). Assim, sua produção nos fornece pistas das motivações que o aproximaram das discussões sobre o Sistema de Educação, reconhecendo que sua escrita “[...] sempre esteve sob a pressão das circunstâncias e da ação” (TEIXEIRA, 1958, p. 1). Dessa forma, a compreensão do seu percurso se torna fundamental para a compreensão do seu pensamento.

FIGURA 3 – ANÍSIO TEIXEIRA - SESSÃO DE RECEBIMENTO DO DIPLOMA DE CONSELHEIRO VITALÍCIO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO



Fonte: CPDOC Arquivo pessoal de Anísio Teixeira.

Nota: Anísio Teixeira recebeu o diploma de Conselheiro Vitalício da Associação Brasileira de Educação em 24 de agosto de 1959 (ANEXO B).

Vale ressaltar que a escolha por Anísio Teixeira é reflexo da sua representatividade no campo educacional, sua atuação no cenário político e como educador no âmbito nacional e internacional, ocupando funções importantes a exemplo do cargo de inspetor-geral da Bahia em 1924; diretor de Instrução Pública no Rio de Janeiro; participação na Comissão do Ministério de Educação e Saúde em 1931. Foi um dos signatários do “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova” em 1932, nomeado diretor do Departamento de Educação do Distrito Federal em 1933; responsável pela criação da Universidade Federal do Distrito Federal; indicado para secretário-geral de Educação e Cultura em 1935. Tornou-se conselheiro de Educação Superior da Unesco, Organizações das Nações Unidas, em 1946. Inaugurou a “Escola Parque”, o Centro Educacional Carneiro Ribeiro, numa proposta de Educação Integral em 1950; foi secretário-geral da Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Nível Superior (Capes); assumiu a Diretoria do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep) em 1951; integrou o debate da Lei de Diretrizes e Bases de 1961; ocupou a posição de membro do Conselho Federal de Educação em 1962; assumiu a presidência da Comissão Nacional do Ensino Primário e a Reitoria da Universidade de Brasília em 1964. Assim, sua trajetória se estendeu por todas as áreas desde o

ensino primário à universidade, marcando sua posição como um reformador estadista preocupado com os fins da educação brasileira, expresso por sua vida pública em defesa da educação e democracia.

Desse modo, as inquietações de Anísio Teixeira quanto ao lugar da escola pública são preocupações do nosso presente. Compreendemos que Anísio Teixeira foi representante de uma parte significativa da nossa história educacional, “[...] sendo necessário revisitar sua trajetória, enquanto uma tradição passível de se constituir numa base para a nossa reflexão e ação atuais” (BRANDÃO; MENDONÇA, 2008, p. 226). Por esse caminho, buscaremos, a partir do pensamento e ação de Anísio Teixeira no campo educacional, ampliar as perspectivas e ideias desencadeadas e lançadas em suas obras para a organização de um Sistema Nacional de Educação, que em nossos dias têm revelado muitos entraves e indefinições.

2.4.2 Anísio Teixeira e a Educação: decisões e escolhas

No intenso movimento de reforma expresso nessa década de 1920, insere-se no contexto educacional o jovem baiano Anísio Spínola Teixeira, que recebe, em 1924, o convite do governador Francisco Marques de Góes Calmon para assumir o cargo de Inspetor-Geral do Ensino da Bahia, o que daria início à sua trajetória no campo da educação. Depois de assumir o primeiro dos vários cargos públicos que acompanhariam sua trajetória, Hermes Lima, seu amigo e em grande parte responsável por influenciá-lo em sua escolha no campo da educação, indicou o seu nome para o governador Góes Calmon, para assumir o cargo no Departamento de Instrução da Bahia. Esse fato tornou esse momento crucial para Anísio Teixeira, tendo em vista o dilema vivido por ele, que era o de seguir os ordenamentos religiosos ou optar pela carreira política, pela qual muito aspirava seu pai, Dr. Deocleciano Pires Teixeira.¹⁰

¹⁰ Deocleciano Pires Teixeira (1844-1930), médico, teve grande influência no cenário político como chefe político em Caetitê na Bahia (LIMA, 1978, p. 22- 25).

FIGURA 4 – VIAGEM DE ANÍSIO TEIXEIRA AOS PAÍSES DA EUROPA EM 1925



Fonte: CPDOC. Arquivo pessoal de Anísio Teixeira.

Nota: Viagem de Anísio Teixeira em 1925, quando percorre os países da Europa Esquerda/dir. Anísio Teixeira, em pé, e Dom Augusto Álvaro da Silva ao centro, sentado. Nessa ocasião Roma comemorava o Ano Santo de 1925. Anísio Teixeira, em passagem por Roma, conheceu o Papa Pio XI, que participava de um processo de negociação para a Criação do Estado do Vaticano (ANEXO B).

O mandato de Anísio Teixeira como inspetor-geral de ensino na Bahia marcou decisões políticas importantes em sua trajetória, pois, em plena vigência do seu cargo, viajou para a Europa, segundo registro da (Figura 4), “[...] acompanhado por Dom Augusto Álvaro da Silva, arcebispo primaz do Brasil, o que indica um acordo entre a família, os jesuítas e o próprio governo do estado” (BITTENCOURT, 2009, p. 103). Essa viagem traz para o jovem Anísio Teixeira um momento de instabilidade e reflexão sobre suas escolhas futuras, retratado na avaliação feita em seus escritos no diário de viagem à Europa de 1925:

16 novembro 1925.

Relia hoje velhas coisas que havia escrito na minha viagem para a Europa. Até que ponto os meus desejos e as minhas previsões se realizaram? De modo geral devo dizer que o aprendizado foi muito curto e que é muito cedo para tirar conclusões. Sob o lado técnico ganhei evidentemente alguns conhecimentos novos. Sob o lado de formação geral aumentei, é inegável, o meu cabedal de cultura. Mas, a minha resposta sobre a influência dessa viagem sobre a qualidade do meu espírito, será tão positiva? Se posso dizer que ganhei mais facilidade diante da vida, não deverei dizer que ganhei mais banalidade diante da existência?
E a minha fé, a minha compreensão metafísica da vida não está

também cada vez mais afastada de mim, como um objeto que eu conservo culto mas de que já não uso?

Não foi essa viagem talvez outra coisa senão uma dissipação do espírito e da inteligência. O espírito dissipou-se na sua fé. A inteligência diluiu ainda mais a sua cultura. Ah! Como seria melhor do que essa vaidade de enriquecer o espírito com viagens e com espetáculos deslumbrantes e novos, possuir o amor tranquilo de algumas coisas certas e profundamente enraizadas.

Paisagem do Minho como essa lição se desprende de suas árvores, de suas casas, de sua gente.

Perdem as coisas o valor se elas se põem a comerciar as suas qualidades. Mais vale isolar-se e cultivar fervorosamente as suas modestas virtudes.

Ter pouco, mas seguro, forte, inarrancável é melhor do que esse brilho de mil facetas de cores cambiantes com que se enfeita um espírito viajado, brilho fatigante porque lhe falta a profundidade, porque não é luz própria.

Pequenas e humildes qualidades do meu espírito, eu me volto para vocês de retorno dessa longa viagem.

Esse ar dos grandes países é muito rarefeito. Na Bahia, eu vou tratá-las como se tratam plantas anêmicas. Muita alimentação e muito cuidado. Tudo concreto, preciso, afetivamente real.

O vago brilhante é o vício a que habituaram quatro meses de elegante vagabundagem pela Europa.

Pois bem, tudo não está perdido. Desses quatro meses muita coisa se há de aproveitar. Mas está encerrado o ciclo da vida errante e amável.

Vamos trabalhar e pensar. E nos vagares das nossas pausas ouçamos, como um velho ouve um moço descuidado, as aventuras de nossa viagem, para tirarmos delas conclusões práticas e sisudas (TEIXEIRA, 1925, p. 54, grifo nosso).

A partir desse trecho de seu diário, é possível perceber o embate vivido por Anísio Teixeira em sua formação inicial religiosa e o contato com o mundo da ciência, expressando um conflito interno entre a fé e a razão, assim:

O Anísio que tomava contato com a vanguarda conservadora da igreja europeia, preocupada em preservar os valores espirituais e religiosos, é o mesmo que se empenha na organização da escola pública baiana, embora não tivesse claro para si próprio que a educação era a opção de sua vida (NUNES, 2000, p. 98).

As impressões de Anísio Teixeira nos revelam pistas de que uma das suas primeiras rupturas pessoais seria campo fértil para sua ação como gestor, professor, homem público, sujeito de discursos polêmicos, integrante de uma geração, que procurava romper com a tradição oligárquica, que colocaria a “[...] educação no centro de sua visão de mundo” (MONARCHA, 2001, p. 15).

De acordo com Lima (1960, p.133), Anísio Teixeira, em sua primeira viagem à Europa, passou pela Espanha, recorrendo ao Santuário de Santo Ignácio de Loyola, refletindo sobre suas indefinições eclesiais, seguindo para Roma e depois Paris,

onde estudou por quatro meses, em Sorbone, o sistema escolar. Esse percurso:

[...] exerceu um triplo efeito sobre o viajante: propiciou o contato com a vida social e política de países centrais; aproximou-o do poder central da Igreja Católica; e permitiu o primeiro dos vários estudos que realizou sobre as experiências educacionais em outros países (BITTENCOURT, 2009, p. 104).

O seu retorno ao Brasil marca sua importante atuação na reforma educacional da Bahia no período de 1924-1929, prevista pela Lei nº 1.846, de 14 de agosto de 1925. Nas palavras de Frota Pessoa,¹¹ em artigo publicado no Diário Oficial do Estado da Bahia em 31 de dezembro de 1925, enfatizando a atuação de Anísio Teixeira, reportou-se à frase por ele proferida “[...] A escola primária Brasileira, adaptada a terra e adaptada ao homem é a escola Integral, com finalidade determinada”. Porém, em sua análise, estabelece críticas, indicando algumas adequações na Lei, identificando uma certa desarmonia quanto à organização do ensino, ao destacar ser um desperdício de tempo e dinheiro manter a criação dos três cursos (elementar com duração de quatro anos, primário superior com duração de três anos, profissional de um a quatro anos). Frota enfatizou a possibilidade de redução para um único curso em sete ou oito anos, contudo Anísio Teixeira, em Relatório da Inspeção-Geral de Ensino, reforça:

O que visou o projeto de reforma. Restabelecendo o ensino em uma organização administrativa forte e eficiente, criando o organismo de ensino primário baiano com o curso elementar e um curso primário superior, curso que a sua cor determinadamente regional ajunta a expressão técnica de ensino profissional generalizado, regulamentando a obrigatoriedade escolar e o ensino particular, unificando o ensino estadual e municipal, o projeto de reforma é uma promessa de reorganização de serviço que vale a pena ser experimentada (BRASIL, RELATÓRIO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA DA BAHIA, 1925, p. 11).

Cabe observar que esse relatório expressou elementos importantes à constituição do Sistema Educacional, destacando uma organização de ensino que estivesse articulada entre as esferas governamentais, visto que a situação do ensino baiano

¹¹ “José Getúlio da Frota Pessoa (1875 - 1951). “Nascido no Ceará, diplomou-se como bacharel em ciências jurídicas sociais em 1904. Exerceu várias funções públicas, foi escritor redator em vários jornais e revistas. Ao publicar 'A educação e a rotina – theses heterodoxas', em 1924, ocupava o cargo de Secretário Geral da Instrução Pública. Quando veio à luz Divulgação do Ensino Primário, em 1928, Frota Pessoa era subdiretor da Instrução Pública. Nessa condição testemunha e protagoniza vários momentos importantes da educação no período entre as décadas de 1920 e 1940. Também trabalhou com Anísio Teixeira (1931-1935) na fase inicial de sua presença como Diretor da Instrução Pública do DF” (BRASIL- MEC, 2010, p. 14-26).

revelava uma organização primária desordenada e sem objetivo definido. Desse modo, essa reforma indicava as bases de uma nova estrutura na organização educacional de ensino.

Assim, Anísio Teixeira já expressava o interesse pelos aspectos que compunham a organização da Educação, apoiado nos princípios de uma escola obrigatória e gratuita, que pudesse corresponder às necessidades educativas da época, perseguindo essa ideia como objeto de inovação e modernização da sociedade. Lima (1960, p. 135) afirma que “[...] o labor educacional, as reformas por ele empreendidas visam os indivíduos todos da sociedade, e não apenas certa categoria ou determinada classe dele”. Por essa via, seu pensamento representava um caminho para reconstruir e repensar os processos educacionais, confiando nas possibilidades do homem em se refazer e se rever sempre.

Em 1927, Anísio Teixeira foi para os Estados Unidos (EUA) e, durante quatro meses, teve a oportunidade de conhecer a organização da Educação Americana, que originou, posteriormente, seu primeiro livro: *Aspectos Americano da Educação: anotações de viagens aos EUA em 1927*, declarando, em seu Diário de Viagem, o desejo de estudar e aprender os aspectos que compunham o pensamento e ação da educação americana. Expôs assim as suas expectativas com a viagem:

Tenho tanto que aprender. O sentido da viagem por turismo, por prazer, é o que me falta. As viagens terão sempre para mim esse travo sério de um alto exercício espiritual. O desenraizamento penoso de nossos costumes, nossos amigos e nossas coisas – de nossas terras – e o cultivo novo em terra alheia é para mim sempre uma ginástica custosa do espírito (TEIXEIRA, DIÁRIO DE VIAGEM AO EUA, 27-04-1927).

Essa viagem o coloca em um campo de descobertas que marca decisivamente suas escolhas e posicionamentos teórico-educacionais. Apoiadores do enaltecimento e sentido dado a América, destacam-se com ele Alberto Venâncio Filho, Afrânio Peixoto e Monteiro Lobato, admiradores dos Estados Unidos, que buscaram identificar os sinais da América no Brasil (LOVISOLO, 1989, p. 16). Lovisolo (1989, p. 16) afirma que os EUA trouxeram significados relevantes à formação de Anísio Teixeira, tratando essa experiência como uma “conversão existencial do intelectual”. Nessa relação, Anísio Teixeira aproxima-se das bases deweyanas, percorrendo os

Sistemas Educacionais Americanos, conhecendo as bases pedagógicas e a estrutura técnica e funcional dos Sistemas de Ensino, agregando à sua visão de educação que se constituía. Em 1928, retorna aos EUA, vivendo o que podemos considerar como a sustentação para sua orientação filosófica, compreendendo o conhecimento científico baseado no método experimental, numa visão que acredita na evolução e no progresso do homem.

Nessa empreitada, Anísio Teixeira faz uso de uma bolsa de estudos na Universidade de Colúmbia, permanecendo até junho de 1929, com a obtenção do título de “Master of Arts”, momento em que tem contato com a literatura de Dewey e algumas aulas com Kilpatrick, continuador de Dewey, influenciando diretamente as bases de seu pensamento. Nesse sentido, conforme Carvalho (2003), o americanismo que exerce fascínio sobre Anísio Teixeira apresenta-se de maneira muito própria:

O americanismo de Anísio incide sobre os fundamentos do programa de regeneração nacional pela Educação definido por sua geração [...]. Em Anísio a reforma da sociedade pela reforma do homem desloca o foco da atenção. Nela a metáfora sanitária¹² deixa de dar conta da política, pois na apropriação que faz do conceito de educação progressiva não há lugar para a representação de um país doente passível de ser proposto como alvo fixo, como objeto passivo de estratégia de intervenção regeneradora (CARVALHO, 2003, p. 190-191).

Nessa perspectiva, Anísio Teixeira constitui suas percepções apoiado na concepção de Dewey. Destacou a educação como processo de crescimento, reconstrução e reorganização da experiência e afirmou que “[...] a concepção americana de educação é uma concepção tão larga que se identifica com a vida, mas com uma vida conduzida com inteligência e consciente lucidez” (TEIXEIRA, 2006, p. 48).

De acordo com as ideias defendidas por Jhon Dewey (1959, p. 106), “[...] Uma

¹² “Vale destacar, que o Movimento Sanitarista visava o enfraquecimento do domínio oligárquico local, promovendo uma reforma na mentalidade dessas elites. Um exemplo desse movimento foi representado pela figura do personagem Jeca Tatu criado pelo escritor Monteiro Lobato, que aderiu à campanha em prol do saneamento rural e deu ao seu personagem o enfoque defendido pela educação sanitária. O estigma evidenciado em torno de um Brasil doente, sobretudo o homem do campo, evidenciaram nos discursos e práticas das primeiras décadas do século XX a crença que havia cura para o mal do povo brasileiro. Para os defensores do saneamento, a questão da saúde, assim, como a da educação, era também elemento crucial na construção da nacionalidade. Em fevereiro de 1918 representantes das elites: política e intelectual fundaram a Liga Pró-Saneamento do Brasil, esse fato marcou a passagem de um período mais espontâneo da campanha sanitária para uma ação mais organizada. Em dezembro de 1919, foi criado o Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), que daria maior amplitude aos serviços sanitários federais. Essa ação ajudou a minar o sistema oligárquico” (ARQUIVO CPDOC. ANOS 20 A QUESTÃO SOCIAL-MOVIMENTO SANITARISTA, 2012).

sociedade é democrática na proporção em que prepara todos os seus membros para com igualdade aquinhoarem de seus benefícios [...] por meio das interações das diversas formas da vida associada”.

Assim, a educação assume um caráter político e de formação permanente que Jhon Dewey ressaltou como:

[...] Uma reconstrução ou reorganização da experiência, que esclarece e a aumenta o sentido desta e também a nossa aptidão para dirigirmos o curso das experiências subsequentes. O aumento ou enriquecimento do sentido ou significação da experiência corresponde à mais aguda percepção das concepções e das continuidades existentes no que estivermos empreendendo (DEWEY, 1959, p. 83).

Desse modo, Anísio Teixeira, ao tomar como referência as ideias de Jhon Dewey, apropriou-se de forma muito singular do seu pensamento, em frente ao contexto brasileiro vivido em sua época, destacando que:

Só uma lógica da experiência, uma lógica da investigação e da descoberta, como é a de Dewey, podem ajudar-nos a vencer falsas divisões, dualismos e conflitos [...]. A lógica da experiência de Dewey pode ter todos os defeitos, menos o da infertilidade. É a lógica da descoberta e para a descoberta (TEIXEIRA, 2006I, p. 116).

Nesse sentido, podemos dizer que Anísio Teixeira assumiu uma perspectiva de investigação e perplexidade diante das questões educacionais. Para ele, “[...] toda ação é um ato partilhado” (TEIXEIRA, 2006I, p. 262) que inclui a construção de processos participativos que visem ao bem comum do homem.

Por essa via, retornar ao pensamento de Anísio Teixeira desvinculando a ideia de uma “tradição esquecida”, traduzida por Brandão e Mendonça (2008), ou na perspectiva de Lovisoló (1989), como uma “tradição desafortunada”, requer refletir sobre os significados que se revelam e as possíveis interlocuções com o nosso tempo. Sem dúvida, a década de 1920 anunciou não só a inserção de Anísio Teixeira na Educação, mas de um grupo bastante plural, que se vinculou a um pensamento dito como renovador e indicou não só uma nova década mas o fortalecimento dessa visão.

2.5 PERCURSOS INVESTIGATIVOS

Pensar numa perspectiva que oriente o fazer da pesquisa requer um olhar atento e curioso, em meio à complexidade que constitui as indagações do pesquisador ao seu estudo. Esse movimento contempla uma posição, uma escolha que delineou os percursos do trabalho em meio aos contornos e desenhos constituídos nesse processo de ser pesquisador e fazer pesquisa.

A problemática que se inscreve neste estudo busca investigar qual a concepção de SNE a partir das formulações de Anísio Teixeira. Vemos a necessidade de fomentar a discussão para os impasses colocados no nosso presente, compreendendo a pertinência e a atualidade do tema na configuração dos debates das políticas educacionais no País.

Nesse exercício, pensar a pesquisa no campo da história da educação amplia o nosso olhar quanto à produção dos sentidos e das apropriações que possam ser evocadas a partir das obras de Anísio Teixeira. Para pensar esse percurso, é relevante indicar quais aproximações e interlocuções são possíveis para este estudo. Como nosso interesse em investigar a concepção de Sistema de Educação a partir do resgate do pensamento de Anísio Teixeira se articula com as nossas inquietações do presente? Essa tarefa requer alargar nossa visão de história e dos contextos vividos por Anísio Teixeira, trazer o educador de modo contextualizado, não de forma absoluta e individualizada, mas evidenciando a problemática, num círculo inventivo da produção.

Sendo assim, a relação com o presente e o passado cria elos em que a história é traduzida em movimento. Com isso, desenvolver este trabalho significa revelar Anísio Teixeira como um homem no seu tempo. Nossa intenção é evidenciar as pistas deixadas em sua trajetória, expressas pelo seu pensamento, que representou um passo à frente à sua época na reflexão dos problemas educacionais, afirmando que:

A verdade é que, de modo geral, nosso sistema educacional reproduz estruturalmente a educação dominante nas sociedades conduzidas aristocraticamente. Se voltarmos as nossas visitas para a posição das elites

nacionalistas, veremos que também com ela temos as nossas indisfarçáveis afinidades, sobretudo no dilema entre educação comum e universal e educação de nível superior. Vivemos também dramaticamente esse dilema e quando tentamos resolver é para expandir exatamente aquele ensino superior destinado à formação de elites de lazer (TEIXEIRA, 2006, p. 243).

Nessa dinâmica, nossa proposta foi realizar uma pesquisa bibliográfica e documental dentro de uma perspectiva histórica, na busca de problematizar as lacunas, rupturas, permanências e ausências que se fazem presentes, com a não consolidação de um Sistema Nacional de Educação no Brasil, tomando, a partir do recorte indicado, a possibilidade de novas interpretações com relação ao tema.

Desse modo, conceber as pesquisas educacionais como elemento fértil de investigação é reconhecer sua polissemia, é oferecer a oportunidade de diálogo e dar visibilidade a novos procedimentos de análise, criando processos de inteligibilidade às experiências individuais e coletivas.

Nosso trabalho buscou tomar como possibilidade interpretativa algumas referências que nos possibilitaram, a partir de suas posições ideológicas e conceituais, ampliar nossas perspectivas de análise no campo da história de educação e das políticas educacionais articuladas à questão do SNE. Assim, contribuíram para essa construção autores como: Dermeval Saviani, Clarice Nunes, Luís Viana Filho, Jorge Nagle, Jamil Cury, Hemes Lima, Diana Vidal, Celso de Rui Beisiegel, entre outros que foram inseridos na produção do debate.

Identificamos a responsabilidade do pesquisador quanto à sua produção teórica, na construção de um olhar atento sobre o que podemos com este estudo acrescentar e problematizar. Não se trata de produzir anacronismos ou conceber a pesquisa de forma pragmática, mas é a possibilidade de incitar a dúvida, criar novos diálogos e suscitar a continuidade de estudos posteriores.

Por essa via, o que queremos é dar movimento à temática, fazendo uso das palavras de Nunes (1992, p.16): “[...] Esse caminho de volta é, portanto, mais do que um simples retorno. É um avanço que renova o objeto de estudo e procura pensar simultaneamente as diversas faces do problema construído”. Com isso, propomos analisar as 12 obras de Anísio Teixeira, resgatando sua posição política e teórica diante do pensamento educacional brasileiro, fundamentalmente a sua

concepção em torno do SNE.

Nosso intento é compor um novo olhar ao clássico e provocar o leitor em frente ao legado histórico da não constituição de um SNE. Com isso, a leitura de Anísio Teixeira e de suas formulações em torno do Sistema Educacional no Brasil pode nos trazer pistas para problematizar a temática. Dessa forma, temos a possibilidade de transformar o presente vivido em reflexão histórica, ampliando nosso campo de investigação.

2.5.1 O campo de análise

O que nos move neste trabalho é o desafio de analisar, nas obras de Anísio Teixeira, o seu movimento de permanente atualidade diante das questões educacionais. Nosso foco é a sua concepção sobre Sistema Educacional, na busca de capturar os sentidos e a voz do autor nos distintos momentos e movimentos de sua trajetória, na qual empreendeu reconhecimento por parte dos que viveram à sua época e mesmo daqueles que não o estimavam, pois, no mínimo, esses foram incomodados com as suas posições. Nesse sentido, percebemos um educador em movimento, audacioso e intrigante. Assim, nas palavras de Fernando Azevedo (1960, p. 80):

Anísio Teixeira fala com uma sinceridade radical, como se estivesse pensando em voz alta, e é tal rapidez de pensamento que dá às vezes a impressão de um prestidigitador que joga com as ideias. Mas na verdade, ele ama demais as ideias para brincar com elas. Sua inteligência, viva, flexível e ágil, alia-se uma alta probidade intelectual, tão alta e pura que, por ser ele grande por suas iniciativas, ainda se me afigura maior pelo que é do que pelo que fez.

Partindo dessas e de tantas outras inquietações que farão parte desta pesquisa, torna-se relevante a definição axiológica do campo de análise que se configura, com a escolha das fontes e constituição desses elementos organizados a partir da análise de suas obras.

Buscamos, neste diálogo, a inserção de outros documentos expressos por meio dos seus pronunciamentos, relatórios, cartas, discursos, fotos, que nos auxiliaram na

composição de nossas análises, haja vista que, dessa forma, o nosso olhar para as fontes e o nosso entendimento quanto ao trabalho com os documentos concordam com os conceitos elaborados por Bloch (2001, p. 75) de que o documento é: “[...] Um vestígio, quer dizer, a marca, receptível aos sentidos, deixada por um fenômeno em si mesmo impossível de captar”. Sendo assim, o documento ganha vida e se constitui numa possível trilha, ampliada na medida em que o interrogamos e permitimos dar vozes aos seus silêncios.

Contudo, na organização do processo de análises das obras, definimos dois momentos na busca de estabelecer relações de sentido e significado produzidas em seus escritos. O primeiro momento consistiu da leitura inicial das obras na definição dos objetivos e na constituição do *corpus* teórico da pesquisa. Esses elementos foram importantes para o direcionamento encaminhado nas análises. Em um segundo momento, nossa abordagem foi identificar, a partir das obras, o que seria analisado, focando as tensões que se impõem para a política educacional e os obstáculos para a constituição do SNE, nos argumentos e proposições de Anísio Teixeira, na circulação de suas ideias e nas contribuições para o debate.

Para a compreensão do nosso leitor, organizamos uma apresentação inicial das obras que formaram o *corpus* teórico de nossa pesquisa e foram tomadas como elemento central para investigação de nosso problema em questão. As obras selecionadas fazem parte da coleção “Anísio Teixeira”, publicada pela Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).¹³ A coleção foi organizada por Clarice Nunes, em 12 volumes, registrados da seguinte forma:

¹³ “A editora UFRJ foi fundada em 1986. Tem por objetivo a edição de livros de relevância cultural e científica. Como exemplo, podemos citar a reedição das obras de Fernando de Azevedo, Guerreiro Ramos e o lançamento de títulos como A UNE em tempos de autoritarismo, de Maria de Lourdes Fávero; O mistério do samba, de Hermano Viana; Por que amo Barthes, de Alain Robbe-Grillet; O carnaval carioca, de Maria Laura V. de Castro e Florestan Fernandes; Brasil em compasso de esperas, entre outros” (PORTAL ELETRÔNICO EDITORA UFRJ, 2011).

QUADRO 3 – RELAÇÃO DAS OBRAS DE ANÍSIO TEIXEIRA

Nº	TÍTULO DA OBRA	ANO DA 1ª PUBLICAÇÃO	ANO DE PUBLICAÇÃO UTILIZADO
1	Aspectos americanos da educação & anotações de viagem dos EUA em 1927	1928	2006
2	Pequena introdução à Filosofia da Educação: a escola progressiva ou a transformação da escola	1934	2007
3	Em marcha para a democracia: à margem dos EUA	1934	2007
4	Educação para a democracia: introdução à administração educacional	1936	2007
5	A educação e crise brasileira	1956	2005
6	Educação não é privilégio	1957	2007
7	Educação é um direito	1968	2009
8	Educação no Brasil	1969	2011
9	Educação e o mundo moderno	1969	2006
10	Ensino superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969	1969	2007
11	Diálogos sobre a lógica do conhecimento	Sem data	2007
12	Educação e universidade	Póstuma 1998	2010

Fonte: Coletânea Coleção Educadores- UFRJ quadro elaborado pela autora.

Vale ressaltar que Clarice Nunes traz grandes contribuições com relação aos estudos sobre Anísio Teixeira. Uma delas corresponde à sua tese de doutoramento, resultando na organização do livro *Anísio Teixeira: poesia da ação* (2000), no qual constitui, com muita riqueza de detalhes, uma biografia de Anísio, revelando um campo amplo e incessante de reflexão. Outra obra recente que podemos citar foi a publicação da “Coleção Educadores” (2010), que traz apontamentos sobre sua base teórica, a trajetória, a política realizada por Anísio Teixeira, a compreensão da

sociedade e da educação que ele expressava. Assim, Nunes (2010, p. 577) afirma que: “[...] a superação do mito que envolve Anísio Teixeira, embora louvável, não pode passar pelo seu esmagamento, mas pela travessia simbólica de barreiras que sua geração e ele, especificamente, criaram à nossa compreensão do momento histórico em que viveram.”

Faremos aqui uma breve síntese das obras que foram postas em análise nesta pesquisa. Salientamos que esta é uma apresentação inicial, para conhecimento do leitor.

QUADRO 4 – APRESENTAÇÃO DAS OBRAS DE ANÍSIO TEIXEIRA

ANO DA 1ª PUBLICAÇÃO	TÍTULO DA OBRA
1928	Aspectos americanos da educação & anotações de viagem dos EUA em 1927
SOBRE A OBRA	
<p>Este livro é fruto das experiências vivenciadas por Anísio Teixeira, em sua viagem aos EUA, em 1928, constituindo um relatório de viagem. Na primeira parte, Anísio Teixeira oferece ao leitor uma reflexão geral sobre os aspectos considerados importantes na elaboração de um projeto educativo. Toma como base, para suas formulações, o pensamento de John Dewey, realizando um breve resumo de suas principais ideias sobre educação, os fundamentos do modelo educativo, a articulação entre educação e democracia e a organização do currículo. Acenou para a separação entre método e matéria. Anísio Teixeira admitia que a apresentação das ideias de John Dewey fixava o sentido dado por ele à educação e lhe parecia uma estratégia “[...] favorável para despertar um interesse concreto pela revisão de nossas próprias concepções” (p.1). Nessa edição, são apresentados os registros do diário de 1927 e, na segunda parte do livro, são oferecidos elementos para acompanhar as visitas realizadas por Anísio Teixeira aos espaços de educação americano. Em sua experiência, Anísio Teixeira inaugura seu primeiro contato com a América em 1927, a bordo do Pan-América, escrevendo um diário em que documenta as suas dúvidas, as expectativas, as suas impressões da América e o desejo de renovação revelado numa escrita</p>	

carregada de sentimentos, produzida no exercício de sua função pública como chefe de Instrução na Bahia. Em sua segunda viagem, em 1928, quando obteve a bolsa de estudos para estudar no *Teachers College* da Universidade de Nova York, teve a oportunidade de acompanhar o funcionamento de escolas em vários Estados americanos durante 20 dias, contemplando, em seu roteiro, pequenos e grandes centros escolares, orientado pela Universidade de Colúmbia que integrava essa atividade ao seu programa de formação. Essa vivência permitiu dar visibilidade ao modelo americano, traduzido por Anísio Teixeira, na difusão das bases teóricas fundamentadas em Dewey e pela descrição feita por meio de um relatório que retratava o aparelho escolar americano, revelando a sua inspiração e admiração pelo modelo americano. O diário e o relatório de viagem produzidos por Anísio Teixeira nos ajudam a compreender a América descoberta por ele e as questões que o inquietavam na realidade brasileira. Sendo assim, essa obra representa um ponto de partida na trajetória educacional de Anísio Teixeira e a sua reflexão se torna um convite para a compreensão de suas escolhas e posicionamentos.

1934

Educação progressiva: pequena introdução à Filosofia da Educação

SOBRE A OBRA

São apresentados, nessa obra, fundamentos teóricos e as diretrizes de aplicação à educação progressista, integrando o movimento renovador, como relevante para o aprofundamento e análise dos problemas educacionais brasileiros. A primeira edição foi publicada em 1934, com o título: *Educação progressiva: uma interpretação à filosofia da educação* e, em 1967, Anísio Teixeira faz a reedição e modificação desse título para: *Pequena introdução à filosofia da educação: a escola progressiva ou a transformação da escola*. Em nota introdutória, Anísio Teixeira registra seu objetivo com a obra, que era expor, de forma simples, os fundamentos da teoria da educação baseada na experiência. Ressalta também que a reorganização do título se justifica pelas mudanças com relação à designação do termo educação progressiva, mantendo referência à escola progressiva como registro histórico desse período inicial de implantação, enfatizando o caráter de mudança e permanente reconstrução da educação. O

livro está organizado em seis capítulos e trata de assuntos que abordam a orientação da educação progressista e a criação de um novo sentido para a escola. Enfatiza que o educador moderno precisa guiar o processo de crescimento mental e social da criança, infere a ideia de que o reacionário e o renovador, dentro de cada um de nós ou da sociedade, tem o mesmo ideal que se faz na educação do homem. Analisa a designação do termo “escola nova” como uma necessidade de demarcação do campo político, ressaltando a nova ordem de mudanças, a necessidade de preparação do homem para resolver por si os problemas num futuro imprevisível. Destaca, também, as diretrizes da vida moderna e sinaliza a escola como retrato da sociedade que serve (p.45), confiando numa escola progressiva e de educação integral, num processo de transformação e progresso. Destaca, em suas análises, as diretrizes da educação e elementos de sua técnica. Concebe a identificação de três pontos básicos dessa orientação: a criança como centro da escola, a reconstrução dos programas escolares e a organização psicológica das matérias escolares, fazendo uma crítica aos moldes da escola tradicional, compreendendo que, para uma educação progressiva, exige-se um novo tipo de escola. Anísio Teixeira considera que as relações entre a educação e a sociedade assumem uma condição de interdependência, pois esses dois processos se influenciam mutuamente. O autor discorre sobre os conceitos de mobilidade e continuidade e trata a educação como fenômeno individual e social, inclui a visão da escola como um espaço necessário de transformação e instrumento de aperfeiçoamento social. Suas formulações seguem a perspectiva de John Dewey, que percebia o homem imerso nos processos de uma moral científica, concebia o indivíduo como construção da sociedade, por meio dos diversos processos de socialização, dos quais a educação faz parte. Defendeu a necessidade de fundamentação filosófica na prática educacional, descreveu as origens da filosofia em Dewey e a relação com a educação, definindo a filosofia como teoria geral da educação. Esse livro formula indicativos de uma teoria da educação numa sociedade em permanente processo de mudança, comprometendo-se com uma educação democrática.

1934	Em marcha para a democracia: à margem dos EUA
SOBRE A OBRA	
<p>A publicação dessa obra configurou um momento de instabilidade política na carreira de Anísio Teixeira, em 1935, ocasionando seu pedido de exoneração do cargo de diretor de Instrução Pública do Distrito Federal. Anísio Teixeira avalia, nessa obra, o contexto de progresso americano e analisa o significado da civilização americana. O livro está organizado em seis capítulos e revela o modo como Anísio Teixeira descobre a América, se admira com ela e formula as suas identificações, indicando a democracia como valor, um processo em marcha. Não cabe aqui construir um modelo de educação americana para o Brasil, “[...] mas de assumir a responsabilidade em ampliar as possibilidades de educação do homem, afirmando que o problema é um único: de mais educação, mais esclarecimento, mais inteligência” (p.109). Seu foco principal se revela na problemática da democracia sugerida pelo título inicial, como um processo em construção. A discussão realizada por Anísio Teixeira com relação à democracia situa o contexto político da década de 1930. Anísio Teixeira traz como referência principal para articular as suas ideias a experiência americana fundamentada por John Dewey e em Walter Lippmann.¹⁴ Em suas análises, acredita que não existe propriamente uma democracia, mas temos atitudes democráticas, o que justifica a sua crença no homem e no progresso da ciência. Nas considerações finais de sua obra, afirma que sua intenção não é ministrar um remédio para os males modernos, mas seu interesse se constitui em situar o problema da direção da sociedade. Acredita que essa direção será construída pela educação, considerada por ele como a grande revolução intelectual. Essa obra revela o encantamento de Anísio Teixeira pela América e o seu compromisso em indicar possíveis direções para solucionar os problemas educacionais no Brasil.</p>	

¹⁴ “Walter Lippmann (1889-1974). Foi filósofo político, assessor de presidentes americanos, fazia uma crítica à imprensa com relação à formação da opinião pública e desenvolveu estudos sobre política e os sistemas de governo” (CHOMSKY, 1997, p. 268).

1936	Educação para a democracia: introdução à administração educacional
SOBRE A OBRA	
<p>Essa obra revela, segundo Anísio Teixeira, um “jornal de trabalho” com muitas intenções de começos. Trata-se de uma construção política e prática. Foi escrita desde meados de 1935 e apresenta sua ação na Secretaria de Educação e Cultura, anteriormente Diretoria-Geral. Anísio Teixeira reconhece que o contexto em que a obra foi produzida tornou-a num livro de registro e documentação da reforma da educação no Distrito Federal. A obra está organizada em duas partes: a primeira parte destaca o problema brasileiro de educação, registra os desafios em cada nível de ensino e enfatiza que o primeiro erro em encarar o problema é o de “[...] tomar as causas pelos efeitos e os efeitos pelas causas” (p. 41). Aponta, nesse contexto, para as soluções rápidas e salvadoras que sempre se apresentaram de modo fragmentado no meio educacional. A segunda parte do livro indica a educação pública e sistemática, numa análise do sistema escolar no Rio de Janeiro. Destaca as dificuldades da falta de órgãos especializados. Relata, nesse contexto, sua experiência no âmbito da administração educacional, trata também dos aspectos que compunham a organização da escola elementar, seus processos de readaptação e os processos de preparação dos professores primários influenciando a cultura docente. Reforça uma posição muito positiva a respeito da escola. Afirma que: “[...] Nenhum sistema escolar se pode organizar se o povo não tiver visão social suficiente larga e ampla, para perceber que a escola é por excelência, o instrumento da conquista e defesa de seus direitos essenciais” (p. 221). Inclui, em suas considerações, um olhar crítico quanto à organização dos Sistemas. Registra a ausência de um plano de desenvolvimento, demonstrando a fragilidade referente aos aspectos do financiamento da educação pública, a estrutura dos prédios e o aparelhamento escolar. Indica, em sua reflexão, a questão do financiamento como um problema político quanto a definição dos objetivos da escola e sinaliza que a educação não pode ser reduzida a uma visão simplista e a uma compreensão fragmentada ou parcial do problema educacional.</p>	

1956	A educação e crise brasileira
SOBRE A OBRA	
<p>Essa obra corresponde à reunião de ensaios divulgados em conferências, seminários e revistas, num momento em que Anísio Teixeira cria o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE). Em nota explicativa dessa obra, registra que os trabalhos incluídos não têm pretensão acadêmica ou científica, o que revela um tom de inquietude vivido por ele ao publicar um novo livro depois de 20 anos. A primeira parte do livro discute: as relações entre sociedade e educação, os impactos das desigualdades sociais, as oportunidades educacionais, os problemas com a administração pública, as mudanças na escola secundária e a apresentação dos debates em torno da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – 1961 (LDB). A segunda parte tem uma perspectiva mais teórica e filosófica, realiza um estudo do conceito de universidade, dos gregos até o século XIX, trata de aspectos associados ao pensamento humano e à liberdade, à relação do conhecimento como processo de transformação e à visão de homem e sociedade. Os temas que constituem essa obra trazem, para o centro do debate, as mudanças que se organizavam na época e as expectativas lançadas num momento de tensões e, ao mesmo tempo, fértil. Há uma forte marca da reconstrução educacional, destacando que existe na educação duas ordens de problema: uma política e financeira e outra profissional. Essa produção constitui uma visão ampla das questões educacionais. Consideramos que esses escritos apontam formulações centrais com relação ao pensamento educacional brasileiro e nos permitem refletir que “[...] não nos convém qualquer educação dada de qualquer modo” (p. 208).</p>	
1957	Educação não é privilégio
SOBRE A OBRA	
<p>Foi considerada uma obra polêmica. Anísio Teixeira entrou em confronto direto com a Igreja, reafirmando a republicanização do Estado pela escola e a defesa da educação laica e gratuita para todos. O livro é fruto de duas conferências: a primeira, realizada em 1953, na Escola Brasileira de Administração Pública (Ebp) e a segunda, na Secretaria de Educação de São Paulo, no I Congresso Estadual</p>	

de Educação, na cidade de Ribeirão Preto. A obra está organizada em três partes: indica na primeira parte o título principal: *Educação não é privilégio*. Discute a formação da escola brasileira, faz a crítica ao “[...] dualismo social brasileiro entre os favorecidos e os desfavorecidos” (p. 60). Destaca que a escola comum não chegou de fato a ser para todos, analisa a situação da educação brasileira a partir do conceito de “educação seletiva” direcionada à elite e da “educação comum” para a população comum. Indica que um dos caminhos deveria ser uma nova política educacional, configurando um sistema de administração em harmonia com a descentralização, a autonomia e a unidade dos três poderes, Federal, Estadual e Municipal. A segunda parte apresenta em seu título central: *A escola pública, universal e gratuita*. Nesse capítulo, Anísio Teixeira analisa a relativa ausência de vigor no debate sobre a escola pública e a naturalização da escola particular. Aponta também a dificuldade do nosso regime democrático, relacionando-o com nossa tradição histórica, pois afirma que o “[...] regime democrático não pode prescindir de uma sólida educação comum” (p.108). Por fim, na terceira parte, apresenta o título: *Educação e a formação nacional do povo brasileiro*. Toma aqui a educação primária como etapa mais importante no processo de reconstrução educacional e afirma que essa mudança só será realizada pela valorização da escola. Em suas análises, indica a necessidade de elevar o nível geral da educação de todos, destacando a complexidade da expansão desordenada do sistema escolar e a formação precária do professor da escola primária, como desafios à construção de um projeto nacional de educação. Essa obra revela a preocupação de Anísio Teixeira com o planejamento do Sistema Educacional e a formação básica do povo brasileiro.

1968

Educação é um direito

SOBRE A OBRA

Essa produção aborda a educação e a sociedade, afirma o engajamento de Anísio Teixeira com a escola pública, integrando novas formas de olhar e perceber essa escola. Em nota explicativa da obra, diz que o livro é a outra face de *Educação não é privilégio*, publicado em 1957. Registra que esse escrito buscou “[...] formular a teoria democrática da educação, na tentativa de incorporá-la a organização legal e institucional pela via dos sistemas estaduais de educação” (p.

26). A primeira parte do livro trata dos fundamentos democráticos da educação, reconhece que considerar a educação como direito é expressá-la como interesse público, promovida pela Lei, para que se efetive como direito de todos. Anísio Teixeira considera que a experiência democrática só será realizada, quando, além do sistema educacional, se organizarem os sistemas de pesquisa e de difusão dos conhecimentos, superando as disputas entre os interesses privado e público. A segunda parte, apresenta a sua experiência, na constituinte baiana datada em 1947, ressaltando a necessidade de influir nas formulações das leis e das políticas públicas. Ele estava convencido de que esses instrumentos legislativos seriam necessários para enfrentar os desafios, quanto à estrutura e definição da política educacional, na busca de concretizar a prioridade pública ao ensino básico, estabelecida constitucionalmente. Desse modo, essa produção fundamenta proposições da política de educação e visa a expressar-se pelos processos de liberdade, autonomia e democracia, não se limitando estritamente à esfera governamental.

1969

Educação no Brasil

SOBRE A OBRA

Essa produção traz a educação formal como parte do contexto cultural da sociedade, analisa a crise do Estado e os processos de adaptação do País na busca do alcance da modernização e do desenvolvimento. Anísio Teixeira afirma que o livro é uma tentativa de responder ao desafio da crise, aprofunda os aspectos que compõem a sua complexidade na busca de caminhos para o encaminhamento de possíveis soluções. Anísio Teixeira dedica sua obra a Monteiro Lobato, abre o livro com a reprodução de sua homenagem, segundo ele escrita dois dias após a morte de Monteiro Lobato. Revela sua admiração pelo intelectual e amigo, registra o reconhecimento a Lobato pelo seu retorno à educação em 1946. O livro está dividido em três seções: a primeira parte, *Educação no Brasil*, inclui a reedição de sete capítulos do livro *A educação e crise brasileira* e mais 16 textos publicados após essa obra, no qual o único texto inédito foi intitulado *A educação e sociedade brasileira*. Nesse primeiro momento do livro, a questão central do debate se constitui em torno da LDB, que, após seis anos de sua aprovação, aponta suas considerações e faz um balanço da situação

educacional no País. Em suas análises, reflete sobre as transformações da sociedade e o desenvolvimento industrial, identificando que só a aprovação da Lei não basta para acompanhar o País em seu processo de desenvolvimento, pois, se persistem os velhos hábitos, “[...] tudo poderá perder-se, vencendo a máquina administrativa” (p. 22). Na segunda parte: *Educação e sociedade*, inclui suas percepções dessa inter-relação e expõe as relações da organização dos sistemas educacionais europeus e a evolução dos sistemas escolares brasileiros. Também ressalta a necessária análise da sociedade brasileira para a compreensão das questões educacionais, reforçando as posições e ideias defendidas durante o debate da LDB. A terceira parte recebeu o título: *Reflexões sobre os nossos tempos*, apresentada por discursos e artigos produzidos em solenidades e conferências. Reflete sobre os problemas na educação e na sociedade, discutindo sobre os rumos que estamos tomando, vendo, na educação, o preparo do novo homem para a sociedade nova em que vivemos.

1969

Educação e o mundo moderno**SOBRE A OBRA**

Reúne, nessa obra, todos os escritos no período de (1953 e 1964) numa produção posterior à ditadura de Vargas e anterior ao regime militar dos anos 1960. Analisa as questões educacionais numa percepção mais filosófica, tomando a ciência como tema central na obra, incluindo uma reflexão crítica da ação para as questões que se colocam em frente à educação brasileira. O livro está organizado em 12 capítulos, fruto de análises, conferências e palestras. Os textos dialogam entre si, relacionando temas como: ciência, educação, modernidade, liberdade, política, democracia e universidade. Anísio Teixeira apresenta, nessa obra, a possibilidade de interlocução com o público e ressalta que os trabalhos apresentados são documentos de crítica e de ação contra o totalitarismo, a intolerância e à estagnação. O mundo que Anísio Teixeira qualifica como “moderno” é o mundo do pós-guerra. Nesse contexto, justifica a necessidade de diálogo com os defensores de uma ciência que se tornou desumanizadora e desumanizada (p. 21). Sendo assim, destaca a recuperação da lógica da experiência fundamentada por Dewey como campo fértil para pensar a questão educacional. Sua crença é baseada no diálogo com os professores do amanhã.

Considera que “[...] o mestre do futuro será o sal da terra, capaz de ensinar-nos, a despeito da complexidade e confusão moderna, a arte da vida pessoal em uma sociedade extremamente impessoal” (p. 200). Assim, discute as potencialidades da ciência nesse processo de formação, critica o pensamento uniforme e vê na utopia a possibilidade de transformação.

1969

Ensino superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969

SOBRE A OBRA

Essa obra retrata o seu empenho e experiência na formulação de proposições sobre o debate universitário. Anísio Teixeira apresenta o percurso do ensino superior no Brasil desde a colônia até a reforma universitária de 1968, demonstrando as lacunas na implantação do sistema universitário, a análise das bases legais e dos seus objetivos. Critica a cultura de diplomas e a degradação do conceito “universitário”. Assim, o autor sinaliza a criação de uma escola pós-graduada de estudos e pesquisas, integrando múltiplas escolas. O livro está organizado em 12 capítulos que traçam os caminhos da universidade no Brasil. Esclarece que o desenvolvimento do ensino superior apresenta dois períodos distintos: um destacado pelas grandes escolas profissionais e um outro característico pela expansão das escolas de Filosofia, Ciências, Letras e Economia. Contudo, a expansão dessas escolas identificou uma fase de renovação e reconstrução da universidade no Brasil. A reestruturação do ensino não sistematizou nenhum plano para expansão, manteve os pressupostos focados na multiplicação das escolas, criando problemas quanto à admissão de alunos, dificuldades com relação à estrutura e funcionamento do novo complexo em que a universidade se transformava (p. 224). Anísio Teixeira destaca a necessidade de um olhar para o futuro e considera que a expansão quantitativa das oportunidades educacionais do ensino superior não deve se constituir em detrimento da qualidade desse atendimento.

Sem data	Diálogos sobre a lógica do conhecimento
SOBRE A OBRA	
<p>Essa obra constitui um diálogo de Anísio Teixeira com o cientista Maurício Rocha e Silva,¹⁵ realizado numa troca de correspondências. Essa conversa se inicia com a crítica feita por Anísio Teixeira ao livro <i>Lógica da invenção</i>, de Maurício Rocha e Silva. As discussões tomam como ponto central a lógica do conhecimento, observando como ele acontece. O livro apresenta as inquietações desses dois intelectuais com posicionamentos bem distintos, o que possibilita ao leitor identificar a posição de Anísio Teixeira nesse debate sobre a existência de uma lógica de invenção. Para ele, o termo lógica se apresenta num esquema de procedimentos que tem no início o questionamento, retornado depois de ter obtido alguma resposta (p. 22). Nesse diálogo também reforça a ideia de tornar o conhecimento do senso comum em conhecimento científico, para a produção de novos conhecimentos. Por outro lado, Maurício defende que o conhecimento não precisa de embasamento científico. A invenção e a criação não seguem regras estabelecidas nos manuais de investigação científica (p.10). O livro não termina com um consenso entre os dois. Não é possível concluir com única definição com relação à “lógica” discutida por eles, mas é possível identificar duas visões de ciência.</p>	

¹⁵ “Maurício Oscar Rocha e Silva (1910-1983) médico e farmacologista, considerado uma autoridade científica no Brasil. Em 1948 foi responsável pela fundação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Realizou várias críticas sobre o método científico e a validade da ciência. Essa abordagem não foi bem sucedida, haja visto a falta de fundamentação teórica em filosofia e em outros campos da ciência diferentes de sua formação inicial. Essa visão lhe gerou muitos equívocos evidenciados na troca das correspondências com Anísio Teixeira” (CENTRO DE MEMÓRIA DO INSTITUTO BIOLÓGICO, 2007, p. 54).

Póstuma 1998	Educação e universidade
SOBRE A OBRA	
<p>Anísio Teixeira destaca que a função da universidade é única e exclusiva e defende a sua difusão para todos, renovando a experiência humana para que a torne consciente e progressiva. O livro foca cinco temas sobre as universidades. Destaca a função da universidade, a relação de autonomia na América Latina, analisa as perspectivas para a educação superior no Brasil e o debate sobre a reforma universitária. Em suas reflexões, revela a necessidade de desenvolver uma instituição autônoma com o foco para o ensino e a pesquisa, para a produção de conhecimento e cultura na formação do magistério (p. 25). Todos os temas se complementam. O autor destaca uma visão ampliada dos fundamentos filosóficos e das questões no campo político que se inserem na discussão universitária no País.</p>	

Fonte: Coleção Educadores – UFRJ quadro elaborado pela autora.

Nessa apresentação, observamos que Anísio Teixeira aborda vários temas da educação brasileira. Sua reflexão aponta críticas e proposições com relação ao Sistema educacional e trata a educação em todos os seus níveis de ensino, o que possibilita ao leitor uma visão mais integrada dos processos educacionais. Talvez a sua escrita fosse uma forma de provocar inquietações. Nesse sentido, buscar em suas obras a concepção do SNE é resgatar os sentidos produzidos, quanto à sua visão de educação, de homem e sociedade, na compreensão de que “[...] o que movia Anísio Teixeira era uma incessante busca de completamento entre a ação e a reflexão” (ROCHA, 2002, p. 20).

Sendo assim, acreditamos que articular as ideias fundamentadas no pensamento de Anísio Teixeira vinculadas às circunstâncias vividas em seu contexto nos oferece a possibilidade de uma nova leitura de sua produção.

3 ANÍSIO TEIXEIRA: CONTRIBUIÇÕES PARA O PENSAMENTO EDUCACIONAL BRASILEIRO E PARA A ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NACIONAL

A leitura sobre os desafios da educação brasileira em nossa atualidade requer um amplo exercício de reflexão e análise das formulações e dos argumentos produzidos por aqueles que atuaram no campo educacional e interpretaram a educação brasileira ao longo da nossa história.

A educação no Brasil traz, em sua organização, momentos importantes que demarcam mudanças econômicas no arranjo de sua produção, processos de reconfiguração do Estado brasileiro e do sistema político, bem como as mudanças estruturais dentro da conjuntura social do País e que influenciaram diretamente os modos com os quais a educação foi viabilizada e hoje se revela em um movimento de ruptura e permanência que expressa impasses ainda vividos para a organização da educação nacional.

Neste capítulo, apresentaremos algumas das contribuições de Anísio Teixeira e a organização de suas obras, relacionando alguns contextos vividos pelo educador, pondo em discussão alguns elementos destacados em suas obras que identificam aspectos centrais de sua concepção de educação e o modo como concebia o Sistema Educacional no Brasil. Identificados os elementos que fundamentam o seu pensamento, nosso diálogo, para a análise do objeto em estudo, será feito a partir de três eixos que serão estabelecidos como tensões que perpassam a política educacional e têm configurado obstáculos na constituição de um SNE.

Essa perspectiva assume uma possibilidade de compreensão do SNE como desafio histórico e político educacional, tensionado pelos debates, embates e impasses entre as relações de qualidade e quantidade, de descentralização e centralização e do público e privado. Portanto é com essa lente que buscaremos visualizar o SNE nas obras de Anísio Teixeira, considerando, nesse curso da história, as permanências, os processos de continuidade e descontinuidade de um projeto educacional ainda em disputa.

Desse modo, tomar as obras de Anísio Teixeira como ponto de partida para análise da educação brasileira, observando de que maneira concebia a organização de um

SNE no Brasil é reconhecer a estreita relação estabelecida por esse educador com a reconstrução educacional e o constante exercício de aprofundamento crítico e propositivo para a organização dos sistemas educacionais.

Assim, o jovem baiano de 23 anos, recém-formado em Direito, retorna à sua cidade natal, Caetité, no interior da Bahia. Fruto de uma formação em escolas jesuítas, Anísio Teixeira aspirava ao desejo de seguir a ordem religiosa, mas não imaginava que o primeiro passo dado na vida pública seria a educação. Assumiu, em 1924, o cargo de Chefe de Instrução Pública na Bahia, sendo essa a primeira de muitas experiências que teve ao longo de sua trajetória no campo educacional e com as quais trouxe para suas produções essa marca em que revelou em cada obra os contextos, as tensões, os dissensos vividos e os diálogos estabelecidos como educador e homem público.

Sendo assim, conforme depoimento de Arthur Távola (2007),¹⁶ a escrita, para Anísio Teixeira, tinha a finalidade de permanecer, analisar e de ser distribuída para a leitura de outros. Com isso, o conjunto dos 12 livros que integram a diversificada e ampla produção de Anísio Teixeira no campo educacional revela como ele se constituiu educador e aponta o seu posicionamento em frente aos problemas educacionais no Brasil, o que cria uma lente de aumento para o nosso presente e para as leituras que realizamos da nossa realidade educacional.

3.1 ANÍSIO TEIXEIRA E A SUAS OBRAS: PENSAMENTO E EDUCAÇÃO NO BRASIL

Para a compreender o modo como se organizou o pensamento de Anísio Teixeira em suas obras, vamos articular três períodos que marcam a trajetória de Anísio Teixeira: o primeiro de 1920 a 1936, o segundo período de 1937 a 1945 e, por fim, destacamos o terceiro período de 1946 a 1965. Nos anos de 1920 a 1936, Anísio

¹⁶ “Paulo Alberto Artur da Távola Moretzsonh Monteiro de Barros Nascimento (1936 a 2008) foi jornalista, escritor, advogado e professor. Exerceu o mandato de Senador no período de 1995 a 2003, foi um dos fundadores do PSDB e foi casado com Ana Cristina Teixeira, filha de Anísio Teixeira. Deixou vários registros de homenagem a Anísio Teixeira em publicações de jornais de circulação.” (BRASIL, PORTAL DO SENADO FEDERAL, 2011).

Teixeira se insere no campo educacional. Em 1925, teve a oportunidade de estudar os sistemas de ensino e as reformas educativas da França, Itália, Bélgica e Espanha. Visitou algumas escolas, assistindo a algumas aulas segundo informações descritas em suas anotações de viagens de estudos pela Europa. Em 1927, Anísio Teixeira realizou sua primeira viagem aos EUA acompanhando os sistemas de ensino norte-americanos e, em 1928, retornou ao País para estudar na Universidade de Colúmbia em *Master of Arts no Teachers College*. Foi o primeiro estudante brasileiro a estudar nessa universidade, focando os seus estudos na administração e na Filosofia da Educação.

Certamente os EUA marcaram um período de definição em sua formação, pois, conforme afirma Hermes Lima (1978), a lição apreendida por Anísio Teixeira nos EUA foi a possibilidade de conhecer um sistema educacional de um país rico e o mais industrializado da época e que via a educação como processo de expansão, crescimento e mudança, ao contrário da concepção elitista de sua formação católico-jesuítica. Isso permitiu ampliar suas percepções no campo da educação, motivado por um otimismo progressista que reforçava a credibilidade no saber científico, na democracia e na República.

Esse momento vivido por Anísio Teixeira reflete as palavras de Monteiro Lobato em carta enviada para Fernando Azevedo, entregue pelo próprio Anísio Teixeira, no retorno de sua viagem ao EUA. Assim dizia:

Fernando. Ao receberes esta, para! Bota para fora qualquer Senador que te esteja aporrinhando. Solta o pessoal da sala e atende o apresentado, pois ele é o nosso grande Anísio Teixeira, a inteligência mais brilhante e o maior coração que já encontrei nestes últimos anos de minha vida. O Anísio viu, sentiu e compreendeu a América e aí te dirá o que realmente significa esse fenômeno novo no mundo. Ouve-o, adora-o como todos os que o conhecemos e adoramos e torna-te amigo dele como me tornei, como nos tornamos eu e você. **Bem sabes que há certa irmandade no mundo que é desses irmãos, quando encontram, reconhecerem-se.** Adeus. Estou escrevendo a galope, a bordo do navio que vai levando uma grande coisa para o Brasil: o Anísio lapidado pela América (LOBATO, 1969, p. 68, grifo nosso).

Essa carta representou mais do que uma apresentação. Foi a integração de Anísio Teixeira à “irmandade” proferida por Lobato. O encontro com Fernando Azevedo marcava mais que o início de uma amizade, era a possibilidade de conhecer outros caminhos no Brasil e ampliar as articulações políticas em outros Estados brasileiros.

Como exemplo, podemos citar o cargo de Chefe de Instrução Pública do Distrito Federal (1931 a 1935). Anísio Teixeira assumiu o sentimento de pertencimento a esse grupo, de posicionamentos diversos, mas que se uniam em torno do projeto de educação para o País. O sentido atribuído a um “Anísio Lapidado” revela a relação que estabeleceu com a América, com a qual esteve ligado em toda a sua trajetória e que se concretizou para ele como bandeira de luta para a realização de uma educação democrática e de qualidade para todos. Sua visão da América não era de transplantação de modelos para o Brasil, mas era a possibilidade de fazer uma educação com base nos princípios democráticos. Visava a um sistema de educação que pudesse se estabelecer na contramão de uma educação elitizada e de privilégios.

Em meio a essas motivações, em 1928, foi lançado o seu primeiro livro: *Aspectos americanos de educação & anotações de viagem aos Estados Unidos em 1927*. Revela, nessa produção, as teses de Dewey com relação à educação. Buscou retratar os fundamentos dessas concepções, talvez como forma de compreensão para si mesmo. A escrita íntima, que constitui seu diário de bordo, retrata o momento singular vivido pelo educador, que era o desenraizamento de muitas convicções para abertura de um novo sentido de pensar e agir no mundo e na educação. Foi uma das experiências mais significativas de sua relação com os sistemas de ensino, uma vez que, nos EUA, a configuração educacional se organizava entre Estados independentes, o que permitiu ver em cada Estado uma organização escolar muito peculiar.

Assim, nesse percurso, é possível ver algumas concepções e posicionamentos que vão sendo esboçados por Anísio Teixeira com relação à política, à democracia e à educação.

Em política – a minha crença política definitivamente se inclinou para os regimes descentralizados [...]. A nossa democracia tem sido o regime de inversões de valores. Estamos longe de uma fixação honesta dos valores brasileiros [...]. Em educação os moldes do meu pensamento nesse assunto, se moldaram na Europa, se aproximaram hoje vivamente, dos americanos (TEIXEIRA, 2006a, p. 206-207-208).

A partir dessas considerações iniciais, Anísio Teixeira elabora seu projeto educativo fixando o sentido e a finalidade do processo educacional, bem como a articulação da

organização curricular e os métodos de educação, de modo que a educação se constitui num movimento de desenvolvimento e mudança, e um exercício constante de conexão entre educação e democracia.

É interessante observar que as experiências vividas por Anísio Teixeira, nessas primeiras viagens, terão forte influência no modo como vai discutir e pensar o processo educacional no Brasil e sua organização, com a oportunidade de perceber que a organização educacional desses países já podia ser vista de modo muito mais sistematizado, ao passo que, no Brasil, ainda persistiam muitas contradições.

De acordo com Hermes Lima (1978, p. 61):

O ciclo americano de estudos fez história na carreira e na filosofia de Anísio Teixeira [...]. Sentiu-se realmente libertado, não porque houvesse adquirido, em lugar das velhas certezas definitivas, novas certezas definitivas, mas porque aprendera um processo, um método diferente de pensar e colocar os problemas.

Essa experiência reafirmava a construção de um olhar de permanente inquérito diante dos problemas educacionais, afirmando como horizonte político a consolidação de uma sociedade democrática.

Nesse primeiro período da trajetória de Anísio Teixeira, foram publicados mais três livros: *Pequena introdução à filosofia: a escola progressiva ou a transformação da escola*, de 1934, reeditado com esse título em 1967; *Em marcha para a democracia: à margem dos Estados Unidos*, de 1935, e *Educação para a democracia: introdução à administração educacional*, de 1936. Essas obras buscam reafirmar as concepções do educador numa relação que se constituiu na articulação entre teórica e prática vivenciada por Anísio Teixeira.

É interessante ressaltar que, nos anos finais de 1920, com o processo de crescimento industrial, da economia nacional e o descompasso educacional que atingia o País, demarcava a necessidade de organizar o Sistema de Educação Pública no Brasil, ainda muito precário, de forma que pudesse corresponder a esse novo momento. Esse contexto foi marcado pela ampliação do debate e divulgação de opiniões e ideologias em confronto, representadas por movimentos da Escola Nova e da Igreja Católica que tinham no centro de suas convicções a disputa pelo

projeto educacional do País.

Na polarização entre o moderno e o tradicional, Anísio Teixeira marca forte relação com o movimento da Escola Nova, integrando um grupo bastante plural, que fez com que as direções tomadas não fossem únicas e as opiniões nem sempre formassem consenso para todos. Acreditamos que os olhos com que Anísio Teixeira enxergou esse movimento e os usos feitos por ele estabeleceram uma forte relação na definição de suas ações, vistas por muitos como contrárias aos interesses em jogo na arena do Estado.

Sendo assim, conforme Carvalho (2003), a plasticidade do discurso escolanovista, objeto de muitas apropriações, resgata um importante significado político, refletido nas iniciativas de reforma dos sistemas públicos de ensino da chamada geração dos Pioneiros da Educação Nova, da qual Anísio Teixeira se fez presente.

Quanto à sua prática como gestor e reformador da Instrução Pública (1931 a 1935) do Distrito Federal no Rio de Janeiro, na época atual, capital do Brasil, sua administração se inicia em plena ebulição dos anos de 1930 em meio a um contexto de crise econômica e renovação social, política e educacional. No dia 15 de outubro de 1931, Anísio Teixeira assumiu a Instrução Pública do Distrito Federal e, em seu discurso de posse, destacou aspectos do seu intento:

[...] A obra que temos de realizar aqui, portanto, é obra anônima de todos nós, que devemos esquecer de nós mesmos, para tornar a nossa colaboração mais solidária e mais fiel. E nesse trabalho de cooperação e hierarquia segue o caminho oposto da criação intelectual do plano, que foi o trabalho de alguns antecessores. O diretor do serviço educacional é agora o seu mais modesto operário [...]. Toda a administração não têm outro fim que o de dispôr as condições de êxito para a obra, que é só do mestre: educar (BRASIL. Relatório do diretor geral do departamento da educação do distrito federal: Anísio S. Teixeira, 1935, p. 101-102).

Assim, Anísio Teixeira define a sua posição de reconstrução do projeto educacional, reconhece os feitos das gestões anteriores realizadas por Carneiro Leão e Fernando Azevedo, bem como a confiança e flexibilidade asseguradas pelo prefeito da cidade, Pedro Ernesto. Motivado pela constituição de uma nova ordem que pudesse reinventar o espaço escolar e o modo como se concebia a educação, buscava dimensionar o político, o técnico e o pedagógico, nesse processo de sistematização

da organização educacional. Suas intervenções se realizaram a partir da experimentação gradual das soluções, respeitadas as condições locais. Desse modo, tinha clareza de que a marcha que trilhava deveria ser progressiva e contínua.

Nesse contexto, o Decreto nº 4.387, de 8 de setembro de 1933, consolidou a organização técnica e administrativa do sistema escolar. Essa Lei Orgânica, propôs intervenções de grande importância na organização educacional. Dentre essas mudanças, podemos destacar:

Art. 1º O Distrito Federal manterá um sistema educacional público e gratuito, cujo o escopo será o de oferecer a todos os indivíduos oportunidades iguais. Art. 2º esse sistema educacional incluirá a educação elementar, a secundária e a universitária [...]. Art. 4º [...] a- Instituto de Educação cujo cargo ficará a formação do magistério geral e especializado e funcionalismo técnico da educação, necessários ao sistema, abrangendo as escolas [...], b- Instituto de Pesquisas Educacionais- ficarão a cargo do estudo e elaboração de planos, programas, métodos e processos de educação de ensino (BRASIL. Relatório do diretor-geral do departamento da educação do distrito federal: Anísio S. Teixeira, 1935, p. 279-281).

Esse decreto indicou aspectos relevantes em torno da organização do Sistema de Educação, o que demonstrou, na visão de Anísio Teixeira, a fragmentação escolar e a necessidade de articulação de um Sistema de Ensino, na busca de tornar a gestão um processo compartilhado e mais democrático. Foi implantado o *self-government* na Escola Amaro Cavalcanti e a medida causou muitas críticas e oposições. Conforme afirma Nunes (2011, p. 311), “[...] o jogo de forças políticas no movimento da história desenhou a vitória do projeto de modernização autoritária [...] criando nesse amálgama uma Escola Nova para um Estado Novo”.

Desse modo, a reforma conduzida por Anísio Teixeira foi interpretada como opositora, pois não se conformou aos interesses que priorizavam a manutenção de uma educação hierarquizada e de privilégios. Esse movimento de oposição não permitiu a continuidade desse processo de reformulação educacional, promovendo o afastamento de Anísio Teixeira do cargo.

Diante desses acontecimentos, o relato de Anísio Teixeira em carta à Fernando Azevedo expressa o clima de disputas vivenciado em sua gestão:

Cada vez mais me convenço de que existe, ainda, no Brasil, uma luta organizada contra a educação popular. Enquanto a obra educacional não atinge a eficiência necessária para as mesmas, todos estão prontos para pagar ao problema educativo o seu tributo verbal e inócuo. Se começarmos, porém a agir, logo nos sentiremos duvidados, suspeitados, atacados, porque, no fundo, não se deseja a educação popular [...]. Acato, aceito e defendo o direito de divergimos uns dos outros e o dever de expormos essa divergência perante uns e outros. Mas se utilizarmos essa divergência para enfraquecer, diminuir ou destruir a autoridade em que estiver ocasionalmente investido qualquer de nós, teremos ferido não o companheiro, mas a obra comum Cp.-Cx.32,9 (VIDAL, 2000, p. 25-26).

É interessante observar que Anísio Teixeira não falava por si, mas estava motivado por uma comunidade de ideais educativos. Existia o que para ele se definia como obra comum, e é esse sentimento que acreditamos ter sido um diferencial na trajetória de Anísio Teixeira pois, mesmo em meio aos conflitos, não abandonou suas convicções.

As palavras expressas em seu pedido de demissão da Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal, em 1º de dezembro de 1935, definem a sua posição diante da crise política instaurada numa conjuntura em que cada ação de Anísio Teixeira acirrava o descontentamento católico e o empenho das forças autoritárias da política varguista que buscavam “[...] desarticular sua obra, abrindo espaço para os Católicos no governo municipal, com intuito de usá-lo como bode expiatório para atingir, por tabela, outros alvos [...] a sua presença e a do grupo que liderou teriam de ser apagadas” (NUNES, 2000, p. 488). Para afirmar as tensões colocadas por esse momento, seguem as suas palavras:

[...] Pude perceber que a minha permanência na Secretária de Educação e Cultura do Distrito Federal constituía embaraço para o governo de vossa excelência [...]. Sou por convicção, contrário a essa trágica confiança na violência que vem se espalhando no mundo, em virtude de um conflito de interesses que só pode ser resolvido, a meu ver, pela educação, no sentido largo do termo [...]. Conservo em meio a toda a confusão momentânea, as minhas convicções democráticas, as mesmas que dirigiram e orientaram todo o meu esforço, em quatro anos de trabalho e lutas incessantes, pelo processo educativo do Distrito Federal (TEIXEIRA, 2007d, p. 35-36).

Esse momento retrata a correlação de forças existentes e a disputa pelo projeto educacional que seria implementado. A posição que Anísio Teixeira ocupava representava um lugar de poder, e as suas escolhas, com relação às questões educacionais, incomodavam, pois não refletiram na conformação de projetos que tinham a educação como instrumento de controle e de caráter restrito. Ao contrário,

Anísio Teixeira visualizou a educação em seu âmbito nacional, encaminhou suas ações na articulação de um sistema de ensino que pudesse assegurar uma educação pública de qualidade e para todos.

Nessa perspectiva, a condução dada por Anísio Teixeira aos princípios da “Escola Nova” se caracterizou num amplo campo de atuação política em que ele refletiu sobre as funções da escola na sociedade moderna, ressaltando que muito mais que uma Escola Nova precisávamos de uma escola progressiva, distinguindo o uso dos termos:

A designação Escola Nova, necessária, talvez, em início de campanha, para marcar vivamente as fronteiras dos campos adversos [...]. E progressiva, por quê? Porque se destina a ser a escola de uma civilização em mudança permanente e por que ela mesma, como essa civilização, está trabalhada pelos instrumentos de uma ciência que ininterruptamente se refaz (TEIXEIRA, 2007b, p. 35).

Assim, a mudança educacional e a atmosfera que envolvia a sociedade na aceção do novo e do homem moderno, revelaram uma pluralidade de pensamentos em torno da “Educação Nova”, criando variações e fragmentação na condução do projeto nacional de educação. Nesse contexto, as formulações de Anísio Teixeira apresentadas em sua reforma tiveram como diretrizes para o encaminhamento das ações a análise da complexidade social em seu processo de mudança, considerando o desenvolvimento científico, o progresso industrial e a democracia como organização social.

Essa visão incorporava um novo processo de gestão em que a finalidade da educação se confundia com a finalidade da vida. “[...] é essa a filosofia que nos ensina o momento em que vivemos. Educação é o processo de assegurar a continuidade do lado bom da vida e de enriquecê-lo, alargá-lo e ampliá-lo cada vez mais” (TEIXEIRA, 2007b, p. 57).

Identificamos, neste primeiro ciclo do educador, aspectos fundantes de sua concepção, definidos em diferentes momentos e que puderam ser anunciados em suas obras posteriores. Destacaremos alguns desses princípios visualizados em suas obras. No livro *A pequena introdução à Filosofia da Educação: a escola progressiva ou a transformação da escola*, de 1934, explicita a relação entre filosofia

e educação e afirma a filosofia como teoria geral da educação, o que indica as janelas pelas quais interpretou, significou e analisou as questões educativas. Baseava-se nas considerações feitas por Dewey, no que se refere a essa inter-relação e acreditava que “[...] Nenhuma das soluções pode ser definitivas ou dogmáticas. A filosofia de uma sociedade em permanente transformação, [...] é uma filosofia de hipótese e soluções provisórias” (TEIXEIRA, 2007b, p. 144).

Na obra *Em marcha para a democracia: à margem dos Estados Unidos* de 1934, vemos um outro elemento central de sua concepção. Muito mais que a ênfase à sociedade americana, essa publicação se origina em um momento de instabilidade política na sua gestão em 1935. Os elementos destacados na obra reforçam a democracia como base do processo de construção da sociedade e toma a educação como questão central, definindo assim a direção da sociedade moderna, de maneira que:

Esclarecer é educar. A direção da sociedade só pode ser dada, hoje, pela educação, [...] considerada como própria mola interior de cada indivíduo, cuja semelhança de funcionamento fizesse com que toda a sociedade se movesse harmoniosamente para frente, sem os atritos, desigualdades e conflitos que estão a pôr a própria vida humana em perigo (TEIXEIRA, 2007c, p. 109-111).

Desse modo, compreendemos a sua visão de sociedade e o papel da educação na definição de um projeto de nação que visava a maximizar o processo democrático em nossa organização social, dentro de um plano cooperativo.

O envolvimento de Anísio Teixeira, no contexto político educacional, é traduzido em sua obra e marca a sua escrita como processo que nos permite conhecer não só a sua trajetória, bem como a educação brasileira em suas várias nuances, rupturas e permanências. O livro *Educação para democracia: introdução para à administração educacional*, de 1936, expressa sua visão sobre a questão educacional no País e sobre sua experiência como administrador e reformista.

Dentre os aspectos que compõem a sua concepção, podemos destacar, nessa obra, a defesa da escola pública de modo que a escola seria instrumento de transformação e consolidação da democracia. De acordo com as análises de Anísio Teixeira (2007d, p. 222), “[...] Só existirá uma democracia, no Brasil, no dia em que

se montar no País a máquina que prepara as democracias. Essa máquina é a escola pública”. A crença no desenvolvimento da escola pública esteve no centro das formulações de Anísio Teixeira, de maneira que a escola pudesse se constituir para além do ler, escrever e contar.

Os elementos aqui ressaltados não esgotam a amplitude da obra anisiana, mas nos fornecem pistas para a compreensão do horizonte construído por ele em torno da constituição da organização educacional no Brasil.

O segundo período destacado, de 1937 a 1945, configura, na vida de Anísio Teixeira, um novo ciclo na sua vida e um período de silenciamento, pois, por quase dez anos, ele esteve afastado das funções educacionais, dedicando-se à tradução de alguns autores, como Wells, Aldler, Dewey. Porém, teve essa atividade interrompida e perseguida pelo Estado Novo. Nessa nova fase de sua vida, dedicou-se ao comércio e exportação do manganês. Em seus relatos, é possível perceber o quanto esse momento lhe trazia um imenso vazio e insatisfação:

Bahia, 31 VII 1939

Meu querido Fernando- três meses de silêncio, três meses que passei afastado de vocês, afastado da educação, afastado de qualquer vida intelectual e imerso em uma vaga iniciação comercial! [...]. Por isso não lhe escrevi: Não tinha o espírito para correspondência como a que fazemos entre nós. Talvez mesmo não faltasse um incerto sentimento de culpa, de infidelidade para com velhas vocações e compromissos. Sinto com efeito que vou sendo arrastado para setores completamente diversos dos que batalhei e vivi até hoje. E que não resisto devidamente. Antes me deixo levar como se me agradasse a fuga que as circunstâncias me preparam e me facilitam.

O único contato que guardo com a nossa antiga profissão de fé é o das traduções quase tão pouco me satisfazem, por isso mesmo que não sou escritor, mas antes professor e, talvez, um homem de ação. Sinto que não sou dos que aproveitam com os longos intervalos de contemplativismos e inação. E a educação, a velha causa a que nos devotamos, vai se distanciando... outras obrigações nos absorvem... e com o tempo quase nos sentimos estranhos e alheios dentro dos problemas e necessidades da educação nacional Cp.-Cx.32,16 (VIDAL, 2000, p. 38-39).

Essa carta de Anísio Teixeira a Fernando Azevedo revela o preço desse afastamento e o quanto a causa educacional se transformara em sua principal fonte de ânimo. Embora, nesse período, Anísio Teixeira não tenha publicado qualquer livro,

certamente esse momento foi importante para o seu amadurecimento e o seu retorno em 1946.

Nessa trajetória, Anísio Teixeira segue o seu itinerário de 1946 a 1965, momento de retorno e grandes obras realizadas. Não vamos realizar nesta pesquisa uma contextualização detalhada desse período, mas queremos destacar que é sua maior fase de produção, pois oito de seus livros são publicados entre esses anos. Assim, temos as seguintes obras: *A educação e a crise brasileira de 1956*; *Educação não é privilégio de 1957*; *Educação é um direito de 1968*; *Educação no Brasil de 1969*; *Educação e o mundo moderno de 1969*; *Ensino superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969*; *Diálogo sobre a lógica do conhecimento (s.d)*; *Educação e a universidade 1998*.

É interessante observar que essas obras caracterizam de um modo muito particular o processo educacional no Brasil. Trazem para o debate questões que em nossa atualidade ainda se constituem em dilemas para as políticas educacionais.

Visualizamos as obras de Anísio Teixeira como fonte privilegiada de análise para nossa história educacional. Sua escrita revelou uma reflexão crítica de seu tempo, sua obra constituiu uma identidade e assumiu um caráter de permanente atualidade. O contexto de produção vivido por Anísio Teixeira revelou como as suas experiências se fundam em seus escritos. Desse modo, as articulações que foram sendo significadas em sua obra em torno da organização de um Sistema de Educação se constituem nessas relações.

Depois do longo afastamento vivido por Anísio Teixeira, no fim da Segunda Guerra Mundial, renascia um fio de esperança: “Surge em Londres a UNESCO (United Nations Educational Scientific and Cultural Organization, dirigida por Julian Huxley colaborador de Wells no livro *Ciência da Vida*, traduzido em 1936 por Anísio Teixeira” (GERIBELLO, 1977, p. 32). Anísio Teixeira recebeu convite para ocupar o cargo de Conselheiro da Educação Superior, embarcando para Londres em meados de 1946 e depois para Paris, esse seria um passo para renovar as esperanças e reconquistar a antiga confiança (VIANA FILHO, 2008, p. 120). Para Anísio Teixeira, essa era a oportunidade de retomar a vida pública e o vínculo com a educação. A carta deixada por Julian Huxley marca esse novo ciclo:

Nova Iorque, 12 de junho, 1946

Prezado Sr. Teixeira,

Andei tentando entrar em contato consigo no mês passado, desde que chegara ao Rio - e agora descobri que está aqui, mas no mesmo dia tive de voar para a Inglaterra! (Espero que seja o Dr. Teixeira que eu estava procurando, pois parece não ser este um nome raro, e já me enganei uma vez em Nova Iorque. Suponho que seja o Dr. Teixeira que estava no Ministério da Educação no Rio e que mais tarde se mudou para a Bahia.)

Atualmente sou Secretário Executivo da Comissão de Preparação da UNESCO (Organização Educacional, Científica e Cultural das Nações Unidas), e estou tentando organizar um Secretariado. Todo mundo me garantiu que seria a melhor pessoa possível que poderíamos conseguir na América Latina para a Seção de Educação, e minha carta tem por finalidade oferecer-lhe o posto de Conselheiro em Educação. Isto significaria um salário de 1.500 libras, isento de impostos britânicos e com um futuro auxílio-residência de 1,10 libra por dia (no caso de haver qualquer dificuldade em termos de salário, estou certo de que se pode fazer um acordo). O trabalho seria ajudar na Seção de Educação, na elaboração de um relatório que sirva de plano para a agenda da I Conferência da UNESCO em novembro, em Paris. No momento, estamos instalados em Londres, mas nos mudaremos para Paris no final de setembro. O Dr. Kuo, chinês, chefia a Seção de Educação, e temos também uma senhora mexicana, Dra. Elena Torres, na Seção, assim como um dinamarquês e um assessor haitiano, além de um Consultor Britânico (Dr. Lauwerys); e provavelmente acrescentaremos ainda um francês.

Além disso, meu substituto, Dr. Wilson, foi professor de Pedagogia em Harvard e conhece a educação nos EUA. Se puder vir, esperamos que o faça o mais breve possível - por volta de 1º de julho, se puder.

Embora a nomeação seja válida, formalmente, para somente até o final do ano, qualquer membro da equipe da Comissão Preparatória terá sem dúvida a certeza virtual de uma nomeação permanente, se seu trabalho for satisfatório.

Como tudo o que a UNESCO pode realizar é de tal importância, espero que se disponha a juntar-se a nós nessa tarefa.

Uma vez que estou de partida esta tarde, poderia entrar em contato com nosso Conselheiro Presidente junto à ONU, Monsieur Deschambeau (da Bélgica) no Hunter College - não tenho agora seu número de telefone, mas suponho que seja MELROSE 5-4701, extensão 403 - para discutir certos assuntos com ele, caso necessário? Se voltar antes de 3:15, estarei em Parklane-WINCHESTER 2-4100-ext.15D - e depois em Laguardia até a hora da saída, às 6h. Desculpe-me por esta nota escrita às pressas.

Atenciosamente, Julien Huxley (VIANA FILHO, 2008, p. 115-116).

Anísio Teixeira recebeu apoio dos amigos em sua decisão, entre eles Monteiro Lobato, que não escondia o entusiasmo:

Buenos Aires, 1º 1.947

Anísio

Li-te no bonde, de volta para casa - e meus olhos se umedeceram. Que revanche a nossa, Anísio! Porque tuas vitórias são vitórias de todos os teus adoradores - eu já não digo amigos, palavra muito surrada. Meu primeiro ímpeto foi escrever um grande artigo de despique, para o Estado ou o Correio da Manhã, baseado nos informes que me dás. E hei de escrever. É preciso que os Olímpicos e a urubuzada se remordam, com estas nossas vitoriazinhas parciais. Lembro-me de quando te vi no Rio de Janeiro, traqué pela polícia, escondido pelos amigos como um grande criminoso - e naquela ocasião também chorei. To whom the bells toll? Todos estávamos implicitamente perseguidos, foragidos, escondidos com você, enquanto lá fora o tumor Vargas sorria com o seu charuto e entregava a Cultura Brasileira aos percevejos da Coisa Romana.

Mas o tempo passa, há a Lei do Ritmo, e se na superfície a Libertação do Espírito Humano sofre obnubilações e mesmo demorados eclipses, subterraneamente a nossa vitória caminha sempre, como a toupeira - ou como o Pato Donald em certas fitas do Disney. Inda esta semana vi uma assim, Donald jogando pólo. Em dado momento, havendo engolido a bola, e debaixo da perseguição tremenda de todos os jogadores a cavalo, o pobrezinho afunda terra adentro e vai como uma minhoca na direção do goal... Nós, os Donalds da Liberação, fizemos isso naquele ano, Anísio: afundamo-nos como minhocas terra adentro e prosseguimos. E aonde foi você sair? Na UNESCO, elevado à função de Lobo Cerebral do Mundo de Amanhã! E elevado a essas alturas, por quem, Anísio? Por Julian Huxley, outro Lobo Cerebral do mundo, o grande filho do Huxley que deu um dos mais bem dados golpes na Coisa Teológica [...].

Dez anos passou você caminhando como minhoca por baixo da terra, escondido da Reação Triunfante - mas caminhando sem o saber. E bem consideradas as coisas, talvez tenha sido aquele golpe da Reação, determinante dos dez anos de minhocamento, que te elevou à posição atual [...].

Adeus, adeus, adeus, Anísio querido [...] Lobato (FGV/CPDOC - ARQUIVO ANÍSIO TEIXEIRA - ATC 28.06.22).

Para Lobato, a conquista de Anísio Teixeira tinha um grande significado, pois era uma resposta a todos que interromperam de alguma forma a caminhada que o

amigo vinha traçando e sem dúvida a possibilidade de um recomeço. Embora a Unesco fosse um lugar importante, Anísio Teixeira assumiu a função por um ano, pois o desejo de retornar à sua vida no Brasil era o que falava mais alto. Em 1948, em seu retorno ao Brasil, retomando as suas atividades de exploração do manganês, Anísio Teixeira se depara com mais um dilema. Havia descoberto uma das maiores jazidas de manganês do mundo e, nesse mesmo período, recebeu o convite do governador da Bahia Otávio Mangabeira para assumir a Secretaria de Educação e Saúde do Estado.

Sua decisão traça para ele o início de uma nova fase no Brasil. A escolha de voltar para a educação revela o seu desejo em consolidar um projeto para a educação brasileira. O percurso escolhido não foi tão simples. Ele se deparou com avanços, recuos, perdas e ganhos. Nesse processo, consideramos que sua produção não se reduz a um recorte da história, mas elucida um caráter de continuidade, pois acreditamos que as reflexões realizadas assumiram, nos múltiplos contextos vividos por Anísio Teixeira, a defesa de um Sistema de Ensino que garantisse o acesso à educação para todos e a permanência com qualidade.

Assim, de acordo com Lima (1977, p. 43), “[...] falar de educação com Anísio Teixeira, não se restringia a falar da rotina do ensino, mas da própria sociedade [...] educar era também construir a nação”. Esse é o caminho sinalizado em sua produção. Podemos dizer que Anísio Teixeira deixou sinalizadas as pistas de como ele concebia o projeto educacional brasileiro.

É importante observar que os momentos destacados carregam a singularidade do pensamento e ação de Anísio Teixeira. No primeiro período (1920 a 1936), temos, em suas obras, um perfil que as define na sistematização de suas concepções e das diretrizes que vão embasar suas formulações teóricas e as suas ações. Vale destacar que o segundo período (1937 a 1945) foi marcado pelo afastamento de Anísio Teixeira do campo educacional, impedido pelo regime autoritário de participar da cena política, o que não o impediu de continuar com a luta pela educação, e pela defesa por princípios democráticos na organização da educação brasileira. No terceiro período (1946 a 1965) destacado, observamos um Anísio Teixeira focado nos problemas educacionais e em como definir estratégias e diretrizes para constituir uma educação organizada em um Sistema que garanta uma unicidade.

Nosso olhar será lançado sobre as suas obras na busca de evocar elementos que possam ser articulados à visão de Anísio Teixeira na construção de um Sistema Educacional e as relações entre os contextos vividos e as tensões que se estabeleceram nesse campo, visto por ele como batalha educacional. Essa visão de luta e defesa pela causa educacional revela um lugar de disputa no qual a educação se expressava.

3.2 SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO NO BRASIL: LIMITES E TENSÕES HISTÓRICAS

Discutir a ideia de SNE implica reconhecer os dispositivos que tensionam esse processo. Em nosso caso cabe reconhecer de que modo essas tensões estão imbricadas nas obras de Anísio Teixeira e em que medida impuseram limites na consolidação do Projeto Nacional de Educação.

A história da educação no Brasil esteve marcada por um processo de desigualdade e fragmentação das políticas educativas, reforçadas pela resistência a um projeto democrático de educação e à articulação de um sistema público de ensino, incorporando ao longo da história verdadeiros dilemas na relação entre qualidade e quantidade, público e privado e nos processos de centralização e descentralização, concentrando grandes desafios à dinâmica interna do Sistema Educacional.

Podemos considerar que as obras de Anísio Teixeira, ao discutir as questões educacionais, remetem-nos não só a uma determinada época, mas também nos permitem dar sentido ao nosso presente. Dessa forma, compreendemos que sua obra assume uma pluralidade de sentidos, na medida que cada leitor consegue reconhecer o caráter multidimensional da realidade social, identificando as produções simbólicas que atuaram no cenário vivido por Anísio Teixeira e de que forma se apresentam em nossa atualidade.

Desse modo, nossa postura diante da leitura de Anísio Teixeira toma como foco os olhares e análises lançados a respeito do Sistema de Educação, ampliando nossas

perspectivas para novas leituras de sua produção, considerando as mediações produzidas, os usos feitos de sua obra. Cabe ressaltar que “[...] Anísio foi um aprendiz da democracia, [...] que soube enfrentar vigorosamente os seus limites e se empenhou em ampliar a participação dos diversos setores da sociedade na vida cultural” (NUNES, 2000, p. 596). O movimento realizado por Anísio Teixeira incluiu realidades diversas e a sua ação foi construída na mediação desses contextos.

3.2.1 Qualidade e quantidade na educação

A questão que envolve a tensão colocada entre a quantidade e a qualidade, no âmbito educacional, passa a ser foco de preocupação na medida em que o Brasil inicia seu processo de desenvolvimento industrial, tornando a escola *locus* privilegiado para o progresso e a instauração de uma nova ordem. Uma das questões centrais que marcaram esse processo foi a necessidade de criar oportunidades de escolarização elementar para o grande contingente de analfabetos existentes no País. É o que Jorge Nagle (1974) chama de “entusiasmo pela educação”.¹⁷ Nesse primeiro momento, a ênfase recai sobre a quantidade, pois, segundo Carvalho (2003), o analfabeto representava um “freio para o progresso”, a expansão educacional era entendida como nacionalização do ensino, a difusão dessa demanda configurou um processo aligeirado e que não tratou a qualidade com o mesmo empenho.

Nesse contexto, Anísio Teixeira anuncia esse dilema tratado em alguns dos seus escritos e vivenciado nas experiências que teve como ministro da Educação ao longo de sua vida pública, exercendo, por duas vezes, a Secretaria de Educação do Estado da Bahia, no período de 1924 a 1928, retornando em 1947 e permanecendo até 1951 e, por fim, a sua segunda experiência, de 1931 a 1935, quando assumiu a Secretaria de Educação no Distrito Federal no Rio de Janeiro.

¹⁷ O termo “Entusiasmo da Educação” pode ser aprofundado na obra de Jorge Nagle: **Educação e Sociedade na Primeira República**. São Paulo: EPU, Edusp, 1974. Essa obra foi considerada referência para a historiografia educacional. Nagle traz como marca para o entusiasmo na educação a difusão da escola, inspirada numa nova pedagogia e no novo homem.

Observamos que, mesmo com todo apelo com relação à expansão do ensino no País, Anísio Teixeira já acentuava essa questão como insuficiente, enfatizando em suas reformas educativas a necessidade de elevar a qualidade, de forma que a relação entre qualidade e quantidade não poderia significar projetos opostos. Em relatório publicado, quando diretor-geral de Instrução Pública, em meados de 1929, para reorganização do Sistema Educacional baiano, Anísio Teixeira argumentava:

O grande problema do ensino, na Bahia, é a expansão do sistema escolar. Antes porém, de encarar esse problema examinemos a qualidade da educação que as escolas existentes fornecem. Talvez as oportunidades educativas sejam, não somente escassas e restritas, mas ainda contraproducentes (TEIXEIRA, 1929, p. 27).

Desse modo, a educação era insuficiente, era uma educação voltada para a elite. A sua experiência no Estado da Bahia era refletida no grande déficit do ensino em que as condições objetivas para o desenvolvimento desse ensino não cumpriam a sua função, uma vez que, em “[...] cada 1.000 crianças de idade escolar apenas 200 frequentavam alguma escola; apenas 30 concluem o ensino primário; apenas 7 obtêm educação secundária; e apenas 2 têm o benefício da educação Superior” (TEIXEIRA, 1929, p. 27).

Com isso, as suas análises traziam para o foco a necessidade da expansão, mas com exame apurado das condições para garantia da efetiva qualidade do ensino público. Em seu livro *A educação e a crise brasileira* de 1956, a inserção do Estado interferindo nas questões educacionais, a partir de do século XIX, inicialmente para oferecer um mínimo de educação escolar necessário à vida moderna, o mínimo se torna compulsório e passa a ser peça-chave para que o cidadão exerça suas funções no Estado democrático e industrial.

O processo educacional mantinha uma educação de classe, assumindo um caráter seletivo pautado nos padrões econômicos. Assim, a oferta educacional assegurava o mínimo necessário para o atendimento das demandas do mercado e as oportunidades educativas reforçavam um sistema de privilégios mediante as condições sociais. Desse modo, Anísio Teixeira:

Era contra: a educação como processo exclusivo de formação de uma elite; o analfabetismo; a ausência, a evasão e a repetência da criança na escola;

a falta de consciência pública para situação tão grave; a desvinculação do ensino médio das exigências da sociedade moderna; a seletividade extrema no ingresso às universidades; o esvaziamento do ensino superior e a dispersão de esforços pela multiplicidade, nesse nível de ensino, de escolas improvisadas ao invés da expansão e fortalecimento das boas escolas (NUNES, 2000, p. 20).

Sendo assim, a concepção de qualidade defendida por Anísio Teixeira busca dar visibilidade à educação como direito e assume uma postura política e democrática, “[...] já não podemos limitar-nos ao tranquilo esforço de ensinar a ler, escrever e contar, multiplicando rotineiramente as escolas” (TEIXEIRA, 1971, p. 284). Ou seja, a educação do “mínimo” não pode ser considerada suficiente ou satisfatória para a população.

A partir da década de 1930, Anísio Teixeira se vê inserido em outra obra educacional. Assume, então, a Secretaria do Distrito Federal de 1931 a 1935. Esse momento se torna um campo fértil para a disseminação dos ideais da Escola Nova, ao mesmo tempo em que se constitui num campo minado nas disputas travadas entre “Católicos” e “Renovadores”. Esse período configurou, na obra de Anísio Teixeira, a construção de um planejamento educacional no Estado do Rio de Janeiro e o empenho de fortalecer a luta pela democratização do ensino no País.

Vale ressaltar que essa ideia de planejamento educacional não é exclusividade de Anísio Teixeira, mas representa um processo coletivo de homens públicos e educadores que, assim como ele, debatiam os problemas educacionais. Exemplo disso é a própria expressão elucidada pelo “Manifesto dos Pioneiros” de 1932, no qual teve sua contribuição como signatário. Longe de ser um documento consensual, imprimia para o Estado as ideias desses educadores sobre a defesa da educação como bem público e de direito de todos. A dimensão política, ideológica e pedagógica desse documento aborda em seu texto várias questões no âmbito da organização educacional e do alcance das funções educativas, respeitados os princípios da gratuidade, obrigatoriedade e laicidade.

Nesse bojo, as discussões que envolviam os princípios da obrigatoriedade e gratuidade se constituíam desafios, de maneira que a extensiva gratuidade buscava assegurar o princípio igualitário em qualquer etapa ou nível de ensino, combatendo uma educação seletiva restrita a uma minoria. Defendia a obrigatoriedade, que

visava à extensão progressiva da educação escolar, mas convivia com o impasse da falta de escolas. Nessa relação se constituiu o dilema qualidade e quantidade, intensificando o distanciamento entre o acesso, a permanência e a qualidade efetiva do ensino.

Diante desses impasses, a gestão de Anísio Teixeira lidava com esses problemas, no que tange aos aspectos da qualidade e quantidade. Em seu relatório de Administração Pública de 1934, faz uma avaliação da situação admitindo que: “[...] no Brasil uma das grandes realidades é a formidável reação contra a educação escassa que fornece o poder público às populações. Está claro que a educação é escassa em quantidade em qualidade” (TEIXEIRA, 1935, p. 106).

Consideradas as demandas educativas, Anísio Teixeira se colocava à frente nesse processo. Buscou, em sua administração, organizar o Departamento Central de Administração do Ensino, constituindo os serviços técnicos e administrativos, com a criação de instituições e serviços, a Biblioteca e o Museu Central de Educação, com o incentivo às atividades de intercâmbio e ao desenvolvimento do cinema educativo, divisões especializadas com o objetivo de atender às especificidades do ensino em suas diferentes áreas. Foi criado também o Serviço de Matrícula e Frequência Escolar (SMFE) na busca de mapear a realidade educacional com relação aos processos de matrícula e frequência, uma vez que a Secretaria convivia com a insuficiência de dados que pudessem garantir uma maior organicidade para o atendimento das necessidades educativas.

Assim, uma das questões centrais se referia às condições de matrículas e frequência, bem como à necessidade de avaliação das edificações escolares, de modo que pudesse assegurar a obrigatoriedade escolar e promover a organização de Sistema Escolar que não fosse identificado por um conjunto de escolas independentes sem nenhuma articulação.

Em seu livro *Educação para a democracia: introdução à administração educacional* de 1936, Anísio Teixeira apresenta os desafios e a sua busca em assegurar uma educação para todos, de modo que a reforma pretendida no Rio de Janeiro tinha como foco a estruturação das escolas, a melhoria nas condições de ensino para os alunos e maior valorização do professor reestruturando os processos de formação

inicial.

Desse modo, sua luta se constituiu na formulação e implementação de uma política diretora, na busca de compor um planejamento sistemático das ações para o desenvolvimento do sistema de ensino, compreendendo que:

A ideia de que se educa de qualquer forma, debaixo das árvores ou em casebres e galpões, é um dos resíduos mais alarmantes da velha ideia, puramente intelectualista do ensino, ideia em que a educação popular se reveste das roupagens míticas da alfabetização salvadora. Em pleno Rio de Janeiro, vemos registradas gravemente nos jornais, todos os dias, notícias espantosas de fundações de escolas sem prédio, sem instalação, em salas cedidas, em águas-furtadas verdadeiras favelas escolares [...]. São sobrevivências inevitáveis da mentalidade de paternalismo, filantropia e proteção aos pobres, que nos ficaram das idades em que se julgavam imóveis as classes e intransferíveis os seus direitos e privilégios (TEIXEIRA, 2007d, p. 238).

Em suas análises, essa era uma visão simplista e reducionista de se fazer educação no País e se tornava cada vez mais necessária a ação do Poder Público com a educação, assumindo, inclusive, princípios fundamentais no financiamento escolar, como a constituição de um fundo permanente que acompanhasse as demandas escolares e a constituição de orçamento ordinário da educação pública, reduzindo, assim, o estigma de uma escola que serviu como nivelamento econômico e político para focar num processo de equalização das oportunidades educativas.

É interessante observar, nesse contexto, que, em meio ao ambiente de discussões que se promovia na década de 1930 em torno da democratização do ensino e da defesa de uma escola pública para todos, com a formulação do “Manifesto dos Pioneiros”, a V Conferência de Niterói, que se transformou numa proposta de anteprojeto para o capítulo sobre a educação na Constituição de 1934, bem como a criação de instituições importantes, como o Ministério da Educação e Cultura, que configurou espaço estratégico no controle e na implementação de programas educacionais e mesmo com a institucionalização da Constituição de 1934, não alcançávamos as condições necessárias para resolver o problema da educação nacional, pois o capítulo aprovado ainda reservava algumas contradições.

Em uma carta de Anísio Teixeira à Fernando Azevedo, é possível notar que o momento não é satisfatório, e o clima que ainda permanecia tinha o caráter de

“luta”.

Rio, 6 de junho, 1934.

Meu querido Fernando:

[...] Aqui chegado, nos empenhamos em campanha tão viva, junto à Constituinte, para fazer vingar as ideias da V Conferência de Niterói, que não me sobrou vagar para a longa exposição que lhe desejava. [...] **terminado o mais acesso da luta, não sei se não nos devemos dar por satisfeitos**, de tal modo, apesar das investidas da rotina e dos interesses, as ideias principais vieram a ficar vitoriosa [...]. O capítulo da Constituinte contém o máximo que podia, no momento, triunfar, em parte, o que perdemos, **uma vez que uma campanha mesquinhíssima mais uma vez pretendeu ferir a renovação educacional** com a increpação de que o grupo que o sustenta tem outros interesses além do bem público [...]. Como ambiente geral, **sinto, entretanto, que continuamos a lutar** com a hostilidade, a indiferença ou a incompreensão. Sem dizer nada dos interesses feridos e dos não atendidos. O esforço de resistência chega a parecer-me que supera as minhas forças [...] cp. Cx 32,10 (VIDAL, 2000, p. 28, grifo nosso).

Dessa feita, as afirmações de Anísio Teixeira reforçavam o ambiente de disputa, e os embates constituíam um campo doutrinário político-pedagógico na educação. Essa polarização de interesses e concepções enfatizava o espírito de luta traduzido por ele. Conforme afirma Carvalho (2003, p.100), Anísio Teixeira representava o que ela denomina como “zona de pensamento perigoso”. Assim, a polarização de ideias entre Renovadores e Católicos demarcava um embate de posições. No caso de Anísio Teixeira, embora a sua gestão tenha refletido resultados e avanços significativos, ele teve a sua obra combatida e silenciada por forças conservadoras que apoiavam um projeto de modernização autoritário e tinham as formulações de Anísio Teixeira como uma ameaça.

Nesse momento, enfrentaria Anísio Teixeira um dos seus desertos, “a solidão”, como elucidou Clarice Nunes (2000). Afastou-se da educação, mas não abandonou a luta. Seu retorno aconteceu em 1946, em terras estrangeiras, quando recebeu o convite para assumir o cargo de Conselheiro da Unesco, mas logo retornou ao Brasil para viver sua terceira experiência administrativa na Secretária de Educação e Saúde, na Bahia, no Governo de Otávio Mangabeira.

Esse foi um período de grandes realizações e debates importantes para Anísio

Teixeira. O Brasil inaugurava, pela terceira vez, a democracia, representada pela Constituinte de 1946, que ampliava as perspectivas para uma educação com mais qualidade.

Com base no relatório produzido por Anísio Teixeira, em 1949, retratando a situação educacional do Estado da Bahia, podemos visualizar os dilemas abordados com relação à quantidade e qualidade e o desafio de organizar uma reforma que superasse as deficiências do ensino público e maximizasse as oportunidades educativas, haja vista que:

[...] tudo simplificamos e tudo aceitamos na ilusão de que qualquer coisa é sempre melhor do que nada, o que seria verdade se educação não fosse antes qualidade do que quantidade. Não importa quanta educação mas qual a educação que está a criança recebendo. Se a simplificação dos meios e a pobreza dos mestres levam a escola a ensinar à criança a ser inexata, impontual, ineficiente, estúpida, mistificadora, irreal e falsa, está claro que ela não está recebendo pelo menos, um pouco de educação, mas péssima educação. O que se supunha ser apenas pouco é pouco e péssimo e somente menos péssimo porque pouco. Se, pelo mesmo processo, formos com a educação até ao ensino superior, então teremos muito e péssimo (TEIXEIRA, 1949, p. 2).

Assim, Anísio Teixeira sabia que o desenvolvimento técnico e administrativo se fazia necessário para empreender a reforma educacional no Estado baiano, assegurando melhores condições ao ensino, as condições de trabalho para os professores e a sistematização da educação oferecida pelo Poder Público. Anísio Teixeira registrou um grande déficit educacional no Estado no plano das edificações escolares.

Ao iniciar-se o atual período de governo, havia na Capital 4 prédios escolares dignos deste nome e nestes prédios 35 salas. Portanto, havia instalações para 70 classes, ou sejam, 2.800 alunos, na base da classe de quarenta. Em todo o interior, havia 64 prédios escolares, com 240 salas. Portanto, instaladas, tínhamos escolas para 22.000 crianças. A população escolar da Capital é, no mínimo, de 32.000 alunos e, no interior, de 430.000. Faltavam, assim escolas que pudessem ser chamadas escolas para 440.000 alunos (TEIXEIRA, 1949, p.10).

Esse quadro revelava que a garantia de uma educação com qualidade para todos não era realidade, a educação não era prioridade, a relação entre qualidade e quantidade se caracterizava cada vez mais por um distanciamento profundo em que os resultados já nos são bem conhecidos.

Todavia Anísio Teixeira não era um educador apenas de discursos, mas seu foco e seu empenho estavam nas realizações e, como exemplo disso, nessa administração concretizou-se uma das maiores obras educacionais de Anísio Teixeira “O Centro Educacional Carneiro Ribeiro”, como uma experiência de educação integral em tempo integral, que teve reconhecimento em vários países do mundo. Em seu discurso de inauguração do Centro Carneiro Ribeiro, assim Anísio Teixeira se expressou:

Este é o começo de um esforço pela recuperação, entre nós, da escola pública primária [...]. Há vinte e cinco anos atrás era eu o diretor de instrução do Estado em um governo que, como o de hoje, parecia inaugurar uma era de reconstrução para a Bahia. As escolas primárias passaram, então, por um surto de renovação e de incremento, mas, o que é digno de nota era o seu funcionamento integral, com os cursos em dois turnos, e o programa, para a época, tão rico quanto possível [...]. Os brasileiros, depois de trinta, são todos filhos da improvisação educacional, que não só liquidou a escola primária, como invadiu os arraiais do ensino secundário e superior e estendeu pelo País uma rede de ginásios e universidades cuja falta de padrões e de seriedade atingiria as raias do ridículo, se não vivêssemos em época tão crítica e tão trágica, que os nossos olhos, cheios de apreensão e de susto, já não têm vigor para o riso ou a sátira [...]. É contra essa tendência à simplificação destrutiva que se levanta este Centro Popular de Educação. Desejamos dar, de novo, à escola primária, o seu dia letivo completo (TEIXEIRA, 1959, p. 78- 79).

Nessa dinâmica, Anísio Teixeira marcou a sua trajetória por momentos de renovação e reconstrução educacional. O ano de 1946 representou um marco importante com a Constituinte que resgatou alguns princípios lançados na Constituição de 1934, reafirmando a educação como direito de todos, a obrigatoriedade do ensino primário e o papel da União em legislar sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A Carta Magna também instituiu a vinculação dos recursos para o cumprimento da obrigação do Estado com a educação. Na Bahia, Anísio Teixeira foi participante ativo dos debates em torno da Constituição do Estado, do projeto da Lei Orgânica do Estado e das discussões sobre a primeira LDB.

A reestruturação educacional apresentava-se para Anísio Teixeira como um campo fértil para debater e realizar as suas ideias. Seu livro *Educação não é privilégio*, de 1957, é considerado uma das mais polêmicas obras, pois foi escrito em meio às pressões e perseguições políticas. Podemos registrar a sua crítica à simplificação da educação e à incapacidade da República em estender a educação para todos, ou seja, a relação entre qualidade e quantidade assumia um caráter de oposição.

Nessa perspectiva, o sistema educacional brasileiro apresentava várias fases. A popularização do ensino primário e a marca da dualidade do sistema escolar, instituída nas décadas de 1920 e 1930, abriram espaço para o processo de democratização do ensino que incluiu um movimento de expansão do ensino primário promovido pela redução do curso. “[...] No conjunto, essas dificuldades, o crescimento, a complexidade, a burocratização, a escassez de recursos, a transformação da clientela, acabaram dando forma a uma situação de crise do ensino no País” (BEISIEGEL, 1980, p. 2).

Assim, a escola primária se constituiu numa escola popular de alfabetização, o ensino secundário seguiu o curso dessa expansão com a improvisação de escolas privadas e sem uma estruturação curricular para o ensino que mantinha em sua base um caráter elitista e uniforme. Outro impacto foi a proliferação dos cursos normais sem formação adequada para os professores, tornando as “[...] escolas normais um dos modos de educação secundária para o acesso ao ensino superior” (TEIXEIRA, 2007f, p. 127).

Dessa forma, Anísio Teixeira apontou, em suas análises, que a educação brasileira evidenciou um processo de expansão desordenada.

A ideia de treinamento para o trabalho, aliada à extensão do ensino a todos, resultou, na prática, em um programa de menos educação a maior número de alunos. Além da redução de curso primário, logo surgiu, para ampliar a matrícula, a inovação dos turnos escolares, ou seja, o funcionamento da escola em vários turnos, com redução do dia escolar, e, por fim, a redução do período de formação dos professores. Era a chamada democratização do ensino, que passou a ser concebida como a sua diluição e o encurtamento dos cursos. Longe iam às ideias dos primórdios da República, em que se sonhava um sistema escolar estendido a todos, mas com os mesmos padrões da educação anterior de poucos. Apesar da tremenda expansão do conhecimento humano, um paradoxal imediatismo escolar reduziu a duração dos cursos e do dia escolar, a fim de oferecer a maior número de alunos uma educação primária reduzida ao mínimo. A essa expansão do ensino primário, pela compressão dos cursos, seguiu-se a expansão do ensino médio e do secundário acadêmico [...]. A filosofia de educação mínima a maior número de alunos estendeu-se do ensino primário aos demais níveis do ensino, com o que se iniciou o processo de ruptura da dualidade do sistema histórico de escolas para a classe popular e escolas para as classes média e superior (TEIXEIRA, 2007f, p. 125).

Assim, a transição do sistema dual para a integração dos sistemas de ensino não significou maior qualidade na educação. De acordo com Araujo (2005, p. 8):

Foram construídos e circulam simbólica e concretamente três significados distintos de qualidade um primeiro, condicionado pela oferta limitada de oportunidades de escolarização; um segundo, relacionado à ideia de fluxo, definido com o número de alunos que progridem ou não dentro de determinado sistema de ensino; e, finalmente, a ideia de qualidade associada à aferição de desempenho mediante testes em larga escala.

Podemos observar que os processos vivenciados por Anísio Teixeira refletem principalmente o primeiro e o segundo significados apontados por Araujo (2005). Dessa forma, a organização do Sistema Educacional brasileiro, no que tange à sua expansão e qualidade, esteve longe do ideal. A educação do mínimo constituiu um quadro excludente, classificatório, em que o passo que demos para romper com a educação de alguns poucos, para a educação de todos, instituiu barreiras ao processo educacional, que foi marcado pela ambiguidade de interesses em torno do projeto educacional e de sua orientação. Assim, essas inflexões reforçaram uma lógica de separação entre a qualidade e a expansão do ensino no Brasil.

O movimento vivido por Anísio Teixeira em suas reformas, as rupturas, as resistências encontradas e as oposições que questionavam as suas perspectivas nos revelam que as escolhas feitas por Anísio Teixeira não se moldaram por consensos, mas foram definidas e ressignificadas com a reflexão crítica sobre a realidade educacional brasileira, e seu horizonte tinha como direção a defesa pela escola pública.

Desse modo, acreditamos que as formulações apresentadas por Anísio Teixeira se estabeleceram como prática social na construção de uma posição em relação à sociedade e à educação brasileira.

É importante considerar que as discussões em torno das relações entre quantidade e qualidade do ensino envolvem diferentes aspectos e atores no contexto educativo e no modo como se organiza o Sistema de Ensino. Assim, esse processo de construção de um projeto educacional possui muitas variáveis demarcadas por confrontos, lutas e interesses que definiram as possibilidades e os limites do projeto que se pretendia construir (BEISIEGEL, 2006, p. 124).

Dessa forma, é possível perceber que, para Anísio Teixeira, os processos que envolvem a qualidade da educação e os aspectos relativos à quantidade só seriam

concretizados se fossem pensados de forma articulada. A democratização do ensino e a constituição de um sistema escolar de qualidade incluiriam a redefinição de políticas que articulassem insumos e processos, que tomassem a educação como direito fundamental. Nesse universo, as proposições de Anísio Teixeira reafirmaram, em seu livro *Educação no Brasil* de 1969, que temos de realizar as “[...] reformas de base” e esse é o desafio posto, ainda hoje, para nossa realidade educacional e para a consolidação de um SNE.

3.2.2 O público e privado na educação

O conflito existente entre o público e o privado na educação brasileira marcou um ambiente de disputa na República, presente nas Constituintes brasileiras. Disputa manifestada por diferentes demandas, representadas por interesses financeiros e doutrinários. As discussões se destacaram em torno da laicidade, da liberdade do ensino, do papel do Estado e do financiamento da educação no País. Esses aspectos instituíram sistemas paralelos de educação, influenciando diretamente o processo de democratização do ensino.

No texto do “Manifesto dos Pioneiros”, de 1932, fica explícita essa dualidade marcada por um processo de exclusão das oportunidades educativas, em que o ensino privado se afirma como elemento constitutivo no processo educacional brasileiro, uma vez que:

[...] montada, na sua estrutura tradicional, para a classe média (burguesia), enquanto a escola primária servia a classe popular, como se tivesse uma finalidade em si mesma, a escola secundária ou do 3º grau não forma apenas o reduto dos interesses de classe, que criaram e mantêm o dualismo dos sistemas escolares (BRASIL-MEC, 2010, p. 54).

Nesse modelo, a educação pública foi reduzida e o ensino particular valorizado como melhor que a educação pública. Anísio Teixeira argumenta sobre os problemas da educação brasileira e chama a atenção para as simplificações que conferiram à educação uma visão fragmentada e parcial do problema. Em seu livro *Educação para a democracia: introdução à administração educacional*, de 1936, reconhece a

importância do Estado democrático para o desenvolvimento da sociedade e da educação, afirmando que: “[...] a função do Estado democrático é manter os serviços educacionais, defendendo-os das influências imediatistas dos governos, ou da influência profunda de ideologias partidárias” (TEIXEIRA, 2007d, p. 57).

Vale ressaltar que, até 1930, somente a educação primária, as escolas técnico-profissionais e as escolas normais eram públicas. O ensino secundário acadêmico assumia caráter seletivo, destinado à elite, de modo que a iniciativa privada particular tinha liberdade com relação à expansão das instituições, sob controle federal, ficando a cargo do Estado a manutenção de pouquíssimas escolas públicas, consideradas “modelo” (TEIXEIRA, 2007f, p. 129).

Nesse contexto, carregamos, ao longo da história, a dificuldade de distinção entre público e privado nas relações estabelecidas entre o Estado e a Igreja, constituindo uma separação muito mais aparente do que real. Mesmo com o momento fértil que configurou a Constituição de 1934 na reorganização educacional do País, observamos que sua ação foi limitada nesse aspecto, embora tivesse apresentado um capítulo próprio da educação, prescrevendo passos importantes no contexto educacional, como o reconhecimento da educação como direito de todos e a indicação da construção de um Plano Nacional de Educação (PNE) sob a competência do Conselho Nacional de Educação (CNE). Essa Carta representou um avanço com relação à Instrução Pública e uma ampliação da matéria educacional, mas reafirmou, em seu texto, as subvenções ao ensino privado, o que permitiu a elevação do interesse privado, no campo do interesse público.

Em um resgate histórico feito por Anísio Teixeira em seu livro *Educação no Brasil*, de 1969, podemos perceber, em sua visão as distorções ocasionadas por esse processo.

Com a Revolução de 30, começa a expansão da classe média brasileira. Essa expansão se faz sobretudo, pela educação, pela escola não popular, isto é, a escola secundária e superior [...]. A nossa sociedade substituiu a aristocracia de títulos hierárquicos pela de títulos de ilustração, pela aristocracia do doutor. Um sistema privado considerável de educação acabou por se construir para fornecer tais títulos de ascensão social [...] pouco a pouco, essa mesma classe, que se fez privilegiada pela educação, não se vê mais em condições de poder custear e manter, para os filhos, o seu sistema escolar. Empreende-se então um movimento para dar-lhe regalias públicas, sem perda do seu caráter privado, nessas regalias

incluída a de participar da direção do ensino e a de poder ser substancialmente mantido com recursos públicos. Mantém-se deste modo o caráter aristocrático da educação nacional (TEIXEIRA, 2011, p. 250).

Desse modo, os interesses privados estiveram presentes na disputa pelo controle educacional marcando e definindo o rumo das políticas educacionais. Anísio Teixeira, em seu livro *Educação e a crise brasileira*, de 1956, traçou um panorama do cenário educacional do País evidenciando que, entre os anos finais da década de 1920 e na década de 1930, passamos por duas fases importantes: um primeiro momento, que se caracterizou pela recuperação da escola e busca de renovação dos métodos, e a implantação de um novo modelo de educação no Brasil, num movimento de valorização da escola primária e organização dos demais níveis de ensino.

No segundo momento, vivenciamos uma fase de instabilidade, tensionada pela reação de um confuso tradicionalismo. Houve um desprezo para os ideais renovadores. Assim:

A educação que fora o setor mais sensível para a luta entre o novo e o velho constituiu-se o grande campo para a derrota do que já havia de melhor no País [...] entramos em uma fase de condescendência para com os defeitos nacionais que raiou pela inconsciência (TEIXEIRA, 2005e, p. 56).

Esse reordenamento trouxe consequências para todos os níveis na organização educacional. O ensino primário assumiu uma posição desarticulada do ensino médio e superior. O retorno às bases tradicionais e a redução dos horários definiram essa etapa de ensino como a escola de ler e escrever, configurando um ensino de má qualidade.

O ensino secundário vivenciou uma expansão desordenada e se transformou numa escola de classe, controlada pela iniciativa privada. Os métodos de ensino conformaram o formalismo tradicional e os exames assumiram finalidade central dessa etapa. O ensino superior estava seguindo o mesmo desenho do ensino secundário com foco para uma educação do exame e do diploma.

A partir desse cenário, é possível perceber que o processo educacional que se organizou no Brasil nesse paralelo se caracterizou entre o público e o privado, ao

longo dos anos, com reconfigurações de acordo com as transformações nas orientações estatais, nos modelos políticos e econômicos que trouxeram para essas relações novos reordenamentos e interesses.

Nesse percurso da história, a organização da educação brasileira e a consolidação de um SNE construíram um caminho de rupturas no que se refere à organização do ensino no nosso país com a divisão de interesses entre o público e o privado que estabeleceu uma estrutura de ensino hierárquica, desarticulada, constituindo dois projetos distintos de educação em disputa e que ainda se mantêm presentes em nossa atualidade.

Com a configuração do Estado Novo e a institucionalização do regime autoritário, Anísio Teixeira contesta o caráter centralizador da administração pública, a burocratização do Ministério da Educação, o que promoveu, no âmbito educacional, um período de estagnação em que os processos de racionalização se refletiram numa legislação uniforme e numa escola mecanizada sem nenhuma autonomia.

Dentre as discussões realizadas por Anísio Teixeira, a reconstrução educacional era vista por ele como um dever. Em alguns dos escritos da obra *Educação e a crise brasileira*, produzidos na década de 1950, identificamos algumas de suas definições quanto ao problema educacional, sendo possível relacionar, a partir desses destaques, a questão público e privado na educação.

Assim Anísio Teixeira afirma que o problema da reconstrução educacional é de duas ordens, o político-financeiro e o profissional. Desse modo, destacou que o problema político se refere à falta de articulação entre as esferas: federal, estadual e municipal em dispor à comunidade a educação sistemática. A questão financeira estabelece estreita relação com as relações políticas, uma vez que depende das decisões e recursos designados pelas diferentes esferas do governo para assegurar o desenvolvimento educacional.

O segundo problema, profissional, refere-se aos aspectos da organização escolar e está centrado nos profissionais. Anísio Teixeira esclarece que essa seria uma tarefa para os professores e educadores, criando um ambiente de liberdade que pudesse definir os objetivos da escola brasileira, observada a diversidade e pluralidade das

condições locais, permitindo que fossem parte do processo e não meros executores das determinações rígidas e uniformes previstas na Lei.

Sendo assim, a conjuntura educacional que Anísio Teixeira debatia revela para nós problematizações que se assentam em nosso presente. As questões políticas, financeiras e profissionais atravessaram o debate do público e privado, evidenciando a lacuna histórica quanto aos aspectos de organização política entre os entes federados, pois ainda enfrentamos dificuldades na implementação concreta de um regime de colaboração, questão já projetada nas discussões de Anísio Teixeira:

Parece-nos, assim, que seria chegado o momento de se pensar um plano unificado de ação, em que os três poderes juntariam os seus recursos para uma ação coordenada e contínua, nas órbitas do município, do estado e da união, em prol do desenvolvimento disciplinado de suas escolas (TEIXEIRA, 2005e, p. 137).

Nesse bojo, fazem-se presentes as questões do financiamento. Optamos por um regime de percentagens tributárias que, desde a Constituição de 1934, vem demonstrando sua fragilidade do ponto de vista da vinculação dos impostos, passando por momentos de vinculação e desvinculação desses recursos ao longo das Constituições, sendo restabelecida e mantida a vinculação dos impostos na década de 1980 com o processo de redemocratização, mas com dificuldades quanto à aplicação real dos recursos em educação.

Esses elementos se afirmam nas argumentações de Anísio Teixeira quando admitiu que:

Sem um amplo financiamento, garantido pela União e facilitado aos estados e municípios, jamais lograremos construir os sistemas escolares necessários a nossa população crescente [...]. A educação de um povo, entretanto, é o mais amplo empreendimento das sociedades humanas. E os recursos têm de aparecer e acompanhar essa amplitude (TEIXEIRA, 2005e, p. 284).

Desse modo, é fundamental cumprir as exigências financeiras com a educação pública, bem como definir uma clara distinção da educação pública e particular de maneira que a educação privada não possa manter o equívoco de cumprir deveres que pertencem à educação pública (TEIXEIRA, 2005e, p. 285).

De acordo com as análises de Pinto (1998, p. 192):

[...] O modelo de desenvolvimento econômico no Brasil é de natureza concentradora, tanto em termo de distribuição de renda entre classes sociais como em regiões geográficas [...] o grande desafio da administração pública no Brasil é fazer com que o excedente extraído da exploração do trabalho humano que vai para via impostos e contribuições, nas mãos do Estado possa retornar ao cidadão que mais dele necessita e com a menor perda no percurso.

Assim, o embate entre o público e o privado apresentou, ao longo da história da educação no Brasil, desdobramentos que se reconfiguraram a partir das posições assumidas pelo Estado e pelos interesses que privilegiaram o ensino privado em detrimento da educação pública, conservando essas posições na estruturação do sistema de ensino e no aparato legal.

Nesse percurso, os profissionais e a condução do processo educativo se articulam aos aspectos políticos e financeiros, necessitando de total integração para o desenvolvimento da educação pública.

3.2.2.1 O sentido público da educação a partir de Anísio Teixeira

Dentre as discussões apresentadas por Anísio Teixeira, queremos destacar algumas considerações elucidadas nas obras: *Educação é um direito*, de 1968, e *Educação no Brasil*, de 1969. O autor destaca, nessas produções, a experiência educacional ao longo da República, identificando os desafios que permearam a consolidação de uma educação democrática e pública, bem como as indefinições quanto ao caráter público da educação brasileira.

Observamos que a educação pública não se constituiu totalidade para a população. Tivemos, nesse processo, a intervenção da iniciativa privada, limitando a educação pública a uma parcela da população ofertada de modo precarizado e insuficiente. Anísio Teixeira chama a atenção para a influência do teorista do novo individualismo que remete ao indivíduo a iniciativa de arcar com a própria educação, julgando as oportunidades iguais de educação como contraditórias.

De acordo com Telles (2006, p. 163), as relações entre Estado e sociedade incluem um processo de mediação e negociação na gestão pública. Sendo assim:

Isso significa um outro modo de se construir uma noção de interesse público: uma noção plural e descentrada, capaz de traduzir a diversidade e a complexidade da sociedade, rompendo, por isso mesmo, com uma versão autoritária, solidamente enraizada na história política do País.

Essa noção plural do bem público inclui uma definição ampliada dos princípios democráticos e se aproxima da defesa de Anísio Teixeira, registrada em *Educação é um direito*, fundamentando sua concepção num Estado pluralista no qual afirmou a sua interpretação:

Para nós o público e as formas pelos quais o Estado o representa são coisas relativas e plurais, dotadas as formas de Estado de extrema flexibilidade de organização. Nenhum outro interesse público exigirá forma tão especial do estado quanto a educação (TEIXEIRA, 2009, p. 52).

Assim, ao afirmar a educação como interesse público, toma como base o pensamento de Dewey na definição entre o público e o privado. Desse modo, o público envolve o interesse coletivo e a ampliação da experiência democrática e o privado se mantém na manutenção de interesses individuais ou de pequenos grupos.

Dessa forma, Anísio Teixeira dimensiona a escola pública como instrumento de integração social, de modo que o reconhecimento da educação como direito se configura num processo democrático de oposição aos modelos uniformizantes do Estado. De acordo com essa visão, considerava necessário o interesse público com a educação:

Elevado o interesse da educação a esse nível público, a educação pública será a educação que melhor serve aos interesses múltiplos e complexos dos indivíduos. A escola pública é a escola da comunidade [...] e mais capaz de cooperar para a coesão e a integração da comunidade (TEIXEIRA, 2009g, p. 53).

É interessante observar que a educação pública era um eixo central para Anísio Teixeira. Seguindo as afirmações de Florestan Fernandes (2002, p. 55), “[...] ele compreendeu que a revolução brasileira tinha que regatar a educação [...]. Defender

a escola pública não consiste em fazer discurso, consiste em abrir caminhos para atingir outros fins”.

Diante dessa perspectiva, sua ação integrava a articulação entre a esfera teórica e a prática. Em sua obra *Educação no Brasil*, registrou sua crítica à administração pública brasileira e a tendência à racionalização mecânica da vida moderna como obstáculos para a consolidação da democracia. Ressaltava que a escola jamais poderia assumir uma posição mecânica, pois a vida na escola se processa numa relação de autonomia. O processo educativo reserva a sua singularidade, o que torna indispensável o exercício da autonomia e da liberdade de ação (TEIXEIRA, 1999).

Desse modo, a superação da educação como “pré- fabricada” (TEIXEIRA, 2005e, p. 112) implica recusa de modelos idealizados por uma determinada elite com interesses no progresso econômico, valorizando o desenvolvimento do mercado em detrimento das necessidades nacionais. Então, o maior desafio se funda em assumir a educação pública como direito fundamental e criar uma nova cultura de ensino público em que, no horizonte, estejam a articulação entre Estado, educação e sociedade na maximização do processo educativo.

3.2.2.2 Anísio Teixeira e o Manifesto dos Bispos Gaúchos: limites, posições e oposições entre o público e o privado

O debate lançado pela Constituinte de 1946, quanto à incumbência dada ao Congresso Nacional na formulação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, fomentou um ambiente de disputas, intensificando um longo caminho de polêmicas, discussões e recuos acerca das definições das bases da educação brasileira, perdurando 13 anos até sua promulgação. Esse dispositivo Constituinte acirra o debate por toda a década de 1950 entre a questão do público e do privado, polarizando dois projetos para a educação nacional.

Nesse contexto, católicos e renovadores assumiram posicionamentos distintos: de

um lado, os católicos defendiam um modelo organicista baseado na liberdade da família e na difusão de uma educação de caráter privado; de outro, a educação laica era defendida pelos renovadores, o que se tornou ponto de confronto.

Nesse percurso de perspectivas polarizadas, foi lançada uma campanha em defesa da escola pública com intervenção direta nos debates da educação. A reação católica marcou sua intervenção principalmente nos anos finais da década de 1950, tendo como principal representante Dom Vicente Scherer, arcebispo de Porto Alegre, que mobilizava os interesses privatistas e via os princípios renovadores da escola laica, pública e gratuita como ameaça e perda de espaço para a escola.

O debate em torno da LDB foi ganhando proporções e acirrando cada vez mais as disputas em torno do projeto educacional. Nesse contexto, Anísio Teixeira constituiu um alvo para os ataques realizados pela Igreja, uma vez que esteve imerso nessas discussões e ocupou posições importantes em órgãos de influência para a difusão de suas ideias. Foi secretário-geral da Capes em 1951, assumiu a direção do Inep em 1952, permanecendo em ambos cargos até 1964. No mesmo período, instituiu o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), em 1955. Sua atuação constituiu um campo estratégico para o desenvolvimento de estudos e pesquisas sobre a realidade educacional no País, envolvendo contribuições de diversas áreas, como: Sociologia, História, Antropologia e Estatística, ao mesmo tempo em que despertava a atenção dos privatistas por suas posições em defesa da escola pública.

A declaração do conflito contra Anísio Teixeira, deflagrado pelo Manifesto dos Bispos em 1958, é a manifestação clara da tensão estabelecida entre o público e o privado. O Manifesto foi liderado por Dom Vicente Scherer, juntamente com os bispos eclesiais do Rio Grande do Sul. O documento foi intitulado de “Memorial dos Bispos do Rio Grande do Sul sobre o ensino oficial”. Essas manifestações tiveram grande repercussão. A Igreja combateu as ideias de Anísio Teixeira, dirigindo ao Presidente da República o pedido de demissão de Anísio Teixeira do cargo do Inep.

Esse confronto revela a influência da Igreja Católica na orientação da política educacional e a disputa em torno da organização educacional do País. O memorial destacou vários trechos do livro *Educação não é privilégio*, de 1957, com recortes

para acusação partindo das ideias de Anísio Teixeira apresentadas na conhecida Conferência de Ribeirão de 1956, intitulada: *A escola pública, universal e gratuita*. Essas ideias foram publicadas no livro e constituíram um marco de confronto direto com a Igreja.

Nesse sentido, ele encarnou realmente um inimigo temido pela Igreja, porque a conhecia por dentro, e criticando sua própria formação, passou a defender a meta da republicanização do Estado pela escola. É esse temor que levava ao ataque contínuo e impiedoso dos seus adversários (NUNES, 2007, p. 240-241).

As manifestações do Memorial foram publicados na *Revista de Estudos Pedagógicos*, nº 70, abr./jun. de 1958, e destacavam as posições e acusações dos bispos a Anísio Teixeira.

MEMORIAL DOS BISPOS DO RIO GRANDE DO SUL SOBRE O ENSINO OFICIAL

O Arcebispo Metropolitano e os Bispos da Província Eclesiástica de Porto Alegre pedem vênias a Vossa Excelência para representar acerca das gravíssimas consequências que, com repercussão sobre toda a vida nacional, advirão da insistência com que órgãos do Governo Federal propugnam a implantação exclusiva de sistemas de ensino oficiais em todo o País, do mesmo passo que hostilizam, e sem tréguas, a iniciativa particular nesse mesmo campo de atividade. Essa atitude de órgãos do Governo Federal discrepa nitidamente dos princípios adotados a respeito pela Constituição Federal. **A Constituição, se declara que 'a educação é direito de todos' (art.166), declara também que 'será dada no lar e na escola' (art. 166) e, por igual, sublinha que 'o ensino dos diferentes ramos [...] é livre à iniciativa particular, respeitadas as leis que o regulem' (art. 157) [...]. Seria improficuo tentar-se a acessibilidade da escola por toda a população, e a unidade de escola, antes de se nivelarem, violentamente, todos [...]. Tal é o que prega abertamente entre nós o Professor Anísio Teixeira**, com a qualidade e responsabilidade de Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) e de Secretário-Geral da Campanha Nacional de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (CAPES). Ainda que inculque não advogar 'o monopólio da educação pelo Estado' (Educação não é privilégio, Rio de Janeiro, 1957, pág. 114), [...] — o Professor Anísio Teixeira espera da escola pública ou comum, que tão ardentemente preconiza, os mesmos resultados pré-revolucionários, previstos, com ansiosa expectativa, pela doutrina socialista. 'Exatamente — escreve o Professor Anísio Teixeira — porque a sociedade é de classes é que se faz ainda mais necessário que as mesmas se encontrem em algum lugar comum, onde os preconceitos e as diferenças não sejam levados em conta e se crie a camaradagem e até a

amizade entre os elementos de uma ou de outra' (Educação não é privilégio, cit., págs. 114 e 115) [...]. Não é lícito, porém, admitir-se que, mercê de inexplicável complacência, órgãos governamentais preparem, entre nós, uma Revolução social, através da escola, já porque as administrações públicas não se destinam por essência a preparar Revoluções sociais, já porque a tradição cristã do povo brasileiro frontalmente repele e repudia os mesmos fundamentos do Socialismo como doutrina. Socialismo religioso, Socialismo cristão, — disse admiravelmente Pio XI, — 'são termos contraditórios: ninguém pode ser, ao mesmo tempo, bom católico e verdadeiro socialista' [...]. Tomam, pois, o Arcebispo Metropolitano e os Bispos, que este subscrevem, a liberdade de solicitar a Vossa Excelência, Excelentíssimo Senhor Presidente da República, após a exposição que ficou deduzida, as providências necessárias e inadiáveis, para cessação desse estado de coisas, tão nefasto, a qualquer respeito, aos mais legítimos e excelsos interesses nacionais. Não ignora a Igreja a gravidade e a extensão do problema educacional brasileiro, particularmente quanto ao ensino primário, a reclamar urgentemente solução capaz de sobrepor-se às alarmantes deficiências, que tanto e tão fundamentalmente afetam a vida nacional. **À solução desse problema, dedica a Igreja o melhor de seu esforço, não recusando, para resolvê-lo, a colaboração de todos os homens de boa vontade. Nesse tenta também, não esmorecerá a Igreja, já que o feliz êxito, no realizá-lo, é, de manifesto, essencial, não só ao bem das almas, como ao progresso e ao futuro da Nação.** Valem-se os signatários da oportunidade para renovarem a Vossa Excelência, Excelentíssimo Senhor Presidente da República, a expressão de seu profundo respeito e de sua estima e consideração. Porto Alegre, 29 de março de 1958. f Vicente Scherer, Arcebispo Metropolitano, de Porto Alegre, t Antônio Reis, Bispo de Santa Maria, t Antônio Zattera, Bispo de Pelotas. t Benedito Zorzi, Bispo de Caxias, t Cláudio Colling, Bispo de Passo, t Luiz de Nadai, Bispo de Uruguaiana. t Frei Cândido Maria, Bispo Auxiliar de Caxias, t Luiz Victor Santori, Bispo Coadjutor de Santa Maria, t Edmundo Kunz, Bispo Auxiliar de Porto Alegre (REVISTA ESTUDOS PEDAGÓGICOS, 1958, p. 63, grifo nosso).

O documento explicita a afirmação da Igreja com relação à iniciativa privada e à defesa do ensino livre, elencando um conjunto de argumentos contra as posições de Anísio Teixeira. Hermes Lima (1978) declarou que esse não foi apenas um debate de ideias, mas revelou uma campanha para retirar da cena pública Anísio Teixeira, pois o seu pensamento e atuação não convergiam com os interesses privatistas e, por isso, ele se fazia uma ameaça.

Em meio a esse contexto, organizou-se uma rede de apoio a Anísio Teixeira com a produção de várias moções por todo o País, que teve o reconhecimento de Anísio Teixeira nos diálogos tecidos com Fernando Azevedo em duas cartas. Seguem alguns trechos:

Rio 16 abril 1958

Meu querido Fernando: a sua solidariedade e a dos professores da

universidade constituíram um dos grandes confortos dos momentos e tiveram na imprensa a repercussão de esperar. A situação contínua de expectativa [...]. Vivemos em hora eleitoral, em que o gov. Julga não dever fazer opções e manter todas as velas acesas. Se alguma dever ser apagada, serão, por certo, as menorezinhas. Vamos ver se a vela da Constituição brasileira vale alguma coisa. O grande Abraço do seu de sempre e muito grato Anísio CP.-Cx.32A, 86 (VIDAL, 2000, p. 118).

Em mais um momento, Anísio Teixeira agradece:

Rio 30 de abril, 1958

Meu querido Fernando: não quero retardar o meu agradecimento à carta dos professores paulistas a respeito do memorial dos Snrs. Bispos do Rio Grande do Sul, que recebi ontem à noite [...]. Tive nesse melancólico episódio, com esse documento a mais completa e impessoal defesa. Realmente, o alarma da consciência brasileira, que se manifestou e vem se manifestando pela forma impressionante que estamos vendo, ficou no seu manifesto devidamente definido e formulado. Tenho motivos para crer que o episódio está momentaneamente superado, mas não sei o que ainda poderá vir [...]. Possa o País vencer a confusão a que quiseram levar e sair do incidente com uma clara e decisiva política educacional [...]. Muito e muito grato, sou o seu de sempre. Anísio Cx 32 A, 87 (VIDAL, 2000, p. 118-119).

Vale destacar que Anísio Teixeira não foi afastado do cargo do Inep em função do momento político que envolvia esses interesses do grupo católico. Quanto ao processo eleitoral, o então presidente, Juscelino Kubitschek, optou por resistir às pressões e não causar mudanças que trouxessem repercussão em seu governo.

Nesse movimento, além das manifestações de defesa a Anísio Teixeira, observamos a reação dos renovadores quanto às relações entre o público e o privado e a redefinição do papel do Estado na educação, sinalizadas pelo Manifesto “Mais uma Vez Convocados”, de 1959. A produção do Manifesto configurou um momento de tensão política em um contexto de disputa em torno das discussões que se alocavam para a elaboração da primeira LDB, o que pôs em evidência os interesses dos grupos das escolas particulares e dos católicos que defendiam o ensino livre e a subvenção de recursos para as escolas privadas.

Dessa forma, a discussão apresentada pelo Manifesto buscou retratar a situação insatisfatória que configurava o ensino, reafirmando:

A luta que se abriu, em nosso país, entre os partidários da escola pública e

os da escola particular, é, no fundo, a mesma que se travou e recrudescer ora nesse, ora naquele país, entre a escola religiosa (ou o ensino confessional), de um lado, e a escola leiga (ou o ensino leigo), de outro lado. Esse, o aspecto religioso que temos o intuito de apenas apontar como um fato histórico que está nas origens da questão, e sem a mais leve sombra de desrespeito aos sentimentos que somos os primeiros a reverenciar, da maioria do povo brasileiro. Ela disfarça-se com frequência, quando não se apresenta abertamente, sob o aspecto de conflito entre a escola livre (digamos francamente, a educação confessional) e a escola pública ou, para sermos mais claros, o ensino leigo, a cujo desenvolvimento sempre esteve historicamente ligado o progresso da educação pública [...] é praticamente uma larga ofensiva para obter maiores recursos do estado, do qual se reclama, não aumentar cada vez mais os meios de que necessita o ensino público, mas dessangrá-lo para sustentar, com o esgotamento das escolas que mantêm, as de iniciativa privada (BRASIL-MEC Manifesto dos educadores mais uma vez convocados de 1959, 2010, p. 78-79).

Esse cenário evidencia os entraves políticos que fixaram o debate entre o público e o privado, em que as posições são estabelecidas num campo de conflito e que tiveram influência direta nos processos de escolarização. De acordo com Cury (2010, p. 76), a iniciativa privada sempre contou com o reconhecimento oficial. Observa-se, nas Constituições brasileiras, com exceção da Constituinte de 1891, a marca da correlação da propriedade e liberdade influenciando a educação escolar, consignando a liberdade como prerrogativa dos direitos individuais do cidadão.

Assim, o processo de democratização escolar se constituiu em um desafio para o Estado brasileiro, pois a educação pública esteve numa posição de disputa para tornar-se efetivamente pública.

No livro *Educação não é privilégio*, alvo de tantos ataques, Anísio Teixeira defendeu a escola pública, laica e para todos, sem distinções ou privilégios, e criticou a desfiguração das reivindicações educacionais, acentuando para o necessário reconhecimento e valorização da escola pública reduzida pelo conservadorismo de nossas estruturas dualistas. Defendeu a reestruturação democrática, a qualificação do ensino primário e a escola de tempo integral. Assim:

As democracias, porém, sendo regimes de igualdade social e povos unificados, isto é, com igualdade de direitos individuais e sistema de governo de sufrágio universal, não podem prescindir de uma sólida educação comum, a ser dada na escola primária, de currículo completo e dia letivo integral, destinada a preparar o cidadão nacional [...] e além disto, estabelecer a base igualitária de oportunidades, de onde irão partir todos, sem limitações hereditárias ou quaisquer outras, para os múltiplos e diversos tipos de educação semiespecializada e especializada, ulteriores à educação primária (TEIXEIRA, 2007f, p. 108).

A escola primária, para Anísio Teixeira, representava o fundamento central para a constituição do cidadão nacional. Percebia que priorizar essa etapa da educação seria a possibilidade de criar uma base comum de oportunidades, sem distinções e restrições, de maneira que o sistema educacional passaria de uma simples ampliação quantitativa para a consolidação do processo de democratização do ensino e com qualidade. Anísio Teixeira visualizava o problema educacional dentro de uma visão macro, de forma que as perspectivas e análises que fazia desse contexto buscavam construir uma nova cultura de educação no País.

3.2.3 A centralização e descentralização educacional no contexto brasileiro

O debate em torno do processo de centralização e descentralização que compõe a política educacional brasileira não é novo, vem se reconfigurando desde a independência do Brasil e com a instituição das reformas educacionais. Podemos tomar, como marco nesse processo, o Ato Adicional de 1834,¹⁸ que incorporou uma nova organização de ensino no País, delegando às províncias a atribuição de legislar e promover a instrução nas escolas primárias e secundárias, compreendendo como competência:

Art. 10. compete às mesmas Assembleias Legislar

[...]

§ 2º Sobre a Instrução Pública e estabelecimentos próprios a promovê-las, não compreendendo as faculdades de Medicina, os cursos Jurídicos, Academias atualmente existentes e outros [...] estabelecimentos que para o futuro forem criados por Lei Geral (CAMPANHOLE, H.; CAMPANHOLE, A., 1994, p. 807).

Podemos dizer que essa medida teve resultados negativos, uma vez que, a partir desse ato, a ideia de um Sistema de Educação perdeu sentido com relação à ideia de unicidade, já que cada província teria sua própria organização, gerando um clima

¹⁸ “O Ato Adicional foi instituído pela Lei nº 16, de 12 de agosto de 1834, e faz algumas alterações e adições à Constituição Política do Império nos termos da Lei de 12 de outubro de 1832” (CAMPANHOLE, H.; CAMPANHOLE, A., 1994, p. 806).

de disputa e desigualdade. Nesse sentido, o período de vigência da Constituição de 1824 gerou uma imprecisão de competências entre o Governo Central e os governos locais. Esse período marcou um forte interesse na subvenção da centralização imperial, atribuindo à educação um cunho elitista. Segundo Chizzotti (2005, p. 53):

Os direitos e garantias, especificamente os direitos à educação, não atendiam diretamente às reivindicações dos liberais de Portugal [...]. A gratuidade universal à educação primária, genericamente proclamada e caditamente outorgada na constituição, não derivou de interesses articulados e reclamados sociais organizados, inserindo-se no texto como reconhecimento formal de um direito subjetivo dos cidadãos que uma obrigação efetiva do Estado.

Esse movimento de centralização e descentralização segue o período republicano e foi assumindo, ao longo dos anos, um processo de descontinuidades nas políticas educativas, expressando uma tensão entre a oficialização e a desoficialização do ensino no País, o que ocasionou uma série de lacunas no processo educativo.

Podemos afirmar que a prática centralizadora esteve presente na organização política brasileira influenciando diretamente a formulação e implementação das políticas educacionais e distribuição dos recursos.

Dessa forma, podemos dizer que em relação à política tributária que o pouco de autonomia que escapou ao olhos ávido da coroa, ou pôde vicejar nos interregnos democráticos da República, a Reforma Tributária de 65 (E.C n.18 de 1/12/65) capitaneada pelos militares que se assenhorearam do poder em 1964, não perdeu, centralizando, a maioria dos recursos nas mãos da União, castrando qualquer autonomia estadual ou municipal e construindo um sistema onde a União tudo pode, os Estados e Municípios pedem (PINTO, 1989, p. 4).

Sendo assim, faz-se necessário considerar a complexidade do tema e as reconfigurações que vêm assumindo, bem como a análise das relações entre as formas de organização do Estado brasileiro e o sistema educativo. De acordo com Casassus (1995, p. 38).

A centralização ou a descentralização tratam da forma pela qual se encontra organizada uma sociedade, como se assegura a coesão social e como se dá o fluxo de poder na sociedade civil, na sociedade militar e no Estado [...] os processos descentralização ou centralização são processos de distribuição, redistribuição ou reordenamento do poder na sociedade.

Nesse sentido, as obras de Anísio Teixeira se apresentam como uma possibilidade de leitura para se compreender as relações que tensionaram esses processos e de que modo as variações dessa organização conduziram às limitações materiais e políticas na consolidação de um SNE, haja vista que, “[...] a organização de um sistema educacional é tanto a busca por organização pedagógica quanto uma via de jogo de poder” (CURY, 2008, p. 1200).

As produções de Anísio Teixeira apresentam a defesa por uma perspectiva de descentralização da educação, indicada por meio das várias intervenções realizadas por ele no campo educacional. Para compor esse diálogo, destacaremos algumas passagens identificadas em suas obras com foco maior no livro *A educação e a crise brasileira*, de 1954, em que Anísio Teixeira retratou com maior profundidade uma análise da realidade educacional, relacionando as rupturas e o processo de reconstrução educacional, destacados por um momento de tensões e, ao mesmo tempo, espaço fértil para a difusão do seu pensamento e de suas realizações, abarcando um grande debate em torno da escola pública, da ciência, da democracia e do Estado.

Na apresentação dessa obra realizada por Freitas (2005, p. 21), observamos algumas de suas considerações sobre o significado da produção de Anísio Teixeira, quando diz:

O discurso de Anísio é desenhado pincelada após pincelada, cada uma aplicada na superfície de um único grão de mostarda. O grão de mostarda é minúsculo sobre a mão, mas enorme quando transformado em folha. Escrever num grão de mostarda é uma tarefa de quem aposta que a menor semente é capaz de render a folhagem mais vistosa. Seu grão de mostarda é a esfera pública do Brasil; semente minúscula e quase invisível no Brasil. A colheita almejada é a democracia e um mundo ao alcance das mãos dos homens, estes distanciados dos desmandos centralizadores e homogeneizadores.

Nessa dinâmica, vamos trilhar pelo percurso situado em alguns de seus livros acompanhando o desenho formado por seus argumentos na discussão que se estabeleceu à sua época em torno da centralização e da descentralização, tomando essas análises como pistas para as permanências de nossa atualidade com relação às barreiras que essa tensão representa para a constituição de um SNE.

É interessante observar que as posições de Anísio Teixeira, com relação à centralização e à descentralização, revelam a sua concepção de educação, a defesa pelo regime democrático, por um modelo de governo e administração pública que foram sinalizados por ele a partir das experiências vividas no campo educacional e pelas análises realizadas ao longo de sua trajetória sobre a educação brasileira.

Desde a sua primeira obra retratada em *Aspectos americanos de educação anotações de viagem aos Estados Unidos em 1927*, quando Anísio Teixeira, apoiado pelas teses de Jhon Dewey, aponta uma reflexão a respeito do modelo educativo e das relações entre democracia e educação, já é possível identificar sua crítica com relação à educação compulsória, ou seja, para ele a educação “[...] deve significar uma libertação e não uma compulsão” (TEIXEIRA, 2006a, p. 34).

Desse modo, Anísio Teixeira já se identifica com as experiências do *Self-government*, que conferem autonomia aos municípios com relação à gestão da educação, vendo essa organização como possibilidade para assumir uma perspectiva que pudesse conceber a educação dentro de uma visão ampliada de democracia, em combate à tradição privatista e mandonista que formou e constituiu a sociedade brasileira.

De acordo com as interpretações de Lovisolo (1989, p. 31) sobre Anísio Teixeira, para o educador, “[...] a revolução pedagógica é a mudança nos modos de pensar e agir em correspondência com o mundo”. Por essa via, Anísio Teixeira definiu a sociedade democrática em permanente mudança e num estado de constante reconstrução, o que leva tanto a sociedade como a escola a manter o espírito de inquérito.

Nesse sentido, a democracia foi um horizonte trilhado por Anísio Teixeira para consolidação de uma educação mais justa. Em seu *livro Pequena introdução à Filosofia da Educação: a escola progressista ou a transformação da escola*, de 1934, retrata um contexto de reconstrução educacional fundamentado no ideal de uma escola progressista de modo que: “[...] não existe sociedade. Existe um processo de sociedade. Não existe educação. Existe um processo de educação” (TEIXEIRA, 2007b, p. 87).

O contexto que insurgiu entre as décadas de 1920 e 1930 não foi conjugado de um consenso com relação à adoção de perspectivas descentralizadoras no âmbito educacional. Alguns pensadores, como ¹⁹Alberto Torres, Oliveira Vianna, Cândido Mota Filho, Francisco Campos, assumiam uma atitude conservadora que reforçava a posição de um Estado forte, autoritário, em que a centralização fosse o ponto central para a defesa de intenções políticas que traziam, como pano de fundo, o fortalecimento estatal sobre o princípio de mercado, que já se fazia em declínio diante da crise do liberalismo, caracterizando um momento de transição política e que serviu de apoio para a constituição do Estado Novo, consolidado no governo de Getúlio Vargas.

Em contrapartida, o pensamento de Anísio Teixeira trazia, em suas bases, as ideias de democracia, liberdade e autonomia e não via a existência de um Estado forte como garantia desse processo, uma vez que assumia uma perspectiva federalista, em que os Estado e municípios pudessem consolidar graus de autonomia, em meio às mudanças no campo socioeducacional.

Em entrevista concedida em 1933 ao jornal *A Nação*, Anísio Teixeira fala sobre as alternativas diante dos problemas brasileiros, destacando a necessidade da organização de um sistema de educação livre e gratuito, que não se restringisse à mera alfabetização ou à educação dos três “R” (ler, contar e escrever), mas que favorecesse a uma formação econômica e social que pudesse consolidar os processos de democratização da educação em todos os níveis de ensino (TEIXEIRA, 2007d, p. 245).

¹⁹ **Alberto Francisco Torres** 1912-1998, foi uma figura de influência no cenário político. Foi jornalista, professor de Direito e assumiu sucessivamente o cargo de deputado estadual no Estado do Rio de Janeiro. Fundou, em 1932, a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, tendo como principal objetivo a discussão dos problemas nacionais à luz do seu pensamento; **Francisco Luís da Silva Campos**, 1891-1968, teve importante influência no cenário político e educacional, investiu contra o Estado liberal e as instituições democrático-liberais. Em sua trajetória política, alcança maior destaque na década de 1930, quando assume a pasta da Educação e Saúde, tomando como foco as reformas no campo universitário. A faceta modernizadora do seu pensamento constituiu uma das vertentes ideológicas da formação da “tecnocracia” brasileira; **Francisco José de Oliveira Viana**, 1883-1951, foi professor, integrou a comissão técnica do Ministério do Trabalho em 1932, produziu vasta obra bibliográfica, com quase 20 livros publicados nos campos de Sociologia, Ciência Política, Direito Social e Trabalhista, Etnologia Brasileira e História do Brasil. Afirmava que fragilidade das instituições políticas brasileiras seria resultante do divórcio existente entre o Brasil real e o Brasil legal, enaltecendo em sua obra o Estado Novo de Getúlio Vargas; **Cândido Mota Filho**, 1897-1977, combinou a carreira política com a atividade jornalística crítica literária fundou o grupo Bandeira, cujo pensamento valorizava um governo forte, baseado nas tradições nacionais, na disciplina e na hierarquia social (ARQUIVO CPDOC, ACERVO BIBLIOGRÁFICO, 2011).

Dessa forma, podemos perceber que a visão de Anísio Teixeira, com relação à educação, cria novos modos de conceber o Sistema Educacional e a educação do povo. Segundo Nunes (1992, p. 70), Anísio Teixeira assumia uma forma muito singular em frente aos desafios colocados em sua prática política. Assim, considerou que:

Anísio Teixeira participou da mentalidade da sua época [...] ao lidar com a heterogeneidade das classes populares [...] não o fez, como alguns de seus colaboradores, de forma a identificar a heterogeneidade como carência de atributos intrínsecos do sujeito pobre. Ele deslocou a carência do indivíduo para a omissão dos governos na direção da reconstrução das condições sociais e escolares.

Assim Anísio Teixeira, ao discutir a necessidade de uma nova política educacional, em seu livro *Educação não é privilégio*, de 1957, define:

A descentralização educacional que assim propugnamos não representa apenas medida técnica que está, dia a dia, mais a se impor, por uma série de motivos de ordem prática, mas também um ato político de confiança na nação e de efetivação do princípio democrático de divisão do poder, a impedir os estrangulamentos da centralização e dificultar a concentração de força que nos poderia levar a regimes totalitários (TEIXEIRA, 2007f, p. 69).

Essa afirmação nos fala de um projeto de nação e de uma reforma educativa que se articulavam a uma reforma política ampliando, assim, os processos educacionais e o fortalecimento da democracia no País.

Dentre as obras de Anísio Teixeira, podemos destacar a que mais aprofunda as questões que envolveram o debate sobre a centralização e a descentralização nas políticas educacionais: *A educação e a crise brasileira*, de 1956. É interessante observar que esse livro representa um novo contexto vivenciado por Anísio Teixeira, expressado por mudanças significativas no mundo pós-guerra, e no Brasil com relação à própria constituição do Estado brasileiro e dos processos sociais e econômicos. O Brasil vivia um momento fértil, em que foi possível visualizar, mais uma vez, a reorganização da democracia e o processo de reconstrução do País evidenciados na Constituição Federal de 1946, bem como o reconhecimento do Estado na articulação das políticas e o fortalecimento, nas décadas seguintes, de um modelo nacional desenvolvimentista na orientação política e econômica do Brasil, diferente do enfoque autoritário e centralizador das décadas anteriores.

Nesse contexto, falamos de um Anísio Teixeira que havia passado pelo afastamento da vida pública, por não compactuar com o pensamento que fortaleceu a constituição do Estado Novo. Do seu afastamento ao seu retorno à vida pública, foram muitos percalços, mas foi fora do País, quando assumiu o cargo de conselheiro da Unesco, em 1946, que Anísio Teixeira construiu a ponte para retornar ao Brasil e continuar a sua obra e trajetória na educação brasileira.

Em seu livro *Educação e a crise brasileira*, de 1956, Anísio Teixeira apresenta uma análise sobre a realidade educacional e aprofunda a discussão em torno da descentralização e da centralização. Essa produção destaca o Brasil após o Estado Novo e aponta um possível caminho para a redemocratização do País com a Constituição Federal de 1946 e a tramitação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação que, apesar do descaso do Legislativo em aprovar o projeto, perdurando por um longo processo para sua efetivação, era uma realização importante para a educação brasileira quanto à definição de diretrizes para a educação.

Nesse contexto, Anísio Teixeira não só marcava o seu retorno aos quadros federais e ao contexto educacional do Brasil, mas também concretizou feitos importantes, a exemplo da experiência de educação integral nas escolas Parques no Centro Carneiro Ribeiro na Bahia e teve a oportunidade de ampliar a divulgação de suas ideias e formulações à frente da Capes, do Inep e do CBPE. Esses caminhos conduziram Anísio Teixeira à persistência na busca pela reconstrução educacional, a qual evidenciou fortemente em seus escritos e relatos:

Bahia, 18 de Maio de 1951.

Meu caro Fernando:

[...] Depois do telegrama da União Paulista de Educação, recebi carta muito interessante do prof. Carranca para ir a Santos acompanhá-lo, com uma palestra ou coisa que o valha, em seu movimento de análise e avaliação do ensino secundário no País. Escrevi-lhe, escusando-me, porque não creio nesses movimentos esparsos e parciais. **Chegamos a um ponto em que urge um balanço rigoroso da situação educacional, para se planejar a sua reconstrução.**

Não se pode negar que de 32 para cá houve certo progresso na área de consenso de opinião e também, talvez, na compreensão da dificuldade de

reformular educação, mas ao mesmo tempo, e, quiçá como consequência, uma visível hesitação senão inibição diante da tarefa a realizar. Como o importante é muito difícil, tocou-se a fazer o acessório, o não- importante, o apenas extraordinário, deixando-se o trabalho de base para ... quando possível. Ora, isto é tudo que há de mais perigoso. **Cada vez será mais difícil a reconstrução, se perdemos assim de vista os problemas fundamentais.** No ensino secundário, a expansão continua sem a menor segurança nas peças estruturais desse ensino, sobretudo no que diz respeito ao professorado e pessoal técnico. No ensino superior, a recente federalização de universidades foi a oficialização definitiva da expansão sem plano de ensino. No ensino primário, continuamos o processo de regressão, com a expansão de escolas e redução de conteúdo. Em meio a tudo isto, o ensino supletivo entra a crescer, como remédio, talvez, mas também sem conteúdo nem qualidade.

Acho, que nunca estivemos tão mal. O movimento agora deveria ser algo menos doutrinário que em 1932 e mais concreto, mais na ordem do levantamento da situação e planejamento do desenvolvimento educacional do País [...]

E até breve meu caro Fernando [...] Cp.- Cx. 32, 45 (VIDAL, 2000, p. 67, grifo nosso).

A análise feita por Anísio Teixeira nessa carta nos revela as inquietações e os desafios que estavam colocados para a organização educacional no Brasil e a necessidade de retomar posicionamentos e encaminhar orientações mais concretas para a reconstrução educacional. Como ele mesmo situa em seu livro *Educação e a crise brasileira*, de 1956, a sua produção era uma “crítica da ação”, envolvendo uma reflexão sobre a realidade educacional, que pudesse chamar a atenção para a consciência pública e profissional (TEIXEIRA, 2005e, p. 50).

Nesse percurso de análise, Anísio Teixeira aborda uma discussão em torno da complexidade que envolve a questão da unidade nacional que prefere chamar de coesão ou integração nacional, ressaltando que esse é um debate político, pois, ao pensar em unidade, não estamos traduzindo em homogeneização: o conceito de unidade envolve um conjunto de forças diversas, tendo como condição para a unidade nacional a diversificação.

Assim, Anísio Teixeira chamou a atenção para os equívocos com relação à unidade nacional e fomentou a sua crítica quanto ao excesso de centralização como um perigo para a unidade nacional.

Os exageros centralizadores, antifederalistas é que poderão enfraquecer o sentido dinâmico da unidade nacional, criando uma situação antes de submissão e apatia, de indiferença e letargia do que aceitação ativa, de participação, e de cooperação no progresso nacional (TEIXEIRA, 2005e, p. 75).

Esse debate incluiu posicionamentos diversos entre unitaristas e federalistas, inclusive movimentos e pressões localizados dentro e fora do governo, definindo interesses e posições que tomavam a centralização como instrumento de controle e limitação aos processos democráticos e a descentralização como possibilidade de ampliação dos espaços democráticos. Para Anísio Teixeira (2005e, p. 83), “[...] a centralização, afinal, não é uma política cultural nem educacional, mas uma política de poder, de grupos ou camadas sociais absorventes”.

Segundo Hermes Lima (1978), Anísio Teixeira defendeu uma descentralização fundamentada na integração dos processos de escolarização. Buscava a consolidação da autonomia, realizada no exercício de uma gestão compartilhada entre os governos, identificando a necessidade de modificar os processos de fiscalização e os dilemas da expansão desordenada do ensino.

Com isso Anísio Teixeira critica a desarticulação dos poderes governamentais, que tornou o processo fragmentado e com consequências para a organização educacional. Em sua proposição, indicou a organização de um plano unificado de ação, em que os três poderes pudessem, numa ação coordenada, unir seus recursos para o desenvolvimento das escolas.

Em suas análises com relação aos padrões escolares no Brasil, estabeleceu uma distinção entre os padrões escolares “legais” e os “reais”, afirmando que as bases legais trouxeram o ideal da uniformidade que não contemplaria as condições reais da escola. Nesse sentido:

Essa nova escola, viva real, veraz ou autêntica, feita sob figurino concreto do seu próprio meio social e não do figurino artificial, preconcebido e abstrato da Lei, será então aquela agência ou instituição de [...] integração e renovação da cultura brasileira (TEIXEIRA, 2005e, p. 140).

Nesse percurso, há que se considerar as interrupções e desvios do processo democrático caracterizado por Anísio Teixeira pela reconfiguração do Estado, com a

unificação e imposição de governos, resultando em processos centralizados e uniformes que, segundo ele, assumiram posições antidemocráticas e com consequências para a educação nacional (TEIXEIRA, 2005e).

O contexto de racionalização que compôs o Estado Novo projetou-se em todos os serviços públicos em relação à organização administrativa, uniformizando os serviços públicos com a criação dos Departamentos de Administração do Serviço Público (Dasp) e os Departamentos de Serviços Públicos Estaduais e Municipais (DSP). Essa organização assumiu um caráter centralizado e de ineficiência dos serviços públicos. O mesmo ocorreu com relação ao funcionalismo público, pois foram criados estatutos e quadros únicos, o que provocou a destruição das repartições e a desintegração total das especificidades entre professores, administrativos e técnicos.

Essa perspectiva marcou a uniformização e a burocratização no campo educacional, uma vez que “[...] as secretarias, como ministérios passaram a depender desses órgãos centrais”, ficando sobre o controle desses departamentos centrais que já tinham difusão em todos os âmbitos, federais, estaduais e municipais (TEIXEIRA, 2005e, p. 179).

Em uma análise geral dos impactos dessa política na administração pública brasileira e na educação, Anísio Teixeira (2005e, p. 187) destacou:

A educação e a escola [...] são vítimas, assim: 1) da organização monolítica do Estado, que não reconheceu que os serviços de educação precisavam de organização própria e autônoma; 2) da conseqüente centralização, nos serviços comuns do Estado, do seu pessoal e, em parte, pelo menos, do seu material; 3) da concepção errônea de que o próprio processo educativo podia ser objeto de estrito controle legal; 4) de sua conseqüente organização em serviço de controle e fiscalização legalísticos, centralizado e mecanizado como qualquer outro serviço fiscal do Estado; 5) de uma concepção de 'ciência da administração', como algo de autônomo e geral, que se pode aplicar a todos os campos, constituindo-se, por isso, o administrador em um especialista em tudo, capaz de organizar seja lá o que lhe der na telha organizar, resultando daí um tipo de organização divorciado do verdadeiro conhecimento do conteúdo da administração, com a hipertrofia inevitável de meios e processos puramente formais e, na realidade, formalísticos, que desatendem e desprezam os fins.

Assim, o caráter de autonomia do sistema é totalmente restringido ao controle e a racionalização dos serviços, tornando as escolas espaços mecanizados sem

nenhuma singularidade.

Transformou-se a educação em uma atividade estritamente controlada por leis e regulamentos e o Ministério de Educação e as secretarias em órgãos de registro, fiscalização e controle formal do cumprimento de leis e regulamentos. A função desses órgãos é a de dizer se a educação é legal ou ilegal (TEIXEIRA, 2005e, p. 181).

É interessante perceber que as reconfigurações assumidas pelo Estado brasileiro definem claramente a orientação educacional no País. A crítica de Anísio Teixeira destacou a necessidade de superar esse modelo centralizado de administração formal para constituir organizações autônomas em que as escolas pudessem exercer essa independência.

Nesse sentido, podemos resgatar um de seus artigos: *A educação que nos convém*, que compõe o livro *A educação e a crise brasileira*. Esse texto oferece uma visão contextualizada de como se constituiu a educação nos países desenvolvidos e no Brasil, afirmando que:

As contradições entre estas novas necessidades educativas e o velho conceito mítico e absoluto da escola bem-em-si-mesmo e que está a levar o Brasil a atual conjuntura educacional, de diluição e inorganicidade progressiva de suas escolas [...] estamos a enganá-los, a uns e outros, com a ampliação puramente de oportunidade educativas, multiplicando os turnos de escolas que chegamos a ter organizadas e que assim ficam desorganizadas, e improvisando escolas sem as condições imprescindíveis para o seu funcionamento e, portanto, intrinsecamente desorganizadas (TEIXEIRA, 2005e, p. 208).

Desse modo, a educação que nos convém não é a educação do mínimo como suficiente. Em nosso percurso histórico, acumulamos lacunas no processo educacional em que a descentralização e a autonomia se constituíram desafios para a democracia e para a implantação do regime federativo no País, efetivando um processo de fragmentação com relação ao reconhecimento nacional da educação brasileira como Sistema.

Nesse bojo, observamos que a “[...] tensão entre centralização e descentralização e a forma de colaboração ou relacionamento entre a União e os demais entes federados é fundamental para compreender-se a política educacional” (OLIVEIRA; SOUSA, 2010, p.14). Assim, com a organização e a história patrimonialista do Brasil,

os interesses desses poderes atravessaram o plano federal e a estrutura educacional brasileira.

As análises realizadas por Anísio Teixeira destacam, em sua visão, as relações entre o papel do Estado e da democracia em frente a essa tendência totalitária.

Em relação ao Estado, os remédios democráticos são os da difusão e distribuição do poder por organizações distritais, municipais, provinciais nacionais ou federais, em ordens sucessivas de atribuições, autônomas, de modo que a centralização total se acaso inevitável fique reduzida [...] a democracia recomenda um pluralismo institucional, que impeça toda a centralização perniciosa ao princípio fundamental de respeito da organização pela pessoa humana [...] e a pluralização competitiva das organizações [...] a democracia luta contra a tendência totalitária na utilização dos novos meios de controle e produção obtidos pelos progressos técnicos modernos (TEIXEIRA, 2011, p. 131).

Nesse percurso de avanços e recuos para a organização nacional da educação, impôs-se o desafio para a consolidação do princípio da autonomia, reforçando uma descentralização pelo reverso que, ao longo da história, foi marcada por um caráter centralizador, permanente em nossa atualidade e tem assumido várias reconfigurações no sistema educativo, articuladas ao sistema político e produtivo.

Contudo, Anísio Teixeira explicita a sua recusa com relação aos excessos centralizadores, registrando a sua incompatibilidade com o modelo federativo e o definindo como uma “congestão cerebral”. Percebe-se, assim, que a ação de Anísio Teixeira toma a educação como projeto político e a ideia de um sistema educativo descentralizado emerge pela necessidade de romper com uma visão mística da educação para o amadurecimento das demandas educacionais que possam assegurar a qualidade da escola pública.

Dentre os aspectos que envolvem a tensão entre centralização e descentralização, podemos destacar a questão da unidade nacional que, na visão de Anísio Teixeira, significaria “[...] educação e diversificação nacional, identificando que a diversificação é a condição de florescimento das culturas, e a uniformidade, a condição de sua morte e petrificação” (TEIXEIRA, 1999, p. 398).

Nesse sentido, a descentralização assume expressão política para a realização de um governo democrático e federativo. Com isso, a discussão em torno da questão

educacional não se define em si mesma, mas envolve um processo de correlação de forças que estão difundidas nas bases que estruturam a sociedade.

Desse modo, Anísio Teixeira não assume um posicionamento polarizado entre a centralização e a descentralização com relação ao projeto educacional. Sua crítica foi feita em função das imposições e dos exageros causados, que impediam a consolidação de um regime democrático, que pudesse promover uma articulação federativa em que a descentralização fosse elemento constitutivo das políticas educacionais, contrapondo-se às uniformidades e aos formalismos.

A descentralização, pois, – insisto e friso – é uma condição de governo democrático e federativo. Não é uma tese educacional, mas uma tese política, parecendo ser impossível não reconhecê-la como ponto incontrovertido, de letra e de doutrina, da constituição que estabelece, além do mais, a federação dos Estados e a autonomia dos municípios [...]. A União deve legislar até onde a decisão, na órbita federal, não venha a interferir com o direito legítimo dos demais governos de auscultar as suas próprias possibilidades e as suas próprias opiniões públicas. Não existe, pois, entre centralizadores e descentralizadores uma divergência propriamente de programa educacional. A escola brasileira poderá ser, teoricamente, como regime descentralizado, a mesma escola do regime centralizado. Poderá ser expressão de uma política indiferente quanto às mudanças sociais, de uma política conservadora ou de uma política renovadora. A diferença única entre as duas posições é a de espírito anti-democrático ou democrático, anti-federalista ou federalista. E a democracia é a Constituição. E a federação também não se discute, em face da mesma lei magna, inclusive no que prescreve quanto à educação (TEIXEIRA, 2005e, p. 78).

Contudo, faz-se necessário retomar nossas análises para a marcha que estamos trilhando, resgatando os questionamentos lançados por Anísio Teixeira em suas problematizações, que revelaram a forte tendência do Sistema Educacional em reproduzir a educação dominante. Sendo assim, é preciso questionar: quem conduz a marcha? A quem se destina a educação com que propósito e em que velocidade a faz marchar? (TEIXEIRA, 2006).

Diante desses questionamentos, a descentralização defendida por Anísio Teixeira ultrapassava a formalização de uma organização política, mas se vinculava à efetivação da democracia, na sociedade e na educação. As relações entre o processo democrático e a educação incluem movimentos de transformação. Com isso:

Os processos democráticos de educação requerem, assim, antes de tudo, a transformação da escola em uma instituição educativa onde existam condições reais para as experiências formadoras. A escola somente de informação de informação e de disciplina imposta, como a dos quartéis, pode adestrar e ensinar, mas não educa. Nesta escola, a democracia, se houver, será a dos corredores, do recreio, dos intervalos de aula, [...] mas não basta a transformação da escola. É necessário que professores, diretores e toda administração escolar aceitem o princípio democrático [...]. A educação não pode existir sem a educação para todos e cada um (TEIXEIRA, 2006i, p. 267-269).

Assim, pensar a educação tendo como princípio a democracia não se limita a reproduzir o caráter restritivo das orientações verticalizadas. Como afirmou Bobbio (2009, p. 49), “[...] a democracia tem a demanda fácil e a resposta difícil”. Desse modo, é preciso reconhecer que o aprofundamento e as leituras que fazemos das contradições, das tensões e dos limites que integram o campo educacional nos aproximam dos possíveis caminhos. Se considerarmos esse um processo dinâmico e que se constitui em um estado de transformação, teremos, como ponto de partida, muito mais as perguntas que fazemos dessa realidade, ou seja, a resposta compõe uma tarefa difícil porque não se define como um único modelo, mas emerge na complexidade do processo educativo.

Na avaliação feita por Anísio Teixeira, a organização da educação nacional incluiria uma reforma radical nas leis e na organização do ensino brasileiro. Para ele, seria necessário assegurar condições para a distribuição das responsabilidades educativas entre os entes federados, criar formas para a redução da divisão colocada entre os níveis de ensino primário, secundário e superior para promover a continuidade do Sistema Educacional, fixando uma organização que qualificasse a estrutura do ensino, dos processos, dos métodos educacionais e das condições de trabalho do professor. Nesse processo, previa a mobilização de recursos financeiros para a educação pela via da cooperação, na qual sugeriu a criação de fundos de educação, administrados por conselhos com autonomia financeira e técnica (TEIXEIRA, 2005). Esses elementos fundamentam sua visão com referência à constituição do SNE e à definição de competências entre os Três Poderes, federal, estadual e municipal, buscando a organização e a articulação das políticas educacionais, tendo em vista que:

Com essa divisão de atribuições, ter-se-iam criado no País as condições pelas quais, sem duplicação, as três ordens governamentais se

empenhariam a fundo, cooperativa e inter-relacionadamente, na manutenção do autêntico sistema escolar nacional, geral e público, para a infância e juventude brasileira, que possuiria, no seu próprio jogo de poderes e de controles, os elementos para seu indefinido progresso (TEIXEIRA, 2005e, p. 110).

Dessa forma, as tensões destacadas no âmbito das políticas educacionais compõem barreiras para a construção de um SNE e vêm, ao longo desses anos, constituindo limites à consolidação da educação pública quanto aos aspectos econômicos, políticos, legais e ideológicos.

Podemos dizer que as proposições de Anísio Teixeira nos reafirmam que os rumos da educação se definem na escolha de um projeto político, em que exercitar a capacidade de diálogo com as múltiplas posições não significa reproduzir ou compactuar com os impasses e controvérsias que emergem para a organização do SNE.

4 CONSTITUIÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NACIONAL: ARGUMENTOS E PROPOSTAS EM ANÍSIO TEIXEIRA

No capítulo anterior, buscamos acentuar como as tensões que se fazem presentes na política educacional se constituíram em verdadeiros limites ao longo da História para a constituição do SNE. Ressaltamos que as formulações e críticas de Anísio Teixeira, diante dessas questões, estiveram no centro do processo educacional e vêm se reconfigurando, tomando novos sentidos e criando novas tensões.

Sendo assim, observar o modo como Anísio Teixeira abordou as relações entre quantidade e qualidade, público e privado e descentralização e centralização nos permite ampliar a visão da organização do Sistema dentro do contexto de sua época e tomar as análises como fomento para as questões atuais

Neste capítulo, pretendemos focar as proposições e argumentos de Anísio Teixeira com relação à constituição do Sistema de Educação, destacar em que medida esse Sistema de educação se fazia importante para ele e em que bases sustentava suas análises e considerações com relação à organização da educação brasileira.

É interessante ressaltar que a trajetória de Anísio Teixeira evidenciou forte relação e interesse com a organização da educação nacional. As experiências que teve no Brasil, na ocupação de cargos públicos e das vivências que acumulou fora do País, como estudante, professor, conselheiro de organismos internacionais, trouxeram-lhe uma visão ampliada da realidade constituída a partir das redes de relações que acumulou ao longo de sua vida e que lhe permitiram interrogar as suas próprias convicções, mudando e questionando os limites das conformações legitimadas.

Acreditamos que suas viagens à Europa e aos EUA, na década de 1920, foram, para Anísio Teixeira, uma abertura ao novo e à compreensão do funcionamento e organização do Sistema Educacional de um país. Essa perspectiva trouxe para ele expectativas para a realidade educacional no Brasil.

Sigo para a América com o espírito de um estudante. Renovo as minhas disposições de curiosidade, de entusiasmo pelo novo e pelo inédito [...]. As viagens terão sempre para mim esse travo sério de um alto exercício espiritual. O desenraizamento penoso de nossos costumes, nossos amigos

e nossas coisas de nossa terra [...]. Há sempre necessidade de uma pequenina coragem para levar avante uma viagem (TEIXEIRA, 2006a, p. 202).

Dessa feita, Anísio Teixeira não imaginava que sua maior viagem seria pelo Sistema Educacional Brasileiro e pela organização da educação nacional. O que, sem dúvida, demandou muita coragem e ousadia de sua parte e expressou, durante a sua trajetória, um espírito de luta, como bem descreve o título do livro de Diana Vidal *Na batalha da educação* (2000).

Identificamos em suas obras várias reflexões sobre a educação brasileira e sua organização e observamos, ao longo de suas produções, um inconformismo diante das lacunas reproduzidas na educação pública do País. Anísio Teixeira buscou afirmar o estado democrático como horizonte possível para a consolidação das instituições e serviços públicos, de modo que não ficasse à deriva das influências imediatistas e das decisões paliativas dos governos.

Devemos procurar dar à educação uma direção que a coloque a salvo das invertidas da politicagem e, conjuntamente, lhe resguarde a independência e a liberdade, para se desenvolver dentro das próprias forças que deve representar [...]. Democracia sem educação e educação sem liberdade são antinomias, em teorias, que desfecham, na prática, em fracassos inevitáveis (TEIXEIRA, 2007d, p. 59).

Esse percurso da educação no Brasil tem configurado um longo caminho de esperas com relação à consolidação dos Sistema Educacional Brasileiro, como avaliou Saviani (2008, p. 119):

É preciso tomar consciência das necessidades situacionais, aprofundar o conhecimento da situação de modo a se poder intervir nela, transformando-a no sentido da promoção do homem. E como não pode haver sistema sem atividade sistematizada, por aí é que se deve começar.

Com efeito, a discussão elaborada por Anísio Teixeira reforçou essa convicção em um discurso de 1947, *Autonomia para a educação*, realizado na Assembleia Constituinte baiana durante a abertura do debate sobre o Capítulo de Educação e Cultura, período em que foi secretário de Educação e Saúde do Estado. Anísio Teixeira analisou a conjuntura do País expondo os limites e apontando algumas perspectivas.

Vamos reproduzir alguns trechos desse discurso como uma crítica da falta de reconhecimento do Brasil como nação e daí a dificuldade em sem organizar uma educação nacional.

[...] Sabemos que somos um país de distâncias físicas, sabemos que temos uma geografia que nos espanta e nos separa em suas imensas distâncias. Mas, o Brasil não é apenas um País de distâncias materiais, o Brasil é um País de distâncias sociais e de distâncias mentais, de distâncias culturais, de distâncias econômicas e de distâncias raciais. E, nas dificuldades que todos sentimos de compreendê-lo, não devemos esquecer este fato [...]. Um certo temor, uma certa incompreensão em relação ao 'povo', nome que pronunciamos sempre como se fosse entre aspas, provém, ao meu ver, da existência destas distâncias. Em virtude delas, **tudo no País fica esgarçado, frágil e tênue [...]. Somos de novo, como na Colônia, como no Império_ não uma Nação**, mas a propriedade de uma oligarquia apenas agora ainda mais absorvente [...]. A ditadura trouxe-nos, talvez, este bem levou certos males nacionais às últimas extremidades, demonstrando com isso tragicamente a necessidade de sua reforma [...]. Que iremos fazer dessa lição e desta oportunidade? [...]. **Como iremos organizar o sistema de educação para todos, que nos salve de nossos vícios e nos crie as condições para a democracia?** [...]. A primeira oportunidade é, pois, de sermos autônomos [...]. A segunda oportunidade é das percentagens instituídas para a educação nacional, para a União, os Estados e município [...]. É de muito importância aquilo que se chama pernosticamente de 'unidade orçamentária' do que os serviços de educação e formação do homem no Brasil [...] evidentemente que o vulto do problema educacional obriga o governo a cuidar dele de modo especial e particular, sob a pena de perder-se o senso de sua importância [...]. A mistura do problema escolar com o problema da polícia, ou da justiça, ou da fazenda, ou da agricultura leva à submersão do problema escolar [...]. A obra de educação entre nós, será sempre uma obra 'extraordinária', em que são necessários esforços excepcionais para levá-la a termo. Não visa ela tão somente a perpetuação de instituições, aspirações e hábitos, mas reformá-los e implantar a nova ordem democrática (TEIXEIRA, 1947, p. 48, grifo nosso).

É interessante observar, na interpretação de Anísio Teixeira, os impasses quanto à organização da educação nacional e verificar como os interesses da elite ainda exercem força no controle da educação, reforçando as desigualdades educativas. Sendo assim, a reflexão de Anísio Teixeira apontou uma discussão fundante na constituição do SNE e que refletiu numa questão política e financeira.

Assim, o legado que nos acompanha ainda carrega a secundarização da educação. Instituímos a República, assumimos um regime federativo e reconhecemos como princípio-base a democracia, mas muitos limites imperam para o seu alcance. Segundo Bobbio (2000, p. 32):

[...] Para uma definição mínima de democracia, [...] não bastam nem a atribuição a um elevado número de cidadãos do direito de participar direta

ou indiretamente da tomada de decisões coletivas, nem da existência de regras de procedimento como a da maioria (ou, no limite, da unanimidade). É indispensável uma terceira condição: é preciso que aqueles que são chamados para decidir ou eleger os que deverão decidir sejam colocados diante de alternativas reais e postos em condições de poder escolher entre uma e outra.

Essa percepção requer a integração do “povo” com seu governo, o reconhecimento do espaço público e a superação dos formalismos vivenciados na administração brasileira.

Em suas formulações, Anísio Teixeira buscou sempre lançar o seu olhar para a conjuntura nacional, situando as condições objetivas e o percurso histórico constituído. Reconheceu, em seus escritos, a necessidade de criação de um Sistema Educacional para todo o País. Assim:

Tal esforço disciplinador só poderá ser conseguido se as Três orbitas do governo da República harmonizarem os seus poderes e os seus recursos nesse grande empreendimento comum, que é o desenvolvimento de suas instituições escolares. Presentemente, as atribuições dos poderes da República municipal, estadual e federal se duplicam ou se fragmentam e os seus recursos se mantêm totalmente independentes uns dos outros, nas iniciativas que toma cada um deles (TEIXEIRA, 2005e, p. 136).

Postos assim, os argumentos de Anísio Teixeira indicaram a importância de um regime de responsabilidades que pudesse distribuir de modo mais equânime os recursos para o desenvolvimento integrado do Sistema Educativo. É interessante observar que essa posição consiste num dos nossos maiores desafios na consolidação do SNE, que é a concretização de um regime de colaboração no País.

Desse modo, de acordo com a interpretação de João Batista Oliveira (1998, p. 24), ao analisar a década de 1990, evidenciou essa lacuna:

No caso da educação básica, temos uma torre de Babel, protegida sobre o conceito politicamente conveniente de regime de colaboração. Segundo esse conceito, as três instâncias da Federação podem operar (ou não) redes de ensino; podem financiar (ou não) a educação; e podem escolher onde desejam (ou não) atuar. Resultado: não existe uma instância do poder público que seja responsável (e responsabilizável) pela oferta (ou não) de ensino fundamental aos munícipes. Cada instância faz o que pode e o que quer, supostamente em regime de colaboração.

Esses apontamentos nos permitem refletir sobre as fragilidades do Sistema

Educacional e da real necessidade de construção de um movimento de “contramarcha”, sinalizado por Anísio Teixeira como possibilidade de mobilizar uma orientação que tome a educação como aspecto fundamental para o desenvolvimento da sociedade e do seu próprio reconhecimento.

Dentre as contribuições destacadas por Anísio Teixeira, com relação ao processo de reconstrução da educação brasileira, esteve a valorização da escola primária e secundária, afirmando a escola primária como prioridade número um para a educação. Nesse sentido:

As iniciativas de Anísio Teixeira indicam que ele buscava uma forma de concretizar a educação popular pelo revigoramento ou até um novo desenvolvimento de formas de cultura e associação, de tradição e solidariedade no cotidiano popular. Essa atitude já encaminhava a superação da visão cristalizada dessas mesmas formas até então predominantes na vida política e na produção científica do País (NUNES, 2007, p. 243).

Desse modo, o pensamento e ação de Anísio Teixeira revelavam o envolvimento do educador no campo educacional. Em uma carta endereçada a Fernando Azevedo, em 1955, em resposta ao convite para dirigir a educação em São Paulo, Anísio Teixeira traduz para o amigo como se identificava com a obra educacional.

Rio de Janeiro, 14 de Fev, 55

Meu caríssimo Fernando: há muito tempo, na vida pública, **meu lema é 'in utrumque paratum', que traduzo – preparado para tudo. Daí**, suportar de ânimo leve o caso do convite para dirigir a educação em S. Paulo.

Felizmente, nunca dei ao convite o aspecto de convite. Fui muito claro ao Sen. Moura Andrade em lhe acentuar, que o receberia como convocação para conversar com o governador de S. Paulo, [...] o que pudesse resultar dessa conversa poderia ser tudo, inclusive o convite de trabalhar com ele e, neste caso, daria ao assunto toda a consideração.

Quando, dois dias depois, recebi a notícia pelo dep. C.. Fernandes, que havia surgido dificuldades, não devendo eu mais ir a S. Paulo, mas, sim aguardar no Rio a sua (dele governador) visita devo-lhe dizer que tirei um peso da alma. Era como se tivesse sido poupado de cair em tentação...

Porque não deixo de confessar que estava sob tentação. Qual outro educador escaparia à sedução de liderar o maior sistema educacional do

país? O nosso governador afastou-se, em tempo, a perigosíssima oportunidade. E cá estou a continuar a minha lida, com a consciência leve e a mesma obstinação de sempre [...]. **Dou-me à educação como se estivesse me entregando à família. Nem sequer tomo consciência de quanto a minha vida hoje é somente essa paixão e essa corvéia** Cp-Cx. 32A,52 (VIDAL, 2000, p. 76-77, grifo nosso).

Essa carta nos remete às redes de relações que envolviam a trajetória de Anísio Teixeira. Mostra como ele se sentia à vontade com a vida pública, evidenciando o seu compromisso com o projeto educacional de maneira que onde estivesse tinha clareza do papel a desempenhar em prol desse objetivo.

Nesse sentido, as produções de Anísio Teixeira estabelecem com o leitor essa relação de engajamento com a educação e com a escola pública, focado no debate sobre a organização de um Sistema de Educação no Brasil. Podemos considerar que a obra em que mais aprofundou e detalhou essa questão foi o livro *Educação é um direito* de 1968.

Segundo a apresentação da reedição escrita por Clarice Nunes (2009, p. 9), esse livro foi publicado pela Companhia Editora Nacional, em 1968, considerado como ano da contestação em que muitas ideias, valores e concepções estavam sendo colocadas em xeque no Brasil e no mundo. O próprio Anísio Teixeira, em nota explicativa de seu texto, justifica suas intenções com a obra:

A atmosfera de despertar democrático em que se encontrava o País comunicava a todos [...] um espírito de tranquila confiança na renovação nacional [...] dessa experiência inovadora à que antecede, como primeira, o exame dos fundamentos democráticos da educação [...]. São estudos que visam formular a teoria democrática a ser incorporada à organização legal e institucional da educação (TEIXEIRA, 2009, p. 25-26).

A discussão feita por Anísio Teixeira localiza a questão educacional como problema público, elucidando argumentos, críticas e proposições para a consolidação de um Sistema Educacional democrático no País. Vale destacar que a primeira parte do livro é composta por sua tese, apresentada em 1958, para concurso à cadeira de Administração Escolar e Educação Comparada da Faculdade Nacional de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Brasil, cujo o título principal foi: *Educação é um direito (Bases para um plano de organização do sistema democrático de educação no Brasil)*.

Assim, na introdução de sua tese, reafirmou a persistência com a temática e as bases que fundamentaram suas reflexões teóricas e práticas.

Costuma-se dizer que, para um autor, pior do que repetir os outros, é repetir-se a si mesmo. Ai de mim que, neste trabalho, nada mais faço do que repetir. Várias outras publicações minhas, embora sob outro ângulo, abordam, com efeito, o mesmo tema [...]. As ideias que as fundamentam nada têm de original. Recebi-as da experiência e do estudo, estudo que seria coroado com o privilégio de seguir, na Columbia University, período áureo do seu Teacher's College, cursos de uma plêiade de professores, entre os quais não posso deixar de citar Kilpatrick, Monroe, Thondike, Kandel, Counts, Cubberley, Alexander, Rugg e, o maior de todos, Jhon Dewey (TEIXEIRA, 1958, p. 1).

Podemos observar que o lugar dado à educação e as variações teóricas foi ponto de partida para as análises de Anísio Teixeira quanto à organização da educação nacional. Com isso ele criticou o liberalismo que incentivava uma educação voltada para a iniciativa individual, reproduzindo um sistema de educação para a elite e limitado às classes populares, constituindo um falso individualismo numa perspectiva baseada no *laissez-faire*, que não condizia como a educação democrática.

Nesse caso, a ideia de um sistema aparece, uma vez que esses modelos não atendiam à sociedade democrática e científica do século XX, pois, em seu entendimento:

A experiência democrática só terá sido feita portanto, quando, além do sistema de educação, se tiverem organizado de pesquisas o sistema de divisão dos conhecimentos. Os três existem, em germe, em nossas democracias ocidentais, mas não se pode dizer que estejam funcionando, em condições verdadeiramente democráticas (TEIXEIRA, 2009, p. 65).

Nessa reflexão, Anísio Teixeira destaca o jogo de interesses entre o público e o privado e a necessidade de formar novos conhecimentos de maneira que a educação não sirva mais de lugar para algumas funções da sociedade, mas para que se efetive como direito de todos.

Nesse processo de luta pela garantia efetiva do direito de todos à educação, sem dúvida, a Constituição de 1934 e a de 1946 reafirmaram essa perspectiva. Em 1946, uma das questões que se destacaram foi a vinculação de recursos para a educação. No entanto, vale ressaltar que, mesmo resgatando alguns princípios da Constituição

de 1934, com relação ao papel da União em legislar “[...] sobre as diretrizes e bases da educação Nacional” (Art. 5º, XV-d), não tivemos muitos avanços na articulação do projeto nacional. Nessa época, o debate em torno da Lei de Diretrizes e Bases ganhou vigor, mas conservou limites no que se refere à divisão de competências, sendo possível contatar que a importância na articulação de um Sistema perdeu o foco.

Observamos que o reconhecimento dado por Anísio Teixeira à Constituição de 1946 revelava a sua expectativa no que diz respeito à redemocratização do País, haja vista as marcas deixadas pelo Estado Novo. Assim, nada mais oportuno que defender um projeto Nacional de Educação.

Em sua experiência como secretário no Estado da Bahia em (1947 a 1950), lançou parte dessas ideias, identificadas por ele como verdadeira expressão democrática afirmada pela Constituição de 1946, uma vez que, “[...] esta ideia foi sugerida no Brasil dezenas e dezenas de vezes e nunca conseguiu vencer. Uma daquelas permanentes brasileiras, o espírito fazendário, sempre impediu a criação de fundos autônomos para a educação” (TEIXEIRA, 1958, p. 18).

Entre os pontos centrais para essa organização, esteve a valorização da escola primária e a ação conjunta da União dos Estados e Municípios. Desse modo:

A escola primária seria, assim federal, pelo cumprimento da diretrizes e bases federais, estadual, pela organização e pelo magistério, cuja formação e licenciamento ficariam atribuídos, privativamente, aos estados, e municipal, pela sua imediata direção e administração, e por tudo isto, nacional- brasileira (TEIXEIRA, 2009, p. 74).

Nesse contexto, Anísio Teixeira defendeu a criação de fundos de educação nacional, fixando as condições gerais de sua aplicação, conforme previsto na Lei, sob a responsabilidade da execução e administração dos Conselhos de Educação, articulados simultaneamente ao poderes da União, dos Estados e Municípios, constituindo uma base solidária de ações integrada à LDB e aos planos de financiamento da educação.

Essa visão buscou reforçar a democratização dos processos de financiamento da educação pública, reafirmando que: “[...] os serviços de educação constituiriam

serviços autônomos, de responsabilidade conjunta [...] superintendidos por conselhos representativos da sociedade de composição leiga” (TEIXEIRA, 2009, p. 100). Por essa via, a escola pública toma como base o princípio da autonomia articulada com a comunidade, numa gestão compartilhada, constituída por órgãos colegiados.

A reflexão focada por Anísio Teixeira concebeu para a organização de um projeto de educação a efetivação de um Estado democrático que se opõe a toda e qualquer deformação política que venha constituir o governo como bem privado, baseado em interesses e acordos partidários que nada acrescentam às necessidades educacionais. Nesse sentido, como afirma Saviani (2010, p. 777-778), “[...] a forma pela qual a sociedade, em seu conjunto, estará cuidando da educação é reforçando seu caráter público e cobrando do Estado a efetiva priorização da educação”.

Um outro fator importante nos remete à valorização dos professores. Anísio Teixeira defendeu a concepção do custo-aluno/ano como elemento de elevação do salário do professor, indicou a necessidade de uma compatibilidade dos recursos orçamentários, visando a uma correlação entre o aumento dos salários e das despesas com o ensino. A partir desse entendimento, definiu que o custo-padrão:

Contribuiriam com efeito as três quotas: a municipal, correspondente ao resultado da divisão dos 20% da sua receita tributária pelas crianças escolarizáveis, em virtude da obrigatoriedade escolar; a estadual, correspondente ao resultado da divisão de 14% de sua receita tributária por esse número de crianças; e a União, correspondente ao que faltasse para completar o total do custo-aluno/ano no serviço do ensino primário (TEIXEIRA, 2009, p. 101).

Com isso, podemos destacar questões centrais na produção de Anísio Teixeira quanto à constituição de um SNE, considerando a complexidade que envolve a escolha por um processo federativo, no que tange à distribuição de responsabilidades entre os entes federados e às disputas alocadas entre os poderes públicos: União, Estados e Municípios.

É interessante ressaltar que o processo de construção do regime federativo apresentou no Brasil variações no processo histórico e se caracterizou em seu processo de formulação de modo centrífugo, numa visão fragmentada das relações entre os entes federados. Consideramos que:

O federalismo é uma forma de organização territorial do Estado e, como tal, tem enorme impacto na organização dos governos e na maneira como eles respondem aos cidadãos. Isso porque o processo de decisão e sua base de legitimação são distintos do outro modelo clássico de nação, o Estado unitário (ABRUCIO, 2010, p. 41).

Desse modo, para Anísio Teixeira, a consolidação de um regime federativo e a constituição de um SNE compreendem um empreendimento de educação comum, articulado à ação da União, dos Estados e Municípios, o que, em nossa dinâmica atual, se impõe como um desafio, conforme a afirmação de Araujo (2005, p. 5):

[...] Estamos distantes de assegurar o princípio de igualdade de oportunidades inerente ao direito à educação, tendo em vista a definição de um regime de colaboração que dissocia os mecanismos de partilha dos recursos tributários e as desigualdades de capacidade orçamentária e de acesso a bens e serviços dos governos subnacionais que compõem a heterogênea e descentralizada federação brasileira.

Assim, a definição de um Sistema Educacional, na visão de Anísio Teixeira, constitui-se em:

[...] Uma organização múltipla, mas singela, para o seu desempenho, organização em forças locais regionais e o espírito nacional mutualmente fecundar-se-iam para a promoção de um sistema educacional múltiplo, diversificado e uno, como convém às proporções continentais do nosso País e à natureza de sua Constituição (TEIXEIRA, 2009, p. 102).

Dessa forma, o projeto educacional revela a educação como direito, tomando, como ponto de partida, o reconhecimento desse processo como interesse público em que a dinâmica que envolve a organização política e a distribuição dos recursos sejam elementos fundamentais para a constituição do Sistema Educacional, reduzindo, assim, as disparidades educacionais e os desequilíbrios federativos concentrados ao longo da constituição da história educacional brasileira.

Cabe reforçar que a efetivação desse sistema uno e diverso implica uma nova sociabilidade política e institucional que venha buscar novos arranjos nas relações que envolvem o federalismo cooperativo e o federalismo fiscal, tendo em vista um equilíbrio federativo na orientação das políticas educativas “[...]. Não se trata de 'optar' por um regime mais ou menos centralizado, mas de buscar efetivar o direito à educação no regime federativo em uma estrutura administrativa democrática” (OLIVEIRA; SOUZA, 2010, p. 287).

Dessa forma, a atuação de Anísio Teixeira compreendeu um campo de esforços para a efetivação de um sistema democrático de educação. Assim, assumir o compromisso de colocar em relevo os nossos desafios, em meio às adversas realidades de nossa atualidade, permite-nos tornar presente a sua obra como indicativo de proposições políticas para a educação brasileira e que ainda hoje se processam.

5 CIRCULAÇÃO E APROPRIAÇÃO DO PENSAMENTO DE ANÍSIO TEIXEIRA QUANTO À CONSTITUIÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Compreender o movimento que representou a produção de Anísio Teixeira no contexto educacional brasileiro é perceber o tempo histórico no qual viveu, em que a educação ocupava uma centralidade nacional, configurando um ambiente em disputa no debate político e social.

Desse modo, as obras de Anísio Teixeira assumiram nesse universo uma posição política, constitutiva de processos de intervenção na estrutura do modelo educacional brasileiro. A circulação de suas ideias evidenciava a defesa de um projeto educacional que se constituiu em meio a um campo de forças internas e externas, de rupturas e permanências vividas por ele ao longo de sua atuação.

Nesse sentido, identificamos, em suas obras, uma multiplicidade de elementos que foram constituídos nas relações com as quais se confrontou, incorporando sentidos às suas ideias a partir dos dissensos estabelecidos. Segundo o depoimento de Távola (2002, p. 182-183), “[...] A discussão, em Anísio, não era forma de chegar à verdade [...]. Anísio possuía regras próprias para a travessura mental da discussão. Por exemplo, detestava que com ele concordasse. Era perda de ponto do antagonista”.

Essa postura certamente o tornou uma figura bastante controversa em seu tempo, uma vez que as ideias defendidas por ele para a reconstrução e a democratização educacional não condiziam com os interesses daqueles que defendiam a educação como privilégio e para além da sua época, como destacou Ghiraldelli (2001, p. 142):

Os últimos anos da década de 1980. Exatamente a década que se seguiu à sua morte. Pois foi nesse período que ele foi descaracterizado [...] roubado em sua verdade [...]. Quando acontece isso, todos perdem. E foi isso que ocorreu: todos nós perdemos. Todos nós, digo, todos de minha geração de pós-graduandos que fomos 'ensinados' a ler Anísio Teixeira como 'escolanovista', 'tecnicista', 'americanista', e pior de que tudo isso 'Liberal'.

Nesse exercício de reconhecer as relações simbólicas que configuraram a trajetória de Anísio Teixeira, a circulação e as apropriações feitas de suas ideias e ações, buscamos tomar a sua leitura como elemento de reflexão para a compreensão de

sua atuação em frente aos problemas educacionais e aos obstáculos e resistências que predominavam no pensamento político-social no País, marcado por posições de clientelismo e mandonismo.

Nessa perspectiva, a circulação das ideias de Anísio Teixeira se constituíram como prática social envolvida por uma correlação de forças que se fizeram presentes na disputa pelo projeto educacional. Isso justifica o estado de prontidão para o combate e o seu espírito de luta, o que define não só a sua singularidade mas também o coletivo do qual fazia parte:

Rio de Janeiro (DF), 23 set.1933

Meu querido Fernando

Em meio as suas atribuições tão sérias de espírito e trabalho, toca-me profundamente o coração que V. Ainda possa trazer o alento e o estímulo ao seu companheiro distante de idealismo e de profissão. As últimas lutas e desgostos deixaram-me tão fadigado [...]. No momento como o que vivemos no serviço público, profundamente refratário à aceitação de normas ou critérios gerais a nossa missão torna-se difícil e sobretudo, suscetível como nunca a erros graves. Não sei, se eu mesmo cheguei a cometer, involuntariamente, algum erro maior, o que é fato, é que vim a desgostar alguns amigos, muito caros, sobretudo um nosso amigo comum, cujo rompimento feriu-me seriamente [...]. Dei, ainda, um passo para uma aproximação, não tendo, entretanto, logrado qualquer sucesso. Não lhe referiria esse incidente, se a nossa intimidade não exigisse essa comunicação até das nossas mágoas, uma vez que nos precisamos fortalecer mutuamente para continuar a tarefa comum. Leve, pois, isso em conta do empenho que faço questão de pôr em que V. Continue, também, ali na direção do Instituto a lutar pela Vitória de nossas ideias de educação. [...] Adeus [...] Cp.-CX. 32, 6 (VIDAL, 2000, p. 20).

Nessa carta, Anísio Teixeira relata as dificuldades vivenciadas em prol da construção de um projeto educacional, momento importante em sua trajetória pública, pois estava na Diretoria de Instrução Pública do Distrito Federal, vivenciando um período de grande questionamento quanto ao lugar da escola pública na constituição do Estado brasileiro. Os rompimentos relatados revelam que, mesmo dentro de um núcleo comum de ideias ao qual pertencia, não havia um consenso. Assim, o espírito de luta de Anísio Teixeira se constitui numa afirmação dos princípios para uma educação democrática. O apoio de Fernando Azevedo era a referência que encontrava para persistir em seus propósitos educativos.

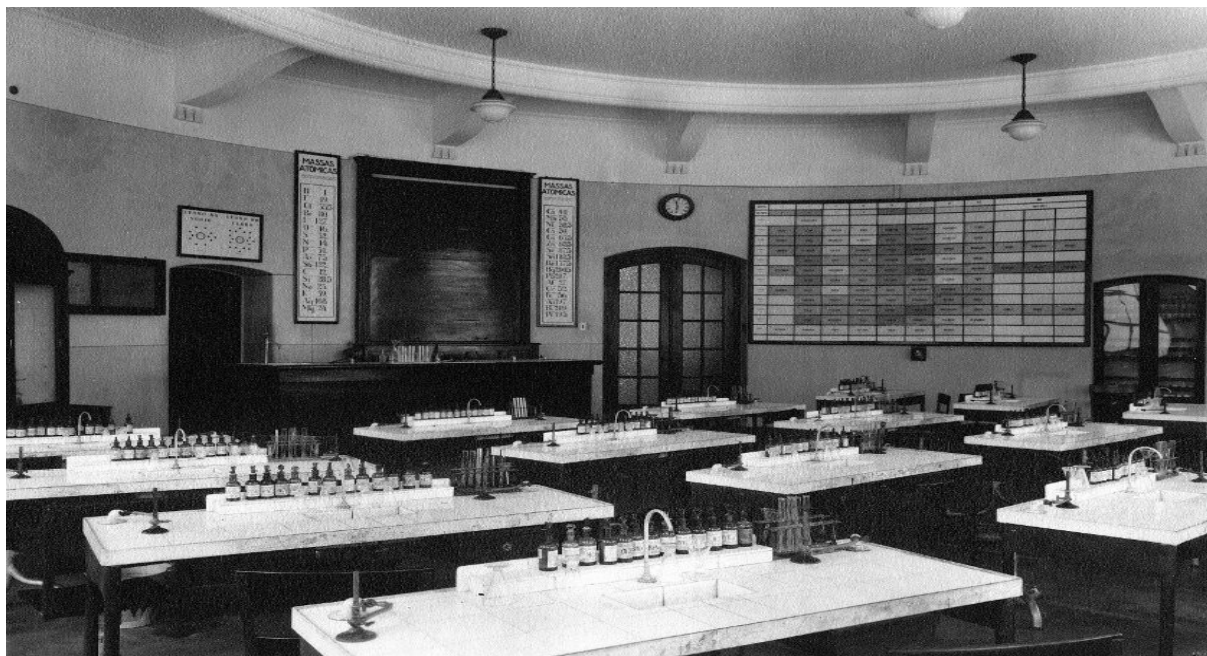
Considerando a extensa obra de Anísio Teixeira, vamos estabelecer, para esta discussão, alguns marcos históricos que se evidenciaram em sua obra e nos dão pistas de como Anísio Teixeira articulou o seu pensamento para a organização de um sistema educacional e de que maneira suas ideias circulavam, criando um movimento de permanência em nossa atualidade em frente à nossa realidade educacional.

Ao longo de sua trajetória, o próprio Anísio Teixeira costumava relacionar a sua vida em ciclos de sete anos, destacando as várias fases que o constituíram como educador e tornou possível a realização, a participação ativa nos debates e na atuação direta no campo educacional.

Em suas experiências, como chefe de instrução, observamos que um elemento-chave na circulação de suas ideias e realizações esteve presente nos relatórios de sua administração. Queremos aqui destacar o relatório de 1934, quando Anísio Teixeira foi chefe de Instrução do Distrito Federal, no Rio de Janeiro, reproduzido quase na íntegra, em seu livro *Educação para a democracia introdução à administração atual* de 1936.

Vale ressaltar que, nesse período da gestão de Anísio Teixeira, momentos importantes marcavam o contexto educacional, como o “Manifesto do Pioneiros”, a Constituição de 1934 e a recém-criação do Ministério da Educação e Saúde. Assim, a educação passa a assumir um lugar de disputa pelas posições e as definições com relação ao rumos educacionais.

Das realizações de Anísio Teixeira no Distrito Federal, podemos destacar a reorganização do sistema do ensino primário à Universidade, com a criação da polêmica Universidade do Distrito Federal, em 1935. A iniciativa trouxe, em sua reforma, a inovação de vários serviços, com a ampliação de matrículas e estruturação de um modelo arquitetônico para as escolas e a transformação da Escola Normal no Instituto de Educação, conforme Figuras 5 e 6.

FIGURA 5 – FACHADA DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO: ASPECTOS EXTERNOS**FIGURA 6 – FACHADA DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO: ASPECTOS INTERNOS**

Fonte - Arquivo CPDOC, 1935?- Série: foto – Fotografias.

Nota: As Figuras 5 e 6 representam aspectos externos e internos do Instituto de Educação. O Instituto representou uma nova ordem pedagógica. A razão que justifica as salas especializadas e os laboratórios era buscar uma semelhança ao mesmo padrão do Colégio Pedro II. Cabe observar que o Instituto desafiava a Lei que instituiu o ensino secundário e que era mantido pela União. Um outro aspecto foi a necessidade de consolidar uma base científica à formação do magistério (LOPES, 2012, p. 12) (ANEXO C).

Dessa maneira, as reformas encampadas por Anísio Teixeira, a partir da década de 1930, revelaram o pensamento e a ação desse educador, que buscou, em sua administração, ampliar a aplicação de uma base técnica com a adoção de novos métodos de administração escolar, refletindo que:

No Brasil, todos esses aspectos de luta entre as duas culturas são apagados ou disfarçados na própria inconsciência orgânica da educação nacional [...] tivemos um sistema escolar paradoxal [...] as crises se reduzem, no Brasil, a controvérsias. Entramos em controvérsias, seguidas de remendos aqui e ali em nossas escolas [...]. Precisamos sair de nossas escolas, com seus problemazinhos de ordem e de moralização, para sentirmos o problema da educação (TEIXEIRA, 2007d, p. 47-48).

Assim, o conjunto de ações realizadas por Anísio Teixeira, na direção da Secretaria de Educação do Distrito Federal, visavam a uma mudança orgânica na educação e buscava a constituição de um sistema integrado da escola primária com a universidade. De acordo com Hermes Lima (1978, p. 120), “[...] da administração de Anísio Teixeira no antigo distrito federal, pode-se afirmar haver constituído lição pioneira nos anais da educação nacional [...] os serviços de sua administração funcionavam, não eram serviços no papel”.

Nesse contexto, Anísio Teixeira constituiu uma organização educacional que se definiu nas experiências que teve ao conhecer o Sistema Educacional Americano e no embasamento das ideias lançadas pelo “Manifesto dos Pioneiros”, de 1932. Observamos que a circulação de suas ideias ocorreu devido a seus atos, evidenciando uma concepção de educação que buscava a realização de um projeto educacional democrático.

O Programa de Construção Escolar, implantado por Anísio Teixeira, foi inspirado pelo modelo de escola *Planton* da cidade de Detroit, que buscava atender às exigências da escola moderna, introduzindo uma estrutura física propícia ao desenvolvimento pedagógico. Para Anísio Teixeira (2007d, p. 195), essas escolas constituíram “[...] focos de irradiação do melhor espírito profissional do mestre moderno, e se tornaram, insensivelmente, centros de estudos da criança carioca e um repositório de experiências verificadas sobre as possibilidades e os recursos dos métodos ensaiados”.

O significado político de dirigir a Secretaria de Educação do Distrito Federal

possibilitou a Anísio Teixeira criar um clima de renovação educacional, contrariando os interesses conservadores. Assim, sua administração no Distrito Federal representou um espaço para a luta educacional travada por ele e pelo grupo o qual apoiava. Em uma carta a Fernando Azevedo escreveu:

[...] Tenho vivido com a preocupação de achar ou criar uma oportunidade. Creio já lhe haver dito que é minha impressão não ser possível travar, no Brasil, a batalha educacional, antes de vencermos a peleja do Distrito Federal. E de tudo temos já feito para isto, sinto constantemente a necessidade de consolidação e amadurecimento da obra ainda muito exposta a acidentes e tempestades (VIDAL, 2000, p. 22).

Observamos, em seus relatos, que a batalha educacional vivida por ele evidenciava a definição e persistência por um projeto educacional. Anos mais tarde, Anísio Teixeira se recordava desse tempo numa entrevista a Odorico Tavares, em 1952, em que destacou o período de luta e embates vividos.

Procurei durante, perto de cinco anos, elevar a educação à categoria de maior problema político brasileiro, dar-lhe base técnica e científica, fazê-la encarnar os ideais da república e da democracia, distribuí-la por todos na sua fase elementar e aos mais capazes nos níveis secundários e superiores e inspirar-lhe o propósito de ser adequada, prática e eficiente, em vez de acadêmica, verbal e abstrata. Esta luta encerrou-se em 1936 com a onda reacionária que, então, submergiu o país. Os nossos insignificantes progressos democráticos pareceram perigosos e um obscurantismo, que se julgaria impossível entre nós, determinou um retorno de 180 graus na roda do leme nacional (TAVARES, 2002, p. 200).

Desse modo, podemos considerar que esses contextos reafirmaram Anísio Teixeira como educador, de forma que a militância que o envolvia tinha como perspectiva a afirmação da educação no plano político na reconstrução e na reorganização do Estado. Sua trajetória foi constituída a partir dos contornos e posições ocupadas em que, mesmo em meio ao recuos, conseguiu manter presente suas ideias traduzindo a singularidade com a qual analisou a educação, ao mesmo tempo em que suas ações e ideias fomentavam uma multiplicidade de reações e interesses em disputa.

5.1 ANÍSIO TEIXEIRA E A OBRA EDUCACIONAL

Os ciclos vividos por Anísio Teixeira revelam, de certa forma, os sentidos e interesses postos em jogo. Seus afastamentos traduzem um inconformismo quanto a esse lugar de regularidades impostas por um regime autoritário, que buscavam estratégias para tirá-lo de cena. Os enunciados pedagógicos e políticos defendidos por Anísio Teixeira sustentam uma permanência na atuação com os problemas educacionais e na organização de um sistema democrático de educação no País.

Assim, o movimento de mudança que constituiu o campo educacional foi, para Anísio Teixeira, oportunidade para a reorganização da educação nacional. Nesse percurso, queremos destacar dois períodos importantes, que retratam a posição direta de Anísio Teixeira na estrutura do sistema educacional, identificados pela elaboração do primeiro Plano Nacional de Educação em 1962 e pela influência nos debates com relação à Reforma Universitária, em 1968. Vale lembrar que os elementos destacados fazem parte de uma conjuntura política em que foram delineados vários contextos e conflitos.

Nesse sentido, após ter deixado a Unesco, em 1947, Anísio Teixeira faz sua escolha e retorna à vida pública como secretário de Educação, Cultura e Saúde do Estado da Bahia, seguido de grandes realizações e da ocupação de posições importantes em órgãos federais de relevância técnica, político-pedagógica e científica.

Em sua gestão no Estado da Bahia, seu foco foi a organização do Sistema Educacional baiano. Um dos destaques de sua ação foi a criação do Centro Carneiro Ribeiro, denominado Escola-Parque, que compunha a ideia de uma escola primária integral com atividades de instrução e educação. Na realidade, para Anísio Teixeira, essa experiência era um ensaio para solucionar o problema da escola primária no Brasil, marcada pela seletividade, simplificação e manutenção das desigualdades.

Em seu discurso de inauguração do primeiro Centro Carneiro Ribeiro, no bairro Liberdade, na Bahia, em 21 de outubro 1950, é possível perceber que o modelo implantado representava para ele um passo de mudança na estrutura do ensino

primário e o reconhecimento de uma escola para todos:

[...] A construção destes grupos obedece a um plano de educação para a cidade da Bahia, em que se visa restaurar a escola primária, cuja a estrutura e cujos objetivos se perderam nas idas e vindas de nossa evolução nacional [...]. Pertenço, não sei se feliz ou infelizmente, ao grupo que acredita poder-se dar remédio eficaz a nossa crise [...]. Se o nosso, o democrático, deve sobreviver, deveremos aparelhá-lo com sistema educativo forte e eficaz que lhe pode dar essa sobrevivência. A inauguração que, hoje, aqui se faz alimenta essa esperança e essa ambição. Bem sei que a ambição é desmedida, mas que medida tem a sobrevivência democrática? (TEIXEIRA, 2007f, p. 174-180).

Desse modo, o Centro Carneiro Ribeiro expressou a reestruturação do ensino público. Mesmo não tendo concretizado a meta de implementar os nove centros, constituiu uma experiência inovadora. A iniciativa também foi alvo de muitas críticas registradas em jornais da época contra o porte desse empreendimento, em contraste com as condições sociais e econômicas vivenciadas pela população.

É interessante considerar que interesses econômicos se fizeram presentes nesse período com a instalação da Petrobras no Recôncavo Baiano, que articulou um novo processo de desenvolvimento em decorrência do declínio da economia cacauêira.

Essa experiência foi uma mostra clara do tipo de escola que Anísio Teixeira acreditava para atender à população brasileira. “[...] Para que a ideia se realize será necessário amadurecer o sentimento de que a justiça social somente será efetiva, num regime livre, com igualdade de oportunidades educativas” (TEIXEIRA, 2007f, p. 173).

Nesse período, Anísio Teixeira também ocupou posições importantes em órgãos federais a exemplo do convite de Ernesto Simões Filho²⁰ para assumir a Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Sua colaboração foi relevante para identificar as demandas e deficiências do ensino superior no Brasil. De acordo com Lima (1978, p. 155), a Capes era:

Instrumento, inédito entre nós, de formação cultural e profissional que até 1961, funcionou como campanha extraordinária do Ministério, administrativamente ligada

²⁰ “Ernesto Simões Filho 1886-1957, formou-se em Direito em 1907 e fundou, em 1912, o jornal “A Tarde”, considerado uma renovação na imprensa baiana. A partir de 1924, seguiu a carreira política. Em 1951, resultado da articulação política de Getúlio Vargas, Simões Filho foi indicado para ocupar a pasta de Educação e Saúde atuando nos debates da LDB e na implantação da Capes” (ARQUIVO CPDOC-VERBETE BIOGRÁFICO, 2011).

ao Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Centrava suas atividades no aperfeiçoamento do pessoal docente e universitário, ao qual se proporcionavam bolsas no país e no estrangeiro, no treinamento em centros de pós-graduação, em projetos, levantamentos, estudos, pesquisas e documentação.

Esses espaços constituíram ferramentas importantes para Anísio Teixeira que se utilizava da publicação de boletins informativos para a divulgação de dados e informações das ações realizadas, explicitando suas análises sobre o ensino no Brasil.

No boletim informativo de novembro de 1957, intitulado *Falsa elite*, Anísio Teixeira discute a evolução do ensino brasileiro, critica a expansão desordenada conformada a uma ineficiência do ensino forjando uma “falsa elite diplomada” (TEIXEIRA, 1957, p.1). Suas análises refletiam o desenho educacional no País, contrapondo as tradições burocráticas e reguladoras que sustentavam um caráter uniformizante e de oportunidades reduzidas.

Cabe registrar que concomitantemente às atividades desenvolvidas na Capes, Anísio Teixeira assumiu a direção do Inep de 1952 até abril de 1964. Esse espaço se configurou em um elo importante na construção de uma base científica para a reconstrução nacional. Anísio Teixeira criou uma nova dinâmica de trabalho com foco para as atividades de estudo e pesquisa, instituiu os Centros de Pesquisas Educacionais (CBPE) com sede no Rio de Janeiro e mais quatro centros localizados em São Paulo, Salvador, Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre. Seu objetivo era o acompanhamento local das condições escolares e dos problemas educacionais, tendo em vista a definição e elaboração de uma política educacional para o País.

É interessante observar que, em seu discurso de posse em frente ao Inep, abordava a situação educacional do País identificando o papel desse Órgão e a dívida do Brasil, quanto à consolidação de um SNE:

[...] Não chegamos nós a criar um sistema comum e sólido de educação popular, e já as contingências de crescimento nos estão a pedir medidas e instituições como as das leis do trabalho urbano e rural que deviam assentar em robusto e consistente sistema de educação pública [...]. Entramos em uma fase de condescendência para com os defeitos nacionais, que raiou pela inconsciência. Confundimos dissolução com expansão [...] o instituto nacional de estudos pedagógicos tem de tentar uma tomada de consciência na marcha da expansão educacional brasileira, examinar o que foi feito e como foi feito, proceder a inquéritos

esclarecedores e experimentar medir a eficiência ou ineficiência de nosso ensino (ARQUIVO- CPDOC/Fundação Getúlio Vargas. Discurso de posse de Anísio Teixeira no Inep, p. 5-14).

É interessante observar que, em seus pronunciamentos, nas posições e cargos que assumiu, Anísio Teixeira destacou uma forma muito particular de partilhar suas ideias, pois sua escrita foi apropriada pela via da crítica e da apreciação. Suas análises se constituíram “[...] sob a pressão das circunstâncias e da ação” (TEIXEIRA, 1958, p. 1). Assim, para Anísio Teixeira, a crença que o sustentava era a reconstrução educacional e a afirmação da democracia como possibilidade de mudança.

5.1.1 Anísio Teixeira e o Plano Nacional de Educação de 1962

A ideia de organização e consolidação de um Plano Nacional de Educação surge com o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, de 1932, que representou um documento memória da educação republicana, proclamando a necessidade de organizar a educação nacional e o seu reconhecimento como função pública, num processo de modernização do País e de forte expressão de luta no campo educacional.

Vale destacar que a ideia de um Plano Nacional de Educação já estava prevista no texto constitucional de 1934. Em seu art.150, afirma: “Compete a União: [...] Fixar o Plano Nacional de Educação, compreensivo do ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados; e coordenar e fiscalizar a sua execução em todo o território do País” (CAMPANHOLE,H.; CAMPANHOLE,A., 1994, p. 668). Houve um esforço no processo de elaboração desse plano, mas foi interrompido pela institucionalização do Estado Novo. Assim, o debate ganhou novas bases de discussão e reconfigurou o seu conteúdo e forma, até sua elaboração final em 1962.

Nesse percurso, o primeiro Plano Nacional de Educação foi concretizado sob a vigência da primeira LBD 4.024/61, proposta como iniciativa do Ministério da Educação e Cultura, aprovada pelo Conselho Federal de Educação (CFE) e teve

como principal objetivo a criação dos fundos nacionais de ensino primário, médio e superior, prevendo a aplicação de 12% da receita da União, o que representou um conjunto de metas quantitativas e qualitativas. Por um período de oito anos, foi um plano de aplicação dos recursos federais.

Cabe observar que essas formulações tiveram o empenho de Anísio Teixeira, então relator do CFE, e ampla divulgação entre os educadores. Exemplo disso foi o primeiro encontro nacional de educadores em Brasília, em 1962, organizado pela ABE e o MEC, com destaque publicado pela revista *O Cruzeiro*, em entrevista com Anísio Teixeira sobre O Plano Nacional de Educação em novembro de 1962, de acordo com a reportagem apresentada na Figura 7.

FIGURA 7 – PARTE INICIAL DA PUBLICAÇÃO DA ENTREVISTA DE ANÍSIO TEIXEIRA À REVISTA “O CRUZEIRO”

A REVOLUÇÃO DO ENSINO

Texto de PAULINA KAZ Fotos de ROBERTO STUCKART



MINISTRO Darcy Ribeiro instala o 1.º Encontro Nacional de Educadores, tendo o Prof. Marcos A. Madeira, da ABE, proferido o discurso inaugural.



O Plano Nacional de Educação, como decorrência da Lei de Diretrizes e Bases, vem interessando a todo o País. A cada época corresponde processo de ensino para uma adaptação constante do indivíduo às novas condições de sua vida social. No entanto, entre nós, o “aparelho de cultura” há muito não funciona. Passam governos e dirigentes, promete-se dar atenção ao problema, mas tudo não passa de debates líricos e de fórmulas vagas. A situação da educação nacional, completamente estranha às suas realidades, agrava-se a cada momento. Homens desta geração alcançaram o amadurecimento necessário para sentir que este estado de coisas não pode continuar, que é preciso agir logo, quebrar as velhas rotinas, revolucionar os espíritos, buscar, enfim, novos rumos para criação e desenvolvimento de um sistema educacional brasileiro organizado e estruturado em bases verdadeiramente sociais e pedagógicas. A campanha imediata por uma educação melhor é a grande obra do atual Governo e atenta para a questão do ensino como o da política que levará o Brasil à aquisição do seu verdadeiro lugar no mundo moderno. O Plano Nacional de Educação foi objeto do 1.º Encontro Nacional de Educadores, em Brasília. Organizado pela Associação Brasileira de Educação, com o apoio do MEC, reuniu mais de uma centena de professores de todos os Estados, que trouxeram, através de debates, a soma de suas experiências para o êxito do Plano.

Fonte: Arquivo CPDOC- AT pi Teixeira, A. 1962.11.00.

Nota: Essa discussão foi publicada no livro *Educação não é privilégio*, 1968, 2ª edição. O título dado à reportagem que segue a entrevista feita com Anísio Teixeira sugere a necessidade de mudança na organização educacional, tendo a concretização do PNE como uma perspectiva para a constituição do Sistema de Educação.

O título dado à reportagem que segue a entrevista feita com Anísio Teixeira sugere a necessidade de mudança na organização educacional, tendo a concretização do PNE como uma perspectiva para a constituição do Sistema de Educação.

A Constituição de 1946 e agora a Lei de Diretrizes e Bases da Educação abriu possibilidades para um esforço conjugado das três ordens do governo – O federal, os municipais e o estaduais e fixou as bases financeiras para levar avante a reconstrução educacional. Graças a isto, o plano elaborado pelo conselho federal de educação pode constituir-se mais que um plano pedagógico ou mesmo um plano administrativo – um plano político de descentralização dos serviços educacionais, a fim de poder inserir-a escola no meio local e daí partir o esforço pela emancipação educacional de sua população (ARQUIVO CPDOC. Entrevista dada à revista o cruzeiro, TEIXEIRA, 1962).

Esse foi um momento político importante, pois o PNE ganha vigor em um período de grande emergência com relação ao ensino brasileiro e à defasagem educacional. Desse modo, Anísio Teixeira, então relator, compreendia a relevância de organizar as bases desse plano para a consolidação de um Sistema Educacional que pudesse ser definido no reconhecimento da qualidade educacional e da escola, ou seja, o conceito de sistema não seria algo abstrato e não se definiria apenas por seus aspectos legislativos ou administrativos, mas incluiria o desafio de integrar o Poder Federal, Municipal e Estadual na tarefa de oferecer a todos oportunidades iguais de educação (TEIXEIRA, 2007f, p. 146).

Diante dessas considerações, para Anísio Teixeira, “[...] a chave de todo o plano estaria no projeto de preparo dos professores e dos quadros técnicos” (TEIXEIRA, 2007f, p. 156). Nesse sentido, reforçava a valorização da formação dos professores como elemento fundamental para a reforma educacional.

Sendo assim, Anísio Teixeira tinha uma visão muito clara do planejamento educacional e permanecia firme em suas convicções que fundamentaram os ideais da escola progressista. De acordo com Saviani (2008), Anísio Teixeira representou figura central na década de 1950 e nos anos iniciais de 1960. Com isso, podemos afirmar que as posições ocupadas direcionaram as políticas em discussão na época, assumindo uma condição de influência para a análise da situação educacional do País.

Entretanto, mesmo em meio a condições favoráveis ao processo de organização

educacional, mas uma vez esse percurso seria interrompido pelas mudanças ocasionadas na ordem política pelo quadro instaurado pós-1964.

De acordo com Saviani (1999, p. 127):

No período compreendido entre 1946 e 1964 observa-se uma tensão entre duas visões de Plano de Educação que, de certo modo, expressa a contradição entre as forças que se aglutinaram sob a bandeira do nacionalismo desenvolvimentista que atribuíam ao Estado a tarefa de planejar o desenvolvimento do país libertando-o da dependência externa, e aquelas que defendiam a iniciativa privada se contrapondo à ingerência do Estado na economia e àquilo que taxavam de monopólio estatal do ensino.

Desse modo, observamos que as relações e os interesses entre o público e o privado demarcaram um campo de disputa pelo projeto educacional, polarizando o debate do ensino. Esse arranjo ofuscou a questão do Sistema Nacional de Educação e trouxe caminhos de inconsistências e imprecisões, constituindo desvios que permanecem presentes na definição de nossa política educacional.

Nesse panorama, é importante considerar a relação entre SNE e PNE, haja vista que não existe Sistema Nacional de Educação sem Plano Nacional de Educação, ou seja, a formulação do PNE se constitui como elemento fundamental para superar as variações e indefinições políticas e para assegurar uma política de Estado capaz de oferecer condições para que o SNE fosse efetivado.

5.1.2 Anísio Teixeira e o papel do ensino superior

As reflexões de Anísio Teixeira com relação ao ensino superior se constituem ao longo de sua trajetória e fazem parte de suas realizações administrativas, carregando uma permanência de ideias que defendiam a relação entre ciência e democracia, ensino e pesquisa. Podemos afirmar que o pensamento de Anísio Teixeira se constituía de forma articulada e inovadora, como ressaltou Marcos Cezar de Freitas (2000, p. 1), por meio da metáfora que considerava Anísio Teixeira como “plantador de instituições”, reconhecendo que as instituições por ele organizadas revelavam a necessidade de definir propostas para a renovação educacional em

toda a estrutura do ensino, tornando possível a realização do que defendia ou idealizava.

Nesse enfoque, as instituições formuladas e implementadas por Anísio Teixeira representavam uma forma singular de fazer circular suas ideias, apresentando em suas ações um significado político, demarcando um espaço de luta quanto à definição do projeto educacional no País. Em especial, vale destacar que a tentativa realizada por Anísio Teixeira, na década de 1930, para a criação da Universidade do Distrito Federal (UDF), foi silenciada pelo regime autoritário, mas suas convicções permaneceram presentes.

Como afirma Mendonça (2000, p. 72), ao analisar o projeto de construção da UDF, a visão de Anísio Teixeira sobre a universidade era a de uma instituição indispensável à sociedade moderna, base de formação para uma nova mentalidade.

Esse pensamento acompanhou a sua produção, na qual apresentou sua análise com relação às mudanças do ensino superior no Brasil, destacadas em 1968, no livro *Educação e universidade*, em que reuniu o depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Deputados, responsável por investigar a estrutura do ensino superior no País e, em 1969, a obra *Ensino superior no Brasil, análise e interpretação de sua evolução, até 1969* (LIMA, 1978, p. 197).

Desse modo, o contexto de rupturas e contradições que interrompeu em vários momentos a obra de Anísio Teixeira não o impediu de se manter fiel às suas concepções. Após quase 30 anos de sua primeira experiência de implantação da UDF, Anísio Teixeira se lançou em parceria com Darcy Ribeiro, mesmo em posições distintas quanto aos fins desse ensino, tendo em vista a fundação da Universidade Nacional de Brasília (UNB), que foi criada como “[...] fundação pela Lei nº 3.998, de 15 de Setembro de 1961” (LIMA, 1978, p. 189). Anísio Teixeira participou ativamente desse projeto, foi vice-reitor da universidade, provocando reações da elite conservadora, que defendia a educação superior sob os moldes utilitários, incorporando a transplantação dos modelos educacionais, constituindo um modelo de ambiguidades.

Cumprir destacar que Anísio Teixeira concebeu a universidade como a “mansão da

liberdade”:

A função da universidade é uma função única e exclusiva. Não se trata, somente, de difundir conhecimentos [...]. Trata-se de manter uma atmosfera de saber para se preparar o homem que o serve e o desenvolve. Trata-se de conservar o saber vivo e não morto, no livro ou no empirismo das práticas não intelectualizadas. Trata-se de formular intelectualmente a experiência humana, sempre renovada, para que a mesma se torne consciente e progressiva (TEIXEIRA, 2010, p. 33).

Nessa perspectiva, Anísio Teixeira reafirma o lugar da universidade na sociedade, compreendendo-a como uma instituição indispensável, critica o valor dado à função exercida pela imprensa e pelo livro, estratégia usada para desacreditar a relevância do papel das universidades no Brasil.

Em suas análises, Anísio Teixeira retrata a dificuldade de construir um padrão universitário, devido à limitada experiência da educação superior no Brasil. O educador critica a cultura de “credenciais” que visava à manutenção de uma elite. Assim, a ideia de universidade acentuou ao longo de seu processo muitas resistências e se efetivou mais em uma confederação de escolas do que uma integração universitária (TEIXEIRA, 2010).

O contexto que envolvia Anísio Teixeira nos debates que definiram as políticas educacionais, nos anos iniciais da década de 1960, foi interrompido pela ditadura militar, mergulhando Anísio Teixeira em mais um afastamento da arena política. Segundo Nunes (2001, p. 161):

Anísio Teixeira é demitido do seu posto, ao lado de todo o Conselho Diretor da Fundação da universidade. A autonomia universitária é violentamente agredida. Essa agressão dispara uma campanha de difamação do trabalho até então desenvolvido com dificuldades, mas com muita dedicação e esperança, trabalho espezinhado por setores da imprensa que se aliam ao regime militar sob os rótulos da irresponsabilidade, da indisciplina, da subversão, do atentado à doutrina da segurança nacional. Mais uma vez o Estado desqualificava a obra para que a sociedade lhe retirasse o apoio e, no enfraquecimento, a repressão pudesse agir: para aniquilar.

Diante da conjuntura que se instaurou com o golpe militar, foram observadas as mudanças no ordenamento político com a reorientação legal do País, com a influência da Constituição de 1967, posteriormente modificada pela Emenda Constitucional de 1969, a grande incidência de atos legislativos sobre o ensino

superior, a presença da atividade privada na educação e a consolidação de mecanismos de cooperação com agências internacionais, por meio do conhecido acordo MEC-USAID.

Com essas motivações aliadas a toda tensão que se estabelecia no campo político educacional para a efetivação da reforma do ensino superior, identificamos que esse movimento assumiu um duplo sentido: de um lado, pautado pelos interesses socioeconômicos, que visavam a um ajustamento da organização do ensino para atender à estrutura econômica e, de outro lado, a defesa de um programa de reforma que pudesse permitir a renovação do ensino superior de modo integrado.

Para Anísio Teixeira, os Decretos nº 53/66 e nº 253/67 reproduziram o Programa de Reforma pensado para UNB. Em depoimento dado à Câmara dos Deputados à Comissão instituída para discutir sobre a situação do ensino superior, publicado em seu livro *Educação e Universidade*, Anísio Teixeira questiona a exequibilidade da reforma, considerando as condições da universidade e a necessidade de mudanças no campo docente e discente (TEIXEIRA, 2010, p. 141-142).

Nesse sentido, as preocupações de Anísio Teixeira não estavam focadas no âmbito legal da reforma, mas, sobretudo, no contexto pós-reforma. Assim, afirmava:

Essa ideia de reforma não podia se reduzir a uma simples mudança de 'maquinaria' administrativa e organizacional da universidade, embora pudesse vir a exigí-la. A ideia de reforma devia partir do projeto de objetivar a nova cultura científica e tecnológica que temos de ministrar na universidade (TEIXEIRA, 2010, p. 151).

Dessa forma, para Anísio Teixeira, esse deveria ser um processo gradual e seria desenvolvido a partir da definição da estrutura e da reorganização do ensino superior, enfatizando a relevância do ensino pós-graduado como instrumento de mudança e motivação para a criação de uma nova cultura no Brasil e de análise dos problemas nacionais. Assim, combatia a improvisação e defendia a definição da aplicação de recursos para o desenvolvimento do ensino superior.

Sendo assim, concordamos com Nunes (2010, p. 35), quando afirma que, para Anísio Teixeira “[...] a vida pública foi o meio que encontrou para servir ao seu País e à sua gente. Sua maior motivação era realizar uma grande obra de educação

popular”.

Nessa perspectiva, podemos nos reportar a um artigo de Anísio Teixeira publicado em seu livro *Educação e o mundo moderno*, fruto de uma palestra realizada em 1957, pelos CRPE, intitulada *Ciência e arte de educar*, em que discutiu o objetivo dos centros de pesquisa, numa ampla reflexão sobre ciência e educação. “[...] O educar reconhece a educação como arte, identificando a arte como modos de fazer” (TEIXEIRA , 2006i, p. 68).

Assim, os modos de fazer de Anísio Teixeira, constituíram-se na arte de pensar e fazer educação. Sua obra trouxe um significado político em defesa da educação pública. Suas referências e análises reforçavam a visão de um sistema educacional que pudesse ser reconhecido por suas instituições, pelas escolas de qualidade, na formação de seus professores e na construção de um ensino integrado.

Diante do contexto em que se inseriu a Reforma Universitária, podemos dizer que, mesmo não tendo alcançado todos os sentidos sinalizados por Anísio Teixeira, compreendemos que, certamente, as discussões defendidas pelo educador trouxeram uma visão do ensino superior articulada ao conhecimento e à pesquisa, traduzida no debate e nas instituições por ele criadas ou dirigidas.

6 O SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM ANÍSIO TEIXEIRA E A ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NACIONAL: O QUE FIZEMOS NÓS?

A experiência histórica e política que retrata a trajetória de Anísio Teixeira o inseriu ativamente no debate sobre a organização da educação nacional. A persistência pela constituição de um Sistema de Educação democrático foi central em suas posições e ações dentro do cenário educacional.

Conforme analisou Darcy Ribeiro (1960, p. 234):

A obra de Anísio Teixeira constitui o mais profundo esforço de compreensão das condições em que atuam as nossas instituições educacionais e das perspectivas de desenvolvimento cultural que se abrem ao País. É feita, porém, quase exclusivamente, de estudos circunstanciais, escritos ao calor das inúmeras campanhas em que se empenhou como peça de combate e tomadas de posição diante dos mais diversos problemas educacionais.

Nessa perspectiva, Anísio Teixeira discutiu as questões do campo educacional conectando passado e presente. Tomou em suas análises a constituição do processo educacional no Brasil como um tempo em constante movimento. Nesse sentido, abordaremos a participação de Anísio Teixeira no debate de formulação e instituição da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961, que percorreu um longo processo até a sua promulgação.

Para elucidar as posições destacadas por Anísio Teixeira, trataremos como foco duas obras do educador: *A educação e a crise brasileira*, de 1956, e *Educação no Brasil*, de 1969. Essas obras enfatizaram, em seus artigos, as expectativas, repercussões nos debates que antecederam a promulgação da Lei e as análises da situação educacional do País pós-LDB.

Nesse contexto, é interessante destacar o clima de expectativas que foi anunciado na promulgação da Constituinte de 1946, com a afirmação do dispositivo Constitucional para fixar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que originou uma comissão para discussão do projeto da LDB, instalada em abril de 1947, sob a coordenação do ministro da Educação Clemente Mariani e representações de várias correntes do pensamento educacional brasileiro (SAVIANI, 1999).

Para Anísio Teixeira, a organização da LDB criava a expectativa de traçar as bases para a educação nacional e a possibilidade de colocar em prática a descentralização, assegurando a autonomia num processo de coesão ou integração nacional.

Assim, os argumentos de Anísio Teixeira pela defesa da LDB se constituem a partir do olhar com que analisou a realidade educacional do País, afirmando:

Fomos, até ontem, algo de inautêntico, de fictício, confundindo a nação com sua burocracia e as suas leis exequíveis, algumas, e impeditivas do progresso, outras. A tradição colonial do Estado fiscal e do Estado Cartório continuou pela Monarquia a dentro e pela República, dividindo em duas a nação real e a nação legal ou oficial [...]. Tenhamos, agora, a coragem de lançar as bases de uma verdadeira readaptação institucional para o País. Criemos as condições necessárias a uma ampla experimentação social [...]. Com isso, teremos cumprido o disposto na Constituição que declara livre a educação, dentro das Diretrizes e Bases que cumpre ao governo federal fixar, com a plasticidade e flexibilidade indispensáveis a que a escola brasileira, como uma planta viva e forte, brote cresça da terra, das condições e da experiência brasileira (TEIXEIRA, 2005e, p.111-112).

Desse modo, a LDB assumiu um significado político importante. Seria a tentativa de superar a transplantação de modelos educacionais e a ambiguidade legislativa definida entre o plano real e o oficial. Em suas análises, Anísio Teixeira reconhece a função da lei como instrumento de orientação jurídica, mas que, por si só, não pode ser efetivada, pelo formalismo e pela rigidez de suas normas. Assim, esse “[...] é um processo a ser regulado pela consciência profissional e técnica dos que o orientem” (TEIXEIRA, 2005e, p.186).

De acordo com a visão de Anísio Teixeira, entre os começos e recomeços do debate de formulação da Lei, ofuscou-se uma análise mais profunda do problema da educação brasileira, o que evidenciou um sentimento de indignação por parte do educador, registrado em um dos seus muitos diálogos realizados por meio das cartas de Anísio Teixeira a Fernando Azevedo:

Bahia, 31 de Março de 1951.

Meu caro Fernando:

Recebi um telegrama da União Paulista de Educação, assinado por Solon

Borges dos Reis, comunicando-me o desejo de celebrar o vigésimo aniversário do seu Manifesto dos Pioneiros da Reconstrução Educacional, com a presença dos signatários desse documento.

Não tenho o manifesto em mãos, mas julgava que o vigésimo aniversário seria em 1952 ou, quando muito, em fins de 1951. Que sabe você do assunto?

Antes de qualquer decisão quero ouvi-lo. Não sei se essa comemoração tem oportunidade. **Aí está o projeto de Bases e Diretrizes empacado desde... quando? O País é aquele mesmo de que dizia Nabuco faltar solidez para medrarem raízes. Tudo nasce mas não pega. O conselho seria continuar a plantar. O manifesto é, porém, semente velha, a despeito de tudo nele ser ainda bom e são. Os pioneiros são hoje veteranos frustrados em seus sonhos de pioneiros.** Escreva-me.

Com um grande e saudoso abraço do muito seu Anísio. CP.-Cx.32,44 (VIDAL, 2000, p.67, grifo nosso).

Esse relato evidencia a insatisfação de Anísio Teixeira quanto ao projeto da LDB e à falta de prioridade com os assuntos educacionais. Nesse sentido, o debate sobre a LDB precisava ser mantido para que essa perspectiva não fosse mais uma peça fora do jogo a ser lembrada pelo que poderia ter sido, se concretizada, e não pelo o que, de fato, tivesse representado.

Cabe ressaltar que esse percurso foi mais longo do que talvez tenha imaginado o próprio Anísio Teixeira, pois essa carta foi escrita em 1951, dez anos antes da promulgação do texto final da sonhada LDB. Em sete de julho de 1952, Anísio Teixeira participou da sessão da Comissão de Educação e Cultura da Câmara que debatia o projeto da LDB, Essa era mais uma oportunidade para demarcar suas posições e colocar em pauta a defesa da educação pública.

Esse debate foi publicado nas obras: *A educação e a crise brasileira*, de 1956, e em *Educação no Brasil*, de 1969, indicando a relevância da discussão, reafirmando o espaço de luta pelo qual Anísio Teixeira manteve total empenho e envolvimento.

Em suas análises, buscou pontuar as lacunas do nosso processo educacional, criticou o formalismo burocrático, a uniformidade do ensino que apresentou como consequência uma educação limitada e de qualidade comprometida.

Nessa perspectiva, Anísio Teixeira reconhecia a importância e os limites do projeto para a organização da educação nacional e afirmava que a lei:

[...] É uma aplicação moderadíssima da solução que propugnamos. Representa uma média entre os que desejariam um experiência mais radical e corajosa e os super-prudentes, temerosos de liberdade. Aplaudo-a com muitas restrições, mas reconheço que melhorará a situação (TEIXEIRA, 2005e, p. 264).

Um ponto marcante desse debate foi o posicionamento de Anísio Teixeira contra os processos de centralização no campo educacional, que se tornou uma barreira para o regime federativo no País. Assim, essa perspectiva seria um caminho para assegurar a autonomia e o fortalecimento do Sistema de Ensino.

Em depoimento na sessão de 7 de julho de 1952, da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, quando se debatia o projeto da Lei de Diretrizes e Bases, registrado na íntegra em seu livro *A educação e a crise brasileira*, de 1956, Anísio Teixeira foi questionado a pontuar sua posição sobre várias perspectivas que compunham o debate da lei.

Dentre as questões levantadas, destacamos a pergunta do deputado Rui Santos com relação à definição do que seria, na opinião de Anísio Teixeira, um Sistema de Educação. Ele diz: “[...] considero a palavra 'sistema', sem dúvida alguma, equivocada, pois tanto pode significar sistema de ideias, quanto conjunto de escolas ou instituições educativas” (TEIXEIRA, 2005e, p. 270).

De acordo com Saviani (2008), entre os argumentos produzidos por Anísio Teixeira, é interessante ressaltar as considerações apresentadas. Quando questionado sobre a definição de sistema de educação, identificou o sentido da palavra como “equivocado”, deixando a questão em aberto.

Teria sido essa uma estratégia de Anísio Teixeira em frente ao conjunto de interesses e em meio às questões que se colocavam em disputa entre o público e o privado, uma vez que, estando numa arena política e com uma variedade de posições, era necessário criar um espaço de escuta para suas análises sobre as contradições identificadas no projeto?

Desse modo, não caberia, naquela sessão, aprofundar a questão do Sistema. Questão que foi por ele elucidada anos mais tarde, em entrevista concedida ao jornal *A Última Hora*, em março de 1959, publicada em seu livro *Educação no Brasil*, quando abordou o conceito da LDB, afirmando a intervenção do Estado na educação e a LDB como base do sistema de educação que se constituiria na busca de uma unidade na diversidade.

Vale destacar que a defesa da escola pública por Anísio Teixeira provocou reações desencadeadas pela polêmica conferência realizada em Ribeirão Preto, em 1956, incitando posições conservadoras que buscaram a retirada de Anísio Teixeira da atividade pública.

De acordo com Hemes Lima (1977, p. 178):

Em 1957, o clamor pela Lei de Diretrizes e Bases repercutiu e o projeto andou mais depressa. Em 1958, o Deputado Carlos Lacerda encaminhou o substitutivo provocador nos meios educacionais de intensa discussão [...]. Respirava-se no substitutivo contundente vocação privatista e confessional.

Esse contexto revelou a complexidade do campo educacional no cenário que compunha o debate da LDB, uma vez que esse cenário integrava um ambiente de disputas que se estabeleceu na organização de uma educação nacional. Mobilizações foram feitas. Um exemplo foi o Manifesto de 1959 “Mais uma Vez Convocados”, que criticava a situação do ensino no País e defendia a fixação de diretrizes e bases e a obrigação do Estado com a educação. Numa outra direção, acenavam os interesses das escolas particulares e católicas, que criticavam a ação do Estado para com a educação e buscavam a subvenção para as instituições de ensino privado.

Nesse bojo, Anísio Teixeira (2011, p. 249-250) expressou sua crítica ao substitutivo Lacerda que pretendia o fortalecimento da iniciativa privada, coibindo a ação do Estado, criando o fantasma do monopólio estatal, deixando a cargo das instituições particulares a tarefa de instalar as escolas, com a subvenção do Estado e sem fiscalização por parte dele. Para Anísio Teixeira, “[...] nunca o *laissez-faire* educacional foi tão completo”.

Diante da conjuntura apresentada, Anísio Teixeira demonstra a sua insatisfação

com as indefinições e o desgaste com que travavam o debate do projeto. Na carta endereçada à Fernando Azevedo, desabafa:

Rio, 7 de maio, 59

[...] Ah!, meu caro Fernando, cada vez me parece mais inútil todo esse nosso comum esforço de cooperação, com o Governo. Todos os dias penso em renunciar. Retém-me, talvez, apenas um senso estúpido de pisar nos espinhos, já que alguém terá que neles pisar. Mas estou ficando cansado. Reli ontem, por acaso, à noite, um pouco de Jefferson, em sua correspondência, nos começos do século XIX. Que fôlego, que visada no futuro, que confiança! E aqui estamos hoje rodeados de muito do que sonhou o grande democrata e atolados! Em ideiazinhas, interessezinhos e politiquinhas de padres e soldados! [...] Cp.-Cx. 32, 9 (VIDAL, 2000, p. 126).

Cumpre observar que o contexto que abrigou as formulações da LDB foi construído por um longo caminho de esperas e disputas de interesses políticos, recebendo várias emendas e substitutivos. Assim, a correlação de forças entre as diferentes frentes partidárias criou vários impasses até sua aprovação final, em que, segundo Saviani (1999, p. 45), “[...] o texto convertido em Lei representou uma 'solução de compromissos' entre as principais correntes em disputas. Prevaleceu portanto, a estratégia de conciliação”.

Cabe considerar que a “estratégia de conciliação” em destaque por Saviani (1999) não se reduz a uma mera convenção de acordos, mas representa a correlação de forças do jogo político, uma disputa na defesa de um projeto de educação com perspectivas e interesses distintos. Podemos dizer que, nas análises de Anísio Teixeira, essa visão se colocava com total clareza.

Em suas análises, Anísio Teixeira identificava a importância da lei, mas ressaltava as lacunas deixadas nesse processo, quando afirmava que:

O debate, que levou afinal a uma nova Lei de educação- a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – constitui um singular esforço da sociedade brasileira de introspecção e de busca da própria identidade. Não se pode dizer que o esforço tenha sido coroado com êxito. Projeta-se na Lei o estado de divisão da sociedade. Deixa-se aberta a porta da expansão anárquica de escolas por iniciativa particular e fazem-se modestas reformas de organização e conteúdo (TEIXEIRA, 2011, p. 345).

Com a aprovação, Anísio Teixeira (2011, p. 256-257) considerou a LDB uma “[...] meia vitória mas uma vitória”, embora não tenha conseguido acompanhar a evolução do País haja vista o tempo que durou a sua tramitação. Constituiu um marco importante na legislação educacional brasileira, como uma lei de abrangência nacional.

Segundo Saviani (2008, p. 24-25), o Projeto das Diretrizes e Bases apresentou várias indefinições provocadas pela superposição de concepções políticas, interesses da Igreja durante o processo, com destaque para discussão sobre a liberdade de ensino, acordos alinhados aos interesses econômicos e uma variedade de interpretações do termo Sistema.

Com relação aos aspectos definidos na lei e que poderiam identificar o Sistema, observamos que não houve uma clareza quanto à sua definição. No Título V que trata “Dos Sistemas de Ensino”, disposto principalmente nos artigos 11,12,13,14,15 e 16, predominou a orientação de aspectos administrativos, voltados para a organização dos sistemas de ensino. Não houve elementos de articulação para a sistematização da educação na sua totalidade.

Nesse percurso, após a promulgação da LDB, a obra do educador manteve-se firme em seus propósitos educativos. Embora tenha sido novamente interrompido pelo autoritarismo imposto pós-golpe militar de 1964, demonstrou grande capacidade de refazer os passos em novas iniciativas. Clarice Nunes (2000, p. 162) reafirma a persistência de Anísio Teixeira: “[...] a violência barrou suas iniciativas, mas não venceu a sua implacável denúncia de que a privação da educação torna impossível até a simples sobrevivência”.

Desse modo, sobre as tendências e perspectivas identificadas por Anísio Teixeira em 1966, seis anos após a LDB, são definidas por ele como um período propício para reestruturação do sistema educacional brasileiro, situando o Conselho Federal de Educação como elemento-chave na articulação da política educacional. Tínhamos o PNE e a LDB já estruturados. Essa era a possibilidade de se organizar a educação Nacional e instituir um SNE. Sistema este que continua em nossas expectativas e perspectivas o que inclui, para nossa época, a lição deixada por Anísio Teixeira (2011, p. 410) em compreender que: “[...] o que chamamos de educação é o esforço

para compreender esse insistente presente”.

Contudo, já vivemos um pouco mais de meio século da aprovação da primeira LDB e hoje já estamos há 16 anos da atual e ainda vivemos a permanência das grandes tensões que regularam as políticas educacionais debatidas por Anísio Teixeira. Estaríamos novamente em frente a uma “meia vitória”. Assim, de acordo com Cury (2010, p. 94), ao analisar a Lei nº 9.394/96 (LDB).

[...] A lei aprovada acabou por conjugar diferentes vozes com distintas potências. As vozes dominantes, as recessivas, as abafadas e as ausentes que a constituem continuam sendo uma 'rede intertextual' [...]. O texto aprovado, cumpre vê-lo como um intertexto cujo jogo de vozes não chega a compor uma melodia harmônica. Nele há como que uma contenda que se expressa nas vozes circulantes e contraditórias do intertexto. Afinal, essas vozes cantam valores diferentes e os sons por elas emitidos não são uníssonos.

Em meio a essa “rede intertextual”, antigos dilemas reaparecem na cena representados por algumas indefinições no texto que integra a Lei. Como exemplo, podemos citar a relação entre o público e o privado. Essa questão não fica totalmente definida na Lei nº 9.394/96 (art. 69, art. 70, III), pois ora se afirma que as verbas públicas são destinadas ao ensino público e ora se abre essa possibilidade para as instituições privadas (art. 70, VI; art. 77).

No que tange aos aspectos relativos à organização do ensino, foram distribuídas funções, atribuições e responsabilidades que integram, no conjunto dessas ações, o termo Sistema, mas não articula esses elementos dentro de uma unidade. Observamos muito mais explícito um papel de divisão do que de colaboração, pois destaca, em sua estrutura, uma organização do ensino distribuída em níveis, etapas, modalidades e por entes federados de forma descentralizada, que não define um SNE.

Assim, podemos dizer que “[...] o Sistema Nacional de Educação integra e articula todos os níveis e modalidades de educação com todos os recursos e serviços que lhes correspondem, organizados e geridos, em regime de colaboração, por todos os entes federativos” (SAVIANI, 2010, p. 780).

Dessa maneira, é importante perceber que a LDB visa à constituição de um Sistema

de Educação e deve buscar as condições para sua construção, mas que, ainda hoje, não representa tal construção. Segundo Saviani (2008, p. 112), “[...] embora se denomine a organização educacional brasileira de 'sistema', a verdade é que não existe sistema educacional no Brasil. O que existe é uma estrutura”.

Com isso, podemos destacar que os diálogos e interlocuções de Anísio Teixeira com relação à organização nacional da educação marcaram uma posição de análise da realidade educacional. Em um trecho do seu discurso *Autonomia para a Educação*, publicado no livro *Educação é um direito*, de 1968, Anísio Teixeira faz uma abordagem sobre a situação da educação no País, tomando-a como base para a fundamentação do Capítulo de Educação e Cultura da Constituição baiana de 1947. Em suas considerações, enfatizou a fragilidade democrática do Brasil e a dificuldade em tomar a educação como função suprema do Estado. Assim, questionou: “[...] que fizemos nós no Brasil, até hoje, para que essa suprema função do Estado a educação se exercesse?” (TEIXEIRA, 2009, p. 108).

Desse modo, cabe, então, a indagação: o que fizemos nós diante da tradição educacional brasileira de tantos recomeços em meio aos impasses de uma história da educação que foi constituída a partir de diferentes conjunturas políticas e transformações na configuração do Estado brasileiro? Dessa maneira, em que medida é possível afirmar:

Anísio voltava-se para o futuro em busca de uma democracia até então inexistente na sociedade brasileira. Esse movimento que se projeta em sentidos contrários tem seu ponto de intersecção na conciliação entre o antigo e o novo, representada pela categoria de reconstrução, entendida justamente como revisão da experiência anterior em qualquer campo (seja ele filosófico, religioso, político, pedagógico), colocada a serviço de novos ideais. Esse foco cognoscitivo é também afetivo. Seu grau de abrangência permite não só uma reordenação da biografia, mas também a redefinição da história das instituições de que o sujeito participa projetando, nelas, outros significados (NUNES, 2010, p. 45-46).

Esse exercício constitui nosso maior desafio de tomar a educação brasileira como causa pública para que possa consolidar um Sistema de Educação democrático e de qualidade, reconhecendo a dinâmica e as especificidades federativas, num processo articulado de mediação entre as esferas governamentais, que possam vincular responsabilidades integradas a uma colaboração efetiva, reduzindo as desigualdades sociais e políticas de nossa organização educacional.

Sendo assim, pensar em um sistema educacional evoca um caráter próprio do fenômeno educativo, afirmando-se de modo integrado, constituindo a Educação como direito social numa perspectiva pautada nos direitos humanos e na cidadania, o que evidencia uma crescente necessidade de um federalismo cooperativo.

De acordo com Telles (1999), é na articulação entre movimentos sociais e práticas associativas, direitos e espaços públicos democráticos, que identificamos registros de uma sociedade em formação, viabilizando alargar a ideia de sistema para além de uma organização reducionista que anuncia uma cadeia de sistemas desiguais, competitivos e desarticulados, com ações paliativas, num jogo em que as cartas já nos são velhas conhecidas, fixando nosso desafio em ampliar os processos de mediação entre Estado e sociedade, não tomando como natural os interesses privados.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observar o movimento de Anísio Teixeira realizado em suas obras é ter a possibilidade de incluir uma lente de aumento para as questões educacionais desenvolvidas ao longo do processo histórico, conectadas às mudanças na configuração do Estado brasileiro. Resgatar o pensamento, as concepções e propostas de Anísio Teixeira que marcaram o debate educacional de sua época se faz contemporâneo nos diferentes diálogos em defesa da escola pública e da educação com qualidade.

O debate incorporado nas discussões estabelecidas por Anísio Teixeira tomou como ponto central as tensões educacionais travadas entre o público e o privado, qualidade e quantidade e centralização e descentralização, fundamentadas em um ideal democrático de educação que pudesse superar as desigualdades existentes.

Desse modo, concordamos que:

A obra de Anísio Teixeira é resultado da eleição da educação como foco de trabalho. Sua motivação em torno desse foco torna-se um campo de significado justamente pela sua persistência. Como explicar essa paixão pela educação? A rigor, a paixão não se explica. Vive-se. Ela se coloca, até para quem a vive, como mistério, cuja força leva o sujeito a responder às provocações da vida. Anísio Teixeira respondeu a essas provocações, lapidando o seu destino de educador no diálogo com os diversos educadores que dentro dele transitaram (NUNES, 2000, p. 34).

Nesse sentido, ao assumir a educação como foco de seu trabalho, observamos que o sistema de ensino se torna elemento central em sua trajetória pública, os diálogos estabelecidos com diferentes posições e em diferentes lugares ampliaram sua visão de educação percebida ao longo de suas obras. A ideia de Sistema Educacional defendida por Anísio Teixeira toma em suas bases a consolidação de um Estado democrático, assumindo a educação como direito de todos e não privilégio de alguns.

Assim, a configuração de um SNE se afirma na medida em que a educação passa a ser expressão do caráter nacional, considerando a necessária articulação política e financeira.

Desse modo, de acordo com a visão de Anísio Teixeira, alguns elementos seriam necessários para a configuração desse sistema. Dentre eles, podemos destacar: a) a criação de uma unidade orçamentária que pudesse definir uma política de financiamento no País; e b) a construção de um regime de distribuição de responsabilidades articuladas entre os Poderes Públicos, constituindo uma ação coordenada a ser exercida conjuntamente, conjugada à ação dos Conselhos representativos da sociedade com importante grau de autonomia. Os recursos mínimos, previstos na Constituição, passariam a ser considerados fundos de educação de duração permanente, administrados pelos Conselhos. A escola, nesse sentido, torna-se expressão real dessa organização educacional tomada como empreendimento comum (TEIXEIRA, 2009, p. 101-102).

Nesse contexto, os argumentos produzidos por Anísio Teixeira, com relação ao Sistema Educacional, expressam a consolidação de um Estado democrático e sinalizam para uma organização de ensino com responsabilidades compartilhadas, definidas como:

A escola primária seria, assim, federal, pelo cumprimento das diretrizes e bases federais, estadual, pela organização e pelo magistério, cuja formação e licenciamento ficariam atribuídos, privativamente aos estados, e municipal, pela sua imediata direção e administração, e, por tudo isto, nacional – brasileira (TEIXEIRA, 2009, p. 74).

Observamos que o pensamento de Anísio Teixeira continua atual em frente à problematização dos sentidos da educação e aos desafios que ainda persistem na busca de superar as tendências de exclusão, privilégios e desigualdades, refletidas, hoje, numa organização educacional de valores muito mais competitivos do que colaborativos, impedindo o alargamento das oportunidades educativas com qualidade.

As questões elencadas por Anísio Teixeira reforçam a sua persistência em construir caminhos para a consolidação de um SNE e sinalizam a oportunidade de ampliar a compreensão das lacunas existentes em torno da não efetivação do SNE. A permanente insistência na reconstrução educacional representou a oportunidade de construir novas apropriações a partir das suas experiências nos momentos de crise da estrutura educacional. Ao mesmo tempo, foi possível constituir uma noção de

sistema que pudesse ser integrada ao modelo federativo.

A afirmação de Anísio Teixeira, quanto à constituição de um Sistema Educacional, move-se em direção a um projeto de Nação que visava a alargar a experiência educacional do povo brasileiro.

A extensão e a qualidade da educação e a incorporação por ela do desígnio nacional, do projeto nacional, daquela alma comum que entrevemos no povo brasileiro, poderá levar-nos a vencer a extensa e árdua conjuntura brasileira e consolidar a nação, que não é produto espontâneo mas algo que temos de ajudar o povo a construir e fazer com o material da História brasileira, somando o exemplo e a experiência, os erros e os acertos dos que já morreram, dos que vivem e dos que irão viver, a fim de prosseguir na obra sempre inacabada de criação, revisão, adaptação e contínua reconstrução do caráter nacional (TEIXEIRA, 2011, p. 429).

A busca de Anísio Teixeira em consolidar uma educação de qualidade fundamentou suas ações. Visava à democratização e à universalização do ensino na expectativa de criar condições para ampliar com dignidade as oportunidades educativas.

Sendo assim, as considerações apresentadas em sua obra evidenciam que, em sua visão, as barreiras para a organização nacional de educação se constituíram em três pilares definidos por ele como o problema político, o financeiro e o profissional. Dessa maneira entendemos que essa percepção é uma questão central em nossos dias que requer o necessário aprimoramento do modelo federativo brasileiro para que possamos criar condições para a constituição de um SNE.

Observamos que as distorções e variações do nosso modelo educacional, em face à organização política de nosso Estado, criaram um distanciamento entre as questões políticas e as financeiras, no que tange ao aprimoramento de sua articulação para a garantia dos direitos sociais e a promoção de políticas que buscassem dar prioridade à educação do País.

Dessa forma, o aprimoramento do modelo federativo requer um olhar atento das configurações assumidas ao longo da história e os desafios que compõem a dinâmica federativa. Com isso, os aspectos que envolvem a definição do papel do Estado no arranjo federativo requerem articulação das relações intergovernamentais, no intuito de consolidar os mecanismos de cooperação.

Desse modo, afirmar um Sistema uno na diversidade, conforme sinalizou Anísio Teixeira, requer problematizar os limites e as perspectivas para o alcance de uma equidade federativa. Assim:

A melhor maneira de preservar a diversidade e as peculiaridades locais não é isolá-las e considerá-las em si mesmas, secundarizando suas inter-relações. Ao contrário, trata-se de articulá-las num todo coerente, como elementos que são da mesma nação, a brasileira, no interior da qual se expressam toda sua força e significado (SAVIANI, 2010, p. 71).

Nessa direção, cabe a nós a ponderação deixada por Anísio Teixeira (2007m, p. 41): “[...] todos temos, porém, os modos de encarar a revolução de nosso tempo”. Nesse sentido retornar a ideia de SNE em Anísio Teixeira significa criar espaços de articulação e participação na cena política, avaliar os interesses que estão em jogo na arena política e as diferentes relações que envolvem os grupos em disputas na formulação e implementação das políticas educacionais.

Dessa forma, a importância de retomar aos clássicos que compuseram o pensamento da história da educação e atuaram nas políticas educacionais no Brasil, em especial, para as posições e ações de Anísio Teixeira se dá pelo reconhecimento da relação de Anísio Teixeira com a consolidação de um Sistema de Educação e a sua relevância teórica na constituição do pensamento educacional brasileiro, o que nos motivou a investigar a figura desse educador não só no âmbito filosófico, mas sobretudo político, no qual se inseriu.

Nesse sentido, concordamos com Nunes (2010), Brandão e Mendonça (2008), Lima (1978) e Ghiraldelli (2001), dentre outros autores que nos têm chamado a atenção para as leituras que fazemos de suas produções, evidenciando, inclusive, pouca ênfase às obras de Anísio Teixeira nos Cursos de Licenciatura e de Pedagogia, discorrendo de maneira superficial sobre a sua relevância e contribuição e, em alguns casos, reproduzindo conceitos equivocados que desqualificam a sua obra.

Desse modo, para que o pensamento e ação de Anísio Teixeira não se tornem uma “tradição esquecida”, conforme salientaram Brandão e Mendonça (2008), podemos afirmar que esta pesquisa nos despertou a necessidade de dar continuidade à investigação da temática em estudo nesta dissertação, considerando as questões

sinalizadas por Anísio Teixeira diante da organização de um SNE.

Assim, gostaríamos de destacar algumas considerações relevantes à consolidação do SNE, a partir das formulações elencadas por Anísio Teixeira à sua época e que ainda nos revelam um estado de prioridade:

- a) estreitar as relações entre o Estado democrático e a educação a fim de promover uma integração social de maior equidade;
- b) criar uma base solidária de articulação colaborativa entre as ordens do Poder Público: União, Estados e Municípios, de modo a efetivar ações de colaboração na promoção da redução das desigualdades educativas;
- c) tomar a escola pública como empreendimento comum, mantida pela articulação dos Poderes Públicos, estabelecendo elos de fortalecimento da ação dos Conselhos Estaduais e Locais;
- d) constituir processos permanentes de dotação orçamentária para a educação, consolidando um plano de administração e financiamento da escola pública, que vise a reduzir a fragmentação da base orçamentária e a divisão competitiva dos entes federados;
- e) efetivar o aprimoramento do modelo federativo promovendo um equilíbrio entre o federalismo cooperativo e o fiscal, retomando as “reformas de base” na busca de consolidar uma coesão federativa no que tange ao sistema tributário no Brasil.

Acreditamos que as questões elucidadas por Anísio Teixeira nos revelam não só a conjuntura educacional vivida em sua época, mas nos fornece também uma visão ampliada desses contextos. O Sistema Educacional brasileiro foi idealizado a partir de muitas contradições e impasses que contiveram o desenvolvimento da organização da educação no Brasil. Dessa forma, o exame crítico feito por Anísio Teixeira esclarece a distinção necessária entre unidade e uniformidade na constituição de um SNE. Assim:

A complexidade do problema educacional é uma complexidade semelhante

a vida humana, mas, assim como não devemos arregimentar nem uniformizar a vida, não podemos uniformizar nem arregimentar a educação. A unidade nacional, como a unidade da vida brasileira, decorrerá da conciliação que soubermos estabelecer entre seus dois aspectos fundamentais de organização e liberdade, responsabilidade e autonomia (TEIXEIRA, 2011, p. 201).

Desse modo, as necessidades educativas de nossa atualidade se encontram nesse exercício de conciliação, para que possa afirmar o caráter público da educação numa visão de totalidade. De acordo com Rocha (2009, p. 201), “[...] Anísio Teixeira possui uma precisa atualidade” e que merece ser apropriada na interpretação do cenário político educacional do País e na avaliação das perspectivas que se acentuam.

REFERÊNCIAS

FONTES

FILHO, Manuel Bergstrom Lourenço. **Aspectos internos e externos do Instituto de Educação** (entre 1932 e 1938). Foto nº 36 e 42 foto stille Filmes 550/3/9;10, 550/3/8.

LOBATO, Monteiro. **Carta a Anísio Teixeira, Buenos Aires, 12 agosto. 1946.** Arquivo Anísio Teixeira, FGV/CPDOC - Arquivo Anísio Teixeira - ATc 28.06.22.10.

TEIXEIRA, Anísio. **Prioridade número um para a educação.** 1952. Entrevista concedida a Odorico Tavares, Rio de Janeiro, 1952. Arquivo Anísio Teixeira, FGV/CPDOC AT-53f 12.833/94.

_____. **Arquivo CPDOC bibliografias de trabalhos de Anísio Teixeira.** Att-rs1960.08.10.

_____. **Arquivo documentos do arquivo pessoal.** Anísio Teixeira Fundação Getúlio Vargas/ FGV/CPDOC – Atc22.03.06.

_____. **Anotações de viagem à Europa.** Lisboa: FGV/CPDOC. 1925. 54 p. AT pi Teixeira, A. 1925.07.17.

_____. **Anísio Teixeira e outros durante conferências e solenidades.** Arquivo Anísio Teixeira, FGV/CPDOC 181/2/7A8 AT, foto 072.

_____. **Anísio Teixeira recebe cumprimentos.** Arquivo CPDOC filme 513/1/1; 2 AT, foto 038.

_____. **Diário de viagens ao EUA.** Produção Intelectual – Arquivo FGV/CPDOC AT pi Teixeira, A. 1927.04.27.

_____. **Educação é um direito bases para um plano de organização do sistema democrático no Brasil.**1958.Tese (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1958. (Arquivo Anísio Teixeira UFRJ).

_____. **Expansão ou dissolução?** Discurso de posse de Anísio Teixeira no Inep, Rio de Janeiro, 1952 AT-55f: 12.834/94.

_____. **Educação pública administração e desenvolvimento.** Relatório do diretor-geral do Departamento de Educação do Distrito Federal: Anísio S. Teixeira. Rio de Janeiro, Espaço Anísio Teixeira UFRJ, 1934.

TEIXEIRA, Anísio. **Montagem com retratos dos diretores da Instrução Pública por ocasião da III Conferência Nacional de Educação**. Arquivo FGV/CPDOC AT, foto 009.

_____. **Porque “Escola Nova”?** ATP 60 f. Associação Baiana de Educação. Salvador, 1930.

_____. **Produção intelectual. 1962.** Entrevista concedida ao jornal O Cruzeiro-Plano nacional de educação, 1962. AT pi Teixeira, A 1962.11.00.

_____. **Relatório de Instrução Pública da Bahia.** Diário Oficial do Estado da Bahia- Arquivo CPDOC AT. pi.19.25.21.

_____. **Viagem de Anísio Teixeira à Europa.** Arquivo FGV/CPDOC AT, foto 003, filme 180/6/23A-24.

REFERÊNCIAS

ABICALIL, Carlos Augusto. **Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação**. In:_____. Conferência Nacional de Educação e o Plano Nacional de Educação. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2009.

ABREU, Rute Couto. **Ausência do Sistema Municipal de Ensino: cooptação ou acomodação?** 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2006.

ALBUQUERQUE, Francisco Carlos. **A teoria da educação e escola pública no Brasil: notas introdutórias**. 1992. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Fortaleza, Fortaleza, 1992.

ALMEIDA, José R . Pires de. **História da Instrução pública no Brasil, 1500-1889**. Tradução de: Antônio Chizotti. São Paulo: Educ; Brasília: INEP/MEC, 2000.

ALVES, Mazzotti, Alda Judith. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo: Ed. Pioneira, 2002.

ANDRADE, Rita de Cassia. **Ideologia e educação no Brasil**. 1993. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993.

ARAUJO, Gilda Cardoso. Constituição, federação e propostas para o novo plano nacional de educação: análise das propostas de organização nacional da educação brasileira a partir do regime de colaboração. **Educação Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 112, p. 749-768, jul./set. 2010. Disponível em: <www. Scielo.org>. Acesso em: 26 dez. 2010.

_____. **Federalismo e direito à educação no Brasil: entre a autonomia e a igualdade de oportunidades**, GT 5 Estado e Políticas Educacionais, 2005.

ARAUJO Gilda E C; Oliveira Romualdo P. Qualidade do ensino: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação. **Revista Brasileira de Educação**, n. 28, p. 1-22, jan./abr. 2005.

ARAUJO E OLIVEIRA. J. B. Avanços e impasses na educação: à guisa de balanço. **Revista do Legislativo**, Belo Horizonte, n. 21, jan./mar. 1998.

ASSMAR. Sylvia Ganem. O centenário e a contemporaneidade de Anísio Teixeira uma personalidade determinada. In:_____. MONARCHA. Carlos (Org.). **Anísio Teixeira: a obra de um a vida**. Rio de Janeiro, 2001. p. 91.

ASSOCIAÇÃO Brasileira de Educação (ABE). **História da ABE**. Disponível em: <<http://www.abe1924.org.br/>>. Acesso em: 28 jan. 2011.

BANCO de Tese. Disponível em: <www.Capes.gov.br/servicos/banco-de-teses>. Acesso em: 12 dez. 2010.

BARREIRA, Luis Carlos. **O dependentismo e o desenvolvimentismo na reflexão de Anísio Teixeira sobre a educação escolar brasileira**. 1989. 1 v. 203 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1989.

BASTOS, Francisco Inácio. “Anything goes”.o diálogo implícito de Paul Feyerabend com dois pesquisadores brasileiros, Maurício da Rocha e Silva e Newton Freire-Maia. **História, Ciências, Saúde** – Manguinhos. Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 141-152 . jan./mar. 2010.

BEISIEGEL, Celso Rui. **A qualidade do ensino na escola pública**. Brasília: Liber Livro, 2000.

BEZERRA, Ricardo José Lima. **Lei e ordem: legislação educacional, sistema escolar e ordem oligárquica** – Pernambuco, 1889-1930. 2001, 4 v., 210 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Fortaleza, 2001.

BIBLIOTECA virtual Anísio Teixeira. Disponível em: <<http://www.bvanisioteixeira.ufba.br>>. Acesso em: 10 mar. 2010.

BIOGRAFIA, **Afrânio Coutinho**. Disponível em: <www.academia.org.br>. Acesso em: 5 jan. 2011.

BITTENCOURT, Agueda B. Trajetória de herdeiro entre dois projetos políticos. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 35, n. 1, p. 099-112, jan./abr. 2009.

BITTENCOURT, Raul. A educação brasileira no Império e na República. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, 1953.

BLANCK. M. E; VIDAL, D. G; ARAUJO. J. C. S (Org.). Apêndice In:_____.**Reformas educacionais: as manifestações da Escola Nova no Brasil** Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2011. p. 461-463.

BLOCH, Marc Leopold Benjamim. **Apologia da história ou o ofício do historiador** Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos nova edição**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo, sociedade: por uma teoria geral da política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BOTO, Carlota A escola primária como tema do debate político às vésperas da República. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 19, n. 38, p. 253-281, 1999.

_____. Na revolução francesa, os princípios democráticos da escola pública, laica e gratuita: o relatório de Condorcet. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 24, n. 84, p. 735-762, set. 2003.

BRANDÃO, Zaia. Diálogos com Anísio Teixeira sobre a escola brasileira. **Revista Brasileira Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 80, n. 194, p. 95-101, jan./abr. 1999.

BRASIL, **Constituição Brasileiras 1988**. Brasília: Senado Federal e Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos, v. 7, 2007.

_____. **Manifestos dos pioneiros da Educação Nova (1932) e dos educadores 1959 Fernando de Azevedo**. Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. (MEC- Coleção Educadores).

_____. **Jhon Dewey (Org.)**. Robert B. Westbrook Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. (MEC- Coleção Educadores).

_____. **Palácio do Planalto. discurso do Presidente da República de 15/03/2007**. Disponível em: <www.info.planalto.gov.br>. Acesso em: 1 jan. 2011.

_____. **O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas**. Brasília: MEC, 2007.

_____. Planalto Federal. **Informações presidenciais: Eptácio Lindolfo da Silva Pessoa**. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/legislacao>>. Acesso em: 25 jan. 2011.

_____. Senado Federal. **Legislaturas anteriores**. Rivadávia da Cunha Corrêa. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/senadores>>. Acesso em: 25 jan. 2011.

_____. **Carlos Maximiliano Pereira dos Santos**. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/senadores>>. Acesso em: 25 jan. 2011.

_____. **Paulo Alberto Arthur Távola**. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/senadores>>. Acesso em: 26 jan. 2011.

BRASIL, Ministério da Educação MEC. **Anísio Teixeira: educação não é privilégio: Educadores brasileiros parte 1** Mídia Vídeo Duração: 22min, 20s, 2007. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br>>. Acesso em: 28 dez. 2011.

_____. Westbrook Robert B. (Org.). **John Dewey**. Tradução de Anísio Teixeira, José Eustáquio Romão, Verone Lane Rodrigues. Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

BURKER, Peter **A Revolução Francesa da historiografia**: a escola dos Annales, 1929 a 1989. Tradução de Nilo Odália. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.

CAMPANHOLE Hildo Lobo; CAMPANHOLE Adriano. **Constituições do Brasil**. 11. ed. São Paulo: Editora Atlas, 1994.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS Ronaldo (Org.). **Domínios da história**: ensaio de teoria e metodologia. 19. reimp. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

CARVALHO, Marta Maria Chagas. **A escola e a República e outros ensaios**. Bragança Paulista: Edusf, 2003.

CASASSUS, Juan. A centralização e a descentralização da educação. **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, n. 95, 1994.

CENTRO de Memória do Instituto Biológico. **Coleção Maurício Oscar da Rocha e Silva**. Biológico, São Paulo, v. 69, n.1, p. 49-57, jan./jun. 2007.

CENTRO de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). **Coluna Prestes**. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/>>. Acesso em: 26 jan. 2011.

_____. **Verbetes biográfico**. SIMÕES, Filho Ernesto. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/>>. Acesso em: 25 jan. 2011.

_____. **Movimento Tenentista**. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/>>. Acesso em: 26 jan. 2011.

_____. **Movimento Sanitarista**. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/>>. Acesso em: 31 ago. 2012.

CHIZZOTTI, A. A constituinte de 1823 e a educação. In: CHIZZOTTI; FÁVERO, O. (Org.). **A educação nas constituintes brasileiras 1823-1988**. 3. ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2005.

CHOMSKY, Noam. **Consentimento sem consentimento**: a teoria e a prática da democracia, 1997, v.11, n.29, p. 259-276.

COLEÇÃO, Grandes educadores. **John Dewey**. Produção: ATTA Mídia e Educação DVD. Apresentação: CUNHA, Marcus Vinícius. São Paulo, 2001.

_____. **Educadores brasileiros Anísio Teixeira, Lourenço Filho e Fernando Azevedo**. Produção: ATTA Mídia e Educação. DVD. Apresentação: VIDAL, Diana Gonçalves. São Paulo. [2006?].

CONFERÊNCIA NACIONAL DA EDUCAÇÃO: construindo um Sistema Nacional Articulado de Educação. Documento final, Brasil, 2010.

COORDENAÇÃO de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **História da capes.** Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/>>. Acesso em: 22 out. 2010.

CORDOVA, Maria Julieta Weber. Talcott Parsons e o esquema conceitual da ação. **Revista Emancipação**, v. 7, n. 2, 2007.

COUTINHO, Afrânio. Escritor católico solidário com o prof. Anísio Teixeira. Entrevista concedida ao jornal O Globo. Rio de Janeiro, 18 abr. 1958. Disponível em: <www.bvanisioiteixeira.ufba.br/>. Acesso em: 20 jun. 2011. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, n. 37, jan./abr. 2008.

_____. Zigue-zague no Ministério da Educação: uma visão da educação superior. **Revista Contemporânea da Educação**, n. 1, abr. 2006.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A desoficialização do ensino no Brasil: a Reforma Rivadávia. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 30, n. 108, p. 717-738, out. 2009. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 23 nov. 2011.

_____. **Ideologia e educação brasileira:** católicos e liberais. 3. ed. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1986.

_____. Sistema nacional de educação: desafio para uma educação igualitária e federativa. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 29, n. 105, p. 1187-1209, set./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 15 ago. 2011.

_____. A educação e a República Constituinte Republicana. In: _____. FÁVERO, O. (Org.). **A educação nas constituintes brasileiras 1823-1988.** 3. ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2005.

_____. Por um Plano Nacional de Educação: nacional, federativo, democrático e efetivo. **RBPAE**, v. 25, n.1, p. 13-30, jan./abr. 2009.

_____. **Os desafios da Construção de um Sistema Nacional de Educação.** Trabalho apresentado na Conferência Nacional de Educação e o Plano Nacional de Educação. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2009.

_____. Sistema Nacional de Educação: desafio para uma educação igualitária e federativa. **Educação e Sociedade.** Campinas, v. 29, p.105, set./dez. 2008.

_____. **Plano Nacional de Educação:** questões desafiadoras e embates emblemáticos. 2011. III Seminário de Educação Brasileira. Disponível em: <www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 16 ago. 2011.

DEWEY, Jhon. **Democracia e educação**: introdução à Filosofia da Educação. Tradução de Godofredo Rangel e Anísio Teixeira. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1959.

_____. **Arte como experiência**. Tradução de Vera ribeiro. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

DOMINGUES, José Maurício. **A sociologia de Talcott Parson**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2008.

DOSSE, François. **A história em migalhas**: dos Annales à nova história. Tradução de Dulce Oliveira Amarantes dos Santos. Bauru, São Paulo: Edusc, 2003.

EDITORA, UFRJ. Histórico da editora. Disponível em:<www.editora.ufrj.br>. Acesso em: 3 jul. 2011.

FAVORETO, Aparecida. **Uma análise histórica da concepção de progresso no projeto educacional de Anísio Teixeira**. 1998, 191 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 1998.

FERNANDES, Ricamar Peres de Brito. **Sistema educacional brasileiro**: legislatura e estrutura. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1983.

FONTE, Solon Santana. **Anísio Teixeira, um educador iluminista**: premissas da modernidade no Brasil (1924-1970). 2005, 237 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

FRAGO, Antônio Vinão. **Sistemas educativos, culturas escolares e reformas**. Mangualde. Portugal: Edições Morata, 2001.

FREITAS, Marcos Cezar de. As metáforas de Anísio Teixeira. **Veredas**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 56, p. 26-28, ago. 2000.

_____. **Anísio Teixeira foi o mais plural dos intelectuais que o Brasil teve no século XX**. Entrevista. 2 ago. 2000, Disponível em: <<http://www.bvanisio Teixeira.ufba.br>>. Acesso em: 10 mar. 2012.

GALLO, Anita Adas. **Introdução ao pensamento de Anísio Teixeira**: uma perspectiva democrática em educação. 2003, 105 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2003.

GRACINDO, Regina Vinhaes. O Sistema Nacional de Educação e a escola pública de qualidade para todos. In:_____. **Retratos da Escola**: Escola de Formação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, Brasília (ESFORCE), v. 4, n. 6, jan./jun. 2010,

GOUVÊA, Fernando. Anísio Teixeira e os treze ministros: a “estratégia doce” de um “apolítico” (1957-1964). In: **Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 32., 2009**, Caxambu. **Anais...** Caxambu: Anped, 2009. GT5.

GRUPO de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil-(HISTEDBR). **Obra e vida Benjamim Constant Botelho Magalhães**. Faculdade de Educação Unicamp. São Paulo. Disponível em: <<http://www.histedbr.fae.unicamp.br>>. Acesso em: 20 jan. 2011.

_____. **João Luiz Alves**. Faculdade de Educação Unicamp. São Paulo. Disponível em: <<http://www.histedbr.fae.unicamp.br>>. Acesso em: 20 jan. 2011.

KRAWCZYK, Nora Rut; VIEIRA Vera Lúcia. Homogeneidade e heterogeneidade nos sistemas educacionais: Argentina, Brasil, Chile e México. **Cadernos de Pesquisa**, v. 36, n. 129, set./dez. 2006. Disponível em: <[www. Scielo.org](http://www.Scielo.org)>. Acesso em: 26 dez. 2010.

LEITE, Vera Lúcia Marques. **Da crítica da escola única, a defesa da escola comum: Anísio Teixeira (1924-1935)**. 1990. 175 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1990.

LIMA, Hermes. **Anísio Teixeira estadista da educação**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1978.

LOBATO, Monteiro. **Cartas escolhidas**. São Paulo: Brasiliense, 1959.

LOMBARDI, J. C; JACOMELI, M. R; SILVA, T. M. T. (Org.). **O público e o privado na história da educação brasileira: concepções e práticas educativas**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2005.

LORENÇO, Filho M. B. Imagens do pensador. In: _____. **Anísio Teixeira: pensamento e ação por um grupo de professores e educadores brasileiros**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1960. (Coleção Retratos do Brasil).

LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA Cyntia G. **500 anos de educação no Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

LOVISOLO, Hugo Rodolfo. **A tradição desafortunada: Anísio Teixeira, velhos: textos e ideias atuais**. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1989.

LUZURIAGA, Lorenzo. **História da educação pública**. São Paulo: Nacional, 1959.

MATE, Cecília Hanna. **O discurso da racionalidade produzindo um modelo de escola para São Paulo nos anos 30**. 1998. 168 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/Assis, São Paulo, 1998.

MENDONÇA, Ana Waleska. **Uma tradição esquecida por que não lemos Anísio Teixeira?** 2. ed. Rio de Janeiro: Forma & Ação, 2008.

MIGUEL, M.E.B; VIDAL, D.G; ARAUJO, J.C.S. (Org.). **Reformas educacionais: as manifestações da Escola Nova no Brasil (1920 e 1946).** Campinas, São Paulo: Autores Associados. Uberlândia, MG: Edufu, 2011.

MONARCHA, Carlos. **Anísio Teixeira: obra de uma vida.** Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

_____. **Brasil arcaico, escola nova: ciência, técnica & utopia nos anos 1920-1930.** São Paulo: Ed. Unesp, 2009.

MONLEVADE, João A.; SILVA, Maria Abadia. **Quem manda na educação no Brasil?** Brasília. Idéa Editora, 2000.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República.** São Paulo: EPU/EDUSP, 1974.

NUNES, Zilda Clarice Rosa. **A poesia da ação.** 1991. 2 v. 610 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.

_____. Trajetória intelectual e identidade do educador: Anísio Teixeira (1900-1971). **Revista Brasileira Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 81, n. 197, p. 154-166, jan./abr. 2000.

_____. **Anísio Teixeira.** Recife: Editora Massangana, 2010 (Coleção Educadores).

_____. **O passado sempre presente.** São Paulo. Editora Cortez, 1992.

_____. História da educação brasileira: novas abordagens de velhos objetos. **Teoria & Educação**, n. 6, p. 151-182, 1992.

_____. **Anísio Teixeira: a poesia da ação.** São Paulo: Edusf, 2000.

OLIVEIRA, Romualdo Portela; SANTANA, Wagner (Org.). **Educação e federalismo no Brasil: combater as desigualdades e garantir a diversidade.** Brasília: Unesco, 2010.

OLIVEIRA E SILVA, Arlette Pinto. A presença do educador na ABE. **Educação**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 101, p. 12-17. abr./jul. 2000.

OLIVEIRA, R.P. A educação na Assembleia Constituinte de 1946. In: FÁVERO, O. (Org.). **A educação nas constituintes brasileiras 1823-1988.** 3. ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2005.

ORLANDI, Luiz Benedicto Lacerda. O problema da pesquisa em educação e algumas de suas implicações. **Educação Hoje**, n. 2, p. 1-19, mar./abr. 1969.

PAGNI, Pedro Angelo. Anotações sobre a filosofia da educação de Anísio Teixeira In:_____. 23. **Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação**, Trabalho encomendado GT 17. Caxambu: Anped, 2000.

PAZ, Vanilson Oliveira. **O município e a organização de educação: caminhos e desafios da criação e implantação do sistema municipal de ensino de Ananindeua PA.** 2009. 207 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Pará, Ananindeua, 2009.

PEREIRA, Eva Waisros; ROCHA, L. M. F. Anísio Teixeira e o plano de educação de Brasília In: 28. **Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação**. Trabalho encomendado GT 2. Caxambu: Anped, 2005.

PINTO, Marcelino de Rezende. **Implicações financeiras da municipalização do ensino de 1º grau.** 1989. 1 v. 204 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas 1989.

POMER, Leon. **O surgimento das nações.** 7. ed. São Paulo: Editora Atual, 1994 (Coleção Discutindo História).

PORTAL, do Senado. **Biografia dos ministros.** Disponível em:<www.Senado.gov.br/senadores>. Acesso em: 20 maio 2011.

QUEIROZ, A. C; GOMES, L. **Conferência Nacional de Educação e o Plano Nacional de Educação.** Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2009.

REZENDE, Fernando. **Desafios do federalismo fiscal.** Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

_____. Federalismo fiscal: em busca de um novo modelo In_____. **Educação e federalismo no Brasil: combater as desigualdades e garantir a diversidade.** Brasília: Unesco, 2010.

ROCHA, Marlos Bessa Mendes. **Anísio Teixeira ou um projeto mais feliz de moderno.** In:_____. Educação é um direito. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009. p. 201-227.

ROCHA, João Augusto de Lima. **Anísio em movimento-Brasília.** Senado Federal, Conselho Editorial, 2002. (Coleção Biblioteca Brasileira).

SAVIANI, Dermeval. Documento Sistema Nacional de Educação articulado ao Plano Nacional de Educação. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, n. 44, maio/ago. 2010. Disponível em:<www.Scielo.org>. Acesso em: 26 dez. 2010.

SAVIANI, Dermeval. **A nova Lei da educação LDB: trajetória, limites e perspectivas**. 11. ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2008.

_____. **Educação brasileira: estrutura e sistema**. 10. ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2008.

_____. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2007.

_____. **O legado educacional do século XX no Brasil**. 2. ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2006.

_____. **O legado educacional do século XIX**. 2. ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2006.

_____. **Política e educação no Brasil**. 4. ed. Campinas. São Paulo: Autores Associados, 1999.

_____. Organização da educação nacional: sistema e conselho nacional de educação, plano e fórum nacional de educação. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 112, p. 769-787, jul./set. 2010. Disponível em: <[www. Scielo.org](http://www.Scielo.org)>. Acesso em: 26 dez. 2010.

_____. **PDE Plano de Desenvolvimento da Educação: análise crítica da política do MEC**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2009.

_____. Sistema de educação: subsídios para a Conferência Nacional de Educação (Conae). In: _____. **Conferência Nacional de Educação e o Plano Nacional de Educação**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2009.

SANTOS, Antônio Roberto. **Anísio Teixeira: um educador em busca da democracia**. 1999. 248 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1999.

SCHLBAUER, Anaete Regina. **Ideias que não se realizam: o debate sobre a educação do povo no Brasil de 1870 a 1914**. 1997. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 1997.

_____. **Ideias que não se realizam: o debate sobre a educação do povo no Brasil de 1870 a 1917**, Maringá: Eduem, 1998.

SERVA, Mario Pinto. **Problemas brasileiros**. São Paulo: Livraria Liberdade, 1929.

SILVA, José Afonso. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 32. ed. São Paulo: Editora Malheiros, 2009.

SOARES, Sandra Regina. **A universalização da escola pública no Brasil: uma nova história de um velho problema.** 1995. 1 v. 70 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1995.

SOUZA, Silvia Cristina. **Desafios para a construção da autonomia dos sistemas municipais de ensino de Catanduva, Lins e Mauá.** 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, São Paulo, 2005.

TAVARES, Odorico. Hierarquia para os problemas da educação. In: LIMA J.A. (Org.). **Anísio em movimento.** Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002. p.195-206.

TEIXEIRA, Anísio Spinola. **Educação progressiva: introdução à filosofia da educação.** 3. ed. São Paulo: Nacional, 1934-1950.

_____. Autonomia para a educação. In:_____.ROCHA, A.L. (Org.). **Anísio em movimento.** Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002. p. 33-49.

_____. Condições para a reconstrução educacional brasileira. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v.18, n. 49, p. 3-12, 1953.

_____. A crise educacional brasileira. **Revista Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 80, n. 195, p. 310-326, maio/ago. 1999.

_____. **Anísio Teixeira a construção da educação brasileira**, 52. reunião anual da SBPC, 9 a 14 de julho de 2000 UF-Brasília.

_____. Falsa elite. **Boletim Informativo CAPES**, Rio de Janeiro, n. 60, p.1-2, nov. 1957.

_____. Meia vitória, mas vitória. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 86, p. 222-223. abr./jun. 1962.

_____. **Valores proclamados e valores reais nas instituições escolares brasileiras: educação no Brasil.** Textos selecionados, Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 1976.

_____. **Aspectos americanos de educação: anotações de viagens aos EUA em 1927.** NUNES, Clarice (Org.). Rio de Janeiro: UFRJ, 2006a.

_____. **Pequena introdução à filosofia da educação: a escola progressiva ou a transformação da escola.** NUNES, Clarice (Org.). Rio de Janeiro: UFRJ, 2007b.

_____. **Em marcha para a democracia: à margem dos Estados Unidos.** NUNES, Clarice (Org.). Rio de Janeiro: UFRJ, 2007c.

TEIXEIRA, Anísio Spinola. **Educação para a democracia**: introdução à administração educacional. NUNES, Clarice (Org.). Rio de Janeiro: UFRJ, 2007d.

_____. **Educação e a crise brasileira**. NUNES, Clarice (Org.). Rio de Janeiro: UFRJ, 2005e.

_____. **Educação não é privilégio**. NUNES, Clarice (Org.). Rio de Janeiro: UFRJ, 2007f.

_____. **Educação é um direito**. NUNES, Clarice (Org.). Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

_____. **Educação no Brasil**. 3. ed. NUNES, Clarice (Org.). Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.

_____. **Educação no Brasil**. 4. ed. NUNES, Clarice (Org.). Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.

_____. **Educação e o mundo moderno**. NUNES, Clarice (Org.). Rio de Janeiro: UFRJ, 2006i.

_____. **Ensino Superior no Brasil**: análise e interpretação de sua evolução até 1969. NUNES, Clarice (Org.). Rio de Janeiro: UFRJ, 2005j.

_____. **Diálogo sobre a lógica do conhecimento**. NUNES, Clarice (Org.). Rio de Janeiro: UFRJ, 2007m.

_____. **Educação e universidade**. NUNES, Clarice (Org.). Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

TELLES, Vera da Silva. **Direitos sociais afinal do que se trata?** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

VEIGA, Cynthia Greive. **História da educação**. São Paulo: Ed. Ática, 2007.

_____. **Carlos Roberto Jamil Cury intelectual e educador**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

VIANA FILHO, Luís. **Anísio Teixeira**: a polêmica da educação. 3. ed. São Paulo: Editora Unesp, Salvador, Bahia: Edufba, 2008.

VIDAL, Diana Gonçalves. Modernismos, modernidades e Educação: facetas de um debate público. Artigo apresentado na conferência realizada na Universidade Federal de Minas Gerais UFMG, em 25 out. 2007. **Pensar a educação**: pensar o Brasil. Disponível em: <<http://www.portal.fae.ufmg.br/pensareducacao>>. Acesso em: 27 jun. 2009.

VIDAL, Diana Gonçalves. **Na batalha da educação**: correspondência entre Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo (1929-1971). Bragança Paulista, Edusf, 2000.

VIEIRA, Sofia Lerche (Org.). **Frota Pessoa**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. (MEC coleção educadores).

WEBER, Silke Relações entre esferas governamentais na educação e o PDE: o que muda? **Cadernos de Pesquisa**, v. 38, n. 134, maio/ago. 2008. Disponível em: <[http://www. Scielo.org](http://www.Scielo.org)>. Acesso em: 26 dez. 2010.

ANEXOS

Anexo A – Cessão de Direitos de Uso de Documentos – 30 de ago. de 2011



FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS

TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS DE USO DE DOCUMENTOS

Pelo presente termo legal, a FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS, doravante denominada FGV, pessoa jurídica de direito privado com sede na cidade do Rio de Janeiro, RJ, na Praia de Botafogo nº 190, por intermédio de seu Centro de Pesquisa e Documentação da História Contemporânea do Brasil - CPDOC, cede à(o) **Rosenerly Pimentel do Nascimento** inscrito(a) sob o número do CNPJ: 07319324717 situada à Rua Dez de Abril nº 348 B. Jardim Marilândia – Vila Velha ES CEP- 29112-130 Tel.: (27) 3369-6705 adiante denominado(a) simplesmente CESSIONÁRIO(a), o direito de uso de documentos integrantes do acervo histórico do CPDOC.

1 - O OBJETO

O objeto central deste contrato consiste na cessão de direitos de uso, pela FGV ao(a) CESSIONÁRIO(a), dos documentos relacionados no Anexo, que neste ato passa a fazer parte integrante e indissociável do presente contrato.

2 - OS DEVERES DO(a) CESSIONÁRIO(a)

O(a) CESSIONÁRIO(a) se compromete desde já a utilizar o material de titularidade da FGV, exclusivamente com a seguinte finalidade:

Dissertação de mestrado/ Título: Anísio Teixeira: ideias, ideais do Sistema Nacional de Educação

2.1 - O(a) CESSIONÁRIO(a) terá o direito de obter reproduções dos documentos de seu interesse cedidos pela FGV, obrigando-se a utilizá-las e fruirlas com absoluto conhecimento das recomendações porventura consignadas por seu(s) doador(es), observando a legislação nacional e internacional que rege os direitos autorais;

2.2 - O(a) CESSIONÁRIO(a) se obriga a manter a FGV incólume diante de quaisquer demandas de terceiros fundadas na utilização posterior dos documentos de que trata este termo, indenizando-a por eventuais prejuízos em que esta venha a incorrer em função da presente cessão;

2.3 - Na hipótese de utilização(ões) outra(s) dos documentos cedidos pela FGV que ficarão em seu poder com qualquer outra finalidade comercial que não aquela(s) descrita(s) no caput desta Cláusula (2), o(a) CESSIONÁRIO(a) se obriga a solicitar previamente nova(s) autorização(ões) à FGV, detalhando os termos da(s) nova(s) utilização(ões).

2.4 - Excetadas as hipóteses elencadas no caput e a prevista no item 2.3 supra, é vedada a utilização pelo CESSIONÁRIO do material que ficará em seu poder com qualquer outra finalidade comercial, quer de venda, quer de aluguel, quer de cessão a terceiros ou outras, acarretando o descumprimento desta determinação o devido ressarcimento por perdas e danos.

2.5 - É forçosa a menção, em qualquer das modalidades de utilização pretendidas pelo(a) CESSIONÁRIO(a) e a qualquer tempo, do seguinte crédito, legível e com destaque:

“FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS - CPDOC”

2.6 - Os respectivos créditos dos autores e/ou titulares das obras intelectuais e documentos integrantes do acervo cedido deverão sempre ser apostos expressamente em qualquer utilização por parte do CESSIONÁRIO(a);

2.7 - O(a) cessionário(a) se compromete a recolher à FGV a taxa de utilização pela presente cessão, se houver, destinada à manutenção, em boas condições de conservação, do acervo geral do CPDOC;

3 - O FORO

Fica eleito para o presente contrato o foro da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, como o único competente para a apreciação de quaisquer questões fundadas no presente contrato, com renúncia expressa de quaisquer outros, ainda que mais privilegiados;

Destarte, por estarem justas e convencionadas, as partes firmam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e conteúdo e para um só efeito, na presença das duas testemunhas abaixo nomeadas.

Rio de Janeiro, 30 de agosto de 2011

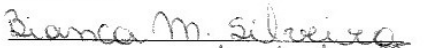
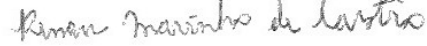

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS/CPDOC


CESSIONÁRIO(a)

Nome Completo: Rosenerly Pimentel do Nascimento

Nº RG: 14100550

Testemunhas:



FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS

TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS DE USO DE DOCUMENTOS - ANEXO

Documentos objetos da cessão de direitos de uso de que trata o contrato com Rosenerly Pimentel do Nascimento em 30 de agosto de 2011.

ARQUIVO	CÓDIGO DO DOCUMENTO
Anísio Teixeira	AT foto 018_ 1
Anísio Teixeira	AT foto 038_ 1
Anísio Teixeira	AT foto 046_ 2
Anísio Teixeira	AT foto 054_ 1
Anísio Teixeira	AT foto 072_ 2
Anísio Teixeira	AT foto 072_ 3

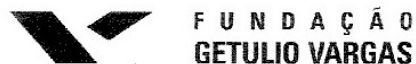
Rio de Janeiro, 30 de agosto de 2011

Celli

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS/CPDOC

Rosenerly Pimentel do Nascimento
CESSIONÁRIO(a)

Anexo B – Cessão de Direitos de Uso de Documentos – 22 de set. de 2011



FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS

TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS DE USO DE DOCUMENTOS

Pelo presente termo legal, a FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS, doravante denominada FGV, pessoa jurídica de direito privado com sede na cidade do Rio de Janeiro, RJ, na Praia de Botafogo nº 190, por intermédio de seu Centro de Pesquisa e Documentação da História Contemporânea do Brasil - CPDOC, cede à(ao) **Rosenerly Pimentel do Nascimento** inscrito(a) sob o número do CNPJ: 07319324717 situadoà Rua Dez. de Abril nº 348 B. Jardim Marilândia – Vila Velha ES CEP- 29112-130 Tel.: (27) 3369-6705 adiante denominado(a) simplesmente CESSIONÁRIO(a), o direito de uso de documentos integrantes do acervo histórico do CPDOC.

1 - O OBJETO

O objeto central deste contrato consiste na cessão de direitos de uso, pela FGV ao(à) CESSIONÁRIO(a), dos documentos relacionados no Anexo, que neste ato passa a fazer parte integrante e indissociável do presente contrato.

2 - OS DEVERES DO(a) CESSIONÁRIO(a)

O(a) CESSIONÁRIO(a) se compromete desde já a utilizar o material de titularidade da FGV, exclusivamente com a seguinte finalidade:

Dissertação de mestrado/ Título: Anísio Teixeira: ideias, ideais do Sistema Nacional de Educação

2.1 - O(a) CESSIONÁRIO(a) terá o direito de obter reproduções dos documentos de seu interesse cedidos pela FGV, obrigando-se a utilizá-las e fruí-las com absoluto conhecimento das recomendações porventura consignadas por seu(s) doador(es), observando a legislação nacional e internacional que rege os direitos autorais;

2.2 - O(a) CESSIONÁRIO(a) se obriga a manter a FGV incólume diante de quaisquer demandas de terceiros fundadas na utilização posterior dos documentos de que trata este termo, indenizando-a por eventuais prejuízos em que esta venha a incorrer em função da presente cessão;

2.3 - Na hipótese de utilização(ões) outra(s) dos documentos cedidos pela FGV que ficarão em seu poder com qualquer outra finalidade comercial que não aquela(s) descrita(s) no caput desta Cláusula (2), o(a) CESSIONÁRIO(a) se obriga a solicitar previamente nova(s) autorização(ões) à FGV, detalhando os termos da(s) nova(s) utilização(ões).

2.4 - Excetuadas as hipóteses elencadas no caput e a prevista no item 2.3 supra, é vedada a utilização pelo CESSIONÁRIO do material que ficará em seu poder com qualquer outra finalidade comercial, quer de venda, quer de aluguel, quer de cessão a terceiros ou outras, acarretando o descumprimento desta determinação o devido ressarcimento por perdas e danos.

2.5 - É forçosa a menção, em qualquer das modalidades de utilização pretendidas pelo(a) CESSIONÁRIO(a) e a qualquer tempo, do seguinte crédito, legível e com destaque:

“FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS - CPDOC”

2.6 - Os respectivos créditos dos autores e/ou titulares das obras intelectuais e documentos integrantes do acervo cedido deverão sempre ser apostos expressamente em qualquer utilização por parte do CESSIONÁRIO(a);

2.7 - O(a) cessionário(a) se compromete a recolher à FGV a taxa de utilização pela presente cessão, se houver, destinada à manutenção, em boas condições de conservação, do acervo geral do CPDOC;


3 - O FORO

Fica eleito para o presente contrato o foro da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, como o único competente para a apreciação de quaisquer questões fundadas no presente contrato, com renúncia expressa de quaisquer outros, ainda que mais privilegiados;

Destarte, por estarem justas e convencionadas, as partes firmam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e conteúdo e para um só efeito, na presença das duas testemunhas abaixo nomeadas.

Rio de Janeiro, 22 de setembro de 2011

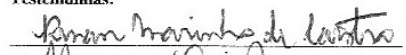
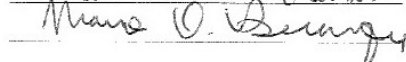

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS/CPDOC


CESSIONÁRIO(a)

Nome Completo: Rosenerly Pimentel do Nascimento

Nº RG: 14100550

Testemunhas:

**FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS****TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS DE USO DE DOCUMENTOS - ANEXO**

Documentos objetos da cessão de direitos de uso de que trata o contrato com Rosenery Pimentel do Nascimento em 22 de setembro de 2011.

ARQUIVO	CÓDIGO DO DOCUMENTO
Anísio Teixeira	AT foto 009_1
Anísio Teixeira	AT foto 003_28

Rio de Janeiro, 22 de setembro de 2011

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS/CPDOC

CESSIONÁRIO(a)

Anexo C – Cessão de Direitos de Uso de Documentos – 29 de jun. de 2012



TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS DE USO DE DOCUMENTOS

Pelo presente termo legal, a **FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS**, doravante denominada FGV, pessoa jurídica de direito privado com sede na cidade do Rio de Janeiro, RJ, na Praia de Botafogo nº 190, por intermédio de seu Centro de Pesquisa e Documentação da História Contemporânea do Brasil - CPDOC, cede à(o) **Rosenery Pimentel do Nascimento** inscrito(a) sob o número do CNPJ: 07319324717 situado à Rua Dez de Abril nº 348 B. Jardim Marilândia - Vila Velha ES CEP- 29112-130 Tel.: (27) 3369-6705 adiante denominado(a) simplesmente CESSIONÁRIO(a), o direito de uso de documentos integrantes do acervo histórico do CPDOC.

1 - O OBJETO

O objeto central deste contrato consiste na cessão de direitos de uso, pela FGV ao(à) CESSIONÁRIO(a), dos documentos relacionados no Anexo, que neste ato passa a fazer parte integrante e indissociável do presente contrato.

2 - OS DEVERES DO(a) CESSIONÁRIO(a)

O(a) CESSIONÁRIO(a) se compromete desde já a utilizar o material de titularidade da FGV, exclusivamente com a seguinte finalidade:

Dissertação de mestrado/ Título: Anísio Teixeira: ideias, ideais do Sistema Nacional de Educação

2.1 - O(a) CESSIONÁRIO(a) terá o direito de obter reproduções dos documentos de seu interesse cedidos pela FGV, obrigando-se a utilizá-las e fruirlas com absoluto conhecimento das recomendações porventura consignadas por seu(s) doador(es), observando a legislação nacional e internacional que rege os direitos autorais;

2.2 - O(a) CESSIONÁRIO(a) se obriga a manter a FGV incólume diante de quaisquer demandas de terceiros fundadas na utilização posterior dos documentos de que trata este termo, indenizando-a por eventuais prejuízos em que esta venha a incorrer em função da presente cessão;

2.3 - Na hipótese de utilização(ões) outra(s) dos documentos cedidos pela FGV que ficarão em seu poder com qualquer outra finalidade comercial que não aquela(s) descrita(s) no caput desta Cláusula (2), o(a) CESSIONÁRIO(a) se obriga a solicitar previamente nova(s) autorização(ões) à FGV, detalhando os termos da(s) nova(s) utilização(ões).

2.4 - Excetuadas as hipóteses elencadas no caput e a prevista no item 2.3 supra, é vedada a utilização pelo CESSIONÁRIO do material que ficará em seu poder com qualquer outra finalidade comercial, quer de venda, quer de aluguel, quer de cessão a terceiros ou outras, acarretando o descumprimento desta determinação o devido ressarcimento por perdas e danos.

2.5 - É forçosa a menção, em qualquer das modalidades de utilização pretendidas pelo(a) CESSIONÁRIO(a) e a qualquer tempo, do seguinte crédito, legível e com destaque:

“FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS - CPDOC”

2.6 - Os respectivos créditos dos autores e/ou titulares das obras intelectuais e documentos integrantes do acervo cedido deverão sempre ser apostos expressamente em qualquer utilização por parte do CESSIONÁRIO(a);

2.7 - O(a) cessionário(a) se compromete a recolher à FGV a taxa de utilização pela presente cessão, se houver, destinada à manutenção, em boas condições de conservação, do acervo geral do CPDOC;

3 - O FORO

Fica eleito para o presente contrato o foro da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, como o único competente para a apreciação de quaisquer questões fundadas no presente contrato, com renúncia expressa de quaisquer outros, ainda que mais privilegiados;

Destarte, por estarem justas e convencionadas, as partes firmam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e conteúdo e para um só efeito, na presença das duas testemunhas abaixo nomeadas.

Rio de Janeiro, 29 de junho de 2012




FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS/CPDOC


CESSIONÁRIO(a)

Nome Completo: Rosenery Pimentel do Nascimento

Nº RG: 14100550

Testemunhas:





**FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS****TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS DE USO DE DOCUMENTOS - ANEXO**

Documentos objetos da cessão de direitos de uso de que trata o contrato com Rosenery Pimentel do Nascimento em 29 de junho de 2012.

ARQUIVO	CÓDIGO DO DOCUMENTO
Lourenço Filho	LF foto 127_36
Lourenço Filho	LF foto 127_42

Rio de Janeiro, 29 de junho de 2012



FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS/CPDOC



CESSIONÁRIO(a)